



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

*Revisitando o Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior
paulista*

Aline Michele Nascimento Augustinho

São Carlos
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

*Revisitando o Movimento Estudantil de 1968: a trajetória dos estudantes do interior
paulista*

Aline Michele Nascimento Augustinho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

São Carlos
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A923rm

Augustinho, Aline Michele Nascimento.

Revisitando o movimento estudantil de 1968 : a trajetória dos estudantes do interior paulista / Aline Michele Nascimento Augustinho. -- São Carlos : UFSCar, 2011. 204 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

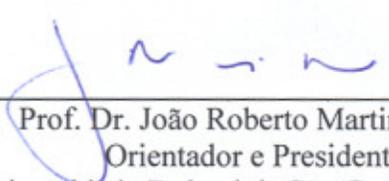
1. Ciência política. 2. Ditadura militar. 3. Movimentos sociais. 4. Participação política. I. Título.

CDD: 320 (20^a)

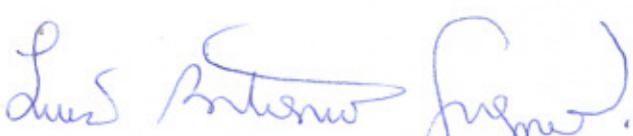


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Aline Michele Nascimento Augustinho

20/12/2010


Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Luís Antônio Groppo
Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 15:00h no dia 20/12/2010.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Prof. Dr. Luís Antônio Groppo

Homologado na CPG-PPGPOL na
_____ª. Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Para Dona Chica

Agradecimentos

Este é um momento de realização não apenas para quem finaliza um trabalho, mas para todos os que acompanharam tudo de perto, participaram, torceram, apoiaram e ajudaram em tudo o que foi possível. Por isso, agradeço primeiramente a Deus, nosso Senhor, que nos estende a mão, ampara e dá forças para seguirmos nossos sonhos.

Agradeço ao professor João Roberto Martins Filho, meu orientador há quase 7 anos, não apenas por me conduzir durante os trabalhos, mas essencialmente por não desistir de me ensinar a ser a melhor pesquisadora possível, cuidando em me mostrar sempre o caminho correto, nem sempre o mais fácil ou o que eu escolhia – mas aquele que me faria crescer mais. Ao professor Luis Antonio Groppo, que gentilmente aceitou ler meu trabalho e dar preciosas contribuições, participando da banca mesmo com um convite feito numa época tão atribulada do ano letivo. Muito obrigada! Ao professor Thales Haddad de Oliveira, que desde a graduação acreditou em mim, e me incentivou continuamente a desenvolver este projeto. Agradeço também à professora Maria Ribeiro do Valle, que não pode estar presente em minha banca, anos depois de generosamente ter me ajudado a montar o projeto que deu origem a esta dissertação. É muito gratificante poder ver que os professores que avaliam o trabalho final estiveram comigo em todos os momentos, desde quando este não passava de uma idéia. E por tudo isso, eu agradeço imensamente.

Agradeço também a todos aqueles que se dispuseram a dividir comigo sua história de vida e de luta no Movimento Estudantil, fonte principal deste trabalho: Carlos Henrique Mesquita, Devancyr Aparecido Romão, Helena Sumiko Hirata, Leopoldo Silva Castro, Luiz Carlos de Freitas, José Murari Bovo, José Roberto Rogero e Rubens Pereira dos Santos. Obrigada por me olhar nos olhos em cada passagem dolorida, ou me escrever depois das entrevistas, contando-me como as lembranças, ao serem revisitadas, se fizeram tão presentes em seu cotidiano nos dias subsequentes. Enfim, obrigada por confiar a mim certas coisas que, se são parte da história de um país, são também marcas íntimas nos corações de quem as viveu.

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro essencial para a conclusão deste trabalho, e ao PPGPol, por me permitir participar de sua primeira turma de mestrado. Esta é uma alegria que levarei comigo para sempre. Ao PPGPol agradeço também a oportunidade de compartilhar momentos felizes com uma turma sem igual, e por me trazer pessoas muito especiais: Roberta, Alberto e Pedro. Estes são para toda a vida!

Devo também agradecer ao apoio, presença e paciência inesgotáveis de meus pais, Luiz e Dulce. Cursar o mestrado seria impossível sem a confiança que depositaram em mim. Mas, mãe, sem a sua presença, penso que seria impossível realizar qualquer coisa em minha vida. A vocês eu agradeço simplesmente por existirem. Minhas irmãs queridas, Nena, Dri, Mia e Lene, que socorreram nos momentos de aflição, de cansaço, de notebooks travados e impressoras sem tinta: obrigada! O que eu poderia fazer sem o carinho de vocês? Que, além de tudo, me deram meus sobrinhos, a alegria da casa em todos os momentos. Alegria e ajuda pois até mesmo eles me ajudaram a construir este trabalho: Bruna, aos 17 anos, lendo e relendo meus textos, sentada horas a fio ao meu lado, atenta, discutindo, absorvendo tudo. Eric, disposto a ajudar em tudo, pequenino ainda. Ana e Carol, que quando eu me trancava no quarto para estudar, batiam na porta, entravam, me davam beijos e abraços, e voltavam a brincar. Os mesmos agradecimentos e o mesmo amor estendo aos meus mais velhos. Andrew, Natani, e Amanda, e ao bebê que chegou trazendo amor e união, Breno. Já seria grata pelo amor imenso que me dedicam, mas sou ainda mais, por me acolherem tanto em meus objetivos. Muito obrigada!

E, se minha família está sempre presente, também está a família que escolhi com o coração: Mariana, Franciane, Taciane e Juliana, minhas amigas da vida inteira. Vocês são minhas raízes, e em vocês eu reencontro meu próprio universo, reconheço a mim mesma.

A todos, muito obrigada por partilharem esta caminhada comigo!

Resumo

O ano de 2008 esteve repleto de “comemorações”, sobre o mítico ano de 1968. Universidades, periódicos e redes de televisão dedicaram atenção aos quarenta anos do maior ciclo de manifestações políticas estudantis da história brasileira. Além de relembrar a insurreição estudantil, é preciso pensar o que restou desse movimento para a política contemporânea, como esses atores observam e reinterpretem suas atitudes passadas. É notório que o ideário da antiga esquerda estudantil já não é o mesmo. Muitos dos ex-militantes, que alcançaram o poder político, não têm suas práticas correspondentes às manifestações de quarenta anos atrás. Uma das hipóteses que orienta essa dissertação é a de que o tempo altera as estruturas e o tecido social e as maneiras de atuação política dependem de um cenário constantemente reelaborado pela história. Sendo as duas principais bandeiras estudantis de 1968 a garantia de excelência da universidade pública e o repúdio ao regime militar, é interessante observar como estes mesmos atores agem agora que são integrantes da elite política. Utilizando como metodologia de trabalho as ferramentas da ‘História Oral’ e das ‘Trajetórias de Vida’, esta pesquisa aborda as lutas estudantis do período, por meio dos relatos orais de alguns dos líderes estudantis de 1968. Ao longo do processo de redemocratização, as estruturas dominantes conseguiram absorver parte importante das propostas dos novos grupos de movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970, como os movimentos de mulheres, homossexuais e minorias étnicas, e também das propostas relacionadas à revolução de comportamento e cultura dos anos 1960. Neste cenário, os ex-militantes da esquerda estudantil precisaram readequar seus objetivos, plataformas e agendas à medida que ingressavam na política, através dos novos partidos que se formavam no final da década de 1970. A singularidade humana é também uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem, revelando assim caminhos ainda ocultos de um movimento que foi também formador do cenário político brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Regime Militar.

Abstract

The year 2008 was full of "celebration" about the mythical 1968. Universities, newspapers and television networks devoted their attention to the forty-year cycle of major political demonstrations student of Brazilian history. Besides remembering the student uprising, we must think what is left of this movement to contemporary politics, as these actors observe and reinterpret their past attitudes. It is clear that the ideals of the former student left is no longer the same. Many of the former militants, who have achieved political power, have their practices related to manifestations of forty years ago. One hypothesis that guides this dissertation is that the time changes the structures and the social and the ways of political scenario depend on a constantly rewritten history. Since the two main political student from 1968 to guarantee excellence of the university and public repudiation of the military regime, it is interesting how these same people act as they are now members of the political elite. Using the methodology of work the tools of 'Oral History' and 'Paths of Life', this research addresses the student struggles of the period, through the oral histories of some of the student leaders of 1968. Throughout the process of democratization, the dominant structures able to absorb important part of proposals for new groups of social movements that have emerged since the 1970s, as the movements of women, homosexuals and ethnic minorities, and also the proposals related to the revolution behavior and culture of the 1960s. In this scenario, the former student activists of the left had to readjust their goals, platforms and agendas as they entered politics through the new parties that formed in the late 1970s. The uniqueness of man is also a way of revealing how people universalized through their lives and their actions, the historical era in which they live, thus revealing hidden pathways still a movement that was also trainer of the contemporary political scene.

Key Words: Student Movement, Social Movements, Military Regime.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Estudantes Presos em Ibiúna por Região do Brasil	16
Gráfico 2: Participação no XXX Congresso da UNE por gênero em cada delegação.....	97
Tabela 1: Origem e Gênero dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE	98

Sumário

Resumo

Abstract

Lista de gráficos e tabelas

Introdução.....13

Capítulo 1

Herança Revolucionária e Memória Histórica.....22

1.1 Revolução, violência e poder: os pressupostos arendtianos.....23

1.2 A crise da modernidade: o ME como um novo “ator social”.....32

1.3 Trajetórias de vida e movimento estudantil.....39

1.3.1 O papel da memória: porque essa dimensão é importante no estudo do Movimento Estudantil de 1968?.....44

Capítulo 2

Movimentos Estudantis: Classe, Categoria Social ou Movimento Político?.....50

2.1 Braços Teóricos – Da Sociologia da Juventude a análise política estudantil.....51

2.2 A Retomada da sociologia de Marialice Foracchi.....55

2.2.1 Tradição e Modernidade: Relações de dependência na América Latina.....61

2.2.2 Categoria Social: “estudante”.....65

2.3 O Processo de radicalização: entidades e atuação.....76

2.3.1 Conflitos, violência, e as novas dinâmicas de articulação.....81

Capítulo 3

Des-Romantizar: os ciclos comemorativos e o discurso dos atores.....90

3.1 Relembrar 1968: explorando os debates.....91

3.1.1 Quarenta anos de 1968 - Vozes dissonantes.....94

3.2. Porquê o interior de São Paulo?.....96

3.2.1 O XXX Congresso.....101

3.3 Considerações Finais118

Anexos

Anexo A – Reprodução de Aviso policial sobre ao Dops sobre manifestações no Interior, Pasta 020235 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.....	132
Anexo B – Reprodução do Plano de ação para desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna “Operação Ibiúna”, Pasta 050138, FFLS 2-5 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.....	133
Anexo C – Reprodução do Plano de ação para desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna “Operação Ibiúna”, Pasta 050138, FFLS 104-109 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.....	137
Anexo D –Tese elaborada por Jean Marc quando chega à presidência da UNE, 1969.....	142
Anexo E - Carta de Jean Marc enviada ao grupo de e-mail “40 anos de 68”, em 2008.....	157
Anexo F – Lista Geral dos Estudantes Presos no XXX Congresso da UNE.....	172
Anexo G – Folhetos de divulgação de eventos comemorativos sobre 1968.....	186
Anexo H - Quadro das Delegadas fichadas em pasta separada após a prisão em Ibiúna, por serem consideradas as mais perigosas pelo DOPS, depois dos integrantes da UNE e das UEEs.....	192

Anexo I - Quadro dos Delegados fichados em pasta separada após a prisão em Ibiúna, por serem considerados os mais perigosos pelo DOPS, depois dos integrantes da UNE e das UEEs.....195

Introdução

O objetivo desse trabalho é fornecer elementos que ajudem a minimizar a aura mística produzida por parte da literatura sobre o Movimento Estudantil (ME) brasileiro de 1968, propondo uma *releitura* do material bibliográfico produzido sobre o tema, tendo como fio condutor a questão da violência revolucionária no ideário e comportamento de estudantes paulistas, delegados por universidades do interior de São Paulo no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior do estado. O problema da idealização do tema vem à tona durante os ciclos comemorativos, que a cada intervalo regular de tempo relembram, discutem ou comemoram o ME, como aconteceu em 2008. Mas esse processo de *glamourização ou romantização* do ME, para alguns, termina por prejudicar a imagem e a memória do movimento, principalmente porque os homogeneizam, desconsiderando seus múltiplos direcionamentos. Mas o ME era mesmo homogêneo? Como se comportam os atores do movimento quando adultos? O ideário permanece, ou a atuação em 1968 foi determinada pela condição, pelo “ser” estudante? Como os ex-militantes encaram hoje a questão da violência política? A partir desses questionamentos, surgem duas hipóteses principais a serem trabalhadas:

- a primeira hipótese é que, levando-se em conta o refluxo do ME e a integração das lideranças a outros movimentos políticos na vida adulta, a opção pela violência fosse um fator *transitório*, pertinente àquele grupo de estudantes.
- a segunda hipótese é que, dado o grande apoio dos estudantes às entidades representativas em 1968, como a UNE e as UEEs, não haja diferença no comportamento político entre atores da base ou das lideranças, mas homogeneidade. A principal variável aqui é a interpretação que cada ator faz de sua ação passada.

Ora, por que essa idealização? Há uma idéia generalizante que entende o ME como um movimento impulsionado por uma força “extra-histórica” desconhecida, que leva jovens estudantes às ruas numa luta heroizada contra o Estado repressivo. Entretanto, para Marcelo Ridenti (1997), a luta da esquerda armada brasileira foi uma das manifestações mais radicais do “romantismo revolucionário” da década de 1960 e início de 1970, romantismo esse presente tanto no campo-político partidário, quanto no político-cultural. O conceito de “romantismo” que o autor utiliza em seus textos deriva da utopia revolucionária romântica que valorizava a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a história, um processo de construção do “homem novo”, que, para Ridenti, tinha ligação com as teorias do Marx, e que foram retomadas por Guevara entre outros líderes revolucionários entre as

décadas de 1950 e 1960 (Ridenti, 1997). Este modelo de “homem novo”, entretanto, se representava no Brasil como o homem do campo, do interior rural, voltado às raízes, e que preservava certa pureza por não travar contato com a “modernidade urbana” (Ridenti, 1997:414). Acredito que não cabe aqui tomar esse romantismo num processo de idealização como algo pejorativo, que desqualifique a luta revolucionária brasileira: “Não se trata de idealizar as lutas passadas, nem de buscar uma repetição anacrônica e inviável da história, mas de desvendar alcances e limites daquelas lutas, em seu contexto histórico específico” (Ridenti, 1997:18).

É importante, pois, saber diferenciar os tipos de romantismo quando se trata do ME, observar que o processo de idealização se refere a algumas *leituras* feitas sobre o ME, a certas parcelas da bibliografia que trabalha com o tema de maneira a apenas glamourizar movimento e atores, mas que não analisa suas práticas ou conteúdo político. É exatamente daí que surge a proposta principal deste trabalho: produzir uma análise a partir da memória de seus participantes impede o limite imposto por tal literatura, e pode permitir entender qual a visão dos próprios atores sobre si mesmos. Importante ressaltar que não há uma verdade universal, e nem mesmo um lado, ou um grupo, que a detenha. Um evento histórico é sempre permeado por múltiplas dimensões, e o foco que este trabalho dá ao depoimento dos ex estudantes não significa que eles sejam portadores de uma verdade única: eles também podem ter uma visão romântica de sua atuação, como o afirma Granville Ponce:

“O fato de participarmos intensamente das lutas naqueles anos não nos credencia como donos da verdade, longe disso. Mas discutíamos, estudávamos, líamos e sabíamos por que estávamos lutando, ao contrário do que dizem alguns críticos e mesmo alguns ex-companheiros envergonhados de suas antigas convicções. A História segue e cada indivíduo vai fazendo escolhas dentro dela” (Ponce, 1997:32).

Uma das vias para, talvez, entender os limites e alcances desse tema, seria o enfrentamento da questão da violência, refletindo a realidade por meio do pensamento dialético, distinguindo avanços e recuos não só do ME, mas de seu objetivo inicial. Manter a coerência com objetivo e princípios não significa manter sempre a mesma tática política, principalmente quando o panorama histórico é outro. Acredito que a fonte principal para elucidar tais questões é a memória dos atores que participaram do movimento: os fatos rememorados e transmitidos pela oralidade, daí a escolha pelas metodologias da História Oral, tema que será tratado ao final do primeiro capítulo.

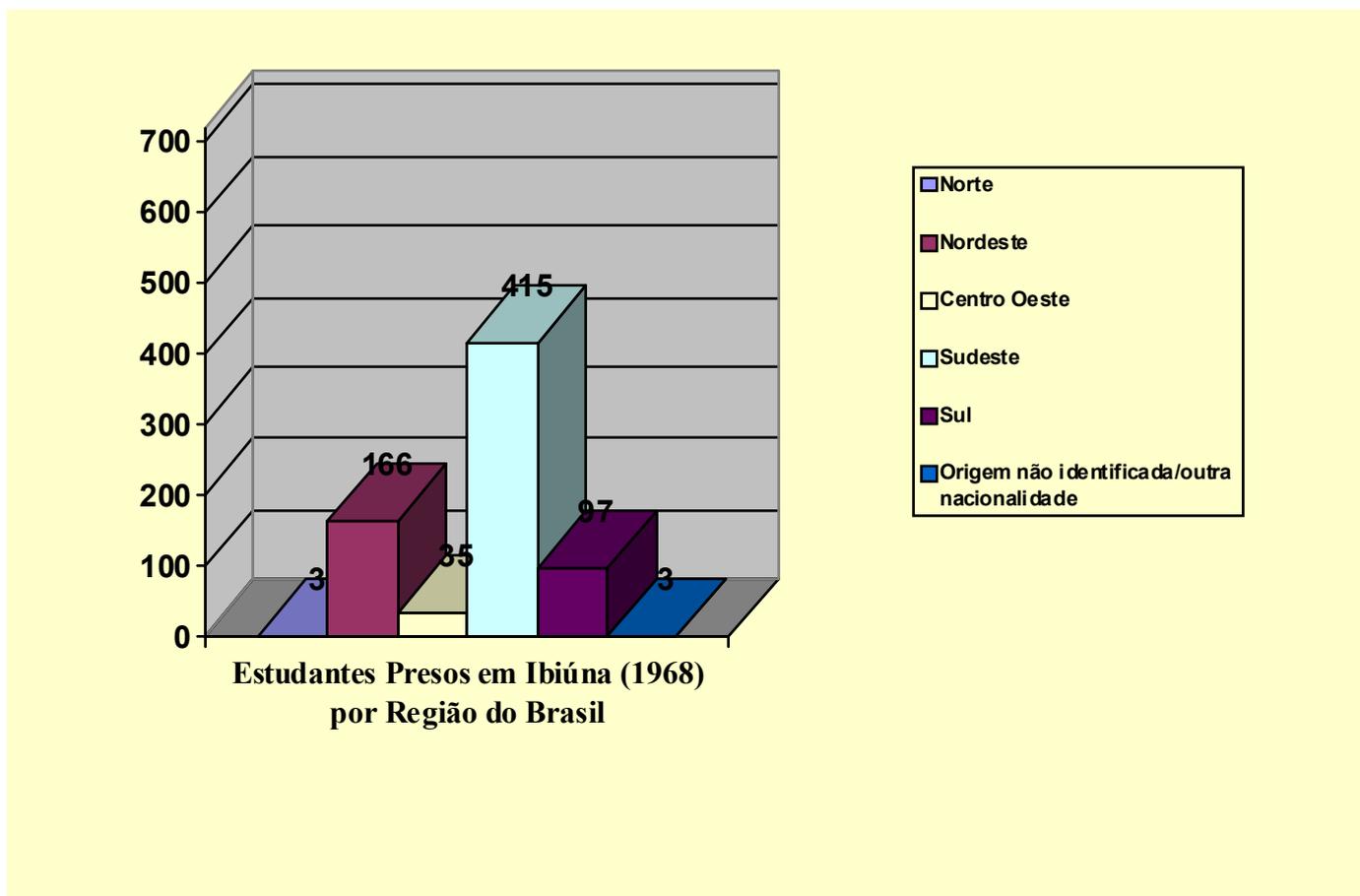
Nesse sentido, a análise biográfica pode ser eficiente também neste trabalho, pois “cada vida pode ser vista como singular e universal, por que inserida num contexto universal”, o que permite conhecer e compreender as esferas sociais em diferentes períodos da história a partir “da especificidade irreduzível de uma vida individual” (Sartre, 1973:77) e através dos personagens observados discutir vários campos de vida de um período determinado, utilizando assim “um lado subjetivo que constitui um mosaico para a compreensão de um quadro como um todo” (Goldemberg 2005:43). Tanto Sartre como Goldemberg se harmonizam com os outros autores escolhidos como aporte teórico deste trabalho na medida em que consideram a vida individual como “espelho” que reflete certas particularidades históricas quando suas trajetórias são analisadas algum tempo depois. Certamente, há diferenças na maneira como encaram a relação entre indivíduo e determinação ou alteração da história. Hannah Arendt (2008) acredita que o indivíduo pode refletir e narrar particularidades históricas, mas não é seu autor, é marcado por ela, ao contrário de Sartre (1973), que acredita na possibilidade de alteração da história pelos indivíduos. Mas ambos esses autores levam em conta as trajetórias como fontes de estudo para determinados eventos históricos.

Originalmente, o trabalho buscou traçar uma análise mais *sociográfica* das trajetórias individuais dos líderes estudantis do ano de 1968, estabelecendo, ou verificando as possibilidades de estabelecer conexões entre o ideário estudantil e a prática política desses indivíduos quando adultos, e como a questão da violência permeava esses aspectos. Mas esse traçado, que parece tão claro no período de elaboração da pesquisa, se mostra ao longo do trabalho, portador de inflexões e paradigmas demasiadamente complexos para uma pesquisa de Mestrado. Isso porque essa trajetória carrega em si várias alterações no cenário político (o endurecimento do regime no final de 1968, a distensão a partir de 1973, os processos de anistia em 1979, a redemocratização em 1985, a nova constituição em 1988, as eleições diretas em 1989, e com ela o primeiro governo neoliberal, até a eleição de Lula em 2002), econômico e social. Desta forma, o trabalho centra-se nos relatos orais, mas não ignora a influência que determinados processos históricos possam ter na determinação das posturas desses atores. Assim, pretendo preservar os dois níveis de análise onde a trajetória se cruza com o contexto histórico, uma vez que a trajetória deles se cruza com diversas esferas da transformação sócio-política vivida pelo Brasil nos últimos quarenta anos, e de maneiras diferentes.

Há um grande foco em lideranças mais conhecidas, de projeção nacional, nas biografias, livros de memórias, e mesmo da mídia. Mas há certas lacunas na investigação da atuação dos “outros” atores desse movimento. Um movimento social não é resultado apenas

das articulações de suas lideranças, das presidências das entidades que o fomentam – ele tem suas bases também. Com o auxílio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República –S.E.D.H, que gentilmente me enviou grande parte dos nomes dos estudantes presos em Ibiúna, foi possível elaborar uma lista com o estado de origem desses estudantes, e a partir daí elaborar um mapa que traça sua localização atual, profissão, e assim, compor a base inicial da análise de trajetórias. Além dos líderes mais mencionados na mídia, outros 700 nomes foram conhecidos, permitindo uma identificação inicial da organização estrutural do evento das delegações participantes, da composição de cada delegação, como mostra a seguinte tabela:

Gráfico 1: Estudantes Presos em Ibiúna por Região do Brasil



Fonte: SEDH, 2008

Os 723 nomes foram conferidos com os nomes fichados no DEOPS (disponível para pesquisa no Fundo Deops do Arquivo Público do Estado) e houve coerência em sua quase

totalidade. A partir daí, buscando um trabalho sobre o movimento estudantil que não se concentrasse nos líderes de projeção nacional, procuramos nos concentrar nos estudantes presos no congresso e que eram originários do interior de São Paulo: a maior delegação do evento provinha daí.

Um dos aportes teóricos são as teorias arendtianas acerca das relações de violência no século XX. Observadora dos movimentos estudantis da década de 1960, Hannah Arendt os analisa a partir de características geracionais, como se suas práticas estivessem ligadas ao contexto de violência dos regimes totalitários e das guerras mundiais sob os quais esteve a geração anterior, a geração de seus pais. Arendt, na verdade, critica as leituras pró-revolucionárias, que apoiavam os movimentos contestatórios que se utilizavam da violência, por não entenderem a ponte existente entre essas práticas e o contexto de violência das gerações anteriores. Essa seria uma das pontes de ligação entre o passado e o presente.

Mas será que o preenchimento dessa lacuna a partir dos pressupostos arendtianos poderia nos dar uma projeção dessa relação no futuro? A proposta arendtiana é a de que os atores dos movimentos contestatórios continuam ligados ao passado, ainda possuem um testamento, e isso explicaria suas práticas - e seu ideário, sua aposta na revolução. Em contraposição, é também importante observar como Marialice M. Foracchi chama a ação estudantil brasileira de *virtual*, primeiro pelo caráter de transitoriedade, pelo seu caráter predominante do “*vir a ser*” - assim as condições para a ação estudantil contínua estariam comprometidas desde o início pelas características sociais do estudante. Essa continuidade, entretanto, existe do ponto de vista de João Roberto Martins Filho (1987,1996). Porém, segundo o autor, o movimento estudantil, apesar de contínuo, não era imutável, mas sim modificava seu tipo de mobilização e ação de acordo com o ambiente político-social que a história brasileira o envolvia. Para os dois autores, os contextos social e político eram determinantes nas mobilizações estudantis. Ainda segundo Foracchi, “o estudante é uma força virtual de consolidação de uma condição social definitiva e, por conseguinte, diferenciadora: a condição profissional” (Foracchi, 1972:239). E como o estudante se integra posteriormente na vida profissional, que, supostamente apresenta novas exigências e novos valores?

Podemos considerar as posturas políticas da juventude como algo transitório, que se altera com as demandas de comportamento diferentes quando esses atores chegam à vida adulta? Assim, os estudantes estariam mais propensos às atividades políticas de contestação apenas enquanto portassem o status de estudante? Ou a abordagem arendtiana que liga este comportamento às gerações anteriores é a que melhor explica a inclinação estudantil aos movimentos contestatórios desse período? Por outro lado, essas informações

podem ser complementares, ou seja, a ação revolucionária pode ter origem no passado, e ao mesmo tempo a marca da militância pode desaparecer na vida adulta? Proponho trabalhar com a linha arendtiana no primeiro capítulo, e mais à frente, no segundo, trabalhar com a abordagem de Marialice Foracchi e João Roberto Martins Filho acerca da condição transitória do estudante.

Este é um trabalho “de fronteiras”. Talvez seja o termo que melhor situe este projeto nas áreas de pesquisa das ciências: pode se encaixar nas linhas de estudos da Sociologia Política¹, nos estudos da manifestação e do conflito, como comportamento de protesto social e as causas da revolução. A Sociologia Política se intersecciona com a Ciência Política e a História, já que abarca a conjuntura histórica, a estrutura política, e os efeitos desse conjunto no indivíduo, partindo da compreensão interpretativa da ação social, ligada a explicação causa de seu curso e conseqüências da relação estrutura social – ação social.

Inicialmente projetada para trabalhar com os 719 nomes conferidos da lista de presos políticos do XXX Congresso da UNE, a pesquisa mostrou-se demasiadamente densa e extensa para ser conduzida no período de tempo normal de um curso de mestrado. Assim, o trabalho de campo evidenciou que trabalhar com estudantes com origens no interior paulista ofereceria um quadro mais claro e limpo para as análises de trajetórias, ajudando a cobrir uma lacuna nos estudos sobre o Movimento Estudantil no interior de São Paulo, e oferecendo bases para uma pesquisa mais aprofundada no curso de doutoramento, com a totalidade dos estudantes presos no evento. Entre os objetivos centrais que esse trabalho busca com as entrevistas desses atores do interior paulista, está o de verificar como temas como a preservação das liberdades e direitos civis e a contestação dos sistemas políticos na arena deliberativa eram tratados no ideário estudantil frente à questão da violência. O que os atores de 1968 pensam, hoje, desses temas?

¹ Um ramo da sociologia que se preocupa com as causas sociais e as conseqüências da distribuição de poder numa sociedade ou entre sociedades, bem como os conflitos sociais e políticos que levam a alteração do poder. Um de seus principais focos é a análise e explicação do Estado, a instituição que reivindica o monopólio do uso da força (da violência). Sociologia e Ciência Política começam a se tornarem disciplinas independentes, embora complementares, a partir de meados do século XIX, sob a influência da economia marginalista que separava o estudo político do social e do econômico. Diferente da Ciência Política, que trata da máquina do governo, administração pública, opinião pública, eleições, grupos de pressão e comportamento político, a sociologia política se define como a análise sociológica dos fenômenos políticos, focando-se nas inter-relações entre política, ideologia e cultura –ainda que o “Estado” seja o objeto comum de estudo, os olhares partem para ele de lugares diferentes e para a sociologia política ambientes de interação social como família, igreja, escola, comunidades locais, são objetos e fontes de estudo e pesquisa. Esta também estuda partidos políticos, mas a partir das interações sociais deles provenientes, como a liderança ou base-cúpula.

Quanto à sua estrutura, o trabalho parte de uma análise “macro”, que começa com a filosofia política de Hannah Arendt, que investiga o equilíbrio dos modelos e ações políticas na modernidade industrial, até a sociologia que define o ME como categoria social dotada de práxis política particular (Foracchi,1982,1977,1972). Martins Filho (1987) aprofunda essa análise e desvenda qual foi essa *práxis*, como se organizou e articulou politicamente o ME. A abordagem se afunila no terceiro capítulo, numa análise “micro”, regional, que leva em conta o ponto de vista “pessoal” dos atores de 1968, peças da chamada “base” que definem a própria participação e percepção dos caminhos do movimento, bem como das influências que esse passado teve na construção de sua trajetória, que pode confirmar, ou descartar as possibilidades de transitoriedade e herança de seu passado na construção de seu “revolucionarismo” estudantil.

Nesse sentido, o primeiro capítulo se destina a definir o aporte teórico central e a definição metodológica a ser empregada ao longo da dissertação. Propõe uma discussão acerca dos pressupostos arendtianos sobre a violência revolucionária, e o repúdio ao que Arendt entendeu como um alinhamento dos movimentos estudantis da década de 1960 às teorias revolucionárias de inspiração marxista. Para ela, tais movimentos, entre os quais figurava o ME, só eram legítimos quando se utilizava da arena deliberativa – apenas essa via se justificava, compondo movimentos que propunham mudanças dentro da ordem democrática, ou seja, que não comprometessem ou oferecessem riscos à ordem jurídica da nação. Mas o pensamento de Arendt levava em conta a situação de países democráticos, como Estados Unidos, França, Inglaterra. É preciso lembrar que a ordem jurídica do Brasil em 1968 não era democrática. Como, então, poderiam os indivíduos participar, contestar, atuar numa situação não democrática? A violência, neste caso, se justificaria?

Mais à frente, veremos que a socióloga Maria Ribeiro do Valle (2008, 2006) contesta algumas visões de Arendt acerca do ME, afirmando que ela não percebe o repúdio dos movimentos estudantis ao chamado “socialismo real”, justamente pela limitação das capacidades deliberativas e democráticas que os modelos socialistas então em prática impunham à sociedade civil. Ainda no primeiro capítulo, procuro trabalhar as metodologias e ferramentas metodológicas que este trabalho utilizará. Elas se fundamentam essencialmente na possibilidade de se compreender especificidades históricas a partir de experiências individuais, por meio das análises biográficas, compreendendo certas particularidades históricas a partir de uma trajetória individual, com metodologias semelhantes. Essa

perspectiva é compatível com a teoria arendtiana, pois vê a experiência passada como ponto importante na leitura de ações presentes de um indivíduo, embora não determinantes, como postularia a teoria arendtiana.

A partir daí serão incorporadas outras contribuições da história oral das trajetórias de vida. Precusores deste tipo de estudo sociológico que leva em conta o indivíduo na definição de um contexto sociológico mais amplo, esses autores complementam e aprofundam a idéia que Arendt apresenta em *Homens em tempos sombrio* (2008) acerca da importância da utilização de experiências pessoais no estudo de momentos históricos específicos. Na primeira parte do texto utilizo a abordagem arendtiana que rejeita os pressupostos marxistas de que se apropriavam os movimentos revolucionários dos anos 60. Aproximando o debate arendtiano ao ME brasileiro, Maria Ribeiro do Valle defende a ação dos estudantes como ação legítima de contestação em consonância com os pressupostos de Marcelo Ridenti. O tema violência é usado como fio condutor para a análise das trajetórias de vida dos atores escolhidos. Na segunda parte, busco situar a recusa arendtiana da violência revolucionária em meio ao debate sobre a crise da modernidade da sociedade industrial e do modelo representativo, processos que geram a emergência de um novo modelo de democracia e do indivíduo como novo ator social e político, atuante na arena deliberativa. Ao final deste primeiro capítulo, procuro determinar com mais cuidado as teorias acerca das metodologias de história oral utilizadas no resgate e preservação da memória histórica de um determinado grupo. Isto porque estas ferramentas metodológicas não são comumente utilizadas nas análises da ciência política. Minha idéia é que a partir dos relatos de ex-lideranças desses movimentos, podemos talvez compreender como se deu essa relação entre violência e a busca do restabelecimento democrático no ideário das mobilizações estudantis.

No segundo capítulo, a dimensão macro é substituída por uma análise mais focada do ME brasileiro dos anos 60, mas que também direciona o olhar para as dimensões estruturais da sociedade latino americana que fazem dos estudantes uma categoria social com articulação política particular, trabalho esse feito por Marialice Foracchi. Essa articulação política particular é descrita e analisada por João Roberto Martins Filho, como veremos mais adiante.

No terceiro capítulo, os trabalhos de autores como Marcelo Ridenti, Irene Cardoso e Daniel Aarão Reis Filho ajudam a compreender importância dos ciclos comemorativos, embora cuidando para que não haja glamourização, e Cardoso, a partir dos conceitos arendtianos sobre a herança do passado na constituição da ação de um grupo de revolucionários, critica essa constante volta a 1968. Admitindo-se que o revolucionarismo

estudantil era impregnado do romantismo enunciado por Ridenti, aquele que propunha uma “volta” ao passado, às raízes e ao encantamento do mundo para a criação do homem novo, este trabalho rejeita as análises glamourizadas feitas a cada ciclo comemorativo. As trajetórias, analisadas individualmente não constituem um quadro final onde se objetiva compreender como esses atores entendem e ressignificaram sua atuação estudantil frente às mudanças políticas e sociais que permearam sua vida adulta. As polifonias vocais necessárias para a apreensão dessa ressignificação serão estimuladas através de dois temas principais: a violência e a transitoriedade.

Capítulo 1

Herança revolucionária e memória histórica

A recusa de Arendt à violência revolucionária, nos termos de Valle, vem de sua leitura sobre as formas legítimas de articulação do indivíduo na arena política. Nota-se aí o desejo de superação dos anos de regimes totalitaristas que o mundo assistiu e vivenciou na primeira metade do século XX. Nesse sentido, nosso primeiro capítulo tem por objetivo discutir a abordagem arendtiana acerca dos movimentos contestatórios e da presença da violência nessa relação entre Estado e Sociedade Civil. Este debate, por sua vez, se insere num contexto maior, que apontava para uma crise da modernidade e de seus modelos políticos, e para a emergência do indivíduo como ator, capaz de recusar esses modelos e de deliberar sobre os caminhos políticos a serem seguidos pela sociedade na qual se inseria.

Portanto, para dar conta do contexto em que se insere a crítica arendtiana aos movimentos revolucionários dos anos 60, a segunda parte deste capítulo procura trabalhar de forma *ilustrativa* com dois dos temas mais pertinentes a esse contexto, a saber, a noção de emergência do indivíduo como ator social, desenvolvida por Touraine, e a noção de emergência do modelo deliberativo em oposição ao representativo, numa análise feita por Lígia Luchmann.

1.1 Revolução, violência e poder: os pressupostos arendtianos

“Ninguém é autor de sua própria vida, mas sim seu sujeito [...] Toda vida humana [...] constitui uma história, que se insere na História – livro de muitos autores e narradores, mas sem autores tangíveis”. **Hannah Arendt**

O movimento da história moderna se dá em relação ao indivíduo, à formação do conceito de cidadão e às formas de inserção e de participação deste indivíduo na vida pública, como sede de poder, razão e julgamento, ou seja, como ator político. Para Hannah Arendt (1990), o efeito da modernidade é não ter um *a priori*, não ter qualquer ponto no passado em que os homens possam espelhar suas ações e fazer projeções para o futuro: pela primeira vez, a história deixa de ser cíclica e se torna linear. A partir de então, segundo ela, não há como achar uma força diretiva no processo histórico, bem como é impossível dizer para onde caminham os homens. Estes estariam soltos, livres no mundo. Assim, seria muito difícil definir o bem comum sem normas de orientação como havia anteriormente na vida em comunidade, ou verdade anterior que possibilitasse que a política chegasse ao objetivo inicial do contrato social: todos os homens são iguais debaixo da lei.

Ou seja, não há um testamento porque não há princípio ético ou normativo além da vontade humana: a modernidade torna os indivíduos soberanos. Mas soberanos em relação a que? Segundo Hannah Arendt, o homem é livre na modernidade, mas sua liberdade não tem outros critérios que não seus próprios interesses. Se a sociedade é livre para qualquer decisão, livre de qualquer normatividade, ética ou moral, tal decisão não é necessariamente “justa”. Uma sociedade poderia decidir formalmente qualquer coisa, como um Estado totalitário ou a anulação dos direitos civis, já que é livre e soberana para tanto.

A crítica de Hannah Arendt vem justamente questionar esse princípio de liberdade: a vida humana deve realmente ser regida pelos mesmos princípios que regem o mercado? Como pensar a existência humana sem qualquer gabarito a não ser a liberdade de ação política do homem, que poderia levá-lo a qualquer lugar? A primeira matriz de pensamento que busca responder a essa questão leva à democracia competitiva, onde não há moral *a priori*, mas a maioria decidiria os caminhos a serem trilhados pela sociedade.

Este era o princípio máximo do interesse, da guerra de todos contra todos, e o mesmo que regia o mercado. Mas há uma segunda matriz com a qual Hannah Arendt concorda: a da democracia deliberativa, pautada nos movimentos e ações existentes na esfera pública. Em *Da Revolução* (1990), Hannah Arendt dá sinais sobre o que fazer nessa lacuna entre o passado e o futuro. Para ela, o processo revolucionário é ambíguo, se pauta na tentativa de empreender uma construção política estável. Entretanto, apenas quando a sociedade civil é levada em conta nesses processos de ruptura é que a revolução termina vitoriosa. Assim, se os comunistas também houvessem se preocupado com o bem estar público (social), teriam resultados mais concretos na elaboração de seus sistemas de governo. Se não há testemunho que nos permita fazer projeções futuras, a lacuna entre passado e futuro discutida por Hannah Arendt pode, talvez, ser minimizada pela experiência: ao olhar para trás pode se compreender atos passados e a partir daí compreender melhor o presente.

Se, como a autora afirma em *Homens em Tempos Sombrios* (2008), a ação humana é reflexo do momento histórico, ela também pode explicar esse momento. Nessa perspectiva, trajetórias individuais como as que proponho utilizar nesse trabalho, analisadas a partir da memória e oralidade dos agentes em questão, podem, por meio por meio da revisão das ações passadas ajudar a entender o momento histórico em que ocorreram. Mas a leitura e a crítica arendtiana dos pressupostos marxistas se fundamentam em seu posicionamento político frente às revoluções burguesas: a revolução francesa faz história no mundo, embora seja a revolução americana quem nos tenha deixado o legado revolucionário mais consistente, porque se caracteriza desde o início pela participação política direta e pelo sistema de associações como fonte de legitimidade das autoridades constituídas, o que assegura a participação da comunidade na esfera política. Segundo Valle (2008b), Hannah Arendt condena a guinada na concepção da política provocada pela entrada das massas no processo revolucionário:

“O malogro da tradição revolucionária em considerar seriamente a única forma inédita de governo que despontou da revolução pode ser explicado, em parte, pela obsessão de Marx pela questão social, e sua relutância em dar a devida à atenção a questões do Estado e do Governo. Entretanto, essa explicação é insuficiente, e, em certa medida, até mesmo questionável, porque tem como pressuposto a preponderante influência de Marx no movimento e na tradição revolucionários, uma influência que ainda necessita ser suficientemente explicada. Além disso, entre os revolucionários, não foram apenas os marxistas que se revelaram altamente despreparados para as realidades dos eventos da revolução” (Arendt, 1990:206).

Para ela, revoluções que não resultam numa constituição, num sistema duradouro e efetivo no qual se pauta o governo dos homens da revolução tanto quanto os governos subseqüentes não são capazes de oferecer e assegurar as liberdades políticas e civis – e liberdade política sem participação, não é liberdade, pois “liberdade política ou significa ‘participar do governo’ ou não significa nada” (Arendt, 1990:175). Arendt lê como insignificante o papel dos revolucionários “profissionais” no processo revolucionário, embora tenham grande influência sobre ele. E tais revolucionários se espelham no passado, em processos já ocorridos, como os revolucionários brasileiros da década de 1960 espelhavam-se na Revolução Cubana.

Uma revolução não termina com a abolição do Estado opressor, mas com a constituição de um novo modelo de governo, um novo Estado. Assim como Gramsci e Mannheim, Arendt privilegia a idéia de revolução passiva, revolução sem armas, presente no campo simbólico, cultural, diferentemente da tese marxista onde a revolução é estrutural e redireciona a ação do Estado àquele que tem o privilégio epistemológico: o proletariado, a classe portadora do futuro. A partir daí se inicia uma tensão entre a esfera privada e a esfera pública. Os interesses sociais geram paixões, e estas, se não direcionadas pelo canal correto para a expressão da opinião pública, podem levar à violência. Cita os conselhos das comunas como uma forma inteligente e organizada de inserir o povo na revolução de forma que a opinião pública podia ser captada pelo senado, e racionalmente convertido por ele em ação política. As revoluções modernas, ao contrário, incitavam a paixão no povo. Com a paixão preponderante, a razão não tem espaço para se manifestar, e a violência se apodera do processo revolucionário². Ou seja, a paixão revolucionária, para Arendt, carregada da paixão dos homens pela resolução das questões sociais, inevitavelmente levaria à violência

Para aproximar a discussão arendtiana ao objeto discutido por este trabalho, proponho utilizar a abordagem de Maria Ribeiro do Valle (2008a, 2008b, 2006), cujas análises sobre o ME no Brasil em 1968 levam em conta a construção do conceito de poder e violência proposta por Arendt. Esta entende que a Revolução Americana é o modelo ideal de ruptura de um sistema político, porque ocorreu na arena deliberativa. A Revolução Francesa, por outro

²“Os conselhos eram, obviamente, esses espaços de liberdade. Como tais, eles se recusaram sistematicamente a se considerarem órgãos temporários da revolução, e, ao contrário, envidaram todos os esforços para se firmarem como órgãos permanentes do governo. [...] Foi nada menos que essa esperança de uma transformação do Estado, de uma nova forma de governo que permitisse a cada membro da sociedade igualitária moderna se tornar um ‘participante’ dos assuntos públicos, que ficou sepultada nas desastrosas revoluções do século XX” (Arendt, 1990:211).

lado, inseriu no processo revolucionário tanto os menos favorecidos, como também acolheu questões sociais, e não só políticas. Para ela isso gera a paixão revolucionária cega, e por conseguinte gera a violência. A presença do fenômeno francês é maior que do americano na tradição do pensamento revolucionário, o que faria com que houvesse um predomínio das ações violentas nos processos revolucionários. Arendt chegaria assim a uma condenação dos novos militantes da esquerda do século XX, especialmente da década de 1960, por evocarem o processo revolucionário clássico francês – uma acusação velada de que a nova esquerda fazia apologia à violência revolucionária, fato que incidia nas ações estudantis, que envolviam, primeiro, questões políticas, e depois, sociais. Embora ela identifique no movimento estudantil ações de democracia participativa, a proximidade com radicais e extremistas que carregavam bandeiras sociais o aproximava perigosamente das ações violentas:

“Enquanto os ‘autênticos rebeldes’ cometem algumas irregularidades como [...] ocupações de prédios universitários – entendidos como ação política, os elementos ‘criminosos’, provocam incêndios e incitam a revolta armada. Assim, [Arendt] também cataloga, como criminosos, os teóricos seus contemporâneos que se colocam em linha de continuidade com o marxismo clássico. Posicionando-se contrariamente ao movimento estudantil, aos movimentos de libertação colonial e aos integrantes da nova esquerda, nega-lhes qualquer potencialidade transformadora”. (Valle, 2008b:12)

Segundo Valle, não se pode concordar com a aproximação que a autora faz entre nazismo e stalinismo como processos de apagamento do sujeito, porque o primeiro sim, o anula politicamente, mas o segundo pode ser alterado, por ser um projeto, uma via para outro modelo de Estado, o comunismo. Mas Arendt não é conservadora. Na verdade, o pressuposto arendtiano prima pelo espaço organizado de expressão política, mantendo o indivíduo como sede de razão e julgamento, mas ao mesmo tempo construindo e utilizando ferramentas e canais legais para expressar as demandas e opiniões públicas, de maneira a alterar positivamente o Estado, mas dentro das premissas democráticas.

Para Arendt, força e poder são coisas distintas. Suas reflexões, que têm como pano de fundo os movimentos estudantis de 1960 nos Estados Unidos e na França, (Arendt, 2008) se pautam pela distinção entre os conceitos de violência e poder. A primeira não leva ao segundo legitimidade, mas o poder (o Estado constituído), então detentor do monopólio da violência, pode se utilizar dela, desde que para manter a ordem. A força existe onde as pessoas agem em conjunto, mas não onde se fortalecem como indivíduos, e não há força que substitua o poder. Portanto, os movimentos revolucionários, “movimentos onde as pessoas agem em conjunto”, não são vistos por ela de maneira positiva, e nem podem construir um

governo forte. Assim, a única forma de “rebelião legítima” é entendida por Hannah Arendt como uma contestação da autoridade constituída, e não da ordem estabelecida.

Arendt, que fora uma representante daqueles que apoiavam o movimento pacifista nos anos 1960, condena e denuncia a inversão de valores dos movimentos sociais, que iniciam a década, em sua visão, repudiando a violência, mas que terminam por “glorificá-la”. Ao analisar os conflitos mundiais e os regimes totalitários, entende que a violência e as tecnologias que a reproduzem são as características mais marcantes do século XX. A partir de então se posiciona veementemente contra a chamada “nova esquerda” (que podemos entender como Marcuse e Sartre, principalmente) e o apoio dado à utilização da violência nos movimentos contestatórios da década de 1960. Para ela, essa atitude sustentaria a entrada da violência “criminosa” na política.

A partir da crise política vivida pelos EUA nos anos 1960, pelo repúdio da população, principalmente dos jovens negros, à guerra no Vietnã, Arendt diferencia os movimentos, ou mobilizações sociais contestatórias, entre a desobediência civil e a criminosa. As diferenças entre desobediência civil e criminosa nas teorias arendtianas existem tanto do ponto de vista teórico como também do político:

“A desobediência – civil e criminosa - à lei, tornou-se um fenômeno de massa [...]. O desprezo pela autoridade estabelecida, religiosa e secular, social e política, como um fenômeno mundial, poderá um dia ser considerado com um evento proeminente da última década. Realmente “as leis parecem ter perdido seu poder”. Observados de fora e considerados numa perspectiva histórica, não se poderia imaginar evidências mais expostas nem sinais mais explícitos da instabilidade e vulnerabilidade interiores dos governos e sistemas legais de hoje. Se a história ensina alguma coisa sobre as causas da revolução - e ela não ensina muito - mas ensina consideravelmente mais que as teorias das Ciências Sociais - será que a desintegração dos sistemas políticos precede as revoluções, que o sistema claro de desintegração é uma progressiva erosão da autoridade governamental, e esta erosão é causada pela incapacidade do governo em funcionar adequadamente e de onde brotam as dúvidas dos cidadãos sobre sua legitimidade. É isto que os marxistas costumam chamar de” situação revolucionária” - a qual naturalmente, quase nunca se transforma em revolução.” (Arendt, 2004:64).

Enquanto a desobediência civil serviria para produzir mudanças não só necessárias, como desejáveis, sendo então admitidas pela autora por não ter ligações com a violência e não ser instrumento de revolução, as manifestações que afetem a ordem civil e façam uso da violência são vistas como atividade criminosa e ilegítima. Isto porque a contestação civil, ao contrário da revolução, respeita e se atém à legislação e à legitimidade da

constituição. Tanto a contestação quanto a revolução possuem o desejo de mudar o mundo. Mas apenas o primeiro caso mantém a legalidade e não gera risco de desintegração institucional.

Concordo com Maria Ribeiro do Valle, quando a socióloga contesta essa visão arendtiana, e afirma ser difícil distinguir os criminosos dos revolucionários a partir desse ponto de vista. Estes são por Arendt caracterizados como extremistas radicais, inclusive os participantes do ME dos EUA, desqualificando-os. Como o cerne das discussões políticas arendtianas é o totalitarismo do século XX. Ela entende a violência dos movimentos contestatórios pelos aspectos geracionais: por terem sido criados à sombra da violência presente nos totalitarismos vividos por seus pais, e por essa razão não terem horizontes de futuro, os estudantes equivocadamente alinham-se aos novos intelectuais de esquerda, adotando a violência e a revolução como opção válida para a contestação da ordem política vigente. Para Arendt, a nova esquerda não compreendia que o mundo vivia um momento inteiramente novo e a via revolucionária não era mais tão condizente com a realidade quanto nos tempos de Marx. Assim, a desobediência civil justificar-se-ia nos termos arendtianos, apenas como meio não violento de resistência à opressão.

O artigo “Da Violência” é escrito tendo como pano de fundo os acontecimentos de 1960, levando em conta o posicionamento da “nova esquerda” frente às novas formas de violência contra a opressão, como as guerras de guerrilha. Arendt condenava aí os teóricos das práticas revolucionárias que amplamente repercutiam no Terceiro Mundo como Che Guevara e Mao Tse Tung. De acordo com Valle, contrapondo força e poder como elementos opostos na arena política, Arendt considera legais as ações dos movimentos estudantis apenas quando elas não são portadores de “questões sociais”, mas apenas de questões políticas, mesmo que identifique no ME certas características do tipo ideal de democracia, a deliberativa:

“Condenando a aproximação do movimento estudantil com qualquer experiência ou retórica revolucionárias, Arendt mostra que embora seu protesto seja global, guarda especificidade em cada país, particularmente no que diz respeito à questão da prática da violência, que ocorre apenas onde o “conflito de gerações” coincide com interesses de grupos “tangíveis”. Nesse sentido, ela argumenta que a radicalização do ME, nos Estados Unidos, acontece inicialmente devido à “brutalidade” da intervenção policial, inerentemente ao declínio de seu poder, em suas manifestações essencialmente não-violentas”. (Valle, 2008b, 11).

Assim, para Arendt, o uso da violência pelos movimentos contestatórios “criminaliza” suas ações. Os estudantes “revoltosos” que utilizavam os espaços das universidades a fim de promover sua politização, contribuíam apenas para destruí-la. Assim, embora ela identifique a ação política nas manifestações pacíficas estudantis de 1968, não leva em conta a vontade coletiva de enfrentar a ordem existente como uma forma de atuação política legítima da sociedade civil, especialmente quando existem atos violentos (Valle, 2008a, 2008b). Valle identifica aí que Hannah Arendt via nos movimentos estudantis a capacidade de expressão política ativa e não apenas o sintoma da perda do poder do governo, como a autora interpreta, já que a violência revolucionária é vista pelos movimentos de contestação como um meio emancipatório e não como um poder destrutivo.

Na crítica à Nova Esquerda, Hannah Arendt discorda do posicionamento de Sartre e Marcuse, mas, para Maria Ribeiro do Valle, há coerência e continuidade em seus discursos. Esses autores dariam continuidade aos pressupostos marxistas, mas atualizados à luz dos acontecimentos do período, abrindo espaço para a participação de novos agentes capazes de promover a transformação da sociedade. Mas Arendt separa as esferas política, acadêmica e econômica, deslegitimando intelectuais e os ‘deserdados’ de exercerem papéis ativos de transformação social.

Sua principal crítica aos movimentos de 1968 é que a violência não é fonte de poder. Um poder construído por essa via não teria chances de sobreviver, mas além de tudo seria ilegítimo por passar por cima dos dispositivos legais e contratuais que garantem ao Estado o monopólio legítimo da violência. Opondo-se à glorificação da violência, Hannah Arendt a entende como ação anti-política, onde ela, talvez, possa até ser justificada, mas nunca legitimada. A ação pacífica é a ação política por excelência nos termos arendtianos, e ela a identifica nas primeiras manifestações pacíficas de 1968, mas para Valle ela desconsiderava a vontade coletiva de agir, mesmo com atos violentos.

“Embora Arendt conceba a ação política como a ação de excelência e a identifique nas manifestações pacíficas das organizações estudantis de 1968, ela desconsidera a vontade coletiva de agir contra a ordem existente, especialmente quando já a eclosão de atos violentos. A nosso ver, podemos identificar aí a expressão de uma capacidade política ativa, e não apenas o sintoma da perda do poder pelo governo, como ela interpreta, uma vez que a violência revolucionária é vista pelos movimentos contestatórios como um instrumento de emancipação e não como a manifestação de uma ‘potencialidade destrutiva’” (Valle, 2006: 166)

Baseada no pressuposto arendtiano, Irene Cardoso critica a geração de 1968 por não levarem em conta o contexto histórico de seus pais, o da violência da Segunda Guerra Mundial, e não entenderem que esse contexto possa ter influenciado a violência dos movimentos revolucionários. Para ela, a geração de 1968 era a geração dos “filhos da guerra”, mas houve um esquecimento de questões como a violência da guerra, as terras coloniais, o socialismo real. Assim, as comemorações de 1968, acabam por simplificá-lo, afastando-o de um contexto que foi a *violência* deixando cair no esquecimento questões como as lutas de libertação nacional. A produção acadêmica se pauta na produção europeia, que carrega uma tendência à mistificação e “glamourização” do maio francês. E disso resulta que comumente usa-se a expressão “maio de 1968”, quando no Brasil as lutas começam em março. Para ela, essa constante ressignificação cria um presente contínuo e corta o laços com o passado público, com os mecanismos sociais que vinculam uma dada geração à geração subsequente. Irene Cardoso pensa em Hannah Arendt (1972) quando delinea a ausência de ligação com o passado que o ciclo comemorativo provoca (Cardoso, 1988):

“Esta intensificação do tempo presente corresponde, na análise que Hannah Arendt faz do mundo contemporâneo, especialmente no pós-Segunda Guerra, a um rompimento do ‘fio da tradição’ ao ‘esgarçamento da tradição’ e a produção do que chama de uma ‘lacuna entre o passado e o futuro’ (Cardoso, 1998:4)”

Para Marcelo Ridenti (2008), é instigante quando se fala, hoje, sobre 1968, porque se fala de algo ainda muito presente, da violência, do debate sobre a violência. Segundo ele, o que há de mais dinâmico em 1968 e que ainda permanece é a dissolução da concepção fatalista e apocalíptica da revolução, mas os debates de 1968 podem *heroizar* os ex-líderes, mesmo quando há falsificação, um redesenho das posturas de 1968 que se alteram quando tais atores chegam ao poder e apagam o projeto revolucionário que os animava naquele ano. No movimento estudantil, segundo Ridenti, havia tendências favoráveis à luta armada contra a ditadura, mas era muito mais um movimento democrático, permeado por tendências democráticas, pela crítica a democracia representativa, e pela busca da democracia participativa.

Ainda segundo Ridenti, e em contraposição a Arendt, é outro mito acreditar que os jovens estavam alinhados com o poder soviético. Isto porque 1968 fora justamente a expressão do inconformismo tanto para com a existência da guerra fria e do capitalismo industrial, quanto para com o “burocratismo” dos herdeiros de Stálin. Aquele ano estava repleto de alternativas radicais de construção democrática que repudiavam o socialismo

“realmente existente”, chamado por Daniel Aarão Reis Filho (2008) de *karma* do proletariado: apesar de revolucionários, eram, no máximo, ditaduras de partido único, ou ditaduras de líderes carismáticos.

E essas propostas democráticas radicais se pretendiam alternativas ao liberalismo democrático, enquanto davam-se as mãos, contra os movimentos de 1968, esquerdas tradicionais e direitas, sentindo-se ameaçadas em suas prerrogativas de organizar as relações humanas. O que aproximou movimentos tão diferentes, em diferentes países, foi também à ideia de “autonomia” dos movimentos sociais em relação ao Estado e ao Partido: o povo voltava a se interessar pela *res publica*, gerando mudanças culturais, questionamento dos padrões que hierarquizavam as relações humanas.

Os três autores acima se questionam sobre o peso que o tema “violência” tem quando se analisa o movimento estudantil e as posturas de seus atores. Cardoso critica, inclusive, a existência de poucos autores que se propõem a discutir o tema “violência” na literatura sobre o movimento estudantil, retomando a linha de pensamento arendtiana para explicar o uso da violência no projeto revolucionário como resultado da ligação com a geração anterior, formada sob os totalitarismos. Mas então, segundo a linha de pensamento arendtiano, qual seria o significado público de uma vida? Como ela pode iluminar pontos da história? As questões básicas do método arendtiano sempre permanecem acerca do significado da ação humana. Assim, “o sentido de um ato executado se revela apenas quando a própria ação já se encerrou e se tornou uma história suscetível de narração” (ARENDR, 2008:30).

Hannah Arendt trabalhou algumas biografias em artigos³, sobre personalidades que de alguma forma a influenciaram, ou a quem ela admirava. Segundo ela, o objetivo de uma biografia é “observar” as pessoas, como viveram, e como foram afetadas pelo tempo histórico. Mas não há, para Arendt, um domínio verdadeiro do passado: o que há de mais próximo a esse domínio é a narração desse passado - que por fim não resolve os problemas e nem alivia sentimentos. Isso porque a “vida privada também pode ser uma realidade de modo algum insignificante, embora importante” (ARENDR, 2008:31)

³ “Homens em Tempos sombrios” é publicado por Arendt em 1968. Trata-se de uma coletânea de artigos escritos ao longo de 12 anos onde a autora analisa a vida de algumas personalidades cujas vidas e obras foram influenciadas pelos regimes totalitários e pelas guerras na primeira metade do século XX. A reflexão sobre essas trajetórias mostra as preocupações centrais da teoria arendtiana: o totalitarismo, a revolução, a violência, a condição humana.

Celso Lafer (2008), no posfácio à edição brasileira de *Homens em tempos sombrios*, se pergunta sobre qual seria a razão para que, a partir dos pressupostos arendtianos, alguém se disponibilizasse a trabalhar com uma biografia, a colocar uma vida “em escrito”. Segundo ele, Arendt gostava de contar histórias de vida, e a partir delas esclarecer pontos que para ela foram chave na determinação política deste século. Suas análises sublinhavam como a vida das pessoas foram afetadas pela história – e não o movimento contrário defendido por Marx, onde os indivíduos podem alterar a história. Para Arendt a ação e discursos são as formas como os homens se revelam, através de uma teia de relações intersubjetivas. O resultado da ação e do discurso é a história, e ela desvenda os agentes do discurso e da ação. É essa relação de mútua influência entre ação, discurso e história – e o lugar que o tema “violência” ocupa nessas lembranças e narrativas - que vamos tratar no próximo tópico.

1.2 A crise da modernidade: o ME como um novo “ator social”

Em “Da Violência” Arendt (2009:18), aponta que o traço comum aos diferentes levantes estudantis ao redor do mundo era o “desprezo” pelas formas tradicionais de participação e prática política – o que, para ela, significava o processo de esvaziamento da ação política, situação comum à sociedade ocidental a partir do segundo quarto do século XX. O traço crucial das rebeliões estudantis é que elas se dirigiam contra a burocracia dominante: a revolta juvenil do leste europeu reivindicava a liberdade de discurso e pensamento como condição elementar para a ação política, enquanto os jovens do Ocidente, que em sua maioria viviam em condições de liberdade de expressão e pensamento, se revoltavam porque tais condições já não eram mais capazes de abrir os canais para a ação, e para o exercício verdadeiro da liberdade. Sob essa perspectiva, tanto os estudantes que viviam sob os regimes socialistas do leste europeu, quanto os que viviam sob as democracias liberais (e também aqueles que haviam perdido a condição democrática, como o Brasil e México, por exemplo) lutavam pela ação direta, sem intermediários, ou seja, pela democracia participativa.

Mas tratava-se de um movimento revolucionário, como queria Arendt? Bem, a teoria arendtiana aponta para a violência que emerge nos movimentos contestatórios de 1968, e repudia a ação violenta como instrumento político. Mas qual a explicação para ocorrerem vários levantes sociais violentos ao mesmo tempo, ao redor do mundo? Quais os motivos que

levam à emergência de tantos movimentos sociais contestatórios, políticos, e movimentos culturais no fim dos anos 60?

Algumas linhas de pesquisa sobre esse questionamento trabalham essencialmente com a questão da função do *sujeito* na sociedade moderna – as possibilidades e limites de sua ação na arena política. Um “novo” conceito de sujeito emerge nas sociedades industriais considerando uma participação política diferente daquela definida pelo liberalismo, que remonta às definições clássicas da constituição democrática, colocando em xeque o modelo de democracia representativa.

A democracia se constitui e se ressignifica ao longo dos movimentos da modernidade, ao passo que estes movimentos se iniciam a partir dos pressupostos contratualistas. Tais pressupostos formam a primeira rede de pensamento sistêmica que deslegitima as heranças do Antigo Regime e ao mesmo tempo baliza os novos conceitos da modernidade, discutindo o que até então se entendia como desigualdade “natural” entre os homens. Essa desigualdade é substituída pela noção antropocêntrica do sujeito. O problema que emerge nessa nova concepção política do sujeito é como equacionar as tensões entre a esfera privada e a esfera pública – como garantir a liberdade e igualdade individual, que é anterior ao Estado, e ao mesmo tempo construí-lo dando-lhe poderes?

Durante o contratualismo, houve a idéia de que uma relação paralela, onde o individuo cedia alguns poderes para a formação do Estado. Concedido esse poder, realizado o contrato, o individuo estaria sob a proteção do Estado, que o protegeria contra ameaças externas e manteria a ordem social interna. Diversos autores estabeleceram melhor contrato, aquele que possuiria as cláusulas mais acertadas para um Estado forte e uma sociedade equilibrada e segura. O poder é entregue pelos indivíduos para o Estado. Ao longo do tempo o Estado adquiriu novas formas de ação, novas estruturas, novas formas de se relacionar com o individuo e com a sociedade.

A questão contratualista se encerra com as três grandes revoluções burguesas, a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial – esta produz os primeiros desequilíbrios na teoria contratualista, porque a desigualdade, o antagonismo entre proprietários e trabalhadores, é um de seus fundamentos. Quanto às revoluções francesa e americana, são marcos de passagem porque nelas a noção antropocêntrica atinge seu limite. Aqui, os indivíduos são livres, sedes de razão e poder, capazes de erigir um Estado. Para os americanos, o passado colonialista desaparece por meio da Constituição, ou seja, não se trata mais de “homens” apenas, mas de cidadãos, fundadores do Estado, portadores de direitos –

construtores da *res publica*. A partir daí, a natureza humana não é mais um dado divino, mas uma construção social em constante movimento.

Esse processo inacabado é incorporado pelos autores da filosofia da história, tais como Kant, Hegel, Marx e Nietzsche, que percebem que a estrutura histórica não é cíclica, mas linear, e o processo de construção política do indivíduo e da sociedade está em constante movimento. Esse movimento é incorporado em suas teorias, e acreditam que o motor para o “desenvolvimento” ou para a alteração na configuração do “espírito” do indivíduo está nos conflitos existentes no século XIX. O chamado século do conflito se insere dentro das sociedades organizadas, e não significa o caos descrito pelos contratualistas.

A filosofia da história, matriz do pensamento político moderno que finaliza o modelo de Estado Nacional⁴ como expressão da autonomia moral, encara o homem como uma projeção, algo que pode ser construído, e não algo sólido, projetando o conflito como o fator que impulsiona a evolução do espírito humano. Este modelo se define por um grupo de indivíduos que aceita a autoridade de uma instituição política que o representa, criando um princípio de reconhecimento mútuo que gera também o sentimento de pertencimento a uma unidade social. O período entre fins do século XIX e término da Segunda Guerra Mundial é o momento onde pela primeira vez a teoria política se depara com efeitos não previstos pela primeira onda de democracia. Período que se abre com Kant e Hegel e que se fecha com os totalitarismos. A sociedade antropocêntrica linear tem a idéia de crescimento, de progresso contínuo das estruturas sociais, tanto na esfera econômica como na moral e política. Isso por causa da autonomia humana, da possibilidade de escolha que gera diferentes possibilidades de construção e estruturas sociais.

A tradição revolucionária marxista busca inserir as massas no processo político, para que o proletariado assuma o poder. Aqui há uma ruptura com a democracia e as questões sociais se tornam pauta política. É exatamente essa a crítica arendtiana aos movimentos revolucionários da década de 60. No século XX, as relações tornam-se horizontalizadas, e a sociedade age como instituição, de igual para igual com o Estado, fato que leva alguns riscos à segurança do tecido social. Essa é a dinâmica que define a participação social provocada pela crise da modernidade, e mais especificamente na América Latina, pelas tensões adicionais que ela causa. A violência como meio e objeto de repúdio é o

⁴ O Estado Nacional se define pelas características formais, funcionais, e pela finalidade, que é manter a ordem pública, a paz. As características formais definem a estrutura do Estado, sendo uma somatória de elementos como povo, território, soberania (interna e externa) e nação, além da divisão de poderes e da diferenciação entre governo e aparelho de Estado (que se ocupa do aparelho burocrático e da representação democrática). Os aspectos funcionais permitem a articulação do Estado perante a sociedade civil e frente outros Estados, e comportam o monopólio tributário, da justiça e da violência.

foi o condutor para a análise dessa transformação dos estudantes de indivíduos em atores sociais, e a memória a fonte para essa análise. Na década de 60, entretanto, surge o questionamento da redução da lógica política à dinâmica competitiva do modelo representativo, e há então uma retomada da articulação entre os conceitos de cidadania e soberania popular, da concepção participativa de democracia, pautada na idéia da ampla participação dos cidadãos na esfera pública, regimentada pelas teorias clássicas de Rousseau e J.S Mill. A democracia participativa é constituída por um modelo ou processo de deliberação política onde é incorporada a sociedade civil na regulação da vida coletiva, um conceito ancorado na idéia de que a legitimidade da ação política deriva da deliberação pública de cidadãos, livres e iguais, constituindo-se, portanto, de uma alternativa às teorias “realistas”⁵ (Luchmann, 2002) , que enfatizam o caráter instrumental e privado da política, como o “elitismo democrático”.

O modelo elitista se traduz como um modelo de escolha dos líderes políticos pautado na competição entre partidos, através dos votos, e equipara a dinâmica política à dinâmica de mercado. Este modelo, pautado na relação oferta-procura entre políticos e cidadãos (empresário-consumidor), reduz a democracia a mecanismo de escolha de um representante que definirá rumos, programas e ações públicas: a ação do cidadão termina no voto, e então, delega todos os poderes políticos aos representantes, cuja legitimidade de ação é assegurada pelo processo eleitoral. Assim, o caráter individualista e competitivo deste modelo vem sendo alvo de críticas e de acusações de que tal dinâmica resultaria no desprezo aos cidadãos, relegando-os à apatia e à manipulação no período eleitoral, resultando em desigualdade e num equilíbrio ilusório. Mas o processo de democratização através da ampla participação social também trouxe alguns problemas e contradições, tanto em função da herança histórico política, quanto da “despolitização da questão social”:

“O processo de redemocratização da sociedade brasileira vem se caracterizando, no plano político, não apenas pela consolidação do sistema democrático-representativo, como também pela implementação de um conjunto de instrumentos legais que, em grande parte incorporados na Constituição de 1988, possibilitam a implementação de mecanismos participativos na gestão das políticas públicas. Por outro lado, no plano social, a sociedade vê exacerbar o quadro das desigualdades sociais, através da implantação de medidas de corte neoliberal” (Luchmann, 2002:7)

⁵ Como “teorias realistas”, é preciso destacar o conceito de elitismo competitivo de Schumpeter, que enfatiza a concentração de poder nas elites políticas, e o modelo pluralista de Dahl, que enfatiza a ação dos grupos de interesse na competição pelo poder. Esses modelos são discutidos também por Held (1987) e Macpherson (1978), para quem tais teorias formariam o modelo do “equilíbrio” ou o “elitismo pluralista” (20)

. Desta forma, o conceito que expressa melhor o surgimento e a potencialidade democrática dos associativismos e das identidades coletivas, é o conceito de sociedade civil. A sociedade civil não é importante apenas nos processos de luta contra Estados autoritários ou em processos de transição para a democracia, mas tem sido essencial para o estabelecimento de novas práticas e valores sociais, pautados na igualdade, na solidariedade, no estado de direito, e essencialmente, na construção de novos mecanismos de gestão de políticas “públicas” pela sociedade civil.

O conceito contemporâneo de sociedade civil está intimamente ligado à emergência dos novos movimentos sociais. Na América Latina, entretanto, eles só emergem com essa forma conciliadora, proponente, tendo em vista os movimentos políticos combativos anteriores, duramente reprimidos pelos governos militares.

“Movimentos sociais no Leste e no Ocidente, no Norte e no Sul tem se apoiado em tipos interessantes embora ecléticos de síntese, herdados da história do conceito de sociedade civil. Eles pressupõem, em diferentes combinações, algo da divisão gramsciana tripartite entre sociedade civil, estado e mercado, ao mesmo tempo em que preservam aspectos chaves da crítica marxista à sociedade burguesa. Eles também reivindicam a defesa liberal dos direitos civis, a ênfase dada por Hegel, Tocqueville e outros à pluralidade societária, a importância dada por Durkheim ao componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política acentuados por Habermas e Hannah Arendt” (ARATO; COHEN, 1994:150).

A intenção dessa explicação é exemplificar o retorno às teorias clássicas, que resgatam a idéia antropocêntrica de que é o indivíduo a sede de razão, poder e julgamento nos processos políticos. Mas ainda assim, estes indivíduos são sedes, mas não atores. Diante da crise das sociedades industriais, é a sociedade civil que emerge como ator político por meio da contestação, dos movimentos e levantes sociais.

Segundo a teoria acionalista de Touraine, indivíduo, sujeito e ator não são sinônimos, mas sim níveis diferentes de consciência e de engajamento humano. Haveria um processo de passagem do indivíduo para o sujeito, que seria a “vontade” de agir, de modificar seu meio (Touraine, 1994). O sujeito se transformaria em ator ao colocar a “vontade” da ação em prática, alterando o seu próprio lugar no tecido social que lhe fora legado pela tradição ou pela produção, agindo com a intenção de modificar seu meio cultural, social e político. Esse é o conceito que este trabalho utiliza ao denominar como “atores” os participantes do ME de

1968. Veremos, ao longo deste tópico, porque este conceito se adequa à definição dos estudantes de 1968. O ator não desempenha apenas o papel social esperado, criando ou recriando novos papéis ou novas dimensões para estes papéis, resistindo ao domínio do sistema que o pretendia mais uma peça destinada à reprodução de sua racionalidade instrumental.

A sociedade industrial dos anos 1950 e 1960 inibia, para Touraine, a emergência de “sujeitos”, estáticos como indivíduos no conforto de suas novas possibilidades de aquisição e bem estar, ameaçando o potencial criativo e a ação comunicativa: a palavra, dotada de revelação e significado, constituiria, assim como para Arendt, a base para a geração do poder. O sujeito é aqui entendido como mudança, liberdade e engajamento, não apenas individualmente, mas também coletivamente, como nos movimentos sociais.

Segundo as três dimensões de democracia descritas por Touraine, a terceira dimensão, representativa e que deveria dar conta da pluralidade de sujeitos numa sociedade, entra em crise a partir dos anos 60, e a “acomodação” dos anos anteriores provocados pelo Welfare State deu lugar a um sentimento de mobilização social, trazendo à tona o elemento privilegiado, para ele, das democracias: os movimentos sociais, a contestação e a crítica. Nem todas as manifestações, porém, são descritas pelo autor como movimentos sociais. A primeira distinção se faz entre movimentos culturais e os de fatos sociais (relacionados às relações sociais de produção), mas, sobretudo, àquelas que sugerem a derrubada da ordem institucional (Touraine, 1996:84). Para ele, só pode ser classificado como movimento social aquele que atua dentro da ordem institucional, com demandas, com possibilidades de serem atendidas, sem propor rupturas e que não use de violência. A violência é percebida aqui como a violência pessoal, contra o corpo dos indivíduos. Desta forma, onde há violência, seja por parte do Estado, seja por parte dos levantes sociais, está suprimida a possibilidade de manifestação do sujeito, e portanto, da democracia. Mas era a democracia o intento dos estudantes?

Deve haver, segundo o sociólogo, um plano político, e a ação coletiva deve reconhecer os valores gerais da sociedade, e não reduzir a vida política ao confronto. A partir desta perspectiva, podemos definir o movimento estudantil de 1968 em duas fases principais: a primeira até o fim do primeiro semestre, quando as demandas da universidade são o foco principal, mesmo com a repercussão da morte de Edson Luís e os embates que vieram em seguida. Na segunda, há a intenção direta da luta contra o Regime político. Seguindo os pressupostos de Touraine, poder-se-ia denominar a primeira fase como um movimento social de jovens, e a segunda, como um movimento político de ruptura.

Há uma pluralidade das formas de análise da modernidade latinoamericana, que se explica pela própria heterogeneidade histórica, política e cultural dessas sociedades. Mas há um traço comum, os impasses modernizadores, que durante a segunda metade do século XX esbarraram na tensão entre a dependência econômica dos países centrais e a modernização política com os muitos problemas de integração social. Na análise tourainiana, essa tensão poderia ser entendida como a tensão contínua entre o universo instrumental, a dimensão racionalizadora da sociedade e o universo simbólico, a experiência e o processo de afirmação dos sujeitos. Nessas sociedades, os movimentos sociais exprimiam essas tensões, ao mesmo tempo em que eram dirigidos a si mesmos, num esforço para definir seus componentes - não apenas como sujeitos, mas como atores do processo modernizador.⁶

Não tendo passado de classe enquanto produtores diretos independentes, as camadas urbanas não poderiam definir suas orientações societais em torno do *controle* dos instrumentos coletivos de trabalho implicados no processo de industrialização. Além disso, dado o papel do Estado como agente privilegiado do desenvolvimento industrial na América Latina, a reivindicação de um papel de produtor econômico, quando se manifesta, aparece estreitamente vinculada à reivindicação de um papel de “produtor” político do Estado e, através dele, do desenvolvimento econômico.

É dentro desse quadro que se pode compreender as reivindicações estudantis com respeito, por exemplo, ao tema da Reforma Universitária. Tais reivindicações – especialização, profissionalização, associação da Universidade ao esforço de desenvolvimento – dizem respeito, essencialmente, ao *tema da produção* no quadro do desenvolvimento, e não ao tema do consumo. E são correlativas das palavras de ordem que demandavam, para o movimento estudantil, um direito de palavra enquanto ator coletivo, interessado diretamente nas decisões que implicavam no futuro econômico e político do país.

Têm-se, assim, duas das condições de existência de um movimento social: o movimento estudantil define suas orientações em função da problemática do desenvolvimento da sociedade e reclama sua parte no controle do desenvolvimento social, mas o faz em nome da classe operária, do campesinato, das populações urbanas em geral. As camadas médias urbanas fornecem o maior contingente de universitários, mas não lhes fornecem um modelo de ator (econômico, social, político) em nome do qual possam estruturar-se reivindicações em

⁶ O sociólogo situa a América Latina frente a uma modernidade que possui duas frentes: a racionalização e a subjetivação. A partir daí, sua análise gira em torno de três tópicos principais: a modernidade, pautada na análise das relações de trabalho e de consciência política dos trabalhadores; a democracia, focada nos estudos dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, sobretudo o 1968 francês e os golpes de estado latino americanos; e o sujeito social, em que estuda o papel do “sujeito” nos movimentos sociais, transitando entre a sociologia e a filosofia.

nome próprio. Esses três aspectos – orientações, definidas em função da problemática do desenvolvimento, reivindicações em nome de outros atores sociais e falta de base social definida – combinam-se no movimento estudantil. A fraqueza das classes dirigentes, por um lado e, por outro, o caráter burocrático das camadas médias urbanas, definem tanto o tipo de funcionamento partidário do movimento quanto a sua implicação na problemática do desenvolvimento econômico.

Se, o movimento estudantil pode ser efetivamente interpretado como um movimento social e, deste modo, como forma de acesso a problemática societal, então os estudantes poderão definir-se de maneira autônoma, em relação a sua experiência universitária e ao seu futuro profissional. Isto permite, ao mesmo tempo, especificar o papel complementar de dois modelos teóricos – um interpretando as condutas e a questão da violência em termos de relacionamento com o Estado Autoritário, no processo de modernização da sociedade, e outro em termos de ação – e também dar uma significação teórica à principal variável desta análise: o sentido dado pelos atores a sua participação no movimento estudantil.

1.3 Trajetórias de vida e movimento estudantil – metodologia de levantamento de dados

Qual o impacto do movimento estudantil sobre a formação da consciência social no Brasil? É um simples fenômeno da juventude, que se desfaz ao alcançar a vida adulta? Um espírito contestatório que enxerga nas figuras de autoridade a velha figura da dominação paterna? Quais os efeitos da participação no movimento estudantil sobre a formação dos movimentos sociais? Como os atores ressignificam o papel da e a opção pela violência revolucionária ao longo desses quarenta anos de tantas transformações políticas e sociais? Essas são questões que permeiam qualquer análise sobre os movimentos estudantis, e que produziram inúmeras definições para o fenômeno. Mas investigá-lo exige uma análise aprofundada dos mecanismos que explicam a continuidade ou a modificação de condutas, atitudes e opiniões em situações diferentes, saber como esses atores se inserem na experiência universitária, que lhes impõe exigências e normas de ação, novos valores, definindo novas situações.

A partir desse panorama, podemos justificar as ferramentas metodológicas escolhidas. A análise biográfica proposta neste trabalho pode conferir um poder de inteligibilidade maior que outras metodologias, já que é menos fragmentada que os desvios estatísticos. Aqui se valoriza a experiência individual nas possibilidades de se estudar um tema mais amplo, e em certa medida seu pensamento condiz com a idéia arendtiana de que a

ação humana, ao ser analisada tempos depois por meio de biografias, ou mais precisamente histórias de vida, pode ajudar a elucidar um momento histórico passado.

O estudo da história de uma vida não é a finalidade. Ele leva à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço de devir e submetido a transformações incessantes. No limite,

“Um tal texto não prova nada, não verifica nada, mas [...], apresenta a vida ‘em termos significativos para aqueles que a viveram’. Há, neste método, não somente uma aproximação particular a pesquisa em ciências humanas, mas igualmente uma técnica específica de transmissão de informação.”
(Poirier,1995:84)

A pesquisa oral e documental derivou também dos levantamentos feitos pelo DOPS sobre o Movimento Estudantil, nos relatórios da “Operação Ibiúna”, de muitos documentos das entidades estudantis que permitiram um mapeamento dos diversos atores – entre eles os estudantes comuns – bem como sua origem, localização, e outros dados que possibilitaram as entrevistas.

Os referidos relatórios da chamada “Operação Ibiúna” fazem parte do material produzido pelo DEOPS/DOS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social – durante as investigações sobre o Movimento Estudantil em 1968. Estes documentos estão hoje disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo. No momento deste levantamento, feito nos meses de abril, maio e junho de 2009, podia-se localizá-los nos “Catálogos DEOPS Ordem Política”, no subgrupo “Ordem Social”, série “Movimento Estudantil” (1-4, páginas 50 à 61).

Estavam acondicionados em pastas identificadas como “Pasta Relatórios Operação Ibiúna: 12.10.1968”, sob os números 03-0334 a 03-0352. Nelas constavam, entre outros documentos, os relatórios da averiguação policial, as listas de identificação dos estudantes, fotos , bem como as fichas policiais dos estudantes presos no XXX Congresso. Os documentos utilizados neste trabalho e que a partir de agora aparecerão ao longo do texto e também na Seção “Anexos”, serão citados como “Operação Ibiúna, DEOPS, 1968”. Para aproveitá-las nesta pesquisas, tais fontes foram fotografadas, e seu conteúdo integralmente digitado em formato “*Word for Windows*”.

Porque esses atores foram escolhidos? O mapeamento foi feito a partir das listas das prisões realizadas no XXX Congresso de Ibiúna, e estes figuravam entre os considerados “estudantes – comuns”. Na verdade, é um dos poucos documentos que não se volta exclusivamente para a análise do comportamento dos líderes ou daqueles considerados mais “perigosos”.

O recorte “geográfico” se deu aliando a perspectiva de Martins Filho sobre a importância das articulações dos estudantes do interior de São Paulo para a homogeneidade das ações do ME, à lacuna de estudos sobre tais atores, e o já discutido foco nos líderes das entidades representativas, chegamos a um recorte que privilegia o centro-oeste paulista – considerando que a pesquisa oral se torna densa, atenta aos detalhes da fala, da interpretação e memória de cada ator, um recorte com um número pequeno de depoentes de mostrou mais pertinente. Dessa forma, dentre os listados entre os presos em Ibiúna, foram escolhidos os atores que desenvolveram suas carreiras no interior de São Paulo, ou que militavam nessa região.

A pesquisa documental originou a lista para o mapeamento dos atores dessa pesquisa. Além disso, pôde fornecer documentos que mostram tanto as perspectivas de controle do ME por parte da Segurança Pública do Governo Militar, como a perspectiva pessoal de alguns estudantes, bem como notificações e cartas abertas das entidades representativas, representados na íntegra nos Anexos dessa dissertação.

Assim, todo o aparato para a pesquisa oral só foi possível após um extenso levantamento documental. Tais documentos separados em duas perspectivas, a da repressão e do ME, quando analisados conjuntamente permite recriar na esfera das idéias a tensão existente entre esses dois pólos. Permitiu também o contato direto com o objeto, enriquecendo a leitura e a compreensão dos atores que foram utilizados como aporte teórico dessa pesquisa.

A localização de cada ator, a elaboração das listas, a identificação da atuação de cada delegação por estado, ou gênero, no XXX Congresso de Ibiúna foi possível a partir do estudo dessas fontes documentais. Só a partir dessa estrutura pronta é que as estratégias de pesquisa oral puderam ser desenvolvidas e aplicadas.

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como “alocações” e como “deslocamento” no espaço social, isto é, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da

distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. Além disso, diferente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo indivíduo em estados sucessivos do campo social, tendo ficado claro que é apenas nas estruturas de um campo, que se define o sentido dessas posições sucessivas, suas atitudes, seu trabalho, e tudo aquilo que o torna interessante o suficiente para ser objeto de uma pesquisa.

“A construção e disseminação de histórias seria condição para a emergência de movimentos sociais [...] a realidade social é ‘arrumada’ em enredos persuasivos que dão aos ativistas um contexto de sentido e explicitam esquemas culturais e modelos de ação e interação” (Alonso, 2009:79)

A coerência teórica dessa metodologia se dá pelo fato de que o tempo do devir social dos indivíduos e dos grupos já está estruturado por normas, definições sociais, representações ou oportunidades típicas socialmente condicionadas, de desenvolvimento ou de orientação biográfica.

Apesar de muito elucidativas, é preciso estar atento ao fato de que as biografias, autobiografias e histórias de vida não revelam toda a vida de um indivíduo, mas apenas uma versão selecionada de como o mesmo se deseja apresentar, embora não seja um processo descartável, já que também é importante conhecer e verificar as interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência para explicar parte do comportamento social. Nesse sentido, é importante também observar por que e quando os atores definem sua experiência na militância estudantil como um evento romantizado, e quando rejeitam esse

O que podemos pretender compreender ao analisar o movimento estudantil brasileiro de 1968 e a trajetória de vida de alguns de seus atores é que o ambiente histórico social, que mesclava uma ditadura recém instalada com um desgaste dos valores da classe média, além de insurreições pelo mundo de países pequenos contra suas “metrópoles” (Vietnã, Cuba e Argélia, por exemplo) impulsionava os jovens da classe média a contestar seu próprio meio, ainda que enfrentando uma família tradicional e politicamente conservadora.

Aline Pacheco-Silva (2007) trabalha com o posicionamento da história oral e da história de vida dentro da perspectiva das abordagens qualitativas: método que visa compreender as conexões entre a história individual e a história coletiva, ponte entre a trajetória individual e a trajetória social.

A recente redescoberta das metodologias de preservação da memória e da oralidade se fundamenta na tradição da metodologia experimental como única via para chegar

à verdade, afirmando as pesquisas sociais como campos qualitativos, e afastando-os das ciências positivas, ainda reafirmando as Ciências Sociais como “ciência” de fato (Pacheco-Silva, 2007:27). Nessa perspectiva, o pesquisador é tão objeto quanto o pesquisado: essa relação é uma relação social e política. Embora perpassado por uma relação de poder revela um momento de construção de diálogo e de intercessões de realidade e experiências humanas, uma vez que a “memória é algo presente na existência do homem, o que implica numa valiosa importância de seu resgate cuidadoso e ético” (Pacheco-Silva, 2007:27). Assim, o objetivo da história de vida nessa pesquisa é compreender como “cada sujeito re-significa sua existência a partir da narrativa, como reelaborar aspectos pessoais numa teia coletiva” (Campos 2004:46), mais especificamente, como ressignificam os objetivos e a postura revolucionária, e podemos entender por postura *também* a violência revolucionária, após quarenta anos do ME. Houve manutenção dos princípios, dos objetivos, ainda que não houvesse mais espaço para a ação revolucionária? Essa metodologia visa entender a significação subjetiva que os sujeitos dão às suas ações, chegando a uma realidade que ultrapassa o narrador (Gaulejac, 2005).

A conexão no diálogo, no momento da entrevista, entre pesquisador e pesquisado, se faz durante a experiência deste último em relatar a sua história de vida oferecendo a quem conta a oportunidade de, mais que reviver, re-significar sua experiência nessa vida, *refazendo* o significado dos fatos lembrados, mais do que os revivendo. O relato colhido não é uma “apresentação” que o indivíduo faz de si mesmo, mas uma “produção” daquilo que ele compreende sobre a experiência que vive:

“A maneira como o indivíduo conta oferece o acesso a outras dimensões, como ao sociólogo, a ponte entre o sujeito e o coletivo. Ao falar de sua vida, o sujeito fala de seu contrato – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido [...] Assim, o pesquisador tem acesso ao seu meio social, seus valores e cultura”. (Silva; Reis-Barros; Nogueira; Barros, 2007: 32).

Ricardo Vieira produz uma investigação social interpretativa das ações e dos significados que os indivíduos conferem a elas, e aproxima-se de Max Weber quando se recusa a falar de leis generalizáveis quanto à complexidade das diversas singularidades sociais. Isto porque o sociólogo da compreensão afirma que é possível, e se deve, compreender “do” interior os fenômenos sociais, uma vantagem das ciências humanas sobre as ciências da natureza.

Se as histórias de vida estão hoje em voga, ou seja, é um momento em que as ciências sociais voltam-se para busca de objetividade na subjetividade das metodologias

qualitativas, ao contrário dos estudos estatísticos, que despersonalizam o objeto. É preciso, antes, absorver a realidade e pensar as categorias do entendimento “do” sujeito observado. Nas palavras de Maria Isaura Pereira de Queiroz, através do relato de um narrador sobre sua existência,

“[...] se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence” (Queiroz, 1991:6).

Determinados os sujeitos a serem investigados, é preciso agora fazer sua história de vida, reconhecendo sua trajetória e o processo de construção de sua identidade enquanto militantes, portadores de outro projeto de futuro.

1.3.1 O papel da memória: por que essa dimensão é importante no estudo do Movimento Estudantil de 1968?

A história oral fornece uma auto-análise da trajetória da vida de cada entrevistado: ela registra o trabalho de memória dos entrevistados: suas lembranças que elaboradas no presente, re-significam os fatos vividos à luz do “fatos atuais”. Desta forma, a história oral é a principal metodologia empírica já que a análise será feita a partir das entrevistas, com os temas que nelas aparecem - montando e criticando uma polifonia de vozes a partir das famílias temáticas que aparecem nas entrevistas. Como resultado deste trabalho de memória é que poderei dispor de fontes para interpretação e elaboração dos textos finais.

As fontes orais são as principais amostras, mas as entrevistas só podem ser feitas a partir da análise das atividades exercidas no seio do ME, registrado pelo Deops. É importante ressaltar que a rememoração e os ciclos comemorativos têm papel fundamental na análise de trajetórias, na medida em que a reinterpretção que os atores fazem de si mesmos e de sua postura revolucionária pode sofrer alterações quando essa “rememoração” acontece em grupos, em eventos comemorativos (Campos, 2004). Trata-se de um ponto marcado na trajetória, em que se pressupõe ampla discussão sobre um evento anterior, como se um ciclo de vida fosse fechado e se disponibilizasse para um balanço – ainda que as trajetórias em

questão não tenham terminado. Nessas situações, as famílias de polifonias vocais *podem* ser influenciadas por temas discutidos no tempo presente, temas que emergem a partir de acontecimentos e eventos contemporâneos. Essa é uma das críticas feitas por Irene Cardoso aos ciclos comemorativos: a possibilidade de se perder o foco sobre o ME, sobre seus objetivos, posturas, idéias.

Durante o ciclo de comemorações dos quarenta anos de 1968, como vimos no capítulo anterior, muitos elaboraram pontos que definiram a legitimidade de se relembrar 1968. Ora, ao contrário da expressão do título do livro de Zuenir Ventura (1988), 1968 terminou, sim e isso fica claro quando o próprio relança seu famoso livro em edição especial acompanhada de outro texto: “1968: o que fizemos de nós?”, onde integrantes do movimento de 1968 relembram sua trajetória de ação naquele ano comparando às vezes, com seu posicionamento político atual, outras com os movimentos (ou práticas) estudantis contemporâneos e às vezes projetando o futuro destes movimentos, ou mesmo projetando o que se fará com a memória de 1968.

Suas preocupações sobre “manter” viva a memória desse movimento, mas ao mesmo tempo cuidando para não perdê-la nos excessos da mídia, são perfeitamente plausíveis. Há um excesso da *glamourização* do movimento, tornando heróis míticos seus participantes - certamente, a luta por uma sociedade democrática frente a um Estado forte é louvável, mas será que essa memória coletiva é a maneira como a sociedade se recorda do período? 1968 foi um ano marcante da mobilização estudantil com caráter e objetivos políticos, bem além das demandas sociais. Por outro, seu caráter ao mesmo tempo de movimento social e político dificulta sua análise e compreensão, hoje. Se a proposta é analisar se a mobilização política continua mesmo após o refluxo do movimento, ou seja, fora dele, é preciso recorrer à memória dos participantes, identificar como eles construíram a relação e mesmo se ela existe – entre as demandas políticas defendidas no movimento, e a construção de uma vida fora dele.

Quem foram os participantes do ME de 1968? Como lidaram com o refluxo do movimento? Ao deixar a condição de estudantes, mantiveram os ideais daquele movimento? Como se relacionam hoje com a memória de sua participação no movimento? Como ressignificam essa participação diante das transformações políticas transcorridas nesses 40 anos? Estas são questões pertinentes a quem observa as manifestações de 1968, e que podem ser respondidas a partir da análise da memória de seus participantes. Para João Roberto Martins Filho (2008), o trabalho de recuperação da memória dos participantes do movimento pode ser devido a duas frentes: a livre junção de imagens simultâneas, sem ligações; e a

memória histórica, própria daqueles que viveram o Movimento Estudantil e o relembram. Como, então, encaixá-lo num padrão de análise empírica, já que pode ser analisado como um movimento social, como um movimento de juventudes, de estudantes, ou mesmo política? Há diferentes definições, diferentes aportes teóricos que sugerem influências que vão desde o revolucionarismo marxista à elaboração de redes de Mellucci, e a teoria da ação coletiva de Tilly. Por outro lado, a memória dos que estiveram lá pode e deve ser resgatada.

Marluza Marques Harres (2004) faz uma reflexão sobre história oral examinando os aspectos do processo de rememoração. O trabalho com a história oral está presente no processo da renovação historiográfica brasileira, e, apesar das dúvidas, ele aos poucos se estabelece como metodologia de pesquisa. As questões colocadas pela História Oral atendem às demandas do presente, quando este se preocupa em voltar os olhos a fatos históricos ainda não muito bem compreendidos como é o caso do Movimento Estudantil brasileiro de 1968. Mais que relembrar, os fatos mostram, hoje, como as novas experiências entram em concordância com o passado, levando em conta, acima de tudo, o ponto de vista dos indivíduos inseridos no processo que se deseja estudar :

“[...] subjetividade revelada, da valorização das experiências vividas, considero que é a própria rememoração do passado e os usos deste passado na dinâmica social o ponto mais importante para os historiadores. É a experiência do indivíduo com o passado que precisa ser compreendida, o que implica termos em conta o trabalho da memória na formação das identidades pessoais e sociais. É sob o peso das considerações sobre a memória e as lembranças que podemos refletir sobre a especificidade da história de vida no âmbito da pesquisa histórica [...]” (Harres, 2004).

Mas qual seria o horizonte de preocupação e interesse do pesquisador em relação a história de vida?

“Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seu depoimento: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados e noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (Halbwachs, 1990:34).

Mas o foco no estudo das memórias apesar de ter se fortalecido nos últimos anos, não é recente. Um dos maiores expoentes desse tipo de pesquisa é o sociólogo Maurice Halbwachs, que viveu entre 1877 e 1945. Em seu “A memória coletiva” (1990), apresenta a memória como fenômeno social, examinando o âmbito das relações sociais e dos grupos de convívio. Ele se concentra na compreensão da memória individual, considerando o indivíduo como um ser social que se integra em meios sociais que determinam sua concepção acerca dos fenômenos e fatos vistos ou experimentados.

Mas a memória individual é suficiente para a compreensão de um fenômeno passado? Sim e não. Ao mesmo tempo em que a experiência individual revela partes de um todo, a memória também necessita da *memória dos outros* como ponto de apoio, já que nós nos reconhecemos a partir dos grupos nos quais nos inserimos.

“No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que do instrumento comum nem todos aproveitem do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social”. (Halbwachs, 1990: 51).

Complementando Halbwachs, Queiroz (1983) acredita que o que aparece como fundamental na memória individual é justamente a dimensão social, daí a expressão por ela utilizada na coleta de lembranças de grupos: memória coletiva. Sendo assim, podemos determinar que este trabalho traz à tona a memória coletiva do integrante do ME -1968 com origens no centro-oeste paulista – a experiência desse grupo ainda que individuais, são vividas frente as relações dos indivíduos que os cercam, constituindo a percepção das noções e imagens dessas experiências. Em suma, Queiroz, ao afirmar o autoconhecimento do homem frente ao “seu grupo”, está afirmando o “caráter intrinsecamente social do homem” (Queiroz, 1983:147) e que, assim, a memória se não se compreende a não ser apoiada na memória coletiva. E mais, o afastamento do grupo pode afetar a maneira como os indivíduos vêm e se reconhecem nos eventos passados, e assim, a memória individual é um ponto de um quadro que compõe a memória coletiva. Este ponto pode sofrer alterações de acordo com as relações

com o grupo pertencente ao tempo do evento e das relações com outros grupos e esferas sociais ao longo do tempo. As lembranças são organizadas de duas maneiras, vinculadas à vida pessoal e interior ou à vida social e exterior. A memória coletiva existe pela convivência e comunicação entre os membros de uma coletividade, e sua duração acompanha a existência do grupo.

“A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se bem alterada” (Halbwachs, 1990:71).

“É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites desse grupo” (Halbwachs, 1990:82).

Outros autores também utilizam a mesma expressão “memória coletiva” porém ressaltando que a conexão da subjetividade de cada indivíduo com os fatos passados é feita pela comunicação e não via recordações pessoais (Fentress e Wickham, 1992: 8). Para eles, o mais importante quando se fala de “recordação” é aquilo que se traduz em “comemorações” dos fatos passados, algo como uma “reencenação formal do passado”, cuja experiência partilhada desse passado tem forte importância na constituição, manutenção e legitimação de grupos no presente.

Entretanto, a construção da análise de fenômenos passados que conta com a oralidade e a memória em seu delineamento depende da análise conjunta dos encadeamentos históricos, e esse elo só pode ser feito pelo pesquisador. As pessoas são portadoras dos registros reais, individualmente, mas é o pesquisador quem poder ver a articulação do grupo com outras esferas e com seu momento histórico. A memória pode não ser rigorosamente exata, mas é a verdade que é construída pelo grupo. Assim, é necessário que as memórias dos integrantes desse grupo se inter-relacionem:

“A articulação passado/presente aparece como responsável por assegurar a veracidade das lembranças, o que não significa que a lembrança não possa ser distorcida, distorção que o autor vinculou, como citamos antes, a outra articulação que diz respeito ao interior/exterior no âmbito da memória. [...] Nesse sentido, trabalhar com histórias de vida possibilita examinar a significação assumida pelo passado em termos individuais, mas tendo em conta a inserção e interação social em diferentes momentos da vida do depoente.” (Queiroz, 1983).

A análise de trajetória proveniente das histórias de vida é apenas uma ferramenta do que os historiadores chamam de história oral. Neste formato, a pesquisa parte do recorte temático que aparece com mais frequência no discurso dos entrevistados, “as polifonias vocais”. Segundo Ricardo Corrêa (2009), este tipo de pesquisa tem dois aspectos: o caráter documental que a torna documento para estudos históricos e análises de civilizações; e o caráter “contratual”, que remete a idéia de um contrato de leitura que se baseia na identidade entre narrador e autor. As trajetórias de vida, assim, relembram o universo, as impressões e marcas do depoente. Mas o discurso dessas trajetórias não é linear e sim um labirinto - e o pesquisador se orienta a partir de dois eixos: o cronológico e o temático. Neste trabalho especificamente, o relato de vida é colhido para obter informações que se comparam e articulam com unidades temáticas obtidas nos depoimentos.

A partir do que foi descrito acima, é fácil entender porque o trabalho com metodologias de fronteiras interdisciplinares gera tantas dúvidas em certos pesquisadores: um objeto de pesquisa pode fazer parte de um cenário político, mas necessitar de uma metodologia que transita entre sociologia e história ao ser analisado, porque se foca no pensamento e atitudes de indivíduos que participaram do fenômeno que dá tema à pesquisa. Mas acredito na legitimidade da interdisciplinaridade: as ciências se completam naquilo que têm de melhor e mais efetivo. E para construir uma análise que parte de um momento politicamente conturbado de um governo repressivo, cujo foco é um movimento que não se encaixa em nenhuma definição universalizante, porque é heterogêneo em sua força, articulação, objetivos e principalmente, ideologicamente, nada é mais preciso que tratar da memória dos que estiveram lá.

Concordo com Ricardo Santhiago Corrêa (2009), quando este diz que a interpretação das histórias orais é um tráfego permanente entre o individual e o coletivo: são esferas que se complementam, que se inter-relacionam, não há uma que se sobreponha a outra. Assim, o ideal é apresentar as duas dimensões, e é esse o intento deste trabalho, cruzando os depoimentos os referencias históricos, até mesmo para conferir certa linearidade ao texto, que baseado na oralidade é sempre feito de cortes não lineares, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2.

Movimentos estudantis: classe, categoria social ou movimento político?

Este capítulo trabalha com a segunda parte da hipótese de resposta à pergunta feita no início do trabalho: seria a transitoriedade um fato tão preponderante a ponto de anular nos atores do ME o sentimento revolucionário, quando estes deixam a condição de estudantes? O aporte teórico para se pensar essa questão é composto essencialmente pelas obras de Marialice Foracchi, e João Roberto Martins Filho, que, diferente da análise macro de Arendt, produzem uma análise localizada e específica sobre o ME brasileiro na década de 60. A essa análise, agrupam-se alguns outros temas essenciais para se compreender a abordagem dos dois autores. A noção foracchiana de transitoriedade, mais tarde retomada por Martins Filho, é construída em conjunto com outros dois conceitos: a) a situação de dependência da América Latina, que gera tensões nos estratos médios, que são imprimidas nos estudantes como força latente de sua classe de origem; e b) a definição do estudante enquanto *categoria social* que, apesar da relação com sua origem de classe, possui *práxis política* que lhe é própria. Sendo assim, as construções desses dois autores incluem uma análise sociológica e estrutural do ME: sua classe de origem, a inserção dessa classe no tecido social e seu comportamento frente à dinâmica política e econômica do país, e na ordem mundial na qual o país se insere.

O viés sociológico mostra o ME como um evento canalizador das tensões das classes médias frente aos impasses do processo de modernização de uma sociedade ainda com laços de dependência dos países centrais. Assim, caracteriza-o como um movimento de juventudes, que está atrelado à classe de origem. Não o encara como um movimento político, e em suas análises os objetivos estudantis giram sempre em torno de demandas universitárias. Mas, além da descrição primorosa e ainda pertinente para análises contemporâneas, Foracchi escreve no calor dos acontecimentos, observando de perto aquilo que interpreta.

Com uma análise muito detalhada sobre a dinâmica política do movimento estudantil, Martins Filho trabalha com um distanciamento histórico de aproximadamente 20 anos dos acontecimentos em questão, privilegiando então a luta estudantil e sua contraposição ao regime militar. Ao final do capítulo, um breve relato sobre os principais acontecimentos e eventos estudantis daquele ano mostram que a dinâmica do ME compreendeu duas fases ao longo daquele ano: a primeira, em que é antes de tudo um movimento social, com objetivos pertinentes a seu *locus social*, a seu universo juvenil, como bem mostra Foracchi; e a segunda, onde se mostra e articula politicamente contra o regime militar.

Apesar da polarização do movimento, e das falhas na comunicação entre cúpula e bases, veremos que, entre diferentes teorias de ação, o objetivo principal passa a ser a derrubada do sistema – embora não necessariamente a retomada da democracia. Embora pareça haver nessa dinâmica um amadurecimento do movimento ao longo do tempo, o que se percebe é que a organização era mais efetiva na primeira fase, e que os conflitos de interesses políticos causaram muitos problemas, como a queda de Ibiúna, muitas prisões, o afastamento das bases, e por fim, o refluxo do movimento quando o regime já não o tolera de nenhuma forma. Se num primeiro momento o objetivo era resolver as demandas universitárias “apesar” do regime militar, a violência da repressão faz com que o movimento adquira objetivos “contra” o mesmo sistema – de derrocada, de ruptura. Enfim, de revolução.

Mas o fato é que, como movimento político contestatório ou como movimento de juventude, o ME emerge também como resultado do processo global que propunha a valorização da ação do ator social, da participação, da inclusão da sociedade civil no processo civilizatório, e não apenas no processo decisório, da democracia deliberativa. Trata-se do primeiro levante de atores sociais que insere a participação da sociedade civil no processo político, que vai despontar como os novos movimentos sociais da década de 70. É o uso da violência que o diferencia dos outros movimentos, que surgem na década seguinte: a violência usada no objetivo de ruptura, a violência com que foi reprimido.

2.1 Braços Teóricos – Da Sociologia da Juventude à análise política estudantil

Não há uma única linha de pesquisa sobre movimentos estudantis. Elas partem de perspectivas diferentes, levando ou não em conta a conjuntura histórico-política, os elementos sociais presentes nas manifestações estudadas, ou as biografias. Há, porém, uma “linha” que observa e analisa elementos políticos, sociológicos, e que se diferencia pelo “caráter epistemológico”. Ainda na década de 1960 e observando de perto o desenrolar do movimento estudantil e sua relação com o Regime Militar, Marialice Foracchi rompe com alguns padrões de análise da sociologia da juventude sobre manifestações juvenis.

Apesar de influenciada pelas pesquisas que abordavam o caráter geracional - como os trabalhos de Manheim, Jaide e Lipset (1968a; 1968b) das manifestações estudantis, a autora insere a análise política em dois novos níveis em sua obra: a questão econômico-social, refletida na situação de dependência vivida pela América Latina, que forma quadros político-

sociais nos quais os estudantes, portadores das tensões sociais que essa situação de dependência produz, são por isso mesmo peças-chave para a transformação. Por outro lado, ainda que para a autora o estudante fosse apenas uma das faces do conjunto de possibilidades da juventude, há momentos em que reconhece elementos que demonstram articulação política própria e definida no movimento estudantil de 1960.

A vinculação do tema com questões econômicas como a relação de dependência também é discutida por outros autores, como Guilhon Albuquerque (1977) e Alain Touraine (1999), embora de maneiras diferentes. Ainda que utilizando o conceito “acionalista” de Touraine, Albuquerque prima por uma conceituação classista do ME, uma ligação profunda com sua classe de origem, cujas tensões sociais e políticas não só influenciariam, mas reproduziriam no ambiente estudantil o comportamento das classes médias. O objetivo do estudo de Albuquerque é, utilizando o aporte marxista para explicar o que enxergava como o “controle exercido pela sociedade industrial sobre o indivíduo”, analisar as condutas de estudantes latino-americanos, na tentativa de apontar e explicar se as referências ideológicas estudantis tinham relação com a problemática do desenvolvimento.

Faz uso de duas abordagens teóricas (funcionalismo e acionismo), mas privilegia a abordagem tourainiana, e assim analisa a relação entre a ação de um indivíduo numa situação determinada, e suas condutas anteriores. Pare ele, o ME latino-americano visava os “valores da produção dentro do quadro da civilização industrial, constituindo-se um movimento social, embora lhe faltasse uma base social definida” (1977:67). Com isso, quer explicar que toda ação é resposta a um estímulo, e, se a ação é um comportamento social, ela é a resposta a uma situação socialmente definida. Neste caso, o ME seria apenas fruto das relações de dependência latino americanas, e assim, não é e nem constitui base para um movimento social, mas pode sim ser um elemento para um movimento dessa natureza, de acordo com os “temas” e “alianças” que propõe a realizar com organizações políticas e sindicais.

Chega a dizer que é o único setor das camadas médias urbanas organizado politicamente. Na visão do autor, esses fatores é que explicam a participação estudantil nos movimentos sociais da América Latina, embora dependam da estrutura de cada sociedade em questão, e da problemática do seu desenvolvimento. Mas para Guilhon Albuquerque, embora o movimento estudantil não seja um movimento social, ele constitui base importante e é condição suficiente para a elaboração de um “projeto social”. O traço essencial é o monopólio institucional da representação. Na maioria dos países latino-americanos, as organizações estudantis tinham reconhecimento institucional, ao contrário do movimento sindical (à

exceção do Chile e da Argentina) que não adquiria autonomia, o movimento estudantil estruturava e organizava suas bases, quadros e dirigentes. Aqui a autonomia interna permite que estudantes definissem suas reivindicações e formassem, ao mesmo tempo, reivindicações econômicas, políticas e culturais.

Permitiu ao movimento a organização de sua base, sob uma forma partidária, ou semi-partidária. Seu monopólio institucional garantia autonomia interna e forçava as organizações a mostrarem uma face unitária diante das autoridades governamentais, da mesma forma a luta ideológica e a “organização semi-partidária dependiam diretamente do tipo de organização da representação estudantil” – talvez, para Guilhon, isso tenha feito com que as organizações estudantis se obrigassem a manter alianças fora do meio estudantil com dirigentes habituados a relação com o poder estatal, e com quadros inclinados a mobilizações ideológicas próximas do operariado. Dessa forma, não era difícil para o movimento estudantil engajar-se em (outros) movimentos políticos. Essa configuração fez com que o movimento estudantil fosse pouco atraído a outros grupos de pressão. Exemplo disso foi, segundo Albuquerque, a extensão das bases de plataformas de reformas da UNE no final dos anos 1950 ao tema das “Reformas de Base” avançado, projetos de aliados externos, como o PTB de João Goulart. Entretanto, pela própria lógica de ação, o movimento estudantil começou a disputar as bases com as organizações aliadas. Assim, ao final do governo João Goulart as organizações estudantis disputaram também a mobilização das bases rurais.

O que se pode compreender, portanto, é que as análises sobre o movimento estudantil aplicadas ao ME do Brasil, comumente associado a análises de movimentos em outros países da América Latina, passam por três fases principais: até a década de 1950, são pautadas nas correntes européias que analisam a mobilização estudantil a partir das relações e tensões geracionais. A luta se direcionava às questões da afirmação desses sujeitos em conflito com o universo dos adultos, um processo de desvencilhamento do controle paterno. A descontinuidade da luta política empreendida por indivíduos enquanto estudantes seria resultado do “crescimento”, de sua incorporação ao universo adulto, ao exercício da profissão, aos papéis sociais que lhe seriam cobrados dali por diante, diferentes do estado de “suspensão” de responsabilidades que a vida universitária proporcionava. As tensões que impulsionavam a luta estudantil eram, portanto, geracionais.

A crise da sociedade industrial cria novas dinâmicas na relação centro-periferia, e a democracia representativa é criticada por não dar conta da pluralidade existente no tecido social, ao mesmo tempo em que nas periferias os golpes militares extinguem os regimes democráticos. Na década de 1960, a crítica à modernidade, à sociedade industrial, à

democracia representativa e aos governos militares impulsiona a tomada de uma nova responsabilidade pelos indivíduos: a ação política. Nesse contexto, se desenvolverão as análises dos movimentos estudantis que agora não são mais lidos como movimentos de juventude, nem portadores de tensões geracionais.

O vínculo com sua classe de origem parece ser indissociável, embora com peso diferente nas análises desse período. São representantes desta fase as análises de Guilhon Albuquerque, Alain Touraine, Marialice Foracchi e Florestan Fernandes. É preciso lembrar que, apesar de partilharem a mesma base para a análise, a relação de dependência e a emergência de um novo ator social, os quatro autores citados produzem análises distintas, e as aproximações se dariam entre Albuquerque, dialogando com Touraine, e Foracchi com grande influência da sociologia de Florestan Fernandes. Esta “segunda fase” de análises é muito importante, pois vai direcionar dois outros grupos distintos de análise nas décadas de 1970 e 1980: a discussão sobre os novos movimentos sociais, que parte da abordagem tourainiana e vai discutir, na década de 1980, a horizontalização das relações entre Estado e Sociedade Civil; e, partindo da conceitualização do estudante como categoria social e de sua vinculação às questões de sua classe de origem e aos processos de mudança social nos quais se inseria, proposta de Foracchi, foi possível desenvolver um novo aporte que primava pela análise da construção política do ME. Marco nas pesquisas sobre o tema, Martins Filho dialoga com Foracchi e constrói uma análise que pela primeira vez privilegia o caráter político do movimento, e não apenas o da conjuntura em que o mesmo se insere. São autores com perspectivas particulares, muitas vezes divergentes, embora talvez, façam parte de um mesmo “tronco” da Sociologia Política, que se inicia com a visão inovadora da sociologia de Foracchi e termina com a também inovadora abordagem política de Martins Filho.

Ainda seguindo as linhas desses últimos, outro tema emerge com o fim do regime militar: a mitificação do ME, como descreve Alberto Saldanha de Oliveira. Para ele, “mitificar” é algo como atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes. Essa visão mitológica identifica na “condição estudantil” ou “juvenil” a causa da ação radical dos estudantes na luta política.

As qualificações intelectuais dos estudantes favoreceram uma identificação com forças sociais ascendentes, e os enfoques que “homogeinizam” o ME, para Saldanha Oliveira (1994), dificultam a compreensão dos interesses de classe que estudantes, enquanto categoria social, manifestam em suas reivindicações. Assim, “é preciso ter em mente a relação entre as aspirações da classe média, setor social ao qual pertence à maioria dos universitários e a prática política do movimento estudantil” (1994:26).

Para Saldanha de Oliveira, a questão da classe média é fundamental, porque possibilita o entendimento de que a definição econômica de classe média – trabalhadores improdutivos que não participam diretamente do processo de produção – é insuficiente. No entendimento do autor, a definição da classe média assume um papel muito mais importante, sustentando a estratificação social por meio da diferenciação ideológica entre trabalho manual, e trabalho não manual. Essa contraposição fomenta a formação dos grupos médios e de uma consciência própria nesses grupos, que os afasta tanto do operariado, quanto dos trabalhadores manuais, ‘improdutivos’, embora não se descarte a possibilidade de alianças políticas com o operariado. Podemos dizer então que essa recusa a uma equalização social será um evento recorrente nas camadas médias (Saldanha de Oliveira, 1994). E ao analisar o movimento estudantil, é preciso antes de mais nada compreendê-lo como o movimento de uma categoria social, de “agentes cujo papel principal consiste no funcionamento dos aparelhos de estado e da ideologia, pertencentes aos setores médios da sociedade”. Mas será mesmo que seus valores estão ligados à classe social de origem?

Aparentemente “esquecido” após o fim do regime militar no Brasil, o tema volta a ser abordado, numa terceira fase, em fins da década de 1990, e continua hoje em discussão por meio de um novo grupo de pesquisadores, com perspectivas e abordagens diferentes das anteriores, pautadas principalmente pelo “distanciamento” dos fatos, pela verificação das possibilidades e dificuldades de um tema que deixa de ser contemporâneo e se torna histórico. Deste grupo, fazem parte, essencialmente, os seguintes pesquisadores: Irene Cardoso (1998;1993;1990;1988), Daniel Aarão Reis Filho (2008;1996;1989;1988), Marcelo Ridenti (2008 a; 2008b) e Maria Ribeiro do Valle (2008;1998). Apesar das especificidades da análise de cada autor, considero que todos partam da análise política do primeiro grupo descrito, e partilham dois subtemas essenciais: a violência e a memória.

2.2 A Retomada da sociologia de Marialice Foracchi.

Não é objetivo deste trabalho produzir uma “sociologia da juventude”, abarcando todo o amplo leque de possibilidades de inserção e interação social juvenil. Entretanto, parte importante do arcabouço teórico desse ramo da sociologia é aqui representado pela sociologia da juventude proposta por Marialice Foracchi. Apesar da importância de sua produção acadêmica, alguns autores observam um relativo esquecimento sobre sua obra nos últimos anos e creditam o fato ao refluxo das atividades estudantis a partir

da década de 1980. Neste período emergiram novos atores e novos movimentos sociais que atraíram o foco e interesse dos pesquisadores “minimizando” a importância dos movimentos estudantis e sua possível contribuição para a transformação social.

É importante ressaltar que o olhar de Foracchi não se deteve apenas nas atividades contestatórias da juventude, mas também focalizou a emergência de debates acerca da “condição juvenil” e de sua relação com a sociedade moderna, abordando um conjunto amplo de tópicos de temas correlatos ao tema juventude, sobre os quais sua visão permanece pertinente e importante, motivo pelo qual seu aporte teórico é central neste trabalho. Sua análise foi importante para os pesquisadores posteriores a ela, e continua ainda hoje relevante, de forma que sua obra pode ser lida como “clássica” na Sociologia brasileira, uma vez que sua reflexão permanece relevante e importante mesmo quarenta anos após a publicação de seus mais importantes textos: *A Juventude na Sociedade Moderna* e *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*.

Ainda na década de 1960, Marialice Foracchi produz um trabalho importante e pioneiro sobre o tema “juventudes”, com os olhos voltados para o papel, a situação, e principalmente para a polissemia dos significados de “juventude”. Trabalha também com os conceitos de geração, da coexistência entre gerações, da transição para o universo dos adultos, o significado de alguns dos movimentos juvenis, e especialmente a área que será utilizada neste trabalho, a construção da noção do estudante como categoria social.

Tal construção do conceito e o tratamento dado aos estudos sobre o Movimento Estudantil foram temas que tornaram conhecida a obra de Foracchi, principalmente após 1965, ano da publicação de seu estudo sobre o papel dos estudantes na transformação da sociedade brasileira (*O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, 1977). Para ela, a tarefa da abordagem sociológica é “caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social”, examinando as condições sociais que balizam seu comportamento no presente, e projetando as “modalidades possíveis de ampliação de seu horizonte de ação” no futuro (1977:8). Assim, se concentra na relação entre duas dimensões temporais que marcam a vida do estudante: o presente e o futuro, evidenciando as possibilidades das trajetórias juvenis, que a esse ponto é apenas um “projeto” de futuro.

A análise do estudante como categoria social é, em Foracchi, marcada pelo contexto de suas relações interpessoais, vinculação à situação de classe e os processos de transformação social no qual o jovem se inclui. Articulando esses três níveis, Foracchi pode equacionar o processo de construção dessa categoria. Também avaliava as relações de classe

como processo que compunha o comportamento e a ação estudantil, bem como vinculava o estudante universitário à classe média. Por isso a noção de classe é também importante em sua análise⁷.

Quanto à ligação dos estudantes à classe de origem, esta talvez estivesse ligada ao compromisso de retribuição onde o jovem que se aparta das responsabilidades com o custeio da própria vida e de sua educação, retribui à família por meio da aquisição do título acadêmico, ponte entre seu projeto de futuro e a profissão a ser exercida na vida adulta. Dessa forma, por meio da titulação acadêmica o estudante poderia ascender, ou ainda manter o *locus* social de sua família, situação, porém, diferente daquela onde o estudante é quem trabalha para manter a família. Mas o jovem estudante carrega em si duas categorias diferentes e que se influenciam mutuamente: o ser “jovem” e o ser estudante. “Como ser estudante, categoria social independente, se não é possível deixar de ser, ao mesmo tempo, jovem dependente, submisso e comprometido” (Foracchi, 1977:28). Assim, ser estudante é um efeito, um acidente na condição de jovem.

A juventude pode ser analisada como um registro tríplice, da seguinte maneira: uma fase da vida; uma força social renovadora; e o reconhecimento de algo maior que uma etapa cronológica da vida, algo como o espaço onde se pode construir o próprio estilo de existência e realização do destino individual (Foracchi, 1972:302).

A mobilização dos recursos e das potencialidades que possui depende diretamente das alternativas abertas aos jovens por sua inserção social, pelas posições que ocupam, pelos caminhos oferecidos para sua trajetória - trajetórias possíveis estabelecidas socialmente. Segundo Foracchi, não há, quer no plano da ciência, quer no plano das condições da existência social, uma ruptura total com o passado, seja como experiência de vida ou tradição. Mas há uma “vinculação experimental com o presente”, cuja emergência na sociedade moderna é manifestada socialmente nas práticas da juventude. Nelas se pode observar as condições e os conteúdos possíveis da transformação social. Assim, a potencialidade latente da juventude é muitas vezes expressa na forma de movimentos radicais e provoca a implantação de um estilo novo de adaptação social, numa atitude de “vinculação experimental com o presente”, um modelo de adaptação que envolve processos de socialização específicos, pressupondo a rejeição dos objetivos culturais e dos recursos institucionais existentes.

⁷ Embora focalize também as relações interpessoais, principalmente na interação entre jovens e adultos, entre gerações diferentes, e, nesse sentido, Foracchi utiliza o conceito manheiniiano de geração.

Embora o movimento estudantil fosse encarado por um prisma diverso daquele com o qual se analisa os movimentos de juventude, acentuando-se sua identificação com correntes radicais de esquerda, o que lhe empresta o conteúdo “revolucionário”, existe aí um ponto crítico, observado justamente quando se avalia a viabilidade e as condições de sua articulação com as forças sociais de oposição, como o movimento operário (Foracchi, 1977: 109):

“Esse paradoxo, revelador da duplicidade de significados do movimento estudantil e da sua vulnerabilidade à manipulação, permite afirmar que se o movimento subsiste é porque a problemática que lhe dá origem ainda persiste como situação não enfrentada pela sociedade, como alternativa não integrada à ordem normativa e que esta problemática não é específica do estudante como tal, e sim do estudante como jovem”. (Foracchi, 1977:110)

Foracchi chega à constatação de que, sociologicamente, existem potenciais inovadores para a criação de metas simbólicas na esfera institucional, cuja mobilização é balizada pelas condições de integração da estrutura institucional ao sistema de dominação. Assim, a ampliação da participação na vida universitária, umas das pautas do movimento estudantil, é algo associado ao processo de transformação social, constituindo um dos focos estratégicos da mudança social (Foracchi, 1977:125).

No plano da problemática da juventude, a diversificação dos modos de contestação e a explicitação do conteúdo histórico correspondem à *vinculação experimental com o presente*. Esta não corresponde apenas a um novo recurso de ajustamento à ordem social, mas contém uma manifestação explícita dessa nova ordem, que é a *contestação*. A universidade, como instituição, gera o movimento estudantil, que ultrapassa seu âmbito e se redefine sob a forma de contestação cultural. Assume aí feições políticas ao se desinstitucionalizar e ao desvendar a subordinação da universidade ao sistema de poder. Para Foracchi, a caracterização do ME que constitui objeto de análise deste texto, não será elaborada por intenções comparativas. As perspectivas de análise deste tema são tão ricas que poderiam propor uma sociologia do movimento estudantil. Ela destaca a problemática da juventude e afirma que esta constitui seu embasamento fundamental e permanente, com a necessidade de independência e auto-expressão que marcam esta etapa da vida como um comportamento de “rebelião”, podendo se revestir de formas extremadas de expressão social.

“A reação à autoridade, seja ela definida em moldes de geração, de categorias sociais ou de sistemas de dominação, é vivida em moldes compatíveis com a percepção crítica que o jovem elabora, com relação às

opções existentes, coloca a carreira profissional como um desafio a enfrentar”. (Foracchi, 1977:76).

Sob este ângulo, o movimento de juventude ultrapassa o movimento estudantil. Sociologicamente, eles se distinguem mais pelas repercussões sociais e significados socioculturais que apresentam que pela condição social dos agentes humanos que os constituem. Assim, o movimento estudantil seria “uma manifestação particular do movimento de juventude, na medida em que as determinações que o modelam são de natureza mais específica” (Foracchi, 1977:78). Para ela, os estudantes apresentam uma “afinidade” proveniente da afinidade de origem social, e este seria seu fundamento organizatório, como grupo que se reconhece diferente dos demais, e “especiais em relação a eles e idênticos a si próprios” (Foracchi, 1977:78). Assim, eles também apresentam sua característica mais marcante como grupo, *a transitoriedade*:

“A transitoriedade do grupo estudantil não se mede, porém, apenas pelo tempo de permanência na universidade, mas decorre, também, da natureza instável e mutável dos interesses, em torno dos quais os estudantes se unem. Isto explica, em parte, a dificuldade em se estabelecerem lideranças estáveis e em imprimir-se um caráter menos esporádico às manifestações. A transitoriedade da condição de estudante é, assim, um fator que marca profundamente o movimento estudantil, seja retirando-lhe a feição de manifestação permanente, seja diversificando suas orientações contestatórias ou reivindicativas. Não obstante essa fluidez, o sentido comunitário de participação, ressaltando a unidade de vivências no mundo estudantil, constitui uma condição favorável, ilustradora da sua disponibilidade potencial à mobilização. Além disso, o conteúdo político ou ideológico presente no movimento estudantil enquanto manifestação de massa, estimulado nos grupos estudantis pela atração que as alternativas políticas neles suscitam, emprestando-lhe uma condição de continuidade que supera o compasso social mais restrito da fluidez e da transitoriedade” (1977: 78-79)

Isto é, a transitoriedade pode se constituir como uma laço de continuidade de um grupo, mas os indivíduos que o constituem pertencem a ele durante um período determinado. Num plano global, o movimento estudantil traduzia a “descontinuidade” entre o ritmo do desenvolvimento econômico e o nível de escolarização, fato que impede o sistema de garantir amplo acesso à educação superior, e aos que conseguem, perspectivas de “êxito social”, algo que poderia ser traduzido como sucesso na carreira profissional.

Para a socióloga, o movimento estudantil possuía uma vocação “detonadora” que se expressava como ferramenta catalisadora de uma possível explosão social. Subsiste como uma contraposição, onde se coloca ao lado do movimento operário, por exemplo, como

manifestação de uma luta que, embora também lhe pertencesse, não lhe cabia liderar. O movimento operário, para Foracchi, depende de sua disponibilidade revolucionária, moldada pelas condições de sua inserção estrutural, fazendo com que sua articulação fosse algo “em aberto”, como a ela ficou claro em 1968. Vê o movimento estudantil, assim, como um estimulador – esse seria um traço muito particular ao movimento estudantil, e que teria origem nas condições histórico-sociais da constituição do estudante como categoria social:

“As condições histórico-sociais inerentes às formações sociais concretas é que determinarão, em última análise, as linhas da contestação estudantil, distendidas entre as reivindicações circunscritas e a atuação política efetiva. Elas dão o tom característico e os temas do movimento estudantil: universidade e revolução como manifestação da consciência da liberdade, no movimento estudantil checo; elaboração de uma “ideologia” científica, subsumida pela Sociologia e concentrada na articulação tática entre estudantes e operários, no movimento estudantil francês; a atuação estudantil e seu impacto sobre a educação, sintetizados na proposição “universidade crítica”, do movimento estudantil alemão; liberdade e compromisso como pólos a aproximar numa concepção aberta de democracia participante, no movimento estudantil americano” (Foracchi, 1977:87)

Destaca duas orientações distintas no movimento estudantil brasileiro, embora não necessariamente opostas, já que freqüentemente elas tendem a se cruzar na prática estudantil: a reivindicativa e a revolucionária. O efeito revolucionário ou reivindicativo de suas articulações depende da repercussão que alcançam no sistema social. Uma ação reivindicativa pode, por exemplo, se tornar uma contestação política se suas implicações imediatas não forem passíveis de controle institucionalmente, como aconteceu com a articulação dos estudantes negros em Colúmbia⁸. Da mesma forma, uma ação política pode diluir-se e transformar-se numa ação reivindicativa, passível de controle institucional, sob a

⁸ A primeira grande mobilização do movimento estudantil nos Estados Unidos aconteceu na Universidade da Califórnia, em Berkeley, entre 1964-1965, sobre o direito dos estudantes de organizar atividades políticas no *campus*, já que, nos anos 1950, os administradores dessa universidade haviam proibido tais atividades. Em 1964, estudantes organizaram atos no *campus* em solidariedade ao movimento negro, e também para desafiar as proibições. A rebelião estudantil de 1968 nos EUA foi sentida até meados da década de 1970, impulsionando o movimento militante negro “Black Power”, a contracultura e movimento operário de base, mas também gerou uma segunda onda nos movimentos contestatórios, como os novos movimentos feministas da década de 1970, e o movimento pelos direitos de homossexuais. Privilegiando a ação direta, como as ocupações, sublevações e barricadas, a luta dos estudantes daquele país foram também sintomas da tensão entre forças sociais mais amplas. Mas, embora 1968 seja o ano mais lembrado, foi entre 1969 e 1971 que houveram as maiores manifestações estudantis norte-americanas, protagonizadas pelo Partido Yippie (*Youth International Party*), liderado por Abbie Hoffman e Jerry Rubin, e o SDS (*Students for a Democratic Society*), liderado por Tom Hayden e Rennie Davies. Os eventos de Chicago terminaram com a promulgação de uma lei federal chamada “1968 Civil Rights Act”, que tornava crime cruzar as divisas dos estados com o intuito de “incitar a rebelião”. Ver Purdy, Sean. Dossiê Estados Unidos. Revista História Viva pp50-55; e Bradley, Stefan M., *Harlem vs Columbia University: Power Black Student in the late 60s*, University of Illinois Press, 1ª Edição 2009.

forma de “reforma universitária”, por exemplo, como ocorreu, segundo Foracchi, em certas universidades latino-americanas.

Mas ao mesmo tempo em que definia o movimento estudantil como um momento particular que a conjuntura histórica imprimia aos estudantes brasileiros, e apesar de buscar as raízes sociológicas para seu desenrolar, há momentos em que Foracchi reconhece características que o distingue dos demais movimentos de juventude: “o movimento estudantil, enquanto movimento político, radical e ideológico é [...] um movimento adulto, que contesta em termos adultos, as alternativas propostas pela sociedade.” A oposição ao adulto, assim, não é apenas uma recusa ao status, mas sim à sociedade que o impõe, justifica e sustenta. Implica na incorporação de uma meta crítica e social, “confluente à criação de novos tipos de ajustamento e adaptação” (Foracchi, 1965:92). O movimento estudantil, enfim, reivindicativo ou revolucionário, modela sua ação de acordo com a linha tática escolhida, fazendo política e sendo alvo político, aceitando os termos e entrando no universo dos adultos.

2.2.1 Tradição e Modernidade: Relações de dependência na América Latina

Mais do que a tensão moderno/tradicional vivida pelas sociedades latino-americanas, é a vinculação e dependência aos centros externos de decisão que modelam as especificidades do movimento estudantil latino-americano. Não se pode compreender este movimento a partir do arranjo institucional existente, a saber, a sociologia europeia ou norte-americana, já que partem de demonstrações excessivamente genéricas do comportamento estudantil. Exemplos disso são os movimentos estudantis de Córdoba em 1918, e do Brasil a partir de 1964. Essa análise permite enxergar o movimento estudantil com um “estilo” de práxis política, constituído e dinamizado por uma constelação de forças históricas e sociais que impõe ou pretendem impor seu projeto à sociedade.

A crise do sistema dependente se observava no comportamento e aspirações de alguns setores urbanos emergentes. Havia um atendimento dessas demandas, mas a partir de um padrão de manipulação dialética que consistia em “ceder”, mas “persistir”, ou seja, fazer concessões de caráter paliativo. Desta forma, a constituição do movimento estudantil como força política deixa entrever os percalços do “moderno”, do “modernizante” na relação de dependência.

“Na América Latina, o movimento de juventude refluí para o movimento estudantil porque a problemática crítica do jovem, nas condições do subdesenvolvimento, só floresce com plenitude quando ele assume a condição de estudante. Ser estudante num país subdesenvolvido, é reunir no quotidiano a agressão do privilégio, a pretensão do universal, o amputamento das perspectivas, a vida de um povo, o tema de sua luta. Por ser jovem, aberto e em desafio para a vida e para as novas experiências, absorve, com ânsia, o que a ele chega pela socialização, e revive em si próprio o que há de incompleto e fragmentado na sociedade e na cultura de que participa”. (1972:157)

Ao concentrar-se na explicitação de algumas teorias acerca das análises sobre o comportamento estudantil, e o comportamento do jovem, Foracchi chega a conclusão que, àquela altura, já não fazia sentido falar em conflito de gerações. O conflito aí existente carregaria projeções de uma ordem cultural e social em processo de desagregação e, portanto, a matriz do conflito seria histórica e social, e não geracional (1972:129-130). E há um ponto muito sensível que incide sobre as manifestações da década de 1960: a crise do sistema. Ela interfere nos planos de carreira, abrange o *vir a ser*. E assim, o futuro se transforma num dado do presente: um dado a ser contestado e alterado, no presente.

Com relação à particularidade do movimento estudantil latino americano, um dos pontos essenciais é a dualidade tradição/modernidade que compõe o tecido estrutural dessas sociedades. E a universidade surgiria com entidade também dual, ora modernizante, inovadora, ora arcaica, desincumbindo-se das tarefas e da responsabilidade de modernização. A centralidade da universidade na transição para o “moderno” nas sociedades latinas responde pela radicalização particular dos movimentos latino-americanos. A especificidade histórica de dependência da sociedade latino americana, a relação centro-periferia é ressaltada e assumida nos movimentos estudantis como ponto de articulação para a transformação e modernização social. Mas a radicalização do movimento estudantil é tolerada pelas classes modernizantes (estratos médios) e em certa medida fora estimulada, já que representava o envolvimento com a universidade, e avaliada como uma antecipação da articulação política na vida adulta.

“Na América Latina, o movimento estudantil tem significado essencialmente político. É este significado que lhe confere importância especial e determina a sua singularidade. O que importa, portanto, em termos da análise, é esclarecer essa passagem do reivindicativo para o político. Para tanto, é conveniente tomar como referencia a formação sociocultural característica do capitalismo dependente, e equacionar o conteúdo do movimento estudantil nessa configuração social de vida.” (Foracchi, 1972:147).

Aqui, a realidade do capitalismo monopolista, fortalecido a partir de 1964, é definido sob a forma de tensões entre camadas e setores sociais, a partir do núcleo dinâmico formado pela “classe média dependente”.

“Na sociedade brasileira [...] a partir de 1964, as implicações sociais dessas determinações básicas podem ser retidas com alguma clareza e analiticamente dimensionadas através das diferentes repercussões políticas que suscitam” (Foracchi, 1972: 148)

A mobilização estudantil brasileira se fez reivindicativa até a década de 1960, quando se inicia o processo de reforma universitária que se generaliza por quase toda a América Latina. Nesta fase, as deficiências da instituição universitária foram relacionadas com as deficiências da estrutura socioeconômica. Nas pautas estudantis, este cenário evidenciava a inadequação da formação intelectual e profissional aos requisitos de atuação nas camadas em ascensão numa estrutura social em transformação.

O conteúdo reivindicativo encontra seu dimensionamento político e seu potencial radicalizante quando assimila junto às suas demandas particulares as demandas do subdesenvolvimento e das camadas populares urbanas. Essa associação que procura entregar à articulação estudantil o papel de libertação das camadas “oprimidas” acaba dando-lhe também uma conotação “revolucionária”, embora não houvesse de fato uma associação tática e estratégica com tais setores sociais que possibilitasse no plano histórico e social uma articulação geradora de ruptura. Assim,

“a orientação política do movimento estudantil expressava uma visão da realidade histórica, filtrada pelas reivindicações universitárias e pelos seus pressupostos mais gerais que incorporavam as aspirações dos setores urbanos emergentes, politicamente emulados como núcleos dinâmicos de transformação da ordem social [...] O movimento estudantil, no conjunto dessa luta, apenas manipulava as táticas que lhe eram impostas pelas condições do seu relativo isolamento diante das forças políticas” (1972:149).

Tal isolamento só podia ser rompido, segundo a autora, por alianças que os estudantes não podiam ou não queriam ter naquele momento. Isso fez com que os temas de “denúncia” norteassem a mobilização estudantil. Ao definir a reforma universitária como preocupação central e institucionalizar a participação estudantil na vida política brasileira, o sistema de poder conseguiu neutralizar seu poder reivindicativo, obrigando-o a elaborar recursos de radicalização que exigiam a reorganização do movimento. Isso conduziu o movimento estudantil a um estilo contestatório de participação social, e a questão dos

“excedentes” em 1967 inicia a política do “diálogo”. A reforma universitária e o debate acerca dos acordos Mec-Usaid aos poucos redefinem e radicalizam esse diálogo, transformando, no ano seguinte, suas reivindicações em “práxis políticas e, em seguida, em pausa e silêncio” (1972:151).

O sistema universitário não conseguia se adaptar à pressão dos estudantes excedentes que queriam matricular-se, nem adaptar-se às necessidades de profissionalização do nível superior que a sociedade em transformação exigia. O sistema de poder se deu conta da importância da educação para a execução de seu plano de desenvolvimento nacional, e para dar continuidade a ele, estabeleceu convênios entre o MEC e universidades e escolas, pretendendo absorver os excedentes. Por dificuldades técnicas administrativas, não houve êxito neste objetivo, e ficou patente que o projeto de absorção dos excedentes não solucionaria um problema que dependia, primordialmente, da preservação de um padrão do ensino universitário.

A conotação política do movimento estudantil só se desenvolve quando há o entendimento de que o não atendimento das demandas universitárias revela as implicações de “dependência” contidas nas propostas apresentadas – em outras palavras, quando há o entendimento de que a reforma universitária oficial implicaria no acatamento das cláusulas do acordo Mec-Usaid.

A partir de então, o relacionamento entre estudantes e a estrutura de poder passa a ser conflituoso. O repúdio aos acordos Mec-Usaid passa a ser o centro das mobilizações estudantis, já que a reforma pretendida pelos estudantes tinha limites e moldes nacionais – não estavam dispostos a aceitar os modelos de modernização vinculados à centros externos de decisão. A imagem paternalista que o sistema de poder tomava frente ao movimento estudantil é substituída por uma imagem repressiva, e a luta pela reforma universitária passa a propor-se como luta política. A partir do estilo de prática modernizadora com que marcava sua atuação sobre a sociedade, o sistema de poder institucionalizou o movimento estudantil, organizou e limitou sua articulação política. Mas num panorama de descontentamento estudantil, “o governo despolitizou o movimento estudantil e ao despolitizar, marginalizou” (1982:154).

Por fim, Foracchi ressalta que a análise da rebelião da “juventude” em consonância com a questão da universidade destaca características gerais da população que

atua nos movimentos de juventude, acentuando as uniformidades na condição social, cultural e econômica desses jovens. Isso indica também que o significado da contestação juvenil é moldado pelas aspirações e horizontes dos setores sociais emergentes. Assim, a “ideologia da juventude” estaria permeada por uma visão da sociedade à qual pertence, em consonância com a problemática social desses setores.

2.2.2 Categoria Social: “estudante”

Frente ao panorama descrito por Foracchi e discutido nos tópicos anteriores, se houvesse um tipo de ação especificamente estudantil, de cunho reivindicativo, fundamentada na aspiração da reformulação dos padrões e projetos de carreira, este só se realizaria na *condição de estudante*, uma vez que, ao se concentrar nas lutas reivindicativas pela alteração e reformulação dos projetos de carreira, o estudante apreende as limitações sociais de estudante enquanto categoria “vinculada à classe média ascendente”.

O estudante emprestaria à sua ação alvos cujo objetivo é transcender os limites de sua situação de classe. Ele não necessariamente se posicionava contra essa situação de classe, mas contra a estrutura que a mantinha e que impulsionava a luta reivindicativa. Assim, enquanto estudante, as *proporções de sua ação* poderiam ultrapassar os limites de sua condição, de acordo com as possibilidades abertas no processo de transformação da situação de classe. As possibilidades de superação estariam, enfim, contidas no processo “histórico-social” da constituição das estruturas das classes sociais. A partir daí, Foracchi explica que é possível compreender o desvinculamento do estudante ao se manifestar socialmente. Não se trata de uma ação voluntária, desinteresse ou alheamento, mas de uma readequação de valores e interesses, no intuito de globalizar e direcionar a ação.

“As condições da participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referência de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena-burguesia ascendente, denominada por alguns autores de ‘a nova classe média’”. (Foracchi, 1982:221).

Isto porque,

“[...] por um processo histórico-social ainda não suficientemente analisado, a nova classe média brasileira encontra-se, com relação às demais classes, numa relação de dependência que dá conotação ambivalente à ação de classe. Com efeito, a condição salariada a vincula, positivamente, às camadas populares, fazendo-a, não raro, compartilhar de suas

reivindicações, nem que seja exclusivamente em moldes de tímido ou subjetivo apoio” (Foracchi, 1982:222)

Entretanto, essa mesma condição assalariada a vincula a uma condição de dependência e subordinação à experiência e à visão histórica das classes dominantes, e tal vínculo faz com que haja sempre na classe média um temor de perder os benefícios que resultam dessa relação. São essas as condições que determinam a ambigüidade de seus interesses: “qualquer modalidade de comportamento que a liberasse, em definitivo, dos vínculos de dependência, poderia ser interpretado, nesse contexto, como comportamento ‘revolucionário’” (FORACCHI, 1982: 222). Para Foracchi, é imprescindível deixar claro que “é na peculiaridade da condição de assalariada que se encontrará a explicação sociológica para a ambivalência ideológica e para a singular radicalização do comportamento político da pequena burguesia brasileira” (Foracchi, 1982:223)

O impacto quase imediato que o programa de reformas da universidade teve sobre o movimento estudantil está, segundo Foracchi (1982:224), diretamente relacionado com as conseqüências de tais mudanças sobre suas profissões, aliada à forte influência do pensamento das camadas conservadoras sobre o ensino superior:

“[...] face às inovações que o momento exige ou impõe, os estudantes estão tentando desatar os vínculos que prendem sua camada de origem a este tipo de ingerência conservantista e indicando, de certo modo, as potencialidades ‘revolucionárias’ da situação de classe em que se encontram”. (Foracchi, 1982:224).

Para Foracchi, o indivíduo, “enquanto estudante, é capaz de reconhecer com maior êxito do que o jovem, em geral, o sentido do vinculamento da sua camada de origem às camadas dominantes e de percebê-lo como obstáculo à concretização de seu projeto de carreira” (Foracchi, 1982:224) Há então, um desgaste da atuação dos participantes, já que essa ação é resultado de uma falta de constituição ideológica, da falta de coordenadas políticas. Essas deficiências na aproximação com outros setores que tinham os partidos políticos brasileiros eram, para Foracchi, em parte responsáveis pelo “tom inconseqüente” dos movimentos estudantis.

Assim, há para ela três ordens de fatos sobre as quais se deve refletir: primeiro, a precária cobertura política que os partidos oferecem aos movimentos de base, como o movimento estudantil – essa ausência seria responsável pela falta de comunicação entre base e cúpula. Segundo, a atividade teorizadora da cúpula, que não traçava normas eficazes de ação prática. Em terceiro, a crescente importância do “pronunciamento” das massas, ao mesmo

tempo em que não havia possibilidade de propor candidatos a postos eletivos que não estivessem de alguma forma a ela vinculados. Esses três fatores são inicialmente contraditórios, uma vez que não há como apontar um candidato surgido das massas, se ela não é suficientemente politizada e se a cúpula estudantil, a quem caberia esta tarefa, não tem condições de criar um entrosamento político com as massas. Como, então, isso se resolve?

A meu ver, Marialice Foracchi entende o movimento estudantil como uma ponte, um segmento que ligaria as cúpulas políticas, os partidos, às massas. O ME exerceria uma função catalisadora – isso se os partidos, como ela descreveu acima, tivessem uma política de ação para que seu panorama político e ideológico chegasse de forma inteligível e efetiva às massas, usando a ponte, o movimento estudantil.

No caso brasileiro, as influências radicalizadoras do jovem estudante são em parte os ressentimentos e aspirações da classe média que o pressionam. Essas insatisfações eram, assim, “elaboradas e manipuladas socialmente como expressões do inconformismo ou da rebelião da classe média” (Foracchi, 1982:238). Para ela, o estudante brasileiro é, então, uma força “virtual” revolucionária. A realidade e a concretização viriam por meio de uma continuidade de ação determinada pelo grupo “estudantes”, onde cada geração passa à geração seguinte uma indispensável continuidade. Na medida em que uma geração fosse capaz de se organizar, transmitindo seus objetivos, sua luta à geração subsequente, manipulando-a de forma a conseguir tais objetivos, então o movimento estudantil teria sua continuidade formal garantida.

A partir dessa perspectiva, é preciso demonstrar que a ação do estudante está “temporalmente circunscrita na própria transitoriedade de sua condição social” – embora, nem por isso, ela seja neutra. Mas, “é a transitoriedade da condição social de estudante um dos fatores responsáveis pela formação de perspectivas sensíveis aos aspectos contraditórios do presente, constituídos e apreendidos no transcorrer do processo social de transformação do jovem estudante” (Foracchi, 1982, 240). A autora questiona-se sobre o significado dessa transitoriedade, expresso pela ação fragmentada do estudante: esta não poderia ser também, no plano da realidade estudantil, uma situação de transitoriedade das camadas médias brasileiras? Se assim fosse, a transitoriedade da ação estudantil refletiria mais que a fragmentação de sua ação, devido à sua condição temporal de estudante, e, portanto, impossível de se superar. Representaria também, a instabilidade da situação de sua classe de origem, inerente ao modo pelo qual ela se integra no processo social de produção.

Diz a autora que, ao mesmo tempo - e como fonte da ambigüidade - a fragmentação gerada pela transitoriedade é também o sentido *transformador* em que o

estudante pode *vir a ser* uma categoria revolucionária. Contraditório e ambíguo o sentido dessa proposição, pois assim, a transitoriedade ao mesmo tempo em que fragmenta, pode também engajar, já que para se entender como categoria revolucionária, o estudante precisaria antes compreender os mecanismos que o fragmentam, propondo a partir daí a transformação social.

“O jovem estudante surge, assim, como o agente humano especialmente sensível às pressões diretas ou indiretas dos propósitos de transformação social alimentados pela pequena-burguesia. Ser estudante equivale a viver, nos limites de uma condição social particular, a ambigüidade da situação de classe.” (Foracchi, 1982:242)

Assim, para Foracchi,

“se o estudante chega a atuar de modo ‘revolucionário’, é porque as condições do processo global de mudança presidem à transformação das massas urbanas em grupos de pressão e permitem canalizar as diferentes formas de radicalismo para o núcleo das chamadas ‘forças populares’. A função transformadora das camadas médias, na medida em que permanece confinada aos seus setores radicais envolve, necessariamente, o jovem estudante como instrumento de ação, sem que ele se aperceba de todas as implicações desse compromisso, conforme fica claro, por exemplo, na Reforma Universitária, que visa abrir a Universidade às camadas populares quando, na verdade, está apenas ampliando as oportunidades da pequena burguesia”.

Para a autora, os estudantes podem retirar de sua própria vivência de classe, do dilema do subdesenvolvimento, elementos para uma identificação com os objetivos das classes “oprimidas”: a incorporação de um projeto comum de transformação social que unifica os estilos diferentes de ação; e também porque, mesmo sem ter traçado o mesmo trajeto do operariado clássico, a pequena burguesia também sofre formas de opressão pelas camadas dominantes, principalmente no tocante às barreiras impostas à concretização de suas aspirações:

“Quando situadas num contexto social de referência, o ardor revolucionário perde, contudo, sua autenticidade: a revolução pregada se confunde com o movimento ascensional de uma camada que visa obter, a qualquer preço, a consideração e o prestígio social. É a revolução nos termos e nos limites de uma classe, que se dirige ao povo, que procura envolver toda a nação, mas que se encontra, de fato, limitada pelas próprias preocupações”. (Foracchi, 1982: 267).

Assim, a ambigüidade da pequena burguesia, a qual podemos observar a partir da análise do movimento estudantil, apresentaria três características singulares: a negação da

classe como condição determinante da ação; a afirmação da consciência sobre a ação; e a preocupação de transformar a ação, em *reivindicações* específicas:

“A ação do estudante é específica para aqueles que procuram inventariar um conjunto característico de reivindicações como fator de reação imediata às decisões governamentais no setor da Universidade. O contingente estudantil é uma força permanente de reação de renovação, diante dessa “acumulação” de atos reacionários que exigem a nossa pronta resposta [...] A ação do estudante, será, necessariamente, uma ação de revide às afrontas. Não há conteúdo de classe a concretizá-la porque ela só será politicamente válida se legitimada por reivindicações próprias da categoria, isto é, se elaborada em moldes definidamente estudantis.” (Foracchi, 1982:27)

A única condição que poderia assegurar a concretização de seus objetivos seria “revolucionar” a sociedade brasileira. Notemos que a socióloga fala em revolucionar, mas não em revolução:

“Os limites sociais da ação estudantil, embora sejam evidentes e concretos quanto ao seu poder restritivo, não interferem, como se nota, na elaboração das intenções que a conduzem [...] Por outras palavras, a ação do estudante só adquire uma amplitude societária sob condição de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na sociedade brasileira. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, já em curso, é que ela poderá revestir-se de conotação ‘revolucionária’ [...] A ação e a intenção não traduzem, assim, momentos distintos da práxis estudantil. O conteúdo e o significado desta só podem ser compreendidos à luz do processo histórico social que os constituiu e como manifestações singulares da situação de classe, mediadora de todos momentos da existência do estudante como categoria social” (Foracchi, 1982: 294.)

Quanto à universidade, sua missão “revolucionária” está atrelada e compassada com o momento histórico. Ainda que o estudante fosse a expressão do jovem radicalizado, permaneceriam indeterminadas e indefinidas as polarizações desse “radicalismo abstrato” (Foracchi, 1982:290). O estudante não está, em virtude de sua origem social pequeno burguesa, envolvido no processo de produção, mas é marginal a ele, apesar de absorver as tensões de sua classe. assumir sua condição “marginal”. E depois, com o impasse em que se achava a classe média e a sociedade dependente, o movimento estudantil se mostrava como uma das poucas alternativas possíveis. E esta seria de natureza intelectual e política, criando um estilo de práxis que ultrapasse a condição que a cultura burguesa procurava manter entre o intelectual e o político. O que ela pretende assinalar é que a sociedade dependente cria um novo estilo de participação política. A identificação com os “oprimidos” não é subjetiva, ou emocional, mas resulta de mecanismos objetivos, que se expressam no reconhecimento da

precariedade da situação do jovem, do estudante, e das pressões sociais que o marginalizam, relacionando suas crises particulares à crise do sistema.

O estudante universitário, como vimos, não estaria por sua origem social “burguesa ou pequeno burguesa” essencialmente envolvido no processo de produção. Nessa situação “especial” de marginalidade, o ME representaria uma *modalidade radical de engajamento*, porque correspondia a um momento de *crise* da “cultura intelectual burguesa”. Assim, organizar-se *politicamente* implicava também em assumir tanto seu poder potencial quanto sua condição marginal. É no ME que a classe média das sociedades dependentes enxergava uma possibilidade de saída ou solução. Uma saída de natureza intelectual e política, com um estilo de práxis que ultrapassasse aquele definido como contradição entre, esses dois campos, no universo da cultura burguesa – o ME seria então “fruto dessa obstinação ou desse impasse, num contexto de mundo subdesenvolvido” (Foracchi, 1972:44).

Para Foracchi, diante deste quadro a atuação estudantil procurava desenvolver-se como um tipo de participação social compatível com sua provisória condição de marginalidade: uma participação de *cunho político*, mas “conduzida fora dos quadros políticos instituídos” (Foracchi, 1972:45). Assim, em termos de atuação, o ME superava os limites de sua camada de origem, canalizando tensões e também direcionando-as para o âmbito da universidade. Esse processo se inicia em 1967, quando o ME no Brasil se organiza como única forma de atuação e oposição política não institucionalizada.

“O movimento estudantil, sozinho, é, ao mesmo tempo, autônomo, incontrolável e impotente. Radicalizando-se como, e enquanto, oposição estudantil, ele se desloca para o núcleo do sistema do poder, questionando tão-somente a sua forma política (que é evidentemente, a manifestação mais aparente do sistema de poder), mas convertendo-a no objetivo central da luta. O movimento contra a ditadura (o M.C.D) – que marcou época nos meios estudantis – ilustra a fase e, ao mesmo tempo, a dimensão agitacional do movimento estudantil e, mais ainda, consagra, na prática, um estilo de denúncia e de contestação política que se esgota pelos seus próprios meios”. (Foracchi, 1982:46- 47)

Então, ao movimento estudantil cabia absorver e orientar as tensões existentes, mas não as criar. Essas observações pressupõem, para Foracchi, duas características básicas do ME: sua falta de coesão interna, devido às diferenças ideológicas, o que resultaria numa impotência “transformadora ou revolucionária”, e sua inabilidade para impor sua visão ou envolver de forma duradoura outras camadas sociais.

“O movimento estudantil tem-se mantido alerta frente a esse estado de coisas. Mas – é o caso de indagar-se – até que ponto propõe ou é capaz de propor transformações estruturais e culturais incompatíveis com a manutenção do capitalismo dependente? Não há como se iludir, e o movimento estudantil alimenta poucas ilusões: sabe que a plena consecução dos seus objetivos, mesmo quanto a Universidade, só será possível com a transformação da sociedade. Mas compreender, também, que, para construir-se como força auxiliar do processo revolucionário, deverá permanecer, por algum tempo, como força única. A tanto o obriga sua condição especial de polarizador das tensões que se desencadeiam no núcleo do sistema dependente.”. (Foracchi, 1972: 50)

A visão estudantil continha a consciência da situação de dependência, embora não a conseguisse impor ao restante da sociedade, de não estar envolvido diretamente com o processo de produção. Assim, mesclando tensões da dependência que afetavam sua classe de origem, com as demandas universitárias, o ME tinha na fusão da luta reivindicativa com a luta política o seu estilo característico de luta.

Em, *A juventude e a sociedade moderna*, escrito em como sua tese de doutoramento, Foracchi elenca as características que influenciam e moldam as ações da juventude, seu posicionamento na sociedade, suas formas de interação e participação política. Em seus textos, há um balanço histórico sobre as formas de participação social da juventude, e em como a conjuntura histórica e política influencia nesses dados posicionamentos.

Um dos pontos-chave da análise de Foracchi é a questão da relação de dependência em que os países latino-americanos estão imersos. O cenário provocado pelo capitalismo dependente interfere nas formas de relacionamento entre classes sociais, e, essencialmente, para as classes médias, o jovem surge como elemento com potencial transformador, e muitas vezes, como explicita nos textos, como portador das tensões de sua classe de origem.

Já em *A participação social dos excluídos* (1982), Foracchi produz uma análise acerca das mobilizações da juventude caracterizada pelas relações de capitalismo dependente vivenciadas na América Latina. Neste cenário de condição dependente da relação centro-periferia, Foracchi observa que as tensões vividas pelas classes sociais emergentes influenciam e de certa forma impulsionam o comportamento político da juventude. Desta forma, são as tensões da classe social de origem que imprimem no jovem estudante as características de seu potencial transformador.

“Formados no limiar da crise do sistema que, através deles, assiste ao esgotamento das suas alternativas de vida, esses jovens tentam se antecipar ao futuro, esforçando-se por demonstrar, de modo socialmente eloqüente e significativo, a emergência de uma nova ordem social e cultural, cujos

fundamentos são incapazes de definir, mas cuja realidade subjaz à contestação da juventude”. (1982:78)

De acordo com Foracchi, o jovem é em si portador do potencial transformador em suas múltiplas possibilidades. A condição do “estudante” é apenas uma face do conjunto que é ser “jovem”. Entre as múltiplas dimensões da participação social da juventude na sociedade observadas por Foracchi, é na condição de estudante e principalmente em meio ao ambiente universitário que o jovem vivencia as tensões e os antagonismos também vividos por sua classe social de origem, a saber, segundo a autora, majoritariamente provenientes das camadas médias.

Pertencente a um *locus* particular temporal e socialmente – porquanto portador do potencial transformador proveniente da juventude, mas ainda não pertencente do universo dos adultos – o jovem encontra na universidade maneiras de expressão particulares a seu universo, embora transitórias. A partir desse pensamento, Foracchi aborda dois dos pontos essenciais de sua obra e que direcionam esta parte de meu texto: a questão da transitoriedade, e da manifestação estudantil como categoria social.

Fundamental para se discutir os acontecimentos de 1968, a análise de João Roberto Martins Filho muitas vezes dialoga com a de Foracchi no que diz respeito à influência da classe social de origem nas orientações políticas do Movimento Estudantil, e principalmente na elaboração do conceito de transitoriedade. Entretanto, sua obra dá um salto com relação às análises anteriores, já que privilegia a compreensão dos pressupostos “políticos”, bem como das formas de articulação política da esquerda estudantil.

Em seu *Movimento estudantil e ditadura militar 1964-1968* (1987), o autor procura salientar o que acredita serem as duas tendências predominantes nos estudos sobre movimentos estudantis: a atribuição das formulações e práticas elaboradas no plano da direção política dos movimentos estudantis ao conjunto da categoria universitária, o que colabora para a criação de uma mitologia estudantil, direcionada para o suposto caráter “revolucionário” do movimento; e o “equivoco” nas leituras de autores como Marialice Foracchi, que ao se preocuparem em contrapor-se às leituras idealizadas, terminam por não reconhecer “uma autonomia específica no nível da ‘vanguarda’ estudantil, aos campos constituídos pelas propostas e ações características dos grupos militantes”. Para Martins Filho essas duas óticas apontam para a necessidade de ser preservar a relativa independência entre as práticas da direção, e as do conjunto do movimento.

Segundo Martins Filho, até a década de 1930 a composição social dos estudantes era majoritariamente as classes dominantes, “sobretudo a burguesia comercial”. A seguir, com as transformações econômicas e políticas vividas pelo país, passou a haver uma “integração política da classe média” e o sistema educacional se influenciou por esses processos. Desta forma, até o início da década de 1960 as camadas médias dividiam espaço nas universidades com as camadas dominantes.

“O jovem estudante de classe média define-se socialmente enquanto categoria pelas relações de manutenção e de dependência que mantém com sua família, expressão mais evidente de sua situação de classe. Ao lado disso, na constituição da categoria estudantil, o trabalho desempenhado em tempo parcial configura um elemento de fundamental importância” (Martins Filho, 1987:24).

Para se tornar universitário, o jovem mantém relações com a família que transcendem a dependência econômica, mas que se fortalecem através dos vínculos de retribuição e compromisso para com a continuação da trajetória familiar ascendente. Num sentido mais amplo, como continuação da trajetória de ascensão da classe de origem.

“O trabalho parcial é um elemento indispensável para que o jovem de classe média possa estudar e, assim, esteja apto a incorporar a dimensão educacional como um dos requisitos – necessário, mas não suficiente – para a ascensão familiar. É assim que, para Foracchi, ao complementar sua manutenção pelo trabalho, o estudante deixa de estar vinculado à família, quer dizer, nega-se como parte da família para integrar-se ao sistema como agente de classe.(Martins Filho, 1987)”.

Com isso, Martins Filho quer explicar que o trabalho em tempo parcial não se equipara ao trabalho operário, e assim, essa atividade não gera uma “consciência revolucionária” nos clássicos termos marxistas. O jovem que recorre ao trabalho assalariado continua a ser um integrante da classe média, e mesmo seu contato com o conhecimento e com saber não alteram sua veiculação de classe. As análises discutidas por Martins Filho ressaltam, a complexidade da condição estudantil, fato que não permite sua definição como “revolucionária”.

Por outro lado, do ponto de vista sociológico do qual partia Foracchi, a articulação política estudantil era, diferentemente de Martins Filho, algo particular, e que não poderia ser incorporada aos estudos das modalidades vigentes de expressão da política

nacional. Este tipo de análise partia de uma formalidade que não permitia levar em conta a dimensão ideológica “subjacente e essencial” à articulação estudantil à política nacional, nem o caráter dual de manifestações “reivindicativas” e “revolucionárias”. Estes dois termos produziam efeitos sociais distintos, ao mesmo tempo em que permeavam a sociedade como um todo, manifestando, assim, três tipos de organização: a manifestação política fora dos quadros tradicionais; a intensificação da hostilidade entre gerações; e a vinculação aos chamados “grupos oprimidos”. A compreensão sociológica de Foracchi sobre o movimento estudantil, portanto, não residia na variável “institucionalização”, reveladora da multiplicidade de arranjos formais possíveis, mas sim na imprevisível variável “ideologia”, apreensível principalmente pela densidade de seus efeitos sociais.

Segundo Martins Filho, a partir da definição dos limites sociais mais amplos que permeiam os movimentos estudantis, é possível então começar a compreender como se dá o engajamento radical do estudante no quadro de sua vinculação de classe.

“[...] enquanto categoria social, o estudante tem no traço da transitoriedade uma de suas principais características. Pode ser definido como um 'vir-a-ser', um agente social essencialmente voltado para a realização futura de uma condição definitiva: a profissão.” (Martins Filho, 1987:26)

Assim, o jovem estudante pode ser visto como um projeto do profissional que ele será no futuro. As relações estabelecidas com este seu “projeto de carreira” terão importância fundamental na determinação de sua “consciência radical”:

“[...] o radicalismo estudantil tem suas raízes referidas à situação de classe do jovem universitário, não sendo necessário buscá-las em fatores externos como o 'contato com o conhecimento' ou a 'equiparação à condição proletária'. Na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente. Ao tentar ultrapassar os limites que se antepõem à ascensão de sua classe, ele passa a ser o agente radical do processo de sua superação e o seu desvinculamento se define como a busca por atingir o engajamento pequeno-burguês” (Martins Filho, 1987:27)

Ou seja, não se trata aqui de um engajamento revolucionário no sentido clássico, mas de uma potencialidade revolucionária, como se vê em Foracchi:

“As alternativas revolucionárias consagradas dificilmente se apresentarão como solução imediata para os que não vivem a condição proletária e que são meros assalariados de classe média. [...] Afastada da alternativa proletária e marginalizada no processo capitalista de produção, essa nova classe média é a categoria intermediária que se comprime entre as

contradições do sistema, não contando, sequer, com um estilo de atuação que a singularize ou com uma filosofia prática que lhe descortine perspectivas imediatas de futuro [...] A transformação social a que aspiram está contida nos limites da posição da classe média, comprimida entre o proletariado, em afirmação, e a burguesia, em expansão”. (Foracchi, 1972:225).

O movimento estudantil não está, para o autor, isento das contradições e ambivalências que permeiam o comportamento político de sua classe social de origem. Além disso, há a flexibilidade que sua condição transitória lhe atribui, e a possibilidade de abertura a outros movimentos e grupos sociais. Assim, é possível compreender porque uma das possibilidades do movimento é a aproximação com “as classes populares”. Entretanto, a opção da consolidação dessa aliança, que se fortalece a partir da década de 1960, “não implica na identificação social ou na fusão com os objetivos populares”. Para o autor, essa “aliança com a classe trabalhadora faz-se no quadro da manutenção do caráter de classe do movimento estudantil” (Martins Filho, 1987:28).

A identificação com os grupos populares, assim como indica Foracchi e reafirma Martins Filho, acontece não no nível da existência, mas sim no da luta por superar os limites dos projetos de classe. A integração desses diferentes grupos sociais na década de 1960 expressaria o “desejo pequeno burguês de liderar o processo revolucionário” (Martins Filho, 1987:29). Assim como em Foracchi, a identificação com os “oprimidos” não é, para Martins Filho, subjetiva, ou emocional, mas resulta de mecanismos objetivos, que se expressam no reconhecimento da precariedade da situação do jovem, do estudante, e das pressões sociais que o marginalizam, relacionando suas crises particulares à crise do sistema.

De acordo com o autor, é preciso considerar a heterogeneidade política e ideológica, bem como os limites do movimento estudantil descritos até aqui: “A *práxis* pequeno burguesa, estruturalmente confinada, ideologicamente ambígua e socialmente delimitada, é incapaz de alcançar um conteúdo unitário de classe, daí resultando o seu fracionamento nas diferentes categorias sociais que a desenvolvem” (Martins Filho, 1987:29). Portanto,

“Assim definidos, os grupos médios sempre poderão estabelecer alianças políticas com a classe operária, mas está descartada a hipótese de uma 'fusão' ou 'integração' com a classe operária, pressuposto de diversas abordagens do movimento estudantil” (Martins Filho, 1987: 30).

A partir daí, o autor busca compreender os pressupostos políticos que fundamentaram as propostas da esquerda estudantil em 1968. No auge da crise estudantil vivida naquele ano, e com o descenso das mobilizações a partir de julho, era possível observar a cisão que se desenvolvia no interior de sua direção política, que se dividia, segundo o autor, irreversivelmente em duas posições divergentes, portadoras de conceitos conflitantes sobre o papel do movimento àquela altura. Tal divisão teria raízes ainda nas discordâncias expressas em plenário, no 29º Congresso da Une, em 1967, e que se agravaram no Conselho Nacional da UNE, (Salvador, maio de 1968). Para o autor, a análise dessas duas políticas estudantis permite traçar uma análise sobre as perspectivas ideológicas da direção universitária em 1968.

2.3 O Processo de radicalização: entidades e atuação

Sob vários aspectos, 1968 é um ponto de inflexão em si mesmo, já que é produto de uma série de encadeamentos de fatos históricos, e ele mesmo projeta e recria novos paradigmas para o futuro. O movimento estudantil daquele ano é resultado não apenas do golpe de 1964, do desagrado dos aliados do golpe ao perceberem que seus interesses não estavam sendo privilegiados, mas também de estruturas anteriores ao golpe, que determinaram sua organização, objetivos e forma de articulação, como o desenrolar das políticas das entidades representativas estudantis anteriores ao golpe, dos rachas que dividiram o PCB em 1961 e que mais tarde provocariam nos estudantes um repúdio às duas linhas resultantes do partido, pela apatia com que receberam o novo regime militar. Assim, vamos aqui tratar brevemente das configurações históricas, do desenrolar histórico que desencadeou as mobilizações estudantis em 1968, e o mais importante, na divisão interna da entidade representativa mais influente, a UNE.

1968 foi um momento político de transição, mas especialmente, de transformação cultural e comportamental – esferas onde houve, de fato, uma ruptura de paradigmas. Foi a última onda das transformações que o golpe de 1964 impunha à sociedade brasileira, nas tensões que opunham a reforma e contra reforma. Foi também a revolta da classe média, expressa nos estudantes, contra os aliados anteriores. Por contra-reforma, entende-se os projetos do regime militar para conter ou alterar os projetos das reformas que se pretendiam nos governos populistas. O movimento estudantil de 1968 surge como a última onda reativa, o último movimento de massa ligado ao golpe de 1964, numa sociedade política, social e economicamente em transição.

O golpe acontece com o apoio amplo de setores da classe média e da população em geral, derrotando o “progressismo”, as reformas pretendidas e projetadas pelos trabalhadores urbanos, rurais, e pelos estudantes. O regime militar era repressivo, mas não conservador. Pelo contrário, era o instrumento “modernizador” do capitalismo brasileiro, embora trabalhasse por uma óbvia via não popular, oposta às linhas de pensamento da Reforma, que propunha a reforma agrária, educacional e uma nova forma de distribuição de renda. A classe média se punha contra o movimento progressista, e em São Paulo, ela expressa esta posição na conhecida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

“O golpe militar triunfou no momento em que as lutas populares ameaçavam as fronteiras da democracia. Com todos os seus limites, o regime do pós-45 tinha na mobilização popular seu principal motor. Depois da Revolução de 1930, quando foi ferido de morte o poderoso esquema dos cafeicultores de São Paulo, nenhum setor da classe alta consegue impor sozinho suas diretrizes. O Estado funciona então como coordenador da vida nacional, fazendo avançar o desenvolvimento do país em meio ao equilíbrio instável de exportadores agrícolas, industriais, financistas e fazendeiros. Para se fortalecer, o Estado lança mão do apoio popular, mobilizando os sindicatos em momentos-chave. Em compensação, tem que ceder, às vezes, às reivindicações dos assalariados. [...] Depois do golpe de Estado, desmobilizar os trabalhadores passou a ser o principal objetivo.” (1987:27-28).

A revolta crescente da classe média para com a decadência do nível de vida, assim como de seu poder de compra, foi de certa forma um “caldo de cultura” para a mobilização estudantil. Mas além disso, a farsa em que se tornavam as eleições, o afastamento de Carlos Lacerda⁹, de Juscelino Kubitschek¹⁰, também desviava a classe média do processo decisório, o que promove um descontentamento crescente para com o Regime Militar. Estas tensões terminavam por se exprimir no estudante, tal como o explica Foracchi. Mas, aos poucos, outros antigos aliados iam-se distanciando do governo militar. Primeiro, perdeu o

⁹ Jornalista e político da UDN, foi vereador, deputado federal e governador na Guanabara no início dos anos 1960. Representante da mobilização das frentes conservadoras à crise do populismo e à emergência dos movimentos de esquerda, apoiou o golpe e o projeto de reorganização política que ele pregava nos primeiros anos. Mas, ao perceber que não havia intenção dos golpistas em devolver o poder Executivo aos civis, nem de alterar o sistema bipartidário, Lacerda une-se a antigos inimigos políticos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, para formar a “Frente Ampla”, movimento em favor da democracia e do desenvolvimento econômico nacional. Em 1968, as mobilizações da Frente Ampla tornam-se manifestações criminalizadas pelo regime militar, e Lacerda é cassado.

¹⁰ O ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), conhecido pelo projeto “Plano de Metas”, que prometia uma aceleração no desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”, tencionava se candidatar à presidência em 1965. Mas o golpe interrompeu suas intenções, e terminou cassado ainda em 1964. Seu concorrente provável nessa eleição seria Lacerda, que mais tarde tornou-se aliado ao assinar a “Declaração de Lisboa”, que dava início à Frente Ampla.

apoio dos latifundiários, em decorrência do “Estatuto da Terra”¹¹, logo em 1965 e, mais tarde, o apoio importante da classe média. Os setores empresariais também não se sentiam totalmente seguros. Todo esse contingente pouco a pouco retirava o suporte dado à “revolução” anos antes, e, em 1968, constitui o cenário onde se desenrola a nova dinâmica do Movimento Estudantil.

Não houve resistência ao Golpe. O regime militar se inicia de uma forma branda, e a resistência foi igualmente branda, se não nula. Apenas depois de instalado é que o regime muda seu perfil e, no governo de Castelo Branco, este equilíbrio instável é substituído pela influência do grande capital, nacional ou estrangeiro. A ilusão de seus aliados de excluir os militares após algum tempo, durou pouco. Em 1965, o governo militar extingue os partidos políticos e em seu lugar cria dois grupos, chamados de o partido do “sim” – MDB- e o do “sim, senhor” – ARENA.

Quanto aos estudantes, logo no início é promulgada a “Lei Suplicy de Lacerda”, que extinguiu as entidades representativas estudantis, e em seu lugar procurava criar um sindicalismo estudantil, dependente do Estado. E segundo, Martins Filho, “não bastasse isso, reprimiu com violência nunca vista os protestos de jovens que até então eram tratados como a futura elite do país” (Martins Filho, 1996:29) . De acordo com este autor, o movimento estudantil no pós-64 teve suas raízes na fase final do populismo, e é preciso lembrar a atuação da UBE, ao lado das forças antiimperialistas e populares no período que precedeu 1964 para se entender a política do Estado Militar e sua relação com a Universidade. Além disso, é nesse período que acontecem as modificações no plano da direção nacional do movimento, com a ascensão da esquerda cristã à condição de corrente hegemônica na UNE. O processo de politização da militância católica no meio universitário nos anos 1960 com a esquerda cristã na condição de corrente hegemônica nas principais entidades revela tendências que se aprofundaram até o desligamento de um setor da JUC (Juventude Universitária Católica), que partiu para a formação da AP.

As mobilizações das lideranças pela UNE em 1961-1962 dariam à JUC de esquerda (a época em processo de transição para Ação Popular) um significativo respaldo no meio estudantil, o que pode ser considerado como a principal razão de sua hegemonia. Isto porque a esquerda cristã apoderou-se melhor do que qualquer outra corrente, das reivindicações pela Reforma Universitária. Com a luta pela “abertura” e modernização da

¹¹ **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**, a primeira inteiramente criada pelo Regime Militar. Esta lei propunha a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, mas tinha como objetivo maior apaziguar e conter possíveis revoltas por parte do campesinato brasileiro, que se anunciavam desde os anos 50 com criação das Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais.

universidade, o meio estudantil católico afastara-se das orientações da Igreja Católica na questão do ensino público, onde o interesse corporativo levará a instituição a defender a escola paga e a “liberdade de ensino”. Nesse período, a UNE viu-se diante da súbita crise criada pela renúncia de Jânio Quadros, com a subsequente tentativa militar de impedir a posse de Jango. Assim, a organização principiou a resistência organizada pela chamada “cadeia da legalidade”. Tal atuação da UNE marcou seu ingresso efetivo na Frente Nacionalista Popular.

Nesse quadro mais amplo e no contexto da crescente crise econômica, cujos primeiros sintomas subiam a tona, dá-se o aparecimento de um movimento popular e sindical que ameaça transbordar os limites tradicionais da mobilização das classes trabalhadoras sob o populismo, ainda em fins da década de 50 (Martins Filho, 1986). O aumento da pressão popular e o fracasso do plano trienal¹² levariam, o presidente João Goulart a redefinir suas alianças. Mas o populismo se radicalizava, provocando a reação das classes proprietárias, na forma da retirada do apoio àquele sistema, tanto como ordem política quanto como plano de desenvolvimento.

Frente a esse quadro, a UNE da AP abandonaria as batalhas pela reforma universitária e iria se engajar nas lutas da frente antiimperialista e popular passando a figurar como parceria do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Após o recuo de Goulart na questão do Plano Trienal, a entidade concentra suas forças na pressão pelas “Reformas-Já”, juntamente com outras forças populares. E como buscava ser independente com relação a Goulart, a Une passou a ser considerada subversiva.

Na reação organizada das forças de elite que buscaram a derrubada de Goulart, setores da classe média passaram a expressar sua oposição à ascensão das camadas populares: em março de 1964, 500 mil pessoas se manifestaram em São Paulo contra o governo Goulart; algumas semanas depois, cerca de um milhão de pessoas comemoram publicamente, no Rio de Janeiro, o golpe de Estado de primeiro de abril. Pode-se atribuir parte desse processo à realização da antiga aliança política entre a alta classe média e a burguesia comercial, na conjuntura da crise final do populismo.

Em fins de maio de 1962, uma greve nacional decretada pela UNE defendia a participação estudantil de 1/3 nos órgãos de direção das universidades. Os estudantes aderiram em proporções inéditas à greve, que atingiu as 40 universidades brasileiras. Para os

¹² “Os sucessivos governos atenderam ao anseio das classes médias pelo diploma superior, artefato crucial num país em veloz desenvolvimento industrial. Não por acaso nas vésperas do golpe militar, o Plano Trienal de Educação previa investimentos generosos na educação superior e, em fevereiro de 1964, um decreto do presidente João Goulart instituiu um programa nacional de expansão das matrículas, que previa a duplicação das vagas nos cursos mais procurados.” (Martins Filho, 1986:73)

estudantes, esta participação nos órgãos diretivos significaria a perspectiva mais imediata de sua luta pelas reformas de base. Este conceito encontrou rápido e extenso apoio nas escolas, representando o apogeu do apoio de massa a UNE e às reivindicações que ela levantava. Esse movimento teve efeitos muito positivos com relação à adesão de estudantes a uma pauta da UNE na fase anterior ao golpe de 1964, e isso se percebe pelas excursões da UNE - Volante, que produziu 2000 assembleias universitárias, e levou cerca de 50 mil pessoas às apresentações do CPC - Centro Popular de Cultura (Martins Filho, 1997). Já na época o Congresso Nacional era firmemente oposto as “reformas de base”.

A nova situação política afastava a alta classe média de sua aliança tradicional com a burguesia comercial, interessada agora na manutenção da ordem social. Tendo em mente esse pano de fundo, procurarei a seguir examinar mais especificamente a política de Estado Militar para a universidade e o movimento estudantil no quadro mais amplo da exclusão política da classe média da tendência de setores significantes dessas camadas ao processo de progressiva militarização do Estado e da sociedade. O golpe, então, define-se como uma contra-revolução cujo objetivo mais imediato foi conter e sufocar os instrumentos de pressão e de defesa que as classes trabalhadoras tinham construído nos “anos democráticos” com o apoio quase unânime das classes dominantes.

Iniciada imediatamente após a deflagração do movimento golpista de abril de 1964, a fúria que atingiu o meio universitário ganhou a expressão “terror cultural” para definir o caráter violento e obscurantista das ações do aparato policial-militar. No mesmo dia do golpe, foram atacadas a tiros de metralhadora as escolas mais politizadas, como a Faculdade Nacional de Filosofia do Rio, e a FFCL da USP. O velho prédio da Une foi depredado e incendiado. Símbolo do projeto educacional nacional-desenvolvimentista, a UnB sofreu a primeira invasão e teve suas instalações arrasadas, seguindo-se a prisão indiscriminada de professores e alunos subversivos.

Era um terreno onde praticamente só o movimento estudantil tinha possibilidades de articular, já que o movimento operário havia recebido duros golpes, e o PCB não tinha grande influência nas categorias industriais de São Paulo, apesar de sua forte presença no setor público. O movimento camponês também havia sido arrasado, embora o mais reprimido havia sido o de sargentos, cabos, soldados e marinheiros, onde havia muita repressão, torturas, mortes. Frente a este contexto, havia uma classe média que de certa forma legitimava o Movimento Estudantil, além da imprensa que, mesmo censurada, estava atenta a todos os passos das entidades representativas estudantis.

Mas, além de portar essas tensões, o ME se via em meio ao projeto de readequação e reforma¹³ da universidade arcaica frente a outros modelos de ensino e pesquisa. Esse arcaísmo também era percebido pelo governo militar, mas o projeto para sanar as deficiências era outro: o dos acordos MEC- USAID, que padronizavam as universidades em estilo norte americano, como fundação privada e de formação tecnológica. Havia também o grave problema dos excedentes, alunos que conseguiam notas suficientes para ingressar na universidade, mas não o podiam por falta de vagas. A demanda do movimento estudantil era por uma universidade menos ligada à formação de profissionais para a indústria, e mais ligada à produção de conhecimento que contribuísse com o desenvolvimento do país – sem falar no conceito de Universidade Crítica. A tendência dominante no ME não era a tomada de poder, mas auxiliar no processo de derrubada do Regime Militar, como força de apoio, para que as classes fundamentais dirigissem o processo e tomassem o poder. A autonomia dos estudantes frente ao Estado no pré 64 havia impedido o desmantelamento do sindicalismo estudantil, mas a partir daí, tornou-se possível vislumbrar as tendências estudantis de esquerda e a retomada das entidades por essas correntes, mesmo numa situação de semi-clandestinidade.

Entre 1967 e 1968 partes desses grupos passaram a integrar outra organização, nascida ainda em 1961, e que visava à luta armada: a Política Operária (POLOP). Esses grupos dividiam a presidência da UNE desde 1961 com a Ação Popular (AP), grupo de ex - católicos progressistas que se aproximavam do marxismo e que a partir de 1966 se tornam adeptos do maoísmo. Assim a partir de 1967 o PCB fica completamente fora das cúpulas dirigentes do ME, cabendo à AP, às dissidências e à POLOP dividirem a diretoria. Nesse ínterim, o posicionamento da AP fica conhecido como Primeira Posição, e as dissidências como segunda posição.

2.3.1 Conflitos, violência, e as novas dinâmicas de articulação

Para Martins Filho, uma das razões que desencadearam os conflitos nos protestos em várias partes do mundo foi a violência dos policiais. Mas já era antigo o histórico de violência nas relações do regime militar com estudantes. Em 1966, o regime

¹³ Havia dois tipos de idéias de reforma universitária: a do regime militar, ligada aos acordos MEC-USAID, que propunha a universidade mais operacional, as privatizações, etc; e a do movimento estudantil, que propunha uma universidade mais ligada á população, servindo aos seus interesses, criticando a sociedade, e fazendo ciência e criando tecnologias nacionais.

inicia o ciclo de repressões em meados de setembro, quando a polícia cerca e invade a Faculdade Nacional de Medicina, arrastando rapazes e moças para fora, com uma brutalidade que chega a assustar a Polícia do Exército: “Assim, já em 1966, na pele dos próprios filhos, a classe média brasileira sentira os efeitos incontrolláveis do movimento de 1964, que apoiara para defender a democracia”(Martins Filho, 1987:44)

Em fins de março de 1968, a polícia militar responde com tiros às vaias e pedras dos estudantes reunidos no restaurante estudantil do Calabouço. Nele é atingido e morto o estudante do curso “madureza” Edson Luis Lima Souto, que migrara da Região Norte para o Rio de Janeiro em busca de uma oportunidade para seguir os estudos. Estudantes presentes o carregam em passeata até a Assembléia Legislativa, onde o corpo fica exposto numa mesa, com cartazes improvisados ao lado, protegido por militantes. Este é o episódio que desencadeia os conflitos mais violentos entre polícia e estudantes, até a Passeata dos Cem Mil, em junho, num movimento estudantil que até então primava pelas manifestações pacíficas. No dia seguinte, seu enterro prova, aos olhos do sistema ditatorial, o poder de mobilização estudantil. Mais de 20 mil pessoas assistiram ao velório na Assembléia Legislativa, e cerca de 50 mil seguiram o cortejo fúnebre, acompanhados por populares que acenavam nas ruas, parando a ex-capital nacional.

Naquele período, a presença de quartéis, comandos militares, vários ministérios, faziam do Rio ainda o centro nervoso da política brasileira. Abrigava ainda um dos mais importantes centros de agitação estudantil, a Universidade do Brasil, hoje UFRJ, e a União Metropolitana dos Estudantes (UME), que, para Martins Filho, só perdia para a UNE em importância. Integrantes de outras esferas sociais, como sindicalistas, membros da Igreja Católica, setores da classe média, trabalhadores, declararam solidariedade. A imprensa amplamente noticiava a violência sofrida pelo estudante. O dia do enterro foi repleto de ações violentas da polícia que procurava reprimir as manifestações e passeatas nas outras capitais do país. Um outro estudante levou um tiro no peito, em Brasília, enquanto um trabalhador foi morto numa invasão policial à Catedral de Goiânia. Nos dias seguintes, novos enfrentamentos em outras capitais, como São Paulo, João Pessoa e Recife.

O episódio mais violento, porém, aconteceu por ocasião da celebração da missa de sétimo dia da morte do rapaz, marcada para o dia 4 de abril, às 18 horas. Ao saber da missa, o Exército avisa que não toleraria manifestações fora da Igreja. A cidade então amanhece em tensão, que se confirma na violência à saída da missa, quando a cavalaria da Polícia Militar atropela e aterroriza estudantes e populares.

Nas semanas seguintes, as primeiras notícias do movimento estudantil francês¹⁴ aumentam ainda mais as tensões entre estudantes brasileiros e regime militar. Mas do ponto de vista do governo eles eram apenas mais um problema, pois as preocupações do regime se concentravam nas tensões internas às Forças Armadas.

Segundo Martins Filho, “alguns setores militares começavam a ver no ativo movimento dos jovens uma possível fonte de pretextos para acelerar a crise política, provocando novo ciclo de militarização do regime” (Martins Filho, 1996: 68). Assim, o AI-5 não é uma medida contra a radicalização do Movimento Estudantil. Ele é, antes de tudo, um “rearranjo de poder”: uma nova distribuição de forças às quais eram permitidas o exercício político, e onde militares reafirmavam seu domínio endurecendo seu poder, excluindo ou anulando as oligarquias tradicionais, bem como os dois partidos ainda existiam (ARENA e MDB). Ou seja, esse cenário mostrava o deslocamento do poder decisório da classe média e do processo democrático para a emergência das novas classes dominantes, como a burguesia financeira. Há um reordenamento do aparelho do Estado

Quando já declinava o Maio Francês, entre abril e junho, acontecia o apogeu do movimento estudantil no Brasil. Com mandato de prisão preventiva para os oito líderes estudantis mais procurados, a polícia militar cercava o prédio da reitoria da ex-Universidade do Brasil, invadida por dois mil alunos para reivindicar a liberdade dos estudantes que haviam sido presos até ali. Havia ainda a lembrança do massacre ocorrido na praia Vermelha apenas dois anos antes. Quando os jovens saem dos prédios aos poucos instala-se o pânico e a correria. Muitos deles são presos, levados para o campo do Botafogo, onde sofreram todo o tipo de humilhação e violência. Com isso, Costa e Silva anunciava que não toleraria “desordeiros” no país. As cenas desta quinta-feira correm o país no dia seguinte; a cidade do

¹⁴ É comum associar os movimentos estudantis que aconteceram em todo o mundo em 1968 ao chamado Maio Francês. Mas, apesar de toda a visibilidade deste movimento, ele não foi uma fonte de inspiração para a articulação brasileira. O Movimento Estudantil Francês foi marcado pela iniciativa individual, anarquista, dos estudantes, que depois se incorpora à luta sindicalista. O desejo revolucionário daqueles estudantes partia exatamente da perfeita adaptação e aptidão francesa ao capitalismo monopolista, que exigia profissões cada vez mais técnicas que abastecessem o mercado da grande indústria, em contraponto à tradição humanista que ainda se supunha existir no ensino superior. Temendo que a universidade se tornasse um lugar de formação técnica apenas, os estudantes a transformaram num símbolo de reunião, discussão, enfim, de efervescência intelectual, acreditando que “[...] se a ciência e a técnica estão a serviço da mercadoria, o saber está a serviço do poder” (Mattos, 1990: 13). Segundo o principal líder francês, Daniel Cohn Bendit, os estudantes queriam abrir uma brecha no mundo burocratizado, onde se desfizessem todas as formas de instituição e autoridade. A revolta estudantil culmina numa grande crise de poder do governo francês. Embora o operariado de tão fortes tradições revolucionárias não lutasse ao lado dos estudantes pela revolução, a primavera francesa de 1968 ficou conhecida como vanguarda revolucionária cultural, mas segundo Mattos, havia muito mais “sentimentos” revolucionários que as ações propriamente. O ímpeto revolucionário daqueles jovens buscava a transcendência do poder pelo espírito criativo, a transformação das estruturas arcaicas de ensino por modelos de estímulo à imaginação.

Rio de Janeiro é tomada por uma grande onda de protesto popular, onde comerciantes, bancários, operários, trabalhadores da construção civil, enfim quase toda a população do centro adere à rebelião. As tropas ocupam a cidade pela manhã e o combate se generaliza: pedras das ruas, barricadas, e objetos jogados do alto dos edifícios sobre os policiais configuram o conflito mais violento neste ano, que ficou conhecido como a “Sexta-feira Sangrenta”. Com a ação violenta e extrema os policiais terminam por colocar a opinião pública a favor dos estudantes.

O episódio mobiliza protestos em todo o país, e em São Paulo fica evidente a cisão e a desorientação do movimento estudantil provocadas pelo racha em sua liderança, disputada pelo presidente eleito da UEE, José Dirceu (próximo das dissidências), e pela representante da AP que reivindicava a chefia da entidade, Catarina Meloni. Para os líderes, o centro tático se deveria fazer de uma junção das duas posições propostas pelos rachas do ME, de forma que a luta política se aliasse a reivindicatória. Sem esta última, não haveria movimento estudantil, e sim um movimento partidário. Assim, no Conselho Regional UME-Rio de Janeiro 1966-1967¹⁵ já há a decisão de alterar o centro tático para a questão da universidade, especialmente para a questão das verbas. Em 1968, a entidade já tinha aproximadamente 2.000 estudantes organizados, e a gestão Daniel Aarão Reis Filho da UME, muda o foco desta entidade para as questões da universidade. Onde o ME manteve o discurso puramente político houve um certo esvaziamento, como houve em Belo Horizonte – fato apontado como erro da AP, por líderes como Vladimir Palmeira e José Dirceu.

A notícia desses eventos se espalha pelo país todo por meio da imprensa, e na semana seguinte na quarta-feira dia 26 de junho a população e estudantes comparecem nas ruas com a “Passeata dos Cem Mil”. Neste mesmo dia em São Paulo um carro bomba é lançado contra o quartel-general do II Exército, inaugurando os atos da esquerda armada. Após a passeata dos cem mil, o movimento refluí e a população tanto quanto o governo começa a se preocupar com os primeiros atos da luta armada

“Depois da grande marcha, o movimento estudantil brasileiro de 1968 inicia um lento declínio, nos idos de março, a iniciativa passara aos estudantes. Depois do final de junho, o regime retoma o controle. Também em política, há um tempo de caça e outro do caçador.” (Martins Filho, 1996:93)

¹⁵ Em 1967, o conselho da Ume, seguindo as resoluções do XXIX Congresso da UNE em Valinhos, SP – dava uma nova orientação tática ao movimento, optando pela reivindicação de melhorias educacionais, por mais verbas. Esse movimento aproximava mais cúpula e bases do que a pura luta política, antiditatorial.

Como processo, 1968 revelou embriões do que seriam as novas manifestações, gerou quadros pra a luta armada, para o movimento de redemocratização. Há, também em 1968, uma alteração da “linguagem” do movimento estudantil com relação à forma de comunicação das lideranças pré-64, que era mais dura e formal, para uma comunicação mais coloquial.

A meu ver, um dos pontos mais importante e que determina as formas de articulação do movimento estudantil de 1968, a concepção e aceitação do conceito de “violência” no desenvolvimento dos enfrentamentos com o Regime Militar, e inclusive por suas falhas, é a divisão “ideológica” da entidade entre a Ação Popular e as Dissidências, que começa a se vislumbrar em 1966 e se define em 1968. Essa divisão é mais latente em alguns estados, como São Paulo, do que em outros, como o Rio de Janeiro. Em ambos os estados, as entidades representativas, embora ilegais sob o regime militar, eram dirigidas por representantes das chamadas dissidências comunistas, mas o caso de São Paulo era diferente: o comando de José Dirceu sobre a UEE - São Paulo não era reconhecido por cerca de 33 centros acadêmicos que reconheciam Catarina Meloni como presidente. No interior de São Paulo, como veremos no terceiro capítulo, essa polarização era significativa. Nesse sentido, a obra de Marins Filho é fundamental para se compreender como essas divisões foram se criando no interior da UNE e como chegaram ao ponto que configurou o movimento em 1968.

Em meio a diversos rachas, havia duas disputas internas principais no ME, no que dizia respeito à sua estrutura, organização e ação. A AP detinha a homogeneidade da direção da UNE nos anos anteriores, mas naquele ano, a orientação dominante era a das dissidências e da POLOP. Essa disputa influenciava forma e conteúdo das manifestações, principalmente no tocante ao “papel” do ME perante a sociedade brasileira. Em primeiro lugar, as dissidências, com maior concentração no Rio de Janeiro, o papel de “auxílio” do ME na luta pelo socialismo, que deveria pertencer ao operariado e ao campesinato - as chamadas classes fundamentais. Em São Paulo e em Minas, o ME atribuía a si mesmo uma outra função: o de liderar o caminho da revolução, impondo sua lógica à dinâmica do movimento operário. A AP via-se num papel de “liderança” sobre os outros setores.¹⁶ Em segundo lugar, entre 1967 e 1968, cristalizou-se a diferença sobre como conduzir a luta política, qual deveria ser o “centro tático” de luta. A AP defendia a luta política contra a ditadura, e as dissidências,

¹⁶ Em 1966, tentaram criar o MDC – Movimento Contra Ditadura - e depois, ao lado da POLOP, a “Aliança operário-camponesa-estudantil”.

a luta contra a política educacional. Em suma, a AP, queria a luta nas ruas, e as dissidências, a luta nas escolas.

Dentre as duas posições que dividiam o movimento, aquela que ficou conhecida como “primeira posição” estudantil expressava o posicionamento da Ação Popular, corrente que desde 1961 detinha a hegemonia na UNE (a partir de 1968, a AP passou a contar como aliado um grupo vinculado ao PC do B).¹⁷ Segundo Martins Filho (1987), a outra corrente, chamada de “segunda posição”, reunia praticamente todas as outras tendências, contando com alguns representantes na vanguarda do ME.¹⁸ Entretanto, no nível da mobilização estudantil, havia concordância, fato que, segundo o autor, permitiu que se analisassem suas posições num mesmo bloco. Em 1967, forma-se na UNE o bloco da “esquerda estudantil”, com foga e base nas plataformas anti-reformistas. Martins Filho analisa aqui as principais teses revolucionárias que serviram de inspiração às opções da esquerda estudantil, em 1968: no caso da AP, destaca-se principalmente sua “adesão” ao maoísmo – processo já evidente no 29º Congresso da UNE, quando de sua defesa da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. Com relação às Dissidências Estudantis e à POLOP, estas se aproximavam do guevarismo e de sua simplificação debraysta. Numa primeira abordagem, pode-se definir as duas linhas agrupadas, de um lado, em torno das linhas de massas, e de outro, em torno do foquismo revolucionário de Guevara. Mas é preciso fazer algumas ressalvas sobre a origem dessas orientações, especialmente no caso da AP.

¹⁷ A AP trazia como traço ideológico mais marcante a idéia dos “fatos políticos”: defesa da luta política, da “luta nas ruas”, o que se definia, principalmente, como a denúncia da ditadura militar, e ao mesmo tempo, das forças imperialistas que a sustentavam. Para isso, era preciso concentrar-se nas grandes manifestações públicas, marcando presença perante a sociedade e ao mesmo tempo chamando a atenção do aparato repressivo do Estado para si. Desta forma, os estudantes “desmascariam” o caráter opressivo e violento do regime, propiciando o surgimento de uma “consciência” antitatorial na população. Seu entendimento da revolução brasileira como “nacional e democrática”, e a proposta de aliança com figurada no “bloco das quatro classes” (burguesia nacional, trabalhadores, camponeses, pequena burguesia). Nesse quadro pode ser compreendida sua proposta de Aliança Operário-Camponesa-Estudantil, que, frente à relativa desmobilização operária e camponesa do período, deu lugar a iniciativas que tendiam a substituir as forças revolucionárias ausentes, apenas pelo movimento estudantil. (Martins Filho, 1987).

¹⁸ Ao contrário da primeira posição, que contava com uma única organização como forma de expressão, a segunda posição era formada por várias correntes políticas de “expressão regional”, cujo ponto de convergência, segundo Martins Filho, foi a aceitação dos pressupostos de Guevara sobre a estratégia de revolução na América Latina. A partir de então, embora contasse com grande influência no meio estudantil, a segunda posição passou a dar enfoques mais claros sobre as possibilidades da “efetivação” da luta armada no Brasil. Da perspectiva organizacional, o ponto de partida da segunda posição é o Partido Comunista Brasileiro, e a POLOP. No plano estudantil, destaca-se a Dissidência Universitária da Guanabara. A segunda posição procurou organizar suas práticas em torno de objetivos mais imediatos, dando ênfase à questão da universidade, colocando-se contra a AP, e defendendo a idéia de que o normal é o trabalho nos ambientes estudantil; o trabalho nas ruas é que fugia à regra, que era excepcional. Esta deveria ser decorrência dos trabalhos nas faculdades: “Nesse sentido, a expressão sintética de suas práticas foi a dicotomia que acabou por estabelecer entre o trabalho sindical – amplo, gradual, destinado ao estudante médio – e as práticas destinadas à vanguarda e à ‘massa avançada’”. (Martins Filho, 1987:175).

Para determinar a concentração na teoria dos “fatos políticos”, em sua estratégia da luta política e luta de ruas, a “primeira posição” retoma a ênfase colocada por Ernesto “Che” Guevara nas “condições pré-revolucionárias existentes na América Latina, devido, entre vários fatores, ao rompimento da ordem constitucional, por iniciativa das classes dominantes. Em outras palavras, trata-se da importância que ele atribui à *situação ditatorial*, como um dos fundamentos da opção pela guerrilha” (Martins Filho, 1987:186). Ao longo de 1968, portanto, a “segunda posição” tendeu a transformar algumas de suas práticas estudantis em “ensaios para a preparação de formas de luta ‘mais avançadas’” (Martins Filho, 1987:176). A AP, também defensora da “violência revolucionária”, passou a criticar tais ações por elas cometerem o erro de substituir a prática do povo pela de outros grupos (p.177) Ou seja, para ela, a luta antiimperialista era tarefa do povo, e substituí-lo nessa área era como roubar-lhe um espaço de articulação.

A leitura de Guevara feita pelos militantes da AP, onde a única alternativa que se colocava aos revolucionários diante da ascensão da ditadura era a de trazer à tona os aspectos violentos e ilegítimos que o regime procurava esconder, era a da necessidade de se “desmascarar a ditadura” (p.186), fazendo com que mostrasse suas armas. Entretanto, o posicionamento da AP se afastou de outras formulações de Guevara, e, justamente quando a segunda posição passava a ser influenciada pelos postulados do guerrilheiro, a AP passava a adotar o maoísmo proveniente da Revolução Chinesa. Segundo Martins Filho, nesse sentido, é bom estar atento ao fato de que o autor mais divulgado entre as Dissidências Estudantis e a POLOP (Organização Marxista Leninista Política Operária), era Régis Debray, que se contrapunha à teoria maoísta da “guerra popular”, defendendo o foquismo como alternativa revolucionária para a América Latina.

Assim, desde o final de 1967, o maoísmo era a fonte ideológica mais importante para a AP¹⁹, e que definiria os rumos da organização em 1968. A chamada “corrente 1” definia, através do “Esquema dos Seis Pontos”, os caminhos a serem seguidos pela organização. Este documento foi uma tentativa de adaptar a experiência chinesa à situação brasileira, embora apenas enunciando os posicionamentos, sem grandes justificativas ou fundamentação. No Brasil, na França e nos outros países onde a mobilização estudantil

¹⁹ Outro ponto fundamental do “esquema” da AP era a defesa da guerra popular, totalmente contrária ao foquismo revolucionário proveniente de Cuba: aqui, a tese maoísta defendia a subordinação das forças militares às forças políticas e a defesa da direção partidária. Dessa forma, a AP introduzia um tópico que representava uma verdadeira guinada em relação às suas orientações anteriores: a defesa do partido proletário na vanguarda da revolução e a reconstrução do mesmo no Brasil, partindo do pressuposto de que não existia mais por aqui. Aqui a AP define sua longa e intensa trajetória, que se inicia com o personalismo cristão, e culmina na adesão aos princípios básicos do marxismo-leninismo. (Martins Filho, 1987)

teve grande força a principal reivindicação foi “o alargamento do esquema vigente de participação política” (Martins Filho, 1996:101). Apesar disso as mudanças mais concretas foram a ampliação do espaço de liberdade na família, no trabalho, escola, enfim nas esferas de interação da vida social.

A violência e o enfrentamento estavam interligados nas práticas de manifestação estudantis, embora de maneira diferente para cada uma das “posições” que dividiam o movimento. Para as dissidências o enfrentamento era uma questão política. Aprenderam a recuar, observar o momento e respeitar o adversário se este estivesse em vantagem, para saber quando dispersar e quando voltar a se expor. O importante não era ganhar da polícia, da repressão, pela força, mas sim ganhar o apoio da opinião pública. Assim, conflito e violência eram, para as lideranças, resultado do enfrentamento político, e não do conflito em si, dos embates nas ruas. Assim, não havia um culto à violência, mas a consciência de que ela se fazia necessária em alguns momentos da luta. As táticas de passeata utilizavam como estratégia a rápida organização e dispersão das manifestações, correr na contramão dos carros, dispersar-se em pequenos grupos de forma a não chamar atenção, como forma de não sofrer a violência da repressão, driblando-a e fugindo quando possível

A idéia era construir um movimento pacífico, que conseguisse também o apoio popular. Isso mudaria depois da morte de Edson Luis. Basta analisarmos, por exemplo, a “sexta feira sangrenta”: apesar de ser um episódio repleto de manifestações violentas, tratava-se de um “enfrentamento”, e não de uma insurreição. Há violência em ambos os casos, mas o objetivo é diferente: busca-se num a derrota do inimigo, e na outra, a defesa. Sempre existe a “opção” pela violência, pela defesa da legitimidade da luta armada urbana e no campo, pela construção do exército popular.

O que se pode depreender da exposição das idéias dos dois autores discutidos neste capítulo é que o ME não se configurou como um movimento social, já que suas demandas não se resumiam à necessidades de seu grupo, mas abarcava também demandas de outros estratos sociais, além da postura contestadora, combativa, e por fim, de inspiração revolucionária que adquire ao fim da segunda fase do movimento. Temos, assim, uma “categoria social” diversa de sua classe de origem, mas portadora de uma *práxis* política, que se articula combatendo o regime militar em defesa de seus interesses de grupo, e termina o ano propondo a derrubada do regime. O raio-X da estrutura, dos principais acontecimentos e da organização política do ME feito por Martins Filho mostra que, apesar do sentimento revolucionário, não houve postura ou programa tático que encaminhasse o movimento nesse sentido, exceto algumas parcelas de sua liderança. Assim, creio que podemos associar ao ME

um caráter *revolucionarista*, como menciona Foracchi, de intenção, de projeto, e não revolucionário.

Capítulo 3

Des-Romantizar: os ciclos comemorativos e o discurso dos atores

Neste capítulo faremos a análise das memórias dos atores paulistas. Mas antes de chegarmos a esse conteúdo e verificarmos se a intenção revolucionária permanece nesses atores, ou se esvai ao alcançar a vida adulta e deixar a condição de estudante, veremos as justificativas metodológicas que orientaram a escolha da memória como fonte para esta pesquisa. A escolha das ferramentas metodológicas descritas em seguida não foi aleatória. Foi derivada da observação das discussões acerca das possibilidades e finalidades de se relembrar 1968.

Afinal, o que isso traz para os atores envolvidos, para a comunidade acadêmica, para a sociedade brasileira? Veremos que as respostas não são dadas em uníssono. Pelo contrário: há muitas dissonâncias, muitas divergências. O debate que procurou responder a essa questão por todo o “ciclo comemorativo” de 2008 é aqui reproduzido brevemente, com base nos textos de Daniel Aarão Reis Filho (2008, 1996), Irene Cardoso (1998, 1993, 1990), e Marcelo Ridenti (2008 a; 2008b). Reproduzido o contexto dos debates, tem-se a justificativa da escolha dos delegados paulistas para serem ouvidos, com base nos estudos de Martins Filho, que revelam a importância e presença do Centro-Oeste paulista nas mobilizações de 1968, até chegarmos ao momento chave que re-direciona a trajetória dos atores: o XXX Congresso da UNE em Ibiúna. É a partir de “Ibiúna” que podemos perceber o que restou de 68 para os delegados presos no evento, se permaneceu neles ou se dissipou a intenção revolucionária. E, se esta intenção permaneceu, como a prática e a articulação política são re-equacionadas diante das mudanças estruturais da política brasileira ao longo desses 42 anos que nos separam de 1968.

3.1 Relembrar 1968: explorando os debates.

Este capítulo se iniciará com o debate sobre as possibilidades e finalidades de se relembrar, e em alguns casos, comemorar 1968. Se 68 retorna pela via da comemoração em intervalos regulares de tempo, o que significa comemorar 1968? Essa pergunta existe pelo fato desse ano não ser marco histórico para o desenvolvimento de nenhum modelo político nos lugares onde irrompeu – fora derrotado pelas ditaduras capitalistas e pelo “socialismo real” – 1968 fora violentamente recusado pelo *stablishment*. Nesse sentido, há uma relação direta entre comemorar e examinar memórias. O vínculo é a verificação da existência da ligação entre passado e presente na verificação da ausência ou permanência das idéias e objetivos de 1968.

Daniel Aarão Reis Filho (2008) retrança as influências sobre o movimento estudantil brasileiro de 1968, como o movimento na Tchecoslováquia e o movimento cultural operário na China. Apesar dos problemas, havia processos e movimentos bastante promissores, principalmente o chinês. O autor também tem uma visão mais crítica sobre o ME, e acredita ser positivo relembrar, desde que sem o tom “celebrista”. Este “tom” soa estranho ao autor, porque não havia homogeneidade no movimento, o que culmina num conjunto de “vozes dissonantes” nas comemorações sobre 1968.

Um dos pontos que, para o historiador, legitimam as rememorações é a discussão das agendas de 1968: quais foram definitivamente eliminadas, e quais ainda permanecem; até que ponto os movimentos de libertação e contestação em 1960, inseridos num contexto maior das lutas de libertação nacional, por exemplo, ainda persistem? Lutas emblemáticas com a Argelina, Cubana e Vietnamita – três grandes símbolos da luta nacionalista - podem caracterizar o ano de 1968 como um “ano glorioso”. Mas, no Brasil, para ele, havia tendências favoráveis à luta armada, contra a ditadura, mas era muito mais um movimento democrático, permeado por tendências democráticas, pela crítica a democracia representativa, e pela busca da democracia participativa.

Os movimentos de 1968 no Brasil eram suprapartidários, e tinham propostas de revolucionar os costumes, o que assustou as direitas arcaicas, mas hoje, certas demandas foram incorporadas. Um exemplo é a discussão acerca do aborto, que, se não foi totalmente resolvida, ganhou espaço para ser discutida por intermédio também das direitas “modernizantes” abertas aos valores que apareciam como “alternativos”. As esquerdas tradicionais (socialismo, comunismo e social democracia), para Daniel Aarão Reis Filho (2008), se interessavam pelo poder central e não em mudar a *mentalidade das* pessoas, não tinham projetos permeados por uma nova perspectiva que enfatizava a mudança que passava

pelas bases da sociedade. As apropriações do tema “1968” em caráter ideológico se tornaram uma ritualização, perdendo suas características históricas, tornando as comemorações eventos profundamente midiáticos. Por isso, Daniel Aarão Reis Filho (2008) traça uma análise crítica sobre as comemorações do movimento, e acredita ser positivo lembrar, desde que sem o tom “celebrista”.

O historiador justifica que esse tom é duvidoso, já que, a seu ver, não havia nem heterogeneidade no movimento, nem unidade naqueles que dele participaram sobre o tema da “celebração”, o que culmina num conjunto de “vozes dissonantes” sobre 1968. As vozes que atentam para 1968 não bradam em uníssono. Ao contrário são muitas as divergências, são muitas as reinterpretações sobre este passado, e sobre o que é feito de sua memória no presente. Relembrar traz benefícios? Ou aumenta ainda mais o sentimento de *heroização* de alguns dos atores? Vale a pena resgatar este passado por meio das “celebrações”? Segundo Reis Filho (2008), nestas celebrações,

“[...] tendem a desaparecer as contradições e as disputas, e a história é recuperada, ou narrada, segundo as conveniências das circunstâncias, e/ou dos celebrantes, ou dos valores dominantes, ou que passaram a dominar. Pode acontecer com os chamados veteranos que, com o passar do tempo, queiram ou não, vão se convertendo em ex-combatentes, obrigados a conviver com os avatares inevitáveis deste tipo de situação. Mas pode acontecer também, em chave negativa, aos que desejam se livrar deles, ou dos acontecimentos a eles associados. Estes dedicam-se a celebrar, exaltados, não a vigência de algo, mas o seu desaparecimento, ou enterro. E isto se aplica a processos mais recentes ou mais remotos. Sustento a possibilidade de comemorar (relembrar juntos) sem celebrar [...]” (REIS FILHO, 2008:1)

Irene Cardoso (1998), na comemoração dos 40 anos, discute o significado de “comemorar” algo que não foi institucionalizado – na verdade algo que foi recusado. Mas que, apesar disso, é comemorado a cada 10 anos: comemorações em espaços cronológicos determinados, o que “*ritualiza*” as comemorações. Para ela, depois das comemorações, o “ano” volta a se desenvolver no tempo presente, o que “apaga” o contexto dos movimentos e do ano. Isso implicaria numa simplificação dos acontecimentos de 1968, diminuindo a importância e a complexidade de um ano que abarcou desde os processos de questionamentos sobre o capitalismo central e periférico, até a contestação do socialismo burocrático do leste europeu.

As apropriações do tema em caráter ideológico se tornaram uma ritualização, perdendo suas características históricas. Até mesmo porque, para Irene Cardoso (1998), as comemorações de 1968 são eventos profundamente midiáticos, que acabam por simplificar a

variedade e intensidade dos vários processos que aconteceram naquele, afastando-o de um contexto que foi a *violência* e deixando que caíam no esquecimento questões como as lutas de libertação nacional, especialmente na Argélia. A produção acadêmica, segundo Cardoso, se pauta na produção européia, que carrega uma tendência à mistificação e “glamourização” do maio francês. Tanto é que sempre se fala em “maio de 1968” quando no Brasil as lutas começam em março.

Para Marcelo Ridenti (2008), é instigante falar de 1968, porque falamos de algo ainda muito presente, da violência, do debate sobre a violência em si. Em “1968 na mira”, Ridenti responde ao artigo onde Élio Gaspari revela que o grande ano da segunda metade do século XX é 1989, e não 1968.²⁰ Para ele, 1968 é um pré amadurecimento de 1989, já que 1968 é um anúncio da queda do socialismo e uma crítica a mercantilização da vida, uma crítica tanto ao socialismo real, quanto ao capitalismo. Segundo Ridenti (2008), o que há de mais dinâmico sobre 68 e que ainda permanece é a dissolução da concepção fatalista e apocalíptica de revolução. Porém, os debates de 1968 podem *heroizar* os ex-líderes, mesmo quando em alguns deles há falsificação, ou um redesenho de suas posturas, que se alteraram quando tais atores chegaram ao poder e apagaram o projeto revolucionário que os animava em 1968.

Então, tem-se uma *derrota* a curto prazo. Mas a *derrota* não quer dizer que a agenda desses movimentos tenha sido pulverizada, pelo contrario. Alguns pontos das demandas foram ultrapassados, mas não podemos concordar totalmente com a idéia de “conformismo” na América Latina: há um índio presidente, transformações moleculares, mas importantíssimas. Ainda há inconformismo, há vozes que gritam, apenas não sincronizadas. Não é uma revolução, mas há sim *transformações*. Para ele, 1968 resume o sentimento que permeou uma época inteira: o sentimento de mudança. Havia a sensação geral de que o mundo mudaria para melhor, apesar de a mudança de fato ser localizada, e não no mundo todo, mas era um sentimento diferente do que se assiste hoje. Em sua análise, o inconformismo de 1968 deu origem à conformidade quase naturalizada que se assiste em 2008. Mas é preciso levar em conta que 1968 não é *ponto*, é *processo*, não se pode perder isso de vista. A história não acabou, e o capitalismo é contradição em movimento.

²⁰ GASPARI, Elio. *Vem aí a Sessão Saudade de 1968*, in Folha de São Paulo -26/12/2007, disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2612200712.htm, acessado em 25/03/2008.

3.1.1 Quarenta anos de 1968 - Vozes dissonantes

Além de relembrar a insurreição estudantil e os caminhos que acabaram levando parte de seus integrantes à luta armada, é preciso pensar também como os militantes daquele ano praticam a política atualmente. Uma vez que as duas principais lutas estudantis eram a garantia de excelência da universidade pública e o repúdio à ditadura militar é interessante observar como estes mesmos atores agem quando então são integrantes da elite política. Nascido em Jaboticabal, em 1945, delegado no XXX Congresso pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, o professor universitário José Murari Bovo²¹ observa certas mudanças:

“Uma boa parte da liderança fundou ou se integrou ao PT. Bom, vimos no que deu. Penso que não aprenderam nada sobre a ética na política. Ou se esqueceram do que aprenderam.”

É notório que o ideário da antiga esquerda estudantil já não é o mesmo. Muitos dos ex-militantes, que alcançaram o poder político, não têm suas práticas correspondentes às manifestações de quarenta anos atrás. Contudo, há quem defenda a idéia de uma continuidade. Esta é a opinião do também professor universitário Luiz Carlos de Freitas²². Natural de Pirassununga, ele foi delegado no XXX Congresso pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas:

“haveria que examinar muito bem, mas muito bem mesmo, quais eram suas posições durante sua participação em 68. Acredito que o desdobramento posterior é produto destas concepções iniciais também. Acho que estão fazendo aquilo que possivelmente se revela coerente com o que já pensavam em 1968. Seria bom examinar isso. O que pensavam e o que fizeram durante a vida. O Movimento de 68 estava repleto de múltiplas posições políticas. Quem era e o que defendia Dirceu em 68?” (Luiz Carlos de Freitas)

Alguns se surpreenderam com a postura de antigos militantes, como o professor da Unesp de Assis, Rubens Pereira dos Santos²³:

²¹. Depoimento concedido à autora em 11/05/2010, em Araraquara.

²² Depoimento concedido à autora em 9/5/2010, em Araraquara.

²³ Nascido em Quatá, em 1941, foi delegado pela FFLCH – USP, em São Paulo. Depoimento concedido à

“No início pensei que realmente estávamos colhendo os frutos de 1968. Porém, com o passar dos tempos dá para notar que as coisas não foram bem assim. Muitos dos nossos companheiros de luta deixaram para trás seus ideais e passaram a olhar “seu próprio umbigo”. Algumas coisas mudaram: o Brasil é outro, mas tudo poderia ser bem melhor se muitos dos atores de 1968 praticassem um pouquinho do que pensavam quarenta anos atrás.” (Rubens Pereira dos Santos)

Pautada no argumento de Reis Filho, a hipótese que orienta essa dissertação é a de que o tempo altera as estruturas e o tecido social e as maneiras de atuação política dependem de um cenário constantemente reelaborado pela história. Ao longo do processo de redemocratização, as estruturas de poder conseguiram absorver parte importante das propostas dos novos grupos de movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970, como os movimentos de mulheres, homossexuais e minorias étnicas, e também das propostas relacionadas à revolução de comportamento e cultura dos anos 1960.

Neste cenário, os ex-militantes da esquerda estudantil precisaram readequar seus objetivos, plataformas e agendas à medida que ingressavam na política “institucional”, através dos novos partidos que se formavam a partir da década de 1970. Enquanto que, em 2007 Nicolas Sarkozy, ainda candidato à presidência da França, propôs-se a acabar com o que restava sobre 1968. No Brasil, o jornalista, Élio Gáspari adiantava em um ano as críticas as comemorações que viriam com os 40 anos de 1968, ressaltando a importância fora 1989, a queda do Muro de Berlim, do Império Soviético. Mas, de acordo com o ribeirão-pretano José Luiz Rogero, professor universitário aposentado²⁴:

“Ignorar a importância do ME na conquista da democracia é bobagem. Os que estiveram lá cumpriram seu papel na época. O Regime Militar destruiu grande parte da liderança. Isso, deixou um vazio que demoramos para preencher” (José Luiz Rogero).

O tema, que se revela ainda hoje ‘apaixonante’ e provocador, foi, provavelmente um encadeamento de todos estes fatores, cujos limites, acertos e ilusões, só o decorrer histórico pôde revelar. Com a volta a 1968, ou seja, com as comemorações que trazem as lembranças do movimento à tona, não se pretende “encastelar” o passado – as

autora em 15/05/2010, via internet.

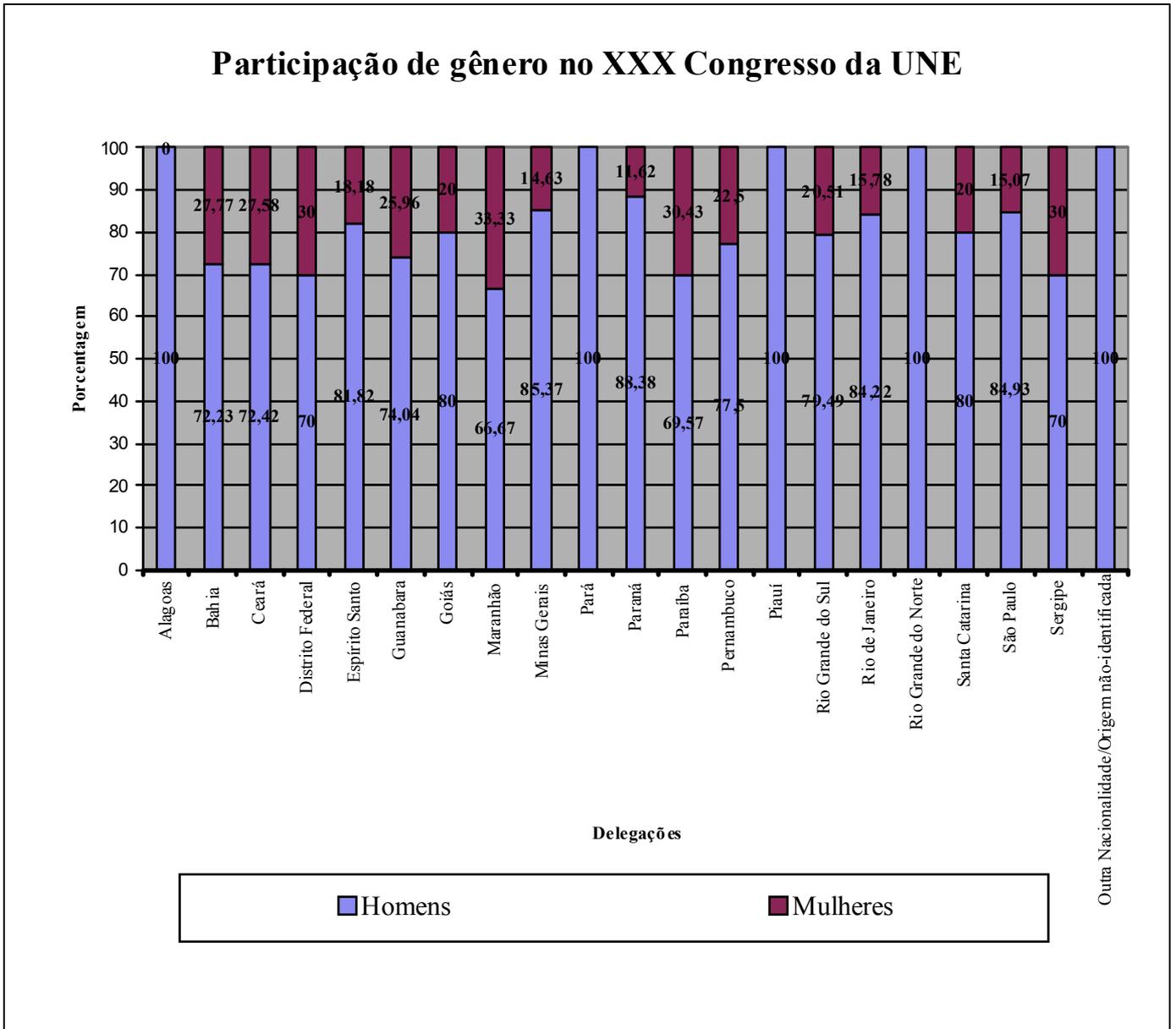
²⁴Foi delegado no XXX Congresso pela FFLCH-USP. Depoimento concedido à autora em 07/05/2010, via internet.

críticas são tão possíveis quanto necessárias – mas de compreender o alcance do legado deixado e os limites das lutas, que, no limite, nos deixaram à idéia de um inconformismo, tão contrastante ao conformismo com a ordem dos “vencedores da guerra fria”.

3.2. Por que o interior de São Paulo?

Esta pesquisa desenvolveu-se com dois objetivos principais: a valorização da participação de estudantes no interior de São Paulo no ME de 1968, e a análise de como essa participação teve influência nas trajetórias de vida desses atores. Nossa análise foi feita a partir da memória, da oralidade e da lembrança dos atores pesquisados. Comumente esquecidos nas análises sobre o ME, cujo foco costuma cair sobre os líderes, este capítulo procura enfatizar as lembranças dos atores das bases do ME, em comparação com as lembranças e as falas tão conhecidas lideranças. De acordo com dados presentes da obra de Martins Filho, podemos perceber a importante presença de manifestações no interior de São Paulo, em apoio às demandas estudantis e em repúdio à repressão que ocorria nas capitais. Ainda de acordo com estes dados, podemos reconhecer a atividade sempre presente dos estudantes paulistas frente a uma atividade mais amena no interior de outros estados. Assim, a amostra dessa pesquisa contou com 10 delegados por universidades do interior do Estado, presentes no que seria o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, a última grande manifestação estudantil antes do declínio e do quase desaparecimento do movimento em fins de 1968. Estes mesmos delegados desenvolveram trajetórias de vida e profissionais inteiramente no interior do Estado. Essa amostra, porém, não conta com a presença de mulheres. A partir das listas de identificação do DOPS, observa-se que a participação feminina em Ibiúna foi importante, embora bem inferior numericamente à masculina, como mostram os gráficos a seguir:

Gráfico 2. Participação no XXX Congresso da UNE por gênero em cada delegação



Fonte: Arquivo Público do Estado, 2008

Tabela 1. Origem e gênero dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE

Região	Mulheres Presas (n°)	Homens Presos (n°)	Estudantes Presos (total n°)	Estudantes Presos (%)
Região Norte	0	3 <u>Estados:</u> PA (3).	3	0,42%
Região Nordeste	43 <u>Estados:</u> AL (0); BA (15); CE (8); MA (1); PB (7); PE (9); PI (0); RN (0); SE (3).	123 <u>Estados:</u> AL (1); BA (39); CE (21); MA (2); PB (16); PE (31); PI (1); RN (5); SE (7).	166	23%
Região Centro Oeste	9 <u>Estados:</u> DF (6); GO (3).	26 <u>Estados:</u> DF (14); GO (12).	35	4,87%
Região Sudeste	74 <u>Estados:</u> ES (2); GB (27); MG (12); RJ (3); SP (30);	341 <u>Estados:</u> ES (9); GB (77); MG (70); RJ (16); SP (169).	415	57,72%
Região Sul	15 <u>Estados:</u> PR (5); RS (8); SC (2).	82 <u>Estados:</u> PR (38); RS (31); SC (13).	97	13,49%
Região não identificada / outra Nacionalidade	0	3 2; ARG (1)	3	0,42%
Total	141	578	719	100%

Fonte: Arquivo Público do Estado , 2008

É possível perceber essa discrepância na participação de gênero também na identificação fotográfica da Polícia Política daqueles estudantes considerados mais “perigosos” entre todos os presos no Congresso: entre 119 homens, há 27 mulheres. Entretanto, entre os delegados do Centro – Oeste paulista, houve apenas a participação masculina.

Como o Congresso foi desmantelado antes de acontecer propriamente, seria impossível identificar todos os seus participantes, que, segundo relatos, podiam chegar a mil pessoas. Assim, a lista de estudantes presos e fichados pelo DEOPS foi a primeira e principal fonte para identificação e localização desses atores. Poucos conseguiram escapar da abordagem policial naquele 12 de outubro, mas, descontados estes, cerca de 719 pessoas foram fichadas pelo DEOPS, e assim identificadas por nome.

Esta lista foi desenvolvida primeiramente pela SEDH, para o Arquivo “Memorial da Resistência”, e esta pesquisa trabalhou para anexar mais dados, como idade, filiação e o estado pelo qual delegava, a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público do Estado²⁵. Descontados os jornalistas que acompanhavam o evento, foram mais de 600 estudantes que tiveram seus passos controlados e suas vidas vigiadas, mesmo bem longe das capitais, até o processo de anistia. Destes, 199 compunham a delegação paulista. E o que se iniciou como recorte nessa pesquisa, termina como fator principal: ao longo dos depoimentos, pode-se notar que muito mais que a participação no ME, foi a presença em Ibiúna o fator determinante para a alteração das trajetórias desses indivíduos.

Segundo Martins Filho, não se pode analisar as reações do meio universitário sem salientar as diferenças entre os caminhos trilhados pelas bases, e as atitudes e proposições de sua vanguarda, tanto quanto este universo não estava imune às diferenças de orientação de seu meio social de origem (Martins Filho, 1995:67). Assim, passemos agora a observar como os estudantes do interior de São Paulo se articulavam. O autor identifica, entre outubro de 1964 a outubro de 1965, cerca de 16 manifestações estudantis nas principais capitais brasileiras, todas referentes à questões da qualidade de ensino e do acesso à universidade (1995:106). Mas em 1966, apenas o primeiro semestre mostra número superior de manifestações que em todo o ano anterior. Em agosto do mesmo ano, o Conselho da UEE-SP é dissolvido pela polícia e 178 estudantes são presos. A partir daí, inicia-se um ciclo em todo o país onde a cada repressão policial, os estudantes respondiam com mais manifestações em solidariedade uns aos outros.

²⁵ Ver Anexos F, H e I.

Nas semanas seguintes, universidades do eixo Rio-São Paulo, inclusive as do interior do estado, protestam contra as prisões ocorridas durante a dissolução do Conselho da UEE-SP. No dia 15 de setembro, uma passeata no Rio de Janeiro contra a política educacional do governo e contra a repressão ocorrida em São Paulo termina com cerca de cem prisões, vários feridos gravemente, numa repressão violenta que marca o início da “*setembrada*”: uma série de manifestações simultâneas em quase todo o país (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Brasília, Niterói, Curitiba, e no interior de São Paulo: Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos, Jaboticabal), que entre os dias 16 e 21 protestavam contra a violência policial e em solidariedade aos estudantes presos no Rio.

O dia 22 de setembro é marcado por greves gerais e passeatas pelo “Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura”, também com choques violentos com a polícia, prisões e vários feridos em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador. Em Goiânia, um policial é morto nos choques com estudantes. No dia seguinte, um cerco à Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, termina com a invasão do prédio da universidade, e o espancamento de cerca de 2000 estudantes, além de muitas prisões. A violência policial deste episódio não tinha precedentes, e ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha” (Martins Filho, 1987).

Em todo o ano de 1967, o que marca as manifestações estudantis são as greves e assembléias, e menos as passeatas, e em sua maioria relacionadas a questões da universidade, como a política educacional, os excedentes, e os acordos MEC-USAID. Talvez por causa das discussões acerca dos acordos MEC-USAID, se introduzem nas manifestações estudantis discussões sobre o imperialismo norte americano, e sua “infiltração” no Brasil, na América Latina e no Vietnã.

Em 1968, as manifestações com repressão violenta acontecem ainda nas férias escolares, em janeiro, quando um grupo organiza uma passeata reivindicando melhores condições no restaurante estudantil “Calabouço”, no Rio de Janeiro. Três meses depois, um ato público é organizado pelos estudantes, com a mesma reivindicação, e a polícia novamente age com violência. Desta vez, porém, um estudante é morto, dando início à chamada “crise de abril” (Martins Filho, 155). A revolta pela morte de Edson Luis leva milhares de estudantes às ruas em todo o país. No interior de São Paulo, estudantes também manifestaram-se, organizando passeatas nas cidades de São Carlos, Presidente Prudente, Araraquara, Jaboticabal, Campinas, Piracicaba, entre outras. Esses mesmos manifestantes se fariam presentes em Ibiúna, como veremos a seguir.

3.2.1 O XXX Congresso

Os dados utilizados para essa parte da dissertação foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, dando a liberdade, porém, para que o entrevistado revelasse os eventos à medida em que julgasse importante relacionar outros dados com o tema que lhe era proposto lembrar. As entrevistas foram, numa primeira fase, enviadas por correio eletrônico, e na segunda fase, presenciais, utilizando gravadores. Já mencionamos a importância da delegação de São Paulo para o XXX Congresso de Ibiúna, o que motivou a escolha de analisar atores do interior do Estado, e mais precisamente do centro-oeste de São Paulo. Por compreender uma área que não contava com muitos delegados, a idéia inicial de se fazer uma análise de trajetórias não se mostrou eficaz. Até mesmo porque, se o intento era comparar as trajetórias profissionais de cada autor, surpreendeu-me o fato de a amostra toda, composta por delegados de 4 cidades, contarem com o mesmo caminho profissional: o universo acadêmico. Dos dez entrevistados, apenas um não lecionou, não direcionou sua carreira de modo a permanecer em ambiente universitário.

Todos os outros, formados tanto nas áreas de humanidades, quanto em ciências exatas, partiram para a vida acadêmica logo depois da prisão em Ibiúna. Em alguns casos, o primeiro emprego foi o único de toda a vida. E quando houve variação, foi pequena: de professor de cursinhos pré-vestibulares a de ensino médio, e, após a anistia, finalmente para lecionar nas universidades. Assim, a idéia de se comparar trajetórias se mostra mais condizente com uma amostra muito maior, talvez com toda a delegação paulista, em que se possa comparar não só as trajetórias profissionais, como as possibilidades profissionais para esses atores na região a qual pertenciam. Deste modo, privilegiou-se a espontaneidade prevista quando se usa as metodologias da História Oral: observar como os atores evocam e ressignificaram suas memórias. Dos dados obtidos, um importante a se observar é que, apesar da participação no ME como um todo ter formado sua concepção de engajamento político e deixado marcas em todos os autores, veremos mais adiante que Ibiúna foi o evento responsável por alterar o percurso profissional, o projeto de futuro profissional que cada um tinha para si. E se a proposta a partir de então foi analisar como esses atores lembram suas ações, essas memórias serão apresentadas a partir de agora.

O processo de construção do que seria o XXX Congresso da UNE começa cerca de cinco meses antes, no Conselho da entidade, que aconteceu em Salvador. Contudo, o

processo de observação dos conselhos que levariam à Ibiúna também se inicia meses antes pelo DOPS, como se pode ver no relatório abaixo (1968)²⁶:

“Plano de ação - XXXº Congresso da extinta U.N.E

Primeira fase:

O “S.S.” do Departamento de ordem política e Social de São Paulo conseguia, desde a morte do estudante Edson Luiz na Guanabara, preciosos informes demonstrando que o Movimento Estudantil era utilização por grupos da esquerda revolucionária, para atingir proporções que representassem uma constituição real no Movimento Revolucionário, desde que conduzido dialeticamente até sua própria ampliação e conseqüente absorção ao Movimento Geral.

Com a aproximação do XXXº Congresso da extinta U.N.E.. esperavam os grupos de esquerda o desenvolvimento conseqüente do Movimento Estudantil e sua condução à absorção num movimento mais amplo o radical, o chamado “Movimento Proletário de Libertação.”

Assim, as agremiações políticas clandestinas, com a realização do congresso e a ampla publicidade do mesmo, pensavam conseguir levar a efeito, em praça pública, uma ação de caráter anarquista que poderia trazer várias conseqüências.

Conseguiu o “S.S.” do D.O.P.S reunir com bastante antecedência os principais itens do temário a analisá-los. tais análises encontram-se nos outros do inquérito instaurado, mais vale aqui o registro. Nas “Relações internacionais” e “proposições para a U.N.E”, nota-se a verdadeira finalidade: Agitar as massas populares, indispondo-as contra o governo e sua conseqüente derrubada. Também o ‘informe da OCLAE ao xxxº Congresso da U.N.E para o incentivo à luta. A análise do “Programa para a “União Estadual dos Estudantes” demonstra a disposição de levar avante uma luta mais violenta e mais próxima da “linha chinesa”.

Enfim, a documentação de caráter nitidamente político, toda voltada para a coordenação de forças Estudantis e populares para impulsionar uma revolução, bem como contribuir com sua parcela para a coordenação das demais forças, interessadas também na mesma finalidade em outros países da América Latina, através da O.C.I.A.E.-(Organização Continental Latina Americana de Estudantes), com sede em Cuba, tudo levando a admitir a existência de uma orientação que, de acordo com a técnica que [...]

Cuidou o “S.S.” de recolher todas as informações sobre o congresso enunciado. Um eficiente plano foi acionado: observações em ponto de embarque e desembarque (Aerportos, Ferrovias, Estações ferroviárias e rodoviárias): deslocamentos de estudantes de outros estados, com constante troca de informações com as policcias Brasileiras; Levantamento das áreas prováveis de realizações: região de Sorocaba: Trabalho de desinformação, etc.

Já nos primeiros dias de outubro, sabíamos o local encolhido para a realização do congresso proibido: Ibiúna, município da região policial de Sorocaba.

Completo-se o serviço de informações, com levantamento topográfico do local, indicação de vias de acesso e agida identificação dos postos de observações e segurança dos estudantes, etc.” - Plano de ação para desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna “Operação Ibiúna”, Pasta 050138, FFLS 2-5 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e

²⁶ Os relatórios da chamada “Operação Ibiúna”, elaborados pelo DEOPS.

A já citada polarização do movimento se mostrava nos projetos para a organização da estrutura do congresso: enquanto a AP propunha um grande ato político que mostrasse o combate à política educacional do governo e ao Regime Militar, as Dissidências preferiam um encontro público, com a participação de milhares de estudantes. Uma terceira ala mais radical, já adepta aos movimentos de guerrilha, sugeria um encontro clandestino (Muller, 2009:66), como também menciona Meloni, “o Congresso da UNE foi tratado como uma manifestação de guerrilha. Que mais queriam de nós? Empurravam-nos para a clandestinidade, usaram contra nós armas, cavalos e porões” (Meloni, 2010:123)²⁷.

A Diretoria Executiva da UNE tinha forças equilibradas entre as diferentes correntes que compunham o movimento. No congresso que elegeu Luis Travassos, em 1967, a diretoria foi composta por quatro membros da AP, três das Dissidências e três da POLOP. A AP queria que o congresso fosse em Minas Gerais, onde era maioria entre os estudantes, mas as dissidências conseguiram levar o evento para São Paulo, por meio de votação que também definia uma comissão especial que decidiria data e local. Esse foi um golpe duro para a AP, pois perdeu a oportunidade de decidir a estrutura do congresso num conselho em que era maioria. Inconformados com a derrota, Travassos e parte da diretoria ligada à AP decidem realizar um novo conselho, desta vez em São Carlos. Mas a outra parcela, ligada às dissidências, boicota este conselho, que termina semi-realizado, contando apenas com Travassos, alguns diretores e representantes da UEE-SP. Mesmo com um quórum tão baixo, este novo conselho traçou novas diretrizes para o Congresso e indicou Belo Horizonte como sede, onde, segundo a AP, o ME se mantinha mobilizado com a direção correta (uma crítica às dissidências) e com firmeza necessária para não recuar frente à violência repressora do Regime Militar.

Além disso, indicou-se um novo conselho para agosto, que se realizaria na UnB. Entretanto, além de novamente boicotado, o conselho não se realizou devido à invasão à universidade e a prisão de Honestino Guimarães, principal líder local. Depois disso, a AP já não conseguia contestar o Congresso que a UEE-SP estava montando em São Paulo. Paralelamente, uma equipe liderada por Paulo de Tarso Venceslau iniciava a organização do Congresso em Minas, e corriam rumores sobre a divisão e a instabilidade da UNE. Por causa

²⁷ Importante observar que o livro de Catarina Meloni é publicado em 2010, após longo período sem qualquer pronunciamento ou publicação da ex-militante sobre os acontecimentos de 1968.

disso, o representante do DCE da UFC, José Genoíno, ligado ao PC do B, lança o movimento “Unidade e Ação”, que propunha uma reflexão sobre os malefícios que o “divisionismo” causaria a UNE. Neste momento, AP e PC do B se mostravam grupos bastante próximos, por suas inclinações maoístas, e montaram juntos a chapa “Unidade e Ação”, que concorreria com as dissidências.

A escolha de Ibiúna como sede também foi processo longo. A AP preferia que se realizasse no CRUSP, já que pretendia promover um grande evento, mesmo com a ameaça de invasão policial e prisões. E com os conflitos quase diários a essa altura, devido às manifestações de rua, um evento com grande visibilidade para a população talvez oferecesse maior segurança aos estudantes. A UEE-SP contava com a ajuda de um ex-comandante da Força Pública, o general Zerbini, que passava aos estudantes informações sobre as formas de organização das tropas. Ele oferece aos estudantes o sítio de um funcionário, que, embora próximo à São Paulo, não tinha infraestrutura nenhuma.

A idéia de realizar o evento no campo seduziu a UEE-SP, muito influenciada pelas idéias de guerrilha urbana de Marighella, pela Revolução Cubana. E assim foi decidido o local do Congresso, embora, hoje, nenhum líder se responsabilizar por essa escolha. Apesar disso, Paulo de Tarso Venceslau, em entrevista ao projeto Memória do Movimento Estudantil, afirma que todos os candidatos foram levados até o sítio, e aprovaram o local. Para a historiadora Angélica Muller, a recusa em assumir a responsabilidade pelo local do evento implicaria em assumir também as centenas de prisões, e as muitas torturas e mortes que decorreram delas (Muller, 2009:69).

O congresso deveria durar de segunda à quarta feira, e a “estrutura” desmontada na quinta. Foi então, montado um esquema para receber cada delegado, escolhido democraticamente em assembléia em sua própria universidade. Parte do esquema de segurança consistia num tíquete, cuja metade era entregue a cada delegado. Neste tíquete havia diferentes assinaturas, e o indivíduo que chegasse a Ibiúna deveria encontrar com a segurança a outra metade de seu bilhete – caso não houvesse um compatível, ele ficaria preso na casa que recepcionava os delegados até o fim do evento. Mas tal esquema de identificação dos delegados não foi correspondente à infraestrutura do sítio: os alojamentos eram apenas barracas, lonas sobre a lama que se formava com a chuva constante.

Hoje, é comum verificar na fala dos líderes, expressões como “não daria certo”, com a certeza de quem observa o fato com o distanciamento de quarenta anos. Mas o fato é que, mesmo com uma entidade dividida e disputada, aceitou-se realizar o congresso nas dadas condições. E as críticas posteriores vieram da própria UNE:

“O episódio do XXX Congresso, de sua preparação até sua fase final, quando caiu nas mãos das forças militares e policiais da ditadura, deve servir de lição para que possamos derrotar e extirpar as concepções falsas e os métodos errôneos que ainda freiam a radicalização e a ampliação do movimento estudantil. Ficou provado que os colegas que estiveram responsáveis pela última fase do congresso por não possuírem uma justa perspectiva do movimento estudantil e não compreenderem seu verdadeiro papel por tentarem fazer dele um partido político, e ainda sim de caráter sectário, por não confiarem nas massas temerem a radicalização e se empenharem na conciliação e no diálogo com a ditadura, acabaram expondo o movimento estudantil aos golpes do inimigo. A força e a segurança da UNE não residem e nem podem residir em simples medidas organizativas nem muito menos em negociações com propostos da ditadura. Essa força e segurança sempre estiveram no apoio das massas estudantis, na sua iniciativa revolucionária, no seu espírito de luta e numa orientação política correta. Por conseguinte, o xxx Congresso só poderia ser garantido, como o vinha sendo nas fases anteriores senão se transformasse num ato político isolado, numa conspiração, mas contasse com o apoio ativo das grandes massas de estudantes. Teríamos chegado vitoriosos até o fim se o Congresso houvesse se apoiado, no momento mesmo de sua realização, na mais ampla e intensa mobilização dos estudantes de todas as escolas do país, tendo cada entidade estudantil de São Paulo a responsabilidade de levar centenas de estudantes a assisti-los e a defendê-los. Todo estudante se sentiria honrado em cumprir essas tarefas, mesmo a custa de desconforto e de sacrifício. Numa ditadura militarista, a realização vitoriosa do Congresso da UNE só poderia ter sido assegurada pela mobilização permanente de milhares e milhares de estudantes e pelo apoio ativo dos professores, jornalistas, artistas, intelectuais e trabalhadores que estão solidários com a nossa luta e estão engajados nos combates pela liberdade e pela independência. Nesse terreno, a UNE é forte e a ditadura é fraca, a UNE é invencível e a ditadura só conheceu derrota.

Por tudo isto, a queda do xxx Congresso representou uma derrota não para o movimento estudantil, mas para aquelas idéias que ainda alimentam ilusões nas conversas ao pé do ouvido dos agentes da ditadura, que, ao invés de confiar na massa, só acreditam na atuação de personalidades e nos métodos caudilhescos, na atuação de pequenos grupos bem-pensantes e “hábeis” e de minorias ativas, ou julgam que os esquemas de segurança tudo asseguravam. As próprias medidas organizativas e os esquemas de segurança dependem da condução política, dos objetos políticos que se tem em mira”. (Carta da UNE, XXX Congresso de 1969)²⁸

Talvez a negativa da responsabilidade da escolha do local, bem como a idéia de que era previsível a falha do evento, reflitam a autocrítica que só acontece em reflexões trabalhadas ao longo desses quarenta anos: todo o processo se ressignifica à luz do momento presente, e dos fatos e desdobramentos que seguiram após o Congresso. Quanto às eleições,

²⁸ Carta da gestão Jean Marc/1969 a UNE e aos estudantes presos no XXX Congresso, em 1968. Disponível para consulta no Arquivo Público do Estado, sob o número 05 1104 501, Pasta 185-A “Panfletos”. Texto mimeo consultado em maio de 2009.

cada candidato (José Dirceu pelas Dissidências e Jean Marc pela AP e PC do B) julga, hoje, garantida a vitória caso o congresso não fosse interrompido. Mas, com a polarização do movimento, não havia uma hegemonia visível, ao menos durante o congresso (Muller, 2009:74).

O esquema de segurança contava com um informante em São Paulo, que observava as movimentações policiais e estava encarregado de avisar qualquer incidente. Na madrugada de 11 para 12 de outubro, chegou a informação de que a polícia estava há poucos quilômetros de distância, aguardando apenas a incorporação das tropas. Havia, no máximo, 10 horas para a desmobilização do evento e fuga dos delegados. Mas a falta de infraestrutura prejudicou a localização dos líderes a tempo, e além disso, parte da AP encarou o anúncio como um blefe preparado pela ala de Dirceu, para que houvesse uma debandada e o congresso não se realizasse. E assim, muitos, mesmo avisados a tempo, decidiram ficar. Jean Marc - eleito no ano seguinte para a presidência da entidade - foi um dos poucos líderes a escapar da prisão. Na manhã do dia 12, acontece o que entrou para a história: a prisão de quase todos os líderes e quase todos os delegados, mais de 700 pessoas. E essa lembrança fica marcada, por vezes com a indignação de quem se sentiu traído, na memória dos atores. Essa é a talvez polêmica opinião de José Murari Bovo, professor aposentado da Faculdade de Química da UNESP - Araraquara:

“Eu vou dizer uma coisa meio perigosa, e talvez um pouco inconseqüente. Mas... Algumas pessoas... Alguém entregou o Congresso. Você já ouviu falar nisso? Alguém entregou o congresso e esse alguém era a UEE de São Paulo. Eu não tenho prova nenhuma disso... Mas da para desconfiar um pouco, o local escolhido, o esquema de segurança que não existia. Você colocar lá 800 pessoas naquele sítio. Espera aí: eu fui para o matadouro! Exatamente essa sensação que eu tive, eu fui para o matadouro. Alguém entregou as pessoas que queriam tirar o ME da rua, quem eram essas pessoas? Essa que é a associação. Eu não tenho certeza do que eu estou falando, pode ser só uma especulação, mas... É algo que se especulou, e se especula até hoje.” (José Murari Bovo)

Com o fracasso do congresso, e o endurecimento da repressão, o ME refluí drasticamente. Naquele momento, mobilizar-se pelas demandas universitárias passou a ser impossível. Assim, os poucos estudantes dispostos a enfrentar o Regime Militar passaram a compor os quadros da luta armada. Entretanto, Ibiúna foi sem dúvida o retrato da tensão vivida pelo ME naquele momento: tensão pela repressão, pela polarização interna, pelas disputas.

O Estado repressivo, a violência, as prisões, o medo, foram moldando forma nova de relacionamento, de estar em sociedade. O Regime Militar moldou um novo sujeito, que não tinha liberdade individual, vigiado e perseguido. Mas esse novo sujeito não é diferente apenas durante o regime, mas também depois dele. Segundo Catarina Meloni, os atores desse período não tiveram a oportunidade de viver a vida adulta. Passaram da juventude, reprimidas décadas de 1960 e 1970, para uma maturidade que não teve a chance de aplicar e testar as idéias dos trinta e quarenta anos. Isso é o que relata Catarina Meloni, em seu recente *1968: O Tempo das Escolhas*. Meloni cursava Letras na USP e fazia parte da UEE-São Paulo, enquanto Luis Travassos era presidente. E assim, assumiu interinamente a presidência da entidade quando ele se elegeu presidente da UNB – e aí começa a disputa pela legitimidade da presidência da entidade estadual com José Dirceu. Foi presa no desfile de 7 de setembro de 1968. Segundo seu relato, expôs a si mesma e à organização estudantil que representava porque queria sair às ruas e sentir se parte do povo: não apenas contestar o regime, hostilizar os policiais, mas ver com seus olhos a mesma coisa, o mesmo desfile que via a população de São Paulo: “Nosso partido queria fazer a revolução, e eu dava mostras de não compreender nada de estratégia, expondo-me daquele jeito” (Meloni, 2010:34).

Meloni não cita fatos políticos, estruturas organizacionais do movimento, seu posicionamento ideológico. Prima por mostrar aos leitores uma outra faceta dos atores de 1968, quase nunca mostrada: a subjetividade, peculiaridades pessoais, individuais, familiares. Os novos laços que tiveram que construir, e os laços que tiveram que esquecer. Era todo um novo universo social que se delineava para aqueles jovens. Suas redes, seus contatos, tudo se criava de maneira diferente, sempre pautado pelo objetivo político, pela intenção revolucionária. O que ela quer mostrar é que, apesar de tudo – embora não “antes” de tudo – não eram apenas peças políticas, eram seres sociais. E os acontecimentos de 1968 marcaram de forma definitiva sua vida “particular”, e não apenas sua forma de participação política. E aí é possível ater-se num ponto interessante: ao lembrar de suas ações passadas, os atores pensam pelo prisma da participação política. Eram seres políticos, agindo contra o modelo político vigente. E quando se transporta todo esse contexto para o presente, quando a lembrança dos fatos passados os incita a pensar como eles influenciam sua vida, trajetória, seu presente, é a subjetividade que se sobrepõe. Não mais a atividade política, mas como esse passado atua sobre sua vida pessoal, sobre suas relações com o mundo, como um ser social.

Num ambiente de repressão policial, as ofensas proferidas num interrogatório normalmente se referiam à atuação política do preso: comunistas, teleguiados de Moscou, subversivos. Mas à mulher, tais ofensas giravam em torno de sua condição de ser social

feminino: “amasiada” era o termo que, segundo Catarina Meloni (Meloni, 2010: 25), era usado para feri-la ou ofendê-la nos interrogatórios, contestando sua família formada nos anos de exílio no Chile:

“O policial que me interrogava, ao referir-se ao meu estado civil [...] dizia ‘amasiada’[...] Era uma forma de intimidar, de criar constrangimento pelo uso de palavras ou expressões que, num ambiente de delegacia de polícia, transformavam-se em vulgaridades, até obscenidades” (Meloni, 2010:25)

Palavra “arquivada”, é como Meloni define a memória, e o poder que ela tem de ligar indivíduos a si mesmos e ao contexto social no qual se insere. Pode promover a compreensão, a elucidação. Pode ser libertadora. 1968 permaneceu na memória de seus atores, e nos múltiplos desdobramentos que se seguiram a partir de cada exposição, de cada um que ao ouvir as narrativas, reconstruíam e ressignificavam 1968:

“Eu não me pergunto: quem sou? Me pergunto mesmo: o que sou? E nessa pergunta vai embutido: o que fiz do meu passado?[...]O passado não me pesa. Não quero esquecê-lo nem ignorá-lo. Quero compartilhar o meu passado que é, de certa maneira, o mesmo da minha geração. E o passado da minha geração é um pontinho pequeno, talvez insignificante, mas um pontinho real da história do país”. (Meloni, 2010:69-70).

Assim, o papel da memória do narrador não é somente o de reproduzir e apresentar o encadeamento de fatos como eles aconteceram, mas sim trabalhar as lembranças da maneira como elas se apresentam, ressignificando cada evento lembrado. Não cabe aqui reconstruir historicamente os fatos de 1968, mas trabalhar subjetivamente a memória que estes mesmos fatos trazem à tona quando se coloca a violência como tema de reflexão. E estas memórias podem emergir de maneiras diferentes, já que “os indivíduos mudam com o tempo, assim como as sociedades e todos os seus componentes. Às vezes nem isso é preciso. As mesmas palavras postas em bocas diferentes produzem resultados opostos” (Meloni, 2010:122).

A busca por um emprego após a militância era sempre pautada pela marca do fichamento no DOPS, e, muitas vezes, houve perda de empregos já adquiridos ou de oportunidades, como o diz José Murari Bovo, e reitera a professora Helena Hirata:²⁹

“Perdi o meu emprego que estava praticamente certo lá no departamento de Filosofia [...] porque eu participei de Ibiúna. E quando se tem um processo político, a USP não contrata [...] Então realmente, toda minha carreira profissional foi totalmente afetada pelo fato do movimento de 68 eu teria

²⁹ Helena Sumiko Hirata. Nascida em 1946 em Korume, no Japão, foi naturalizada brasileira ainda no consulado em Tóquio. Era estudante de Filosofia da FFLCH – USP. Hoje, é professora da Universidade Paris VIII. Depoimento concedido à autora em 05/05/2010.

ficado aqui e teria ficado na filosofia e hoje eu não teria tido as experiências que eu tive, no exterior. Já estou a 40 anos vivendo em Paris”.

E explica:

“Depois que me formei, eu acho que um pouquinho antes de me formar, eu era professora de vestibular, do cursinho de vestibular, chamava “Equipe” na época, que depois transformou num curso secundário. Depois que eu me formei, comecei a dar aula na Filosofia como monitora do Departamento de Filosofia. Dei um ano de aula esperando ser contratada mas não pude porque eu tinha o processo de Ibiúna E não cheguei a ser contratada, fiquei esperando sair o contrato, mas no fim do ano eu vi que não ia sair, então eu deixei de dar aula. Depois eu sai do Brasil, em início de 70 passei pelo Chile, e no Chile fiquei até conseguir o documento de viagem pra ir a Paris [onde] eu tinha uma bolsa do governo francês. Quando terminou a bolsa eu trabalhei como vendedora numa loja de artigos de comida de luxo, que era no aeroporto de Paris: todo o fim de semana, todo feriado, janeiro, dezembro, todos sábados e domingos. Mas era meio período e era um aeroporto que tinha acabado de ser inaugurado, em 1976. Eles estavam procurando uma vendedora que falasse português, japonês, inglês, francês, e então era meu caso. Então eu fui contratada. Depois disso eu fui datilógrafa do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) foi quando houve um concurso pra iniciar como pesquisadora no CNRS, apesar de já ter um perfil mais de pesquisadora, porque eu já tinha um doutorado lá na França em sociologia, eu fui contratada e depois pude ficar lá como pesquisadora.”

Entretanto, ao deixar a condição de estudante, e frente à mudança do cenário político com o fim do Regime Militar na década de 1980, houve a necessidade de readequar suas ações e sua forma de articulação política, mas sempre mantendo o mesmo posicionamento político. Assim, confirma-se, nessa amostra, a teoria de Foracchi e Martins Filho acerca da transitoriedade da *ação* estudantil. E essa idéia está também presente na fala desses atores, quando mencionam as mudanças no posicionamento político das gerações estudantis subseqüentes à sua:

“Eu entendo que hoje o engajamento político dos estudantes é muito fraco, mas aqueles que têm vontade de participar têm essa nostalgia, principalmente quando tem conhecimento da intensa participação da década de 60 e depois teve também a geração de 70 – (lembrar das chapas do ME Refazendo, Caminhado, Libelu)” (Devancyr Aparecido)³⁰.

“[o que resta de 1968 é] a herança de luta constante pela liberdade. Mas, infelizmente tivemos um vazio de lideranças que se reflete, na inexistência

³⁰ Devancyr Aparecido, nascido em São Paulo, era estudante da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas - UNESP Botucatu-SP. Reside em São Paulo. Depoimento concedido à autora em 18/05/2010, via internet.

do ME atual e o que me parece pior: na partidização do ME” (José Rogero).

Nos depoimentos, não há a recusa do movimento estudantil, ou do seu ideário, dos objetivos de construção de um outro projeto de futuro, mas há a observação de falhas que só puderam ser identificadas com o distanciamento histórico, da necessidade de readequação da ação:

“devemos pensar, revendo os erros do passado, em outras formas de conseguirmos mudar o país” (Rubens Pereira dos Santos).

“Tivemos uma geração toda que não teve chance de participar. Eles se surpreendem e se emocionam com o que ocorreu em 1968. Hoje, existem outras forma de participação. Espero que isso ocorra.” (José Rogero)

E unanimidade quanto ao legado positivo de 1968 às novas gerações e a importante função do movimento como instrumento que mostrava à população a existência de um poder ilegítimo:

“Uma vez que o regime militar não tinha legitimidade política, pois, tomou o poder à força era natural que tivesse medo da oposição e, portanto, o uso da repressão e da violência era uma decorrência da falta de legitimidade. Sempre fui contrário ao uso da força e da violência como forma de manifestação e de expressão de idéias. Foi este posicionamento que orientou minha opção pelo não engajamento em grupos políticos que defendiam a luta armada” (José Murari Bovo).

“Creio que o legado deixado pelo movimento foi muito grande, entretanto é muito difícil “notar” a sua presença. Mas veja uma coisa: o país tem como governantes muitos daqueles atores de 68, uma prova de que as idéias, de certa forma, deram frutos. O movimento estudantil de 1968 marcou um período muito importante na sociedade brasileira. Se as mudanças não aconteceram, a resposta do povo foi muito positiva então. As passeatas eram engrossadas, papéis picados eram atirados do alto dos prédios. A imprensa, embora censurada, mostrava a violência policial. Naquele momento, a ditadura brasileira “morria” um pouquinho” (Rubens Pereira dos Santos).

Analisando a estrutura e a função do movimento, há uma clara percepção de seu cunho “político”. Na pesquisa, todos concordaram na função política do movimento, mas

não houve citações nem referências quanto à identificação do ME como um movimento social ou de juventudes. Nos depoimentos, ele se inicia como contestatório, e com a violência do Estado, passa a ser revolucionário:

“O ME não era só reivindicatório. Nos preparávamos muito com leituras e discussões política. Havia as divisões ideológicas mas, o foco era tornar o país mais justo.” (José Roberto Rogero)

“O ME era um movimento político e reivindicatório e que assumiu sua face de contestação quando foi reprimido pelo governo militar. Em minha opinião para maioria dos grupos e partidos políticos aos quais os estudantes eram filiados ou simpatizantes o confronto buscava uma ruptura com o Estado para construção de um novo modelo via Revolução.” (José Murari Bovo).

“Fui eleito como delegado pelo curso de Letras da FCL da USP e pertencia ao grupo que lutava pela universidade democrática. A minha posição na época era uma luta pela transformação de nosso país. Era a luta pelo socialismo.” (Ruben Pereira dos Santos)

Quanto à atuação das antigas lideranças, embora não haja unanimidade, a sensação é de que houve um “abandono” por parte desses líderes às causas “reais” que impulsionaram o ME:

“Suas atuações não são homogêneas. Alguns assumiram o poder e se corromperam com ele. Outros trabalham honestamente. Mas, as nossas instituições políticas precisam melhorar muito.” (José Roberto Rogero)

“Um número significativo de jovens dessa época se engajaram em movimentos políticos que levaram a participar da construção democrática, através de organizações políticas – partidos, sindicatos, organizações de corte religioso (CEBs). A grande maioria porém se alienou” (Devancyr Aparecido).

Nos depoimentos também sobressai a confiança que os estudantes depositavam em seu órgão representativo maior, a UNE – embora nem sempre os caminhos tomados pela entidade fossem de conhecimento de todos os seus apoiadores:

“Por incrível que pareça, os estudantes estavam ao lado da UNE. Naquele momento ela representava, de fato, os estudantes. Tanto que a minha eleição [como delegado para o XXX Congresso] e a dos meus

companheiros de chapa foi bastante concorrida” (Rubens Pereira dos Santos).

“A grande maioria dos estudantes embora fosse contrária ao regime militar não tinha muitas informações sobre o movimento estudantil.”(José Murari Bovo)

Embora José Dirceu não se canse de afirmar que teria vencido a eleição para a presidência da entidade caso o congresso não se houvesse dissolvido, a amostra desta pesquisa indica equilíbrio de intenções de voto, com leve predomínio de Jean Marc, representante da AP apoiado por Luis Travassos. Talvez revelando um leve predomínio da AP no interior paulista:

“Eu era militante da Ação Popular e o nosso candidato era o Jean Marc que veio a substituir o Travassos que também era da AP” (Devancyr Aparecido)

“Eu era ligado politicamente à Ação Popular e defendia a chapa liderada por Jean Marc apoiada por Luis Travassos.” (José Murari Bovo)

“Travassos!” (Luiz Carlos de Freitas)³¹.

E como desdobramentos, 1968 legou:

“Penso que a “nostalgia” e a “saudade do não vivido” em parte podem ser explicadas pelo fato de que os acontecimentos mundiais a que já me referi que marcaram o ano de 1968, não se repetiram e não se repetirão. Foi uma conjuntura muito especial que deixou marcar profundas em vários aspectos da vida e daquela geração em muitos países.” (José Bovo)

“O regime militar de 64, implantou um processo repressivo principalmente ao movimento sindical e as organizações de esquerda. 68 marca a participação ativa do movimento estudantil e foi a partir do ME que se alimentou a maioria das organizações de esquerda no país” (Devancyr Aparecido).

Apesar do grande número de autores que trabalham o movimento estudantil como um movimento de juventudes, ou um movimento social, os atores ouvidos neste trabalho são categóricos e unânimes na determinação do movimento como “político” e “contestatório”, embora raramente como “revolucionário”.

³¹ Carlos Mesquita, nascido em Três Pontas em 1945, era estudante da Universidade Mackenzie/São Paulo. Professor Universitário. Depoimento concedido à autora em 17/05/2010

Uma das questões iniciais desta pesquisa girava em torno do ideário estudantil. Esta questão nos deu algumas possibilidades: da manutenção do ideário, da transformação, e da troca. A *manutenção* se configuraria pela continuidade da ação combativa na mesma forma: a contestação. A *troca*, expressa na mudança dos objetivos e dos interesses políticos – seja ela ocasionada pelo ingresso no universo dos adultos, ou pela nova configuração política que o Brasil ganhava ao longo dos anos subsequentes à 68; pela escolha em não mais atuar politicamente, ou mesmo, em negar o passado combativo. Por fim, a *transformação*: o ideário, os objetivos a serem atingidos a partir da ação política permanecem os mesmos, mas a ação se transforma. Podemos perceber nos depoimentos de líderes durante os ciclos comemorativos, que em muitos deles houve grandes “trocas”, grandes alterações entre o ideário em 1968, e sua prática política hoje. Mas a amostra do interior paulista mostra exatamente o contrário: uma manutenção nos desejos, que diante dos novos contornos institucionais e da presença de uma democracia, permitiram uma transformação de sua ação. A possibilidade de “contestação” permanece, mas a ação combativa dá lugar ao projeto de formar novos combatentes. Assim, diante da multiplicidade de significações que os atores podem dar as suas ações passadas, não há unanimidade a respeito dos temas que emergem em suas falas.

O tema “violência”, por exemplo, é recorrente nos discursos, mesmo quando não estimulados a tocar neste tópico. E aí também podemos perceber a multiplicidade de vertentes e opiniões no mesmo movimento:

“[a violência] Faz parte do jogo. Em processos contestatórios ou revolucionários há baixas de ambos os lados. Só não vale reclamar quando a baixa é do lado das classes dominantes. A violência é diária, contra os trabalhadores, mas basta a classe média ser minimamente incomodada é se considera isso violência...” (Luiz Carlos de Freitas)

Além disso, segundo o professor Luiz Carlos de Freitas,

“A violência é uma justa reação dos oprimidos. Também é usada pelo Estado (autoritário ou não) de várias formas em defesa das classes que representa. Ambos estão defendendo seus interesses. Não há como conciliar os interesses e encontrar um meio termo que atenda a ambos. Estas coisas serão definidas na luta revolucionária quando uma destas classes sai vitoriosa. É uma guerra. E em uma guerra, morre gente. Os objetivos da guerra, entretanto, devem ser considerados: os oprimidos desejam um mundo sem opressão, ainda que por algum tempo tenham que oprimir aqueles que querem manter a opressão. Os opressores querem manter sua opressão e usarão da guerra para tal, mas seu fim é pouco nobre. E aqui, diga-se logo, os fins justificam os meios. Na medida em que a repressão

aumenta, a resposta também ganha outros contornos e aparecem movimentos mais definidos. Não se pode perder de vista que tudo isso foi iniciado pelo Estado em 1964, portanto bem antes. Estávamos no legítimo direito de resposta à violência do Estado.” (Luiz Carlos de Freitas).

Mas há também quem não apoiasse a violência como instrumento da via revolucionária, identificando o ME como um movimento pela democracia, cuja intenção guerrilheira ou revolucionária se concentrava em pequenas parcelas dos militantes, como afirma Rogero:

“A violência foi usada para aterrorizar o movimento estudantil. O ME, apesar da visão política, tinha uma visão purista da reação do Regime Militar. Graças a isso, perdemos muitas vidas. A violência, em particular a contra a nossa liberdade, marcou nossa vidas de tal forma que hoje, reagimos prontamente a qualquer tentativa da esquerda ou da direita de bloquear nossa liberdade individual. Sempre fui contra os atos de violência. Não havia estrutura para lutar com os militares no nível da violência. A nossa luta deveria ser intelectual e criativa” A luta armada era o objetivo de pequenos grupos e não do ME. Partir para luta armada foi a causa de uma massacre das nossas lideranças. O país levou décadas para se recuperar ainda que parcialmente.” (José Roberto Rogero)

Mas a situação extrema de cerceamento das liberdades civis também foi, para alguns, o condicionante para a violência a partir dos estudantes, sem necessariamente objetivar uma revolução:

“Na verdade, a violência maior foi contra o povo, que se via impotente diante da ditadura. O movimento estudantil o que fez foi iniciar uma luta que motivasse outras camadas da população a aderir e batalhar para a derrocada da ditadura. Nunca houve tentativa de diálogo. Os militares estavam tão cientes de sua força que não buscaram o diálogo: o diálogo era o cassetete e, posteriormente, a tortura covarde. A minha posição foi manter a luta, continuar a protestar contra a opressão, pelo Estado de Direito. Não nos era permitido sequer participar da vida política do país. Não havia partidos políticos verdadeiros; havia apenas os dois oficiais (ARENA e MDB). O que fazer numa situação dessas?” (Rubens Pereira dos Santos).

A influência da participação no ME foi decisiva para esses atores no direcionamento de suas trajetórias profissionais, tanto na profissão escolhida, quanto no sentido dado à execução dessa profissão, que para eles, tinha sempre o objetivo maior de trabalhar o conceito de democracia e liberdade com as novas gerações:

“Eu era um estudante de Botucatu, que em 1967 realizou uma marcha denominada ‘Operação Andarilho’ onde viemos a pé até o Palácio dos

Bandeirantes (600 alunos de um total de 900. Essa greve teve caráter reivindicatório. No ano seguinte 68, a greve e a pretendida marcha - houve repressão e ficamos em Botucatu - se tornou política, chamamos de Operação Denúncia. No fim de 1967 fui convidado a participar de uma organização política – APML, que levou a meu engajamento na luta contra a ditadura. A partir da minha participação política na época, me engajei na militância, na AP como eu disse e isto me levou a escolher participar como profissional no serviço público, como pesquisador científico sempre ligado as questões sociais. Como eu disse eu participei da AP, que em 1972 teve um racha uma parte dela foi para o PC do B, eu fiz parte do grupo que ficou na AP, então denominada AP socialista, e em 1980 nos dissolvemos e entramos na fundação do Partido dos Trabalhadores, onde estou até hoje (Devancyr Aparecido)”³².

Penso que, pelo menos no meu caso, a principal herança foi a consciência da importância da participação na vida política do país. Os acontecimentos mundiais (na política, na cultura, nas artes, nas universidades) que marcaram o ano de 1968 foram decisivos para a formação política e pessoal daquela geração. O aprendizado político e a formação humanística proporcionados pela atuação no movimento estudantil tiveram uma importância crucial na minha trajetória profissional. O que aprendi em termos da importância da ética na política, na vida profissional e pessoal foi decisivo para meu comportamento profissional. É importante registrar que tive uma militância nos movimentos estudantis ligados à igreja católica (JEC e JUC). Não me inseri no contexto político propriamente dito via participação em partidos políticos. O que aprendi no ME e na vida procurei transmitir aos meus alunos em minhas aulas. Foi esta forma que encontrei para colaborar com a formação dos jovens estudantes e o instrumento para meu compromisso político com o futuro do país. (José Murari Bovo)

“Minhas atividades sempre se pautaram pela minha experiência naqueles anos de chumbo. Professor do ensino médio, procurei passar aos meus alunos senso de responsabilidade e cidadania; no ensino superior também, procurando dar exemplos de consciência política e profissional. Fui por um período Secretário de Educação do Município de Osasco, onde pude desenvolver um trabalho bastante próximo às minhas idéias. Fui também membro das associações docentes (APEOESP e ADUNESP) e sempre participando das lutas pela melhoria de ensino e por dignidade profissional.” (Rubens Pereira dos Santos).

“Minha participação no ME foi construir uma consciência sobre os direitos individuais e o desequilíbrio social. Essa consciência marcou de forma definitiva minha carreira profissional. Minha participação [no cenário político do país] foi durante a carreira. Durante todo o tempo não deixei de

³² No início dos anos 1960, as organizações da então chamada “esquerda católica” (Juventude Operária Católica–JOC, Juventude Estudantil Católica–JEC, e Juventude Universitária Católica–JUC) dão origem à Ação Popular, grupo que, como vimos, tinha muita influência no ME. Anos mais tarde, o recrudescimento do Regime Militar impulsiona a transformação da esquerda católica em esquerda católica revolucionária. Surge então a APML (Ação Popular Marxista Leninista), em 1971: uma organização clandestina de estrutura partidária derivada da AP. O longo processo de derivação dos grupos católicos até a APML pode ter levado o depoente a adiantar, em sua fala, o período de nascimento da organização em alguns anos.

lado a consciência política e a nossa importância na contribuição para a melhoria do país.” (José Roberto Rogero)

“Creio que desenvolvi minha atuação posterior de forma coerente. Não houve mudança. Continuo marxista e acreditando na revolução, como antes. O que ensino, escrevo e digo em conferências vai sempre nesta direção. Atuo até hoje junto aos movimentos sociais, em especial no MST. Acho que foi um momento muito importante da minha formação política e como indivíduo. Deixou marcas que carrego até hoje, pessoalmente e profissionalmente. Acho que hoje, perdeu-se muito. Os tempos são mais difíceis ideologicamente para a juventude.” (Luiz Carlos de Freitas)

A pequena amostra aqui estudada é unânime ao confirmar que o ideário combativo, de repúdio ao regime militar e a qualquer modelo que cerceie liberdades civis, permaneceu ao longo de toda a vida, influenciando e direcionando inclusive a escolha profissional: o universo acadêmico. Lecionar, para esses atores, foi uma forma de continuar atuando, participando, ajudando na formação dos novos atores do movimento estudantil. É claro que isso não se pode aplicar à totalidade dos estudantes que participavam do ME em 1968. Os estudantes em Ibiúna contavam, como vimos, com mais de 700 indivíduos. A delegação de São Paulo, quase 200 – e estes eram apenas os representantes, escolhidos por um universo muito maior de estudantes. Assim, não se pode generalizar e aplicar as conclusões do estudo de uma pequena amostra ao universo total do ME. Mas o fato da amostra do interior do Estado convergir em seu discurso, adotando um posicionamento muito parecido, pode ser indicativo de como os estudantes dessa região percebiam o movimento nas capitais, o relacionamento e comunicação com as cúpulas, sua articulação nas manifestações locais. Assim, a permanência no universo acadêmico “pode” ser indicativo de que não houve mudanças na percepção da atuação política desses atores, apenas na forma de engajamento, que se adequou tanto à nova condição de adulto e ex-estudante, quanto às transformações políticas do país, que deixa um Regime Militar de 20 anos para a consolidação democrática, que hoje representa cerca de 25 anos.

A análise de Foracchi vê o estudante como uma categoria social única e diversa das demais, embora não uma classe. Sua articulação em 1968 esteve isolada de outras categorias e não levantou bandeiras classistas, muito embora, como a própria autora revela, expressasse as tensões da classe média, e apoiasse as causas operária e camponesa. Havia apoio a outras classes, mas, como se observa em documentos como a *Carta de Defesa da UNE, de 1969*, (anexo 4), o ME tinha reivindicações e posturas próprias, particulares. Se já haviam divergência entre os estudantes em 68, elas se tornam mais expressivas quarenta anos depois. Considerando depoimentos de lideranças em veículos midiáticos e comparando-os a

depoimentos das bases do movimento, é possível perceber problemas na comunicação entre cúpulas e base, já que estas não tinham tantas informações sobre o próprio movimento, e baseavam sua luta num movimento “contra o regime militar”, apesar do apoio dos estudante à UNE e do sentimento de pertencimento à entidade parecerem irrestritos. A falha comunicativa e o endurecimento da repressão podem ter contribuído, juntas, para o arrefecimento do ME. Após Ibiúna, por exemplo, com as lideranças presas, desaparecidas ou deixando o ME para integrarem a luta armada, como conduzir o movimento?

Um trabalho que utiliza a memória como ferramenta é diferente de uma pesquisa conduzida pelas ciências naturais. Não há, aqui, um resultado exato, nem uma conclusão definitiva, mas sim pontos a serem considerados a partir da ressignificação desse atores sobre sua própria ação. Voltemos ao questionamento inicial, que deu origem a esta pesquisa: ao longo desses quarenta anos, mudou o ideário desses atores?

De acordo com essa amostra, pequena e localizada, não. Mudou, ou melhor, *adequou-se o comportamento*, mas não se alterou o ideário. A leitura que estes setores faziam do Regime Militar, das deficiências do ensino e dos problemas econômicos de dependência, não mudaram. Tanto que direciona sua escolha de carreira. Se compararmos esse conceito com as pesquisas sobre o comportamento político dos estudantes na década de 50 e início de 60, com uma abordagem geracional, como a de Jaide e de Manheimm, por exemplo, veremos que, ao deixar a universidade, o estudante se dedicava à profissão que lhe renderia maiores benefícios a longo prazo, aquela que trouxesse mais estabilidade no universo adulto. Seu projeto de futuro, sua escolha profissional, não se pautava por seu comportamento político enquanto estudante. Ele terminava ao receber o diploma. Os depoentes deste trabalho, ao contrário, traçaram toda a perspectiva de futuro e trajetória profissional pautada em seu comportamento político enquanto estudante.

Considerações finais

Alguns acreditam que jovens são forças latentes da sociedade, porque têm atitude crítica com relação aos velhos “esteios” sociais, mas talvez não saibam como se inserir, participar. Se é assim, então o protesto seria uma forma de participação, onde se liberam tensões e expande-se energia, estabelecendo a “responsabilidade” e o “engajamento” como parâmetros de seu comportamento político, por ser a “parcela” esclarecida da população – condições que imprimem, em definitivo, a dimensão política da práxis estudantil.

A partir das perspectivas de Martins Filho e Foracchi, o ME pode ser explicado numa primeira abordagem através da origem sócio econômica do estudante universitário, já que o radicalismo político tem um jeito especial quando se atenta para a atuação das classes medias urbanas, quando se fala no contexto brasileiro e latino-americano. Para crescer, essas camadas se defrontam com resistência das camadas superiores e radicalizam então seu comportamento político. O estudante é o agente humano do processo de criação ou ampliação dos canais de mobilização (que às vezes as classes superiores bloqueiam).

Assim, o movimento estudantil podia ser visto como uma polarização radical do projeto pequeno-burguês, cujas aspirações principais poderiam, para Foracchi, ser resumidas na necessidade de modernizar o sistema de produção intelectual, ampliar a participação social da pequena burguesia a fim de torná-la menos marginalizada frente ao poder de divisão das classes superiores. A classe média se identificava apenas superficialmente com o projeto operário, porque não abre mão de sua visão pequeno burguesa acerca do futuro profissional. Ao mesmo tempo, esta classe era estruturalmente incapaz de impor seu projeto aos demais setores sociais. Assim, a *práxis* estudantil, para Foracchi, era a expressão radicalizada da *práxis* pequeno burguesa.

Sua interpretação abrange uma fase que a autora acredita ser decisiva para o movimento estudantil, ao mesmo tempo em que foi também um movimento significativo da “formação da pequena-burguesia” como classe: 1964, ano em que esse quadro sofre profundas alterações que impõem a necessidade de realocar o “problema da práxis estudantil, assumindo teoricamente seu vinculamento à camada pequeno-burguesa e reequacionando o seu sentido analítico.

Os textos de Foracchi expõem e discutem alguns efeitos desse reequacionamento teórico. Primeiro, a conjuntura do ano de 1964, onde o subdesenvolvimento passa a ser caracterizado como uma formação “histórico social” característica do capitalismo dependente. Em segundo lugar, o capitalismo dependente e o

quadro sociocultural característico, particular, definido por sua estrutura de classe e a situação de dependência. O capitalismo dependente cria uma singularidade, um novo padrão de relação entre classes cujas estruturas externas a classe, definidos na área do capitalismo dominante. Frente a esse quadro, a dinâmica das relações entre as classes manifesta-se como “tensões” absorvidas pela juventude.

A antiga luta de classes repercute sob a forma de tensão que redefine os limites entre as classes, o teor de suas relações, mas que permeia a sociedade como um todo e cujo núcleo político é estabelecido pela atuação da classe média dependente, derivada de um sistema de instabilidade política e que estimula o desenvolvimento dependente. O movimento estudantil seria, assim, produto social e expressão dessas tensões. Segundo Foracchi, teve ainda, histórica e sociologicamente, a tarefa de absorver e radicalizar essas tensões. A situação de dependência e a tensão entre os setores médios e dominantes formam um estilo de participação social apoiado numa perspectiva de realidade histórico-social, que só poder ser reelaborada pelo estudante.

Assim, o ME brasileiro na década de 1960, caracterizava-se como uma “oposição incontrolável” pelo sistema de poder constituído. Ele dava vazão às tensões entre os diferentes setores antagônicos da classe média dependente e os segmentos conservadores das classes dominantes. Essa oposição não chegava, entretanto, a ser uma “negação” do sistema de classes, mas representa uma polarização a radicalização do conflito entre os setores emergentes da classe média e os resistentes à modernização, das classes dominantes. O significado do comportamento político do estudante brasileiro na década de 1960, para Foracchi, só poderá ser compreendido a partir da análise de suas determinantes sociais. Assim, elabora um trabalho de pesquisa que procura explicar os fatores sociais e as situações que determinam forma e conteúdo da ação estudantil. Para compreender o ME é preciso distinguir dois aspectos essenciais que constituíam o foco da luta e que dizem respeito ao estudante como agente humano de um projeto de transformação. A participação radical não esgota seus efeitos numa conotação subjetiva, mas reforça a compreensão da condição de estudante como condição “objetivamente modelada pela crise da sociedade” (Foracchi, 1981:82).

Sua pesquisa indica que a população universitária na década de 1960 era predominantemente proveniente dos estratos médios urbanos. Admite certas ambigüidades na definição do conceito de classe média no Brasil, e por isso define ela mesma as dimensões empíricas para sua análise. Chega à conclusão de que as camadas superiores tradicionais

estavam dando lugar na universidade à predominância dos estratos médios, que utilizavam da aquisição do capital intelectual como via de ascensão. Traça um perfil do estudante brasileiro, não só em termos de comportamento e valores, mas como *categoria social*. E entender o ME dessa maneira implica em reconsiderar analiticamente as situações que o constituem como força ativa, como presença marcante na sociedade brasileira dos anos 1960 (Forachi, 1981:55).

1968 é símbolo e mito, quarenta anos depois, por ter sido um ano de tensão e ruptura, com diferentes propostas e abordagens políticas, sociais e culturais, que gerará também diferentes desdobramentos para o futuro. Trata-se de uma data emblemática, mítica, simbólica, política e culturalmente, e que não encontra ou gera consenso. É certo que algo não se altera nos processos de reinterpretação ao longo do tempo: sua multiplicidade ideológica, de demandas e focos, de grupos, de conquistas e derrotas, gera capacidade e possibilidades também múltiplas ao reinterpretar os fatos desse ano, com o auxílio – ou obstáculos, nada acerca desse tema pode ser unilateral – do distanciamento histórico.

Isso gerou em 2008, e certamente gerará em 2018, talvez ainda com mais intensidade pelo simbolismo dos “cinquenta anos” – um ciclo muito rico de discussões que tentam compreender 1968. Mas, pela primeira vez em quatro processos comemorativos, não procurou-se apenas lembrar ou reproduzir os fatos, nem clarificar o presente acertando contas com o passado. Ainda que gerando um certo grau de negação – o que seria previsível quanto à discussão, mas não a negação do próprio passado – e muito de tensão, o ciclo de debates de 2008 trouxe à tona a idéia de não apenas refletir sobre o que aconteceu, mas também, nas palavras de Maria Paula Araújo (2009:17), “problematizar a memória socialmente construída sobre 68”. Disso pode-se entender que é tão importante reconstruir historicamente 68, entendendo os processos políticos e sociais que geraram os vários e diferentes “1968” ao redor do mundo (as vezes, diferentes “1968” num mesmo país, ou num mesmo movimento), seus significados e desdobramentos, como é importante compreender a memória de 1968, a construção identitária de um momento histórico determinante para um país inteiro, e não somente para seus ex-militantes.

O ano mítico que se tornou símbolo de juventude e rebeldia, condensando sua multiplicidade num único conceito, unitário, homogeneizado. Mas não eram homogêneas as forças que irromperam naquele ano, e também não o são, hoje, as análises feitas sobre ele. E o que torna movimento como os ciclos comemorativos instigantes, é o fato de que, apesar de tantas diferenças, realidades, conteúdos e significados, “todos” reivindicam para si o signo de 1968. Até mesmo as disputas políticas internas ao ME, são reeditadas e ressignificadas por

ocasião dos ciclos comemorativos. E reeditadas em dois sentidos: enquanto as cúpulas parecem negar o próprio posicionamento político em 68, a ação, as escolhas, e procuram legitimar a diferença entre ação e discursos em dois momentos distintos, a base do movimento, representada aqui pelos estudantes do interior paulista, ressalta a continuidade do mesmo ideário: sua reinterpretação acontece na transposição do ideário de um lócus temporal a outro, quase sem alteração. Exemplo disso é a questão do tíquete de segurança em Ibiúna, que os líderes afirmam existir, e que alguns delegados das bases afirmam não ter conhecimento.

A pesquisa mostra que a idéia de transitoriedade da *condição* de estudante se confirma no sentido de limitar a ação combativa. O estudante tem um determinado tipo de ação política enquanto está vinculado ao universo acadêmico, mas, ao ingressar no universo adulto, o tipo de ação, de engajamento político, se altera. Não vemos, por exemplo, ex militantes de 1968 retornando às ruas em passeatas pela reforma universitária após 10, 20 ou 40 anos. Eles contribuíram na fundação de partidos políticos, muitos líderes ingressaram na política institucional, ou concentraram-se no exercício da própria profissão. No caso dos estudantes desta amostra, pudemos perceber que houve uma manutenção, uma continuidade do ideário, mas também *transformação* na ação política. Se presença em Ibiúna e os inquéritos policiais decorrentes das prisões limitaram durante vários anos, segundo seus depoimentos, suas possibilidades profissionais, é possível imaginar que estes mesmos fatos tenham moldado o direcionamento que eles mesmos deram às suas profissões: permanecer no ambiente acadêmico, e ao lecionar, participar do processo de conscientização e formação dos atores dos novos movimentos estudantis. Assim, o ideário não é transitório para esses atores. E a ação política se transforma para que possam mantê-lo.

Este trabalho quis ressaltar e focar dois pontos diferentes daqueles normalmente adotados pelas pesquisas sobre o 68 brasileiro: a memória dos atores, escolhidos a partir de sua origem, de onde desenvolveu sua trajetória, conhecendo quem era o estudante que militava, que lutava contra o Regime Militar mesmo fora dos grandes centros, onde a concentração de estudantes tendia a ser maior. O estudante do interior estava sim atento às movimentações das capitais. Era a partir do desenrolar das manifestações nestes centros que o indivíduo do interior pautava seu comportamento, sua postura de luta, de apoio à UNE, aos colegas que por ventura fossem presos.

Havia, por certo, falhas, deficiências na comunicação entre os grupos das capitais e os estudantes que ficavam mais afastados, de modo que, segundo os depoimentos, nem sempre conhecia-se a fundo as ações das cúpulas da UNE ou da UEE-SP – tanto pelo

“tamanho” das entidades, que agregavam muitos estudantes, quanto pela dificuldade em se transmitir informações num período em que todo estudante era alvo de desconfiança das autoridades policiais.

Mas o fator que dificultava, a meu ver, era também o que mais contribuía para a unidade do movimento: mesmo com a polarização entre os grupos da AP e das Dissidências, e com os rachar internos a cada grupo, ainda assim havia apoio irrestrito às entidades representativas. Podia-se discutir internamente os problemas, posturas e posicionamentos adotados frente ao Regime Militar e à repressão, mas a defesa da UNE, principalmente, pelos estudantes era algo bem sólido. Ser o movimento refluí após dois grandes baques, a queda de Ibiúna e o AI-5, é notável como os estudantes do interior que deram depoimentos para esta pesquisa adotaram a mesma postura com relação a trajetória profissional, permanecendo na universidade lecionando. Postura diversa do que podemos observar nas capitais, a grosso modo, onde as lideranças terminam tornando-se lideranças políticas também, disputando cargos eletivos.

Se observarmos os estudos sobre o ME, seus atores e trajetórias, veremos que em sua maior parte, se concentram sobre o que aconteceu ou ainda hoje acontece nas capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte... E quando levam em conta os do interior, são normalmente agregados às estatísticas sobre o movimento. Por isso a intenção aqui foi dar também voz a esses atores. Mesmo os eventos comemorativos concentram-se nas grandes cidades. Pudemos ver ao longo do ano de 2008, que houve eventos, palestras e debates acerca dos quarenta anos de 1968, mas a grande maioria concentrou em São Paulo e no Rio de Janeiro³³.

Se fizéssemos um mapeamento, poderíamos encontrar cerca de dois a três delegados para cada cidade média do centro-oeste paulista, dependendo do número de universidades que a referida cidade comportava: Araraquara, Ribeirão Preto, São Carlos, Campinas. Os depoentes desse projeto eram nativos dessas cidades, ou de cidades menores, como Jaboticabal, Quatá, e estudavam em suas universidades, desenvolvendo ali suas trajetórias profissionais.

A partir da fundamentação teórica aqui utilizada, do depoimento dos atores, e de documentos da UNE, pode-se perceber a complexidade do levante estudantil de 1968. Na foi um movimento de juventude, mas sim um movimento composto por jovens. Tampouco foi estritamente revolucionário. A revolução, segundo depoimentos, era meio para acabar com o

³³ Nos Apêndices deste trabalho há uma série de folders de divulgação de alguns destes eventos, mostrando o grande enfoque recebido pelo tema nas capitais paulista e fluminense.

regime Militar, mas não havia um plano a partir daí. E nem um plano para concretizar essa idéia, havia o conceito e a luta, mas não estratégia. Quando a luta armada foi vista como a única via possível frente à repressão, o movimento refluíu, e os grupos guerrilheiros surgiram formado por outros tipo de atores, e não apenas estudantes. Era uma articulação política bem diferente. Além disso, o ME nunca deixou de lado as reivindicações por uma universidade melhor. Esse tema foi, sempre, pauta do ME, mesmo nos momentos de maior repercussão do confronto entre estudantes e o Estado repressivo. Desta forma, o ME de 1968 não pode ser lido de forma homogênea, mas sim dentro dos limites que o dividiram em duas fases: a reivindicação das demandas universitárias, e o confronto direto com o Regime Militar, a partir da segunda metade do primeiro semestre.

Novos trabalhos sobre o ME ainda são necessários. Mas, uma brecha de estudos que foi possível perceber ao longo dessa pesquisa foi a de análises sobre a participação feminina no Movimento Estudantil. Como vimos nos quadros anteriores, a participação feminina no XXX Congresso foi expressiva, embora a maioria indiscutível fosse masculina, e também houvesse delegações totalmente masculinas. Além disso, as lideranças mais expressivas eram masculinas, e nomes femininos de peso são escassos, como Catarina Meloni (que liderava, segundo depoimento de Devancyr Aparecido, um pequeno grupo de estudantes em São Paulo que não aceitava a eleição de José Dirceu e o afastamento de Meloni da presidência interina da UEE), Helena Hirata e Helenira Rezende. Como essas mulheres se inseriam no contexto de luta estudantil, de luta política? O tratamento dado às mulheres numa situação de prisão, interrogatório, era a mesma que aquela dada aos homens? Dentro do movimento, havia espaço para a articulação feminina?

Pode-se perceber, de acordo com o relato de Catarina Meloni, que o tipo de violência física e de coerção psicológica sofrida pelas mulheres era diferente. Sua condição de mulher que se “desvia” era o foco das agressões, e não o comportamento político. Assim, observar e discutir a participação feminina no ME pode ser uma proposta para estudos futuros.

A partir das entrevistas, pôde-se perceber que os líderes “reinterpretam” sua ação frente ao espaço-tempo em que se inserem, ao passo que esta parcela estudada da base, reinterpretam seu espaço-tempo a partir da ação e do ideário do passado. Na primeira percepção, a idéia do que foi a ação muda porque a história muda, mudou o contexto no qual o indivíduo se insere. Na segunda percepção, a história não altera o ideário, pelo contrário, ela é que é reinterpretada a partir dele.

1968 foi palco de disputas entre diferentes propostas políticas, de ação e condução da política. Romantizá-lo, reduzindo-o a um só conteúdo faz perder toda a riqueza da multiplicidade da experiência social, juntando elementos muito diferentes numa única tese libertária. Por outro lado, recuperar estas disputas, o debate interno de um movimento que em meio a tantas diferenças tinha um objetivo maior em comum, é recuperar o melhor do ideário e da esfera criativa de 1968. É nesse sentido que, mais do que celebrar ou contestar, talvez seja mais importante “desconstruir” 1968, e discernir suas múltiplas vozes, caminhos e vertentes.

O que se propôs neste trabalho foi produzir uma problematização da memória de 1968, através da memória de uma parcela de atores que por vezes são esquecidos nas análises que comumente se concentram nas lideranças estudantis, ou naqueles que estabeleceram trajetórias de vida ou profissionais nas metrópoles brasileiras. Esse ano é associado a diferentes processos políticos, mas também culturais, como o movimento hippie, o nascimento dos movimentos de minorias, que se configurariam como os Novos Movimentos Sociais, que substituíram o levante contestatário configuraram o novo modelo de participação política pela sociedade civil controlada por estados fortes.

O surgimento simultâneo desses movimentos ao redor do globo é um processo bastante analisado, mas que não encontrou uma resposta definitiva que explicasse esta ebulição. Analisando as trajetórias de alguns expoentes mundiais daquele ano, Paul Bermam (*A Tale of 2 utopias: the political journey of generation of 1968*) chega à conclusão de que elas eram, em sua maioria, egressas de partidos comunistas ou socialistas, gerando um novo tipo de liderança, e por conseguinte, um novo tipo de movimento de esquerda. Descontentes com a rigidez estrutural, hierárquica e burocrática dos partidos de esquerda tradicionais, os jovens rompiam com os mesmos e partiam para uma proposta mais radical, combativa e direta de prática política. As novas organizações construídas pelos jovens formaram uma “nova” esquerda, com valores e práticas bem diversas da esquerda tradicional, baseadas na ação direta, no radicalismo e no confronto. Mas a universalidade da ação estudantil não correspondia aos objetivos, cujas características eram particulares e peculiares a cada nação. Mas além disso, para Bermam, há também um sentimento de descrédito com relação à democracia. Então, como fazer política a partir daí?

De uma maneira geral, poderíamos classificar os movimentos estudantis em 1968 em dois grandes grupos: o que se desenvolve nas sociedades chamadas primeiro mundo, como a Europa Ocidental e os EUA. E depois, os movimentos estudantis do Leste Europeu e América Latina, marcados pelo nacionalismo e pelo combate à ditadura. No primeiro grupo,

se contestava os princípios morais e culturais, as relações sexuais, familiares, e as formas de consumo, muito mais que as formas de produção. O maio francês pode ser considerado o maior expoente desse grupo.

Assim, o culto à ação direta apontado por Arendt desenvolveu propostas políticas que se baseavam no imediatismo, na coragem, com exaltação da violência como forma de articulação política legítima também para a sociedade civil. E isso aparece também na fala de Rubens Pereira dos Santos, professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, quando perguntado sobre as principais características dos jovens do ME, e que haviam ficado para o futuro: *“Coragem, audácia e uma visão objetiva da realidade, pois aprendemos a ter autocrítica.”*

Foi nesse quadro que se desenvolveram os projetos de luta armada. Com isso, o legado de 1968 não pode ser único, por que não houve apenas um 68. Assim, é importante celebrar, lembrar e entender 68, como nos propôs um dos projetos comemorativos, mas também compreender seus diversos simbolismos. E, antes de tudo é preciso compreender aquilo que já sugeria Hannah Arendt: é a atividade política que nos faz cidadãos de um tempo. E se para os componentes da amostra deste trabalho, a atividade política que os fez atores e cidadãos de 1968 foi a contestação, é a *escolha* pela permanência na universidade, agora como mestres das novas gerações estudantis, que os caracteriza como atores deste novo tempo

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paulo e FICO, Carlos orgs. 1968: 40 anos depois. História e Memória. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2009.
- ARENDDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. Companhia de Bolso, São Paulo, 2008.
- _____. Crises da República, Perspectiva, São Paulo, 2004.
- _____. Da Revolução. São Paulo, Editora Ática, 1990.
- _____. Da violência. Brasília: Universidade de Brasília, 1970.
- BRITTO, S (Org.). (1968a), Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____(1968b), Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial. Rio de Janeiro, Zahar.
- CATROGA, F. 2001. Memória e história. In: S. PESAVENTO (org.), *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 43-69.
- CARDOSO, Irene. 68 A comemoração do impossível. Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo, 10(2): 1-12, 1998.
- _____. A dimensão trágica de 1968. Revista Teoria e Debate, nº22, set/out/nov 1993.
- _____. Memória de 68: Terror e interdição do passado..in Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo. 2(2), segundo semestre 1990, pp. 101-112.
- _____. "Os acontecimentos de 68 - Notas para uma interpretação" in Santos, M.C. (org.) Maria Antonia - uma rua na contramão, S. Paulo, Nobel, 1988.
- CORREA, R.S. Entre a harmonia e a dissonância: história oral de vida artística de cantoras negras brasileiras. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 2009.
- DIRCEU, J. e PALMEIRA, V. Abaixo a Ditadura. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- FENTRESS, J. e WICKHAM, C. 1992. *Memória social*. Lisboa, Ed. Teorema, 278 p.
- FERNANDES, F. "Os dilemas políticos dos jovens". Folha de São Paulo, 15/set/1986.
- FLACKS, D. *A questão da relevância dos estudos dos movimentos sociais* in Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro de 2005, 45-66.
- FENTRESS, J. e WICKHAM, C. 1992. *Memória social*. Lisboa, Ed. Teorema, 1992.

- FORACCHI, M. M. A Juventude na Sociedade Moderna. São Paulo, Editora USP, 1972.
- _____. O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. A Participação Social dos Excluídos. São Paulo, Editora Hucitec, 1982.
- FREIRE, A. e PONCE, J. A de Granville (orgs.). “Política, repressão e ideologia”, in: *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.
- GASPARI, Elio. *Vem aí a Sessão Saudade de 1968*, in Folha de São Paulo -26/12/2007, disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2612200712.htm, acessado em 25/03/2008.
- GAULEJAC, V. de. *La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social*. Paris: Seuil. 2005
- GOLDENBERG, M. A Arte de Pesquisar. São Paulo, Record, 2005.
- GORENDER, J. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.
- GROPPO, L. A. Uma Onda Mundial de Revoltas. Movimentos Estudantis de 1968. Piracicaba, Editora Unimep, 2005.
- HABERMAS, J. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: Britto, Sulamita de (org.). *Sociologia da Juventude*. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 115-132.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice Editora, Revista dos Tribunais, 1990.
- HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória In *Revista História Unisinos*, vol. 8, no.10, jul/dez, 2004.
- JAIDE, Walter. As ambigüidades do conceito de “geração”. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LEFEBVRE, H., *A irrupção*, S. Paulo, Ed. Documentos, 1968.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 3ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- LEJEUNE, P. *Memória, diálogo y escritura. História y Fuente Oral*, Barcelona, Universitat de Barcelona Pubs, n. 1 e 2, 1989.
- LIPSET, Seymour M.; O comportamento político da juventude universitária. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II*.

- LÖWY, M. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- LÖWY, M. e SAYRE, R. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da Juventude*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-94.
- MARTINS FILHO, J. R. (org) *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora UFSCar, 1998.
- _____ *A Rebelião Estudantil*. Mercado de Letras, Campinas, 1996.
- _____ *O Palácio e a Caserna*. EDUFSCAR, São Carlos, 1996.
- _____ *Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*. Papyrus, Campinas, 1987.
- MATTOS, O. *Paris, As Barricadas do Desejo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.
- MELONI, Catarina. *1968 O Tempo das Escolhas*. Nova Alexandria, São Paulo, 2010
- MENDES JR, A. *Movimento estudantil no Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- MORAES, J.Q. de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social*, São Paulo, I (2), 2/1989.
- PASSERINI, Luísa. *Mitobiografia em História Oral In Revista Projeto História*, SP, PUC/SP, 1993.
- POERNER, A. J. *O Poder Jovem*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S.; RAYBAUT, P. *Histórias de vida: Teoria e prática*. São Paulo, Celta Editora, 1995
- QUEIROZ, M.I.P. de. *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo, CERU/FFLCH, 1983.
- _____. "Relatos Orais; do 'Indizível' ao 'Dizível'" *Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais*. Experiências com História de Vida (Itália-Brasil), 1988.
- REVISTA Brasileira de História - 25/26. *Memória História e Historiografia*. ANPUH. 1991/1993.
- REIS FILHO, D. A. “*Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968*”, disponível em www.40anosde68.ufrj.br/docs/texto%20D.%20Aarão.doc, acessado em 14/10/2008.

- _____. “Este imprevisível passado”. *Teoria e Debate*, nº 32, 1996, pp.81-85.
- _____. A revolução faltou ao encontro. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. 1968, A paixão de uma Utopia. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1988.
- RIDENTI, Marcelo; 1968 na mira, 05/2008, *Teoria e Debate*, Vol. 1, pp.4-5, São Paulo, 2008a.
- _____.; 1968 no Brasil, 05/2008, *Margem Esquerda*, Vol. 1, Fac. 11, pp.43-48, São Paulo, 2008b.
- _____. “O romantismo revolucionário nos anos 60” in FREIRE, A. e PONCE, J. A de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.
- _____. “Em Busca do Povo Brasileiro” Rio de Janeiro, Record, 2000.
- _____. O fantasma da revolução brasileira, São Paulo, Editora UNESP, 1993.
- SALDANHA, ALBERTO . *A Mitologia Estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. 1ª. ed. Maceió - Alagoas: SERGSA, 1994.
- SANFELICE, José L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. São Paulo, Cortez, 1986.
- SARTRE, J-P. “Questão de Método”. In: Sartre e Heidegger. Col. “Os Pensadores”. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- SILVA, Rosane Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. *Psicol. Soc.*, vol.16, n.2, pp. 12-19. 2004
- SIRKIS, A. Os Carbonários. São Paulo, Global, 1980.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: *Tempo Social; Ver. Sociologia USP*, São Paulo 5(1-2): 161-178, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes. Petrópolis, Vozes 1999.
- THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: *A voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- VALLE, Maria Ribeiro do. Hannah Arendt e a recusa da violência revolucionária. *Crítica Marxista*. São Paulo, volume 26, 2008 a.
- _____. Reforma ou Revolução? Hannah Arendt e Herbert Marcuse nos anos 60. *Lutas Sociais*, 19/20 Junho de 2008 b.

_____ As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. Revista Mediações (UEL), v. 13, p. 34-53, 2008c

_____. A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006. 191 p.

_____. 1968: O diálogo é a violência. Editora da Unicamp, Campinas, 1998.

VENTURA, Z. 1968 O que fizemos de nós. Editora Planeta, São Paulo, 2008.

VENTURA, Z. 1968, O ano que não terminou. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1988.

Bibliografia

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 76, 49-88, 2009.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Lídio Peretti (Ed.). Guilherme João de Freitas Teixeira (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P e PASSERON, J-C. O tempo e o espaço no mundo estudantil. In: Britto, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude. Vol. IV. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 61-86.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da História Oral, RJ, FGV, 1996.

BOUDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de sociologia. São Paulo: M CAMPOS F. A. (2004). Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e Dona Maria na luta pela terra. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, FAFICH-UFMG.

Marco Zero, 1983.

FERNANDES, F. e PRADO JR. C. Clássicos sobre a Revolução Brasileira. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

David Harvey, *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

IANNI, O. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). Sociologia da Juventude. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242.

LEFORT, C., MORIN, E., e CONDRAY, J. M., Mai 1968: La Brèche, Paris, Fayard, 1968;

McADAM, D. TARROW, S., TILLY, C. Para mapear o confronto político. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 76, 2009, 11-48.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira” In: José Leite Lopes (coord.), *Cultura e Identidade operaria*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ Marco Zero, 1987.

SCALON, M. Mobilidade social no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

WEFFORT, F.C. A Crise do Populismo. São Paulo: Abril, 1977.

Entrevistas

Carlos Henrique Mesquita

Devancyr Aparecido Romão

Helena Sumiko Hirata

Leopoldo Silva Castro

Luiz Carlos de Freitas

José Murari Bovo

José Roberto Rogero

Rubens Pereira dos Santos

Anexo A - Aviso policial sobre ao Dops sobre manifestações no Interior, Pasta 020235 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.

“Realizou-se nos dias 16 e 17 do corrente, em Araraquara, na faculdade de filosofia local, o Congresso dos Institutos isolados, com a participação de professores, funcionários e estudantes, representando as cidades de Marília, Guaratinguetá, Rio Claro, Araçatuba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Presidente Prudente, São José dos campos, Franca, Assis e Botucatu.

Estiveram presentes cerca de 700 pessoas, cujo conclave se desenrolou pacificamente, com o objetivo de constituir uma plataforma de luta, para responder conjunta e politicamente á atual problemática, visando a reformulação universitária.

Assim sendo, ficou deliberado exigir o que se segue:

- 1) Prorrogação do prazo governamental propondo para a manifestação dos institutos isolados, a fim de que se tenha a oportunidade de apresentar uma resposta concreta e coletiva dos institutos, coerente com seus princípios;
- 2) Repúdio, em 16 institutos isolados oficiais, ao enquadramento na lei nº 10.152, já que suas implicações foram os princípios estabelecidos. Inclua-se, nesta mesma situação, o repúdio ao código estadual de educação;
- 3) A integração concreta, em todos os níveis, dos institutos isolados oficiais, para garantir sua organização nas lutas propostas, passando a responder como um todo á sua problemática. Aprova-se, assim, a eleição de uma comissão que englobe representativamente os institutos para elaborar um plano de integração;
- 4) Discussão ampla de tal plataforma, nos vários institutos, por grupos de debates, nos vários institutos, por grupos de debates, visando um real levantamento de dados e propósitos de luta de cada instituto, como fórmula de enriquecimento nos representantes da comissão ora instituída.

22 de agosto de 1968.”

Anexo B - Plano de ação para desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna “Operação Ibiúna”, Pasta 050138, FFLS 2-5 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.

Plano de ação- XXX° Congresso da extinta U.N.E

Primeira fase:

O “S.S.” do Departamento de ordem política e Social de São Paulo conseguia, desde a morte do estudante Edson Luiz na Guanabara, preciosos informes demonstrando que o Movimento Estudantil era utilização por grupos da esquerda revolucionária, para atingir proporções que representassem uma constituição real no Movimento Revolucionário, desde que conduzido dialeticamente até sua própria ampliação e conseqüente absorção ao Movimento Geral.

Com a aproximação do XXX ° Congresso da extinta U.N.E.. esperavam os grupos de esquerda o desenvolvimento conseqüente do Movimento Estudantil e sua condução á absorção num movimento mais amplo o radical,o chamado “Movimento Proletário de Libertação.”

Assim,as agremiações políticas clandestinas,com a realização do congresso e a ampla publicidade do mesmo,pensavam conseguir levar a efeito,em praça pública,uma ação de caráter anarquista que poderia trazer várias conseqüências.

Conseguiu o “S.S.” do D.O.P.S e unir com bastante antecedência os principais itens do temário a analisá-los.tais análises encontram-se nos outros do inquérito instaurado,mais vale aqui o registro.Nas “Relações internacionais” e “proposições para a U.N.E”,nota-se a verdadeira finalidade: Agitar as massas populares,indispondo-as contra o governo e sua conseqüente derrubada.Também o ‘informe da OCLAE ao xxx° Congresso da U.N.E para o incentivo á luta.A análise do “Programa para a “União Estadual dos Estudantes” demonstra a disposição de levar avante uma luta mais violenta e mais próxima da” linha chinesa”.

Enfim, a documentação de caráter nitidamente político,toda voltada para a coordenação de forças Estudantis e populares para impulsionar uma revolução,bem como contribuir com sua parcela para a coordenação das demais forças,interessadas também na mesma finalidade em outros países da América Latina, através da O.C.I.A.E.-(Organização Continental Latina Americana de Estudantes), com sede em Cuba. Cuidou o “S.S.” de

recolher todas as informações sobre o congresso enunciado. Um eficiente plano foi acionado: observações em ponto de embarque e desembarque (Aeroportos, Ferrovias, Estações ferroviárias e rodoviárias); deslocamentos de estudantes de outros estados, com constante troca de informações com as polícias Brasileiras; Levantamento das áreas prováveis de realizações: região de Sorocaba: Trabalho de desinformação, etc.

Já nos primeiros dias de outubro, sabíamos o local encolhido para a realização do congresso proibido: Ibiúna, município da região policial de Sorocaba.

Completo-se o serviço de informações, com levantamento topográfico do local, indicação de vias de acesso e agida identificação dos postos de observações e segurança dos estudantes, etc.

Um relatório completo foi elaborado com todos os dados e, levados à apreciação das autoridades executivas.

Nesta primeira fase, trabalharam as seguintes autoridades:

Dr. Celac Talles-Delegado chefe do SS/DOPS.

Dr. Roberto Quase-Delegado Adjunto do SS/DOPS.

Dr. Romeu Tuma-Delegado Adjunto do SS/DOPS.

Dr. Gil Antonio Ferreira-Delegado Adjunto do SS/DOPS.

Dr. Otávio Traballi Camargo - Delegado de Polícia de Ibiúna e, todo o corpo de agentes do SS/DOPS.

Segunda Fase

De posse de todos os elementos de informações, cuidou-se da ação repressiva. O D.O.P.S., com os Delegados José Paulo Bonchristiano (Adjunto de Ordem Social), comandando 95 investigadores desse Departamento, uniu-se à Força Pública, que com os 7º Batalhão de Caçadores, comandado pelo Coronel Divo Paroti no dia 12 de outubro efetuou a prisão de 693 convencionais no local conhecido como "Sítio Murundu", no município de Ibiúna. Foi uma ação rápida, sem violência, fulminante, que contou ainda com a colaboração do Delegado Regional de Polícia de Sorocaba.

Terceira fase

Para a presidência do inquérito policial, um dos mais volumosos de que se tem notícia, pois, contém 8 (oito) volumes, com identificações criminais, com fotografias adequadas, 695 boletins individuais, 15 termos de declarações (sendo 14 de jornalistas que participavam do Congresso), vários depoimentos e inúmeros documentos comprometedores, que constituirão novos e trabalhosos volumes a serem encaminhados à Justiça Militar, foi designado ao Dr. Ítalo Ferrigno, Delegado titular da delegacia especializada de Ordem Política. Como coordenadores, foram designados o Dr. Frederico de Arruda (Delegado Titular De Ordem Social) e Dr. Newton Fernandes (Delegado Adjunto De Ordem Social).

Trabalho árduo e estafante exigiu, para sua elaboração, a constante dedicação das seguintes Autoridades, Escrivães, Investigadores:

Delegados:

Dr. Benedito Sidney Alcântara Del. Adjunto De Ordem Social

Dr. Aloides Cintra Bueno Filho-Delegado Adjunto Ordem Política

Dr. Waldy Simonetti-Delegado Adjunto De Ordem Social.

Dr. Ruy de Ulhôa Canto-Deleg. Adjunto De Ordem Política

Dr. Iberê Da Silva Porto –Deleg. Adj. De Ordem Política

Dr. Luiz Orsatti- Deleg. Adjunto Delegacia De Explosivos

Dr. Edward Quase-Delegado Adj. Delegacia Estrangeiros

Dr. Renato D' Andréa- Delegado Adj. da Delegacia de crimes contra a fazenda.

Dr. Walter Fernandes -Delegacia de crimes contra a fazenda, todos do DOPS.

Dr. Ezevaldo Garcia Duarte e Dr. Julio César da Silveira Seto, respectivamente, primeiro e Segundo Assistentes desta diretoria.

Escrivães:

Narciso Nunes de França (chefe do Cartório da Delegacia Especializada De Ordem Política), José Lobo Moreira Campos (chefe do cartório da Delegacia Especializada de Ordem Social) e demais auxiliares das Autoridades.

Investigadores:

João Paulo Teixeira Lopes Novaes (Encarregado Geral dos Investigadores do DOPS), Carlos Von Hulsén Tosta (Sub-encarregado de Ordem Política), Joaquim Carvalho Melo (sub-Encarregado de Ordem Social) e mais, como já se disse, todo o corpo de investigadores deste departamento.

Desejamos manifestar nossos agradecimentos aos comandantes da Força Pública, da Guarda Civil de São Paulo e da Polícia Feminina. Também aos titulares das Delegacias Auxiliares da ala, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º. Divisões Policiais; ao Sr. Chefe do Serviço de Identificação Criminal; aos Srs. Diretores do Presídio Tiradentes e Casa de Detenção e aos Delegados de distrito, bem como a todos funcionários burocráticos da Secretaria da Segurança Pública que direta ou indiretamente, colaboram para o êxito da operação.

São Paulo, 08 de novembro de 1968

-Aldério Tinoco-

Delegado auxiliar da 5ª. Divisão Policial

Diretor do D.O.P.S

Anexo C - Plano de ação para desmantelamento do XXX Congresso de Ibiúna “Operação Ibiúna”, Pasta 050138, FFLS 104-109 “Secretaria do Estado dos Negócios Da Segurança Pública – Polícia Civil de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Social, Setor de Análises, Operações e Informações”.

X.M Juiz

1 – OS FATOS

Desde o fim do último mês sabíamos que o Xxxº congresso seria realizado na região de Sorocaba. todas as autoridades daquela região foram alertadas, no sentido de comunicarem qualquer movimento Estudantil.

Até que nos chega a notícia de que, em IBIUNA, foram visto cerca de dez estudantes. Para lá se concentrou nossa atenção e nossos agentes conseguiram, desde o dia 7 ocorrente localizar o local do congresso.

Adotou-se, então a técnica contra-informação. Os jornais procuravam notícias e, foi então lançada a ofensiva da desinformação. Jornal especializado em assuntos estudantis chegou até a publicar que a Polícia Política tinha certeza que o Congresso estaria começando na cidade Monteiro Lobato. Havia interesse nisso, pois sabíamos que vários jornais pagaria à direção da U.N.E. uma média de NCr.\$1.000,00 (hum mil cruzeiros novos), para fazer a “cobertura” do congresso.

Dando aos estudantes e aos jornais, a certeza de que desconhecíamos o exato local do Congresso, pudemos observar em contato com as Polícias da Guanabara, Minas, Paraná, Rio grande do Sul e outras, o movimento das delegações que aqui chegavam.

Usavam tais declarações os maiores artifícios para iludir a vigilância. Vinham da Guanabara até Jacareí, daí, em outro transporte, iam pra Mogi das Cruzes chegando a P.U.C, e ao C.R.U.S.P.

Nesta fase já haviam sido tomadas várias medidas.

- a) Aviso ao Delegado de Ibiúna que só mantivesse contato com o D.O.P.S, procurando por todos os meios a presença de um ou outro estudante na localidade;
- b) Levantamento completo do local do Congresso preparando-se a ação para os dias 11,12 ou 13, quando o Congresso estivesse instalado e a presença de todos os líderes Estudantes;
- c) Incremento da desinformação fornecendo os locais mais disputados como os do conhecimento da Polícia.
- d) Submetida, depois, a informação aos alto escalões de Polícia veio a ordem da repressão.

II- DA AÇÃO E RESPECTIVO

ENQUADRAMENTO LEGAL

Após a narração dos fatos, incumbi-nos verificar se a conduta dos imputados tem adequação a alguma figura típica prevista no Decreto-Lei nº314 de 13 de março de 1967 (Lei de Segurança Nacional). É a aplicação da teoria da tipicidade, criação genial de Ernesto Von Beling, no dizer de José Frederico Marques.

A tipicidade é o elemento integrante e fundamental para a conceituação do delito. Ensina, magistralmente, Soler: a tipicidade é a subordinação de um fato A UMA DETERMINADA FIGURA DELITIVA. Consoante, esse entendimento temos que perquirir, se a conduta dos indiciados se enquadra, se ajusta a um tipo, a um dispositivo do Diploma Legal que tutela Segurança nacional; assim sendo, a um exame objetivo do que se contém nos autos, inferimos que através suas atividades os acusados infringiram o disposto no artigo 35 do Decreto-Lei nº314, pois em participando de um Congresso de Entidade extinta por Lei (Lei nº4.464 de 9 de novembro de 1964-Decreto-Lei nº228 de 28 de fevereiro de 1967), evidentemente contrariam o estatuído na parte final do citado artigo 36 do decreto nº314, que preceitua:

Fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda Associação dissolvida Legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso.

III- DAS PROVAS

“Provar é fornecer no processo o conhecimento de qualquer fato, adquirido para si, gerando noutrem a convicção da substância ou verdade do mesmo fato -(Florian)”

Sobre a prova assevera o magistral Mitter Mayer: “Prova é a soma dos meios produtores da certeza”.

Conceituada, a prova vejamos se existem nos autos “os meios produtores da certeza” em nosso modo de ver, sim e estariam essas provas, consubstanciadas nos documentos apreendidos no local onde se realizava o Congresso: panfletos, folhetins, etc... Tudo consoante do Auto de extração e apreensão (de fls...) em depoimentos das testemunhas. (Cujo depoimento é altamente significativo, relatando cenas de verdadeiro festival de luxúria e orgias sexuais praticadas pelos estudantes – convencionais da UNE em IBIUNA); na própria confissão dos indiciados, e a confissão na feliz conceituação de Garraud é “*probatio probatisaime*”. De nada valem os eufemismos dos indiciados, evitando o uso do termo

“congresso” para asseverarem que participavam de um “encontro nacional de estudante”, pois, congresso, encontro, conclave, são expressões que no caso se equivalem, mesmo porque os folhetos apreendidos “*in situ*” – falam mais alto, já que epigrafados ou visados nos seguintes dizeres: 30º Congresso da UNE , expressão por aí por si só bastante clara o “*interpretatio cessat in claris*”.

IV-ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É notório que nos dias atuais o Partido Comunista vem atuando no setor estudantil arregimentando jovens, como nunca antes ocorrera .

Para os comunistas os estudantes representam atualmente o grupo mais combativo contra o governo.

Os últimos movimentos estudantis, inquestionavelmente estão dentro do “Plano de trabalho aprovado pela conferência atual do partido comunista“, que em um de seus itens apregoa: as lutas da juventude estudantil contra a Lei Suplicy , pela autonomia das universidades, contra o acordo MEC-USAID, por maior número de matrículas nos ginásios, colégios e universidades-lutas que deram base aos estudantes para assumirem posições de vanguarda na batalha contra ditadura devem merecer nossa melhor atenção e serem incentivadas de todas as maneiras. Dentro desta tônica do Plano do Partido Comunista, evidentemente estão as passeatas, com toda sorte de depredações e incêndios dirigidos contra veículos e próprios do Estado e de entidades particulares e as agressões e seqüestros com cárceres privados praticados por estudantes.

Outrossim, a “*meta opetata*” do partido no que concerne as agitações estudantis é conseguir um tipo de aliança “operário-popular-estudantil” para estimular as lutas nas áreas urbanas e nas cidades mais desenvolvidas do estado.

Trabalhados habilmente e através da propaganda eficiente os estudantes se tornam presa fácil dos profissionais da subversão. Os métodos utilizados pelos comunistas para aliciá-los para seus espúrios desígnios são os mais variados, desde cursos nos países da cortina de ferro, ou festivais, Congressos e conferências, em que as teses estão sempre ligadas a problemas políticos do interesse do partido.

Em toda a tônica da agitação estudantil, esta a decantada luta pela liberdade, mas esquecem-se eles que só se alcança a liberdade pela total obediência no que determinam as leis “*legum servi sumus, ut liberi easa posaimia*”.

Essa ala estudantil “infelizmente bastante grande”,que com pronunciados desvios de comportamento viola a lei e cada instante deve se convencer que longe do império da lei, jamais será construída uma sociedade feliz.

Isto posto, passemos a um exame mais objetivo sobre o que contem os Autos.

Quer nos parecer,que no caso em focado os indiciados realmente tenham se colocado a margem da lei,e face as provas coligidas para o procedimento há que se concluir pela pratica de crime contra A Lei de Segurança Nacional por parte de todos os indiciados,com apenas uma exceção , a qual faremos remissão no final desse relatório.ocorre outrossim , que na graduação das responsabilidades,a determinados estudantes,deve ser aplicado uma medida que assegura a aplicação da lei,dado que tem antecedentes como agitadores,como participantes de movimentos de rua,possuindo não raro liderança de grupos estudantis.E a esses impõem-se a decretação da prisão preventiva.seus nomes declinaremos na representação que completara esta peça.

V-CONCLUSÃO

a)-foram ouvidos em declaração quatorze jornalistas,que participaram “do congresso” segundo consta,em missão profissional.

b)-em declarações,igualmente foi ouvido Lucio Pereira Medeiros.

c)-Domingos Simões,proprietário da fazenda,que se prestou para a cede do congresso foi qualificado indiretamente,”artigo 25 do código penal”.

d)-Roberto Nascimento foi indiciado nos autos as fls.—por ter conduzido convencionais paranaenses ao congresso de IBIUNA e ali foi detido com eles ,contudo ,face a não ser estudante e sim motorista profissional,sua situação é igual a dos jornalistas e seu indiciamento no inquérito poderá ser reconsiderado na ação penal propriamente dita.

Isto posto,representamos agora a V.Excia.com fundamento no artigo 54 do Decreto Lei nº314 de 13/03/64-(Lei de Segurança Nacional.),solicitando a prisão preventiva dos infra relacionados,pois as provas contra eles existentes,se não materializados por inteiro,são meridianamente evidentes,matematizando a certeza de que integram um grupo de agitadores estudantis que em suas respectivas faculdades conturbam o ambiente relacionando contra o governo, além disso,com suas prisões estaria garantida a ordem publica,haveria conveniência para a instrução criminal e finalmente,ficaria assegurada a aplicação da Lei Penal.

SÃO PAULO: Carlos Alberto Afonso, Ivo Malerba, Primo Alfredo Brandimiller, José Wilson Lessa Sabbag, Jun Nakabayashi, Ladislau Rui Ungar Glausiusz, Walter Estevanatto Vuolo, Reinaldo Moreno Filho, Sergio de Melo Schneider, Romoaldo Paes de Andrade. Azael Rangel Camargo, José Antonio Miranda, Benedito Fernandes Duarte, Percival Maricato, Jurandir Antonio, Nilton Dotta, Americo Antonio Flores, Fernando Marinho Falcão, Luiz Carlos di Sessa Filippetti, Rubens Schmidt Weber, Luiz Carlos de Freitas, e José Alberto Arantes de Almeida. GUANABARA: Reinaldo Felipe Guimarães, David Capistrano da Costa Filho, José da Silva Vaz, Pedro Espindola Moreira Filho, Sergio Rubens de Araújo Torres, José Mauricio Gardel, Silvio Frank Alem, José Domingos Teixeira Neto, Carlos Bernardo Vainer, Carlos Kieffer Tavares, Gilberta Aarão Reis, Maria Helena Malta de Rezende, Marco Aurélio Borba. MINAS GERAIS: Valdo Silva, Jorge Batista Filho, José Carlos Mata Machado, Danilo Garata, Marília Pires Fernandes, César Epitácio Mata, João Batista dos Mares Guilha. CEARÁ: Bergson Matos Faria, José Genoíno Neto, João de Paulo Monteiro Pereira, José Arlindo Soares, Inocência Rodrigues Uchoa, Pedro de Albuquerque Neto, Maria Ruth Barreto Cavalcante, Marco Antonio Holanda Penaforte, Francisco de Assis Aderaldo, Francisco Inácio De Almeida. BRASILIA: Paulo Spaller, Lenine Bueno Monteiro, Henrique de Carvalho Matos. RIO DE JANEIRO: Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Clarice Chouchou, Ivan Motta Dias, Arthur Carlos da Rocha Muller. ESPIRITO SANTO: Cezar Ronaldo Pereira Lopes. RIO GRANDE DO SUL: José Vieira Loguércio, Luis Carlos Prado. PARANÁ: Stênio Sales Jacob, Antonio João Mânfió, Eloi Alfredo Pieta, Vítório Sorotiuk, Jurandir Rios Garçon, Berto Luiz Curvo, Palmira Amansio Silva.

R.R. estes Autos á Justiça Militar da 2ª. auditoria da 2ª. Região Militar, de acordo com as formalidades de praxe.

São Paulo 18 de outubro de 1968.

O DELEGADO TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DA ORDEM POLITICA.

-Ítalo Ferrigno-

Anexo D - Tese elaborada por Jean Marc quando chega à presidência da UNE, 1969

“Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas.

Celso Nunes – presidente da AURK

Roberto Roldan – presidente do CA

Sabóia de Medeiros da faculdade de engenharia industrial. (FEI)

Luiz D’ Ávila – ex-presidente do CA da escola de engenharia Mauá.

Deoclécio Novaes – ex-diretor do grêmio FILO – USP.

Defender a UNE e realizar vigorosas ações de massas.

Porque a ditadura teme a UNE

O processo de realização do xxx Congresso da UNE transformou-se num dos mais importantes acontecimentos Políticos nacionais. Expressa o avanço das lutas democráticas do povo brasileiro e o amadurecimento da consciência Política dos Estudantes. Prenuncia ações ainda mais vigorosas, diante da situação em que se encontra o Brasil, sob o guante da ditadura militar e da dominação imperialista norte – americana.

A ditadura, por intermédio de Abreu Sodré, seu proposto em São Paulo, ordenou reprimir militarmente nosso xxx Congresso nacional, prender seus participantes e processá-los. Está agora obsecada em condenar os líderes mais conhecidos do Movimento Estudantil, retirá-los das escolas e do nosso convívio, encarcerá-los por muito tempo. Não saciada do terror militar - policial que desencadeou, tortura, fuzila e metralha, comete os crimes mais infames na vã tentativa de liquidar as nossas ações de massas que se levantam em ondas sucessivas pelo Brasil inteiro.

Não é casual nem gratuito o ódio e o pavor da ditadura ao movimento Estudantil. Não pode tolerá-lo e contrapõe-se a tudo que de nobre e generoso representamos e queremos como Jovens. O Movimento Estudantil é a expressão mais viva e vigorosa dos sentimentos de liberdade e de independência do nosso povo; a ditadura é a camarilha militarista que assaltou

o poder da república para aumentar a opressão do nosso povo e colocar o Brasil a serviço dos imperialistas Ianques.

O Movimento Estudantil representa legitimamente as massas Estudantis e Lutas pelos anseios de democracia e de cultura de milhões de Brasileiros; a Ditadura é a minoria reacionária que vestiu uniforme norte – americano defende os interesses dos privilegiados, instituiu um sistema fascistizante de governo e desatou a violência contra-revolucionária, tripudiando sobre os direitos do povo e atentando contra a soberania nacional.

A ditadura reacionário-militarista só tem agravado os problemas do país. Coloca-o sob a tutela do Conselho de Segurança Nacional e acelera sua militarização facilita a dominação dos imperialistas ianques, liquida com as liberdades mais elementares e espalha o terror Militar-Policial, procura transformar o ensino num privilegio dos ricos e promover a americanização da cultura Brasileira, empenha-se em fazer com que os ricos se tornem mais ricos e os pobres mais pobres. O descontentamento e a revolta Estudantil e popular contra a ditadura são as matrizes das sucessivas e crescentes fontes de protestos pelos crimes que ela vem praticando. É a base de sua sustentação – as forças armadas reacionárias – está sendo alvo do crescente ódio da imensa maioria do povo Brasileiro.

O Movimento Estudantil tem contribuído para despertar a consciência patriótica e democrática do nosso povo, para encorajar os que ainda vacilam a ir à luta, para estimular a unidade de combate das correntes Patrióticas e para impulsionar o Ascenso das lutas populares. Os estudantes e trabalhadores se aproximam nas suas lutas e avolumam as ondas de protestos, isolando ainda mais a ditadura e aprofundando o seu deterioramento. A ditadura teme o movimento estudantil e as ações unitárias das massas Estudantis e trabalhadoras, teme-os porque sabe que são os presságios das grandes vagas da maré popular e revolucionária que se ergue para afogá-la e para limpar o Brasil de todos os vendilhões e traidores.

Quais as táticas da ditadura contra o movimento estudantil

A ditadura quis, a principio, pela intimidação e pela chantagem, enquadrar o movimento estudantil em moldes fascistas.

Os estudantes repudiaram e derrotaram a Lei Suplicy e todas as tentativas para amordaçá-los e domesticá-los. Defenderam bravamente suas organizações e suas gloriosas tradições democráticas, desmascararam os manejos da ditadura e acabaram reforçando, na luta, suas entidades de massas e seu movimento unitário. No relatório Meira Matos, a ditadura reconhece que não pôde conter pelo terror nem enganar o movimento estudantil. Não queremos o enquadramento militar nem convertermo-nos em mão-de-obra dos trustes nacionais e estrangeiros nem tampouco servir de bucha de canhão para os apetites neocolonialistas norte-americanos.

Apesar da resistência do movimento estudantil, a ditadura não desistiu de seu propósito de controlar os Estudantes. Recorre à repressão mais feroz, sob o pretexto, mais uma vez de que a “agitação é artificial e vem de fora”, planeja condenar e, se possível, liquidar fisicamente os que consideram líderes do Movimento Estudantil; Para isto, prepara grupos terroristas e fascistas, incumbindo-os de criar um clima de provocações que justifique mergulhar num banho os estudantes e os líderes da oposição popular e democrática. ”É o ajuste final de contas”, como anunciam os próprios jornais da reação interna e do imperialismo norte - americano. É o desejo de reproduzir o que os generais fascistas fizeram nas indonésias: a matança de milhares de patriotas e militares. Toda essa ferocidade da ditadura é sinal de sua fraqueza e de seu pânico, é indício de que está apavorada diante das vigorosas ações e de que teme a violência revolucionária das massas.

Isolada e execrada, a ditadura lança mão também do engodo político, fala de reformas e estimula a criação de facções pseudo-democráticas no movimento estudantil visando a enfraquecê-los, fomentar sua divisão e dificultar seu desenvolvimento. Através de toda a sorte de provocações se transforme num potente impulsor das lutas libertadoras e democráticas do povo Brasileiro, da unidade de combate das forças populares e conciliações da ditadura. As provas indiscutíveis do Ascenso político e de massas do movimento estudantil estão aí: a conquista da liberdade da quase totalidade dos nossos congressistas e a nova e potente onda de lutas que se levantou e persiste no Brasil inteiro.

Quem é a UNE: Os estudantes e o Povo

Ao mandarem cercar o xxx Congresso e prender seus 712 participantes, no interior de São Paulo, os agentes da ditadura pensavam que dariam num golpe demolidor no movimento Estudantil. Na verdade, apenas retardaram a realização da última da fase do xxx Congresso. E o que parecia um êxito da ditadura converteu-se, no mesmo instante, em mais uma de suas contundentes derrotas políticas. Com seu ato arbitrário, a ditadura ajudou a despertar e mobilizar novos setores Estudantis que se conservavam, até então, indiferentes, ou influenciados pelo apolitismo. A unidade e a combatividade dos estudantes elevaram o seu nível. As tendências á conciliação e ao diálogo com a ditadura passaram a ser ainda mais duramente criticadas e condenadas. A bandeira da UNE, está mais do que nunca nas mãos firmes de milhares e milhares de estudantes. Em todos os centros universitários e estudantis, de norte a sul, nas capitais e no interior, no Brasil inteiro, nossos colegas estão lutando com intrepidez espírito e indômito. No rio, os valentes colegas cariocas, que vêm sendo vítimas de brutal e assassina repressão, tomaram a antiga sede da UNE, ocupada pela ditadura e proclamaram “A UNE SOMOS NÓS!”, “ABAIXO A DITADURA!”, “ABAIXO O IMPERIALISMO!”.

O movimento estudantil ganhou maiores simpatias ainda dos artistas, dos intelectuais, dos trabalhadores, dos homens do campo, de toda a população. A UNE não é apenas uma entidade estudantil, articuladora, incentivadora e orientadora das ações políticas das massas estudantis; a UNE congrega a esmagadora maioria dos estudantes é a legítima expressão dos anseios dos jovens brasileiros que exigem liberdade e cultura. A UNE é parte da luta do nosso povo pela sua libertação nacional social e política.

As chamas da nossa revolta não se apagarão enquanto o Brasil não for democrático, livre e independente.

Por que caiu o xxx Congresso

Quando a ditadura golpeia nosso Congresso Nacional, encarcera nossos colegas, tortura-os, assassina-os, e planeja provocações e ataques ainda mais monstruosos, não apenas devemos denunciar seus crimes e manifestar nossas aspirações de liberdade, de cultura e de

independência da pátria, mas também tirar ensinamentos das nossas lutas, afim de melhor avançar com nosso movimento e nos preparar para os próximos combates. Por isso, não podemos deixar de atentar para as falhas e debilidades reveladas no movimento estudantil e de trabalhar sem descanso e sem preconceitos, sem personalismo e sem vaidades, para superá-las com rapidez, a fim de não continuarem causando prejuízos a nossa luta.

É impossível esconder certas deficiências no movimento estudantil e a existência de sérios desacordos de concepções, orientações, formas e métodos de conduzir o movimento Estudantil. Consideramos um bem apontá-las, discuti-las e resolve-las. Seria, ao contrário um grave prejuízo não desvendá-las perante as bases estudantis como também maiores danos adviriam se perdêssemos de vista o essencial e deixássemos de combater os inimigos principais a ditadura militarista e o imperialismo ianque para cair numa luta sem princípios, nas retaliações pessoais e nas questões desprovidas de qualquer significado político.

O episódio do XXX Congresso, de sua preparação até sua fase final, quando caiu nas mãos das forças militares e policiais da ditadura, deve servir de lição para que possamos derrotar e extirpar as concepções falsas e os métodos errôneos que ainda freiam a radicalização e a ampliação do movimento estudantil. Ficou provado que os colegas que estiveram responsáveis pela ultima fase do congresso por não possuírem uma justa perspectiva do movimento estudantil e não compreenderem seu verdadeiro papel por tentarem fazer dele um partido político, e ainda sim de caráter sectário, por não confiarem nas massas temerem a radicalização e se empenharem na conciliação e no dialogo com a ditadura, acabaram expondo o movimento estudantil aos golpes do inimigo. A força e a segurança da UNE não residem e nem podem residir em simples medidas organizativas nem muito menos em negociações com propostos da ditadura. Essa força e segurança sempre estiveram no apoio das massas estudantis, na sua iniciativa revolucionaria, no seu espírito de luta e numa orientação política correta. Por conseguinte, o xxx Congresso só poderia ser garantido, como o vinha sendo nas fases anteriores senão se transformasse num ato político isolado, numa conspiração, mas contasse com o apoio ativo das grandes massas de estudantes. Teríamos chegado vitoriosos até o fim se o Congresso houvesse se apoiado, no momento mesmo de sua realização, na mais ampla e intensa mobilização dos estudantes de todas as escolas do país, tendo cada entidade estudantil de São Paulo a responsabilidade de levar centenas de estudantes a assisti-los e a defendê-los. Todo estudante se sentiria honrado em cumprir essas tarefas, mesmo a custa de desconforto e de sacrificio. Numa ditadura militarista, a realização

vitoriosa do Congresso da UNE só poderia ter sido assegurada pela mobilização permanente de milhares e milhares de estudantes e pelo apoio ativo dos professores, jornalistas, artistas, intelectuais e trabalhadores que estão solidários com a nossa luta e estão engajados nos combates pela liberdade e pela independência. Nesse terreno, a UNE é forte e a ditadura é fraca, a UNE é invencível e a ditadura só conheceu derrota.

Por tudo isto, a queda do xxx Congresso representou uma derrota não para o movimento estudantil, mas para aquelas idéias que ainda alimentam ilusões nas conversas ao pé do ouvido dos agentes da ditadura, que, ao invés de confiar na massa, só acreditam na atuação de personalidades e nos métodos caudilhescos, na atuação de pequenos grupos bem-pensantes e “hábeis” e de minorias ativas, ou julgam que os esquemas de segurança tudo asseguravam. As próprias medidas organizativas e os esquemas de segurança dependem da condução política, dos objetos políticos que se tem em mira.

Quem pensa chegar a acordo com a ditadura ou acha possível tal acordo, por mais sectário e rígido que seja no trabalho organizativo, não pode assegurar ao movimento estudantil uma direção eficaz, que seja capaz de conduzi-lo corretamente para e em ações revolucionárias. Essas concepções e esses métodos estão errados, se revelaram prejudiciais e são incompatíveis com a necessidade de um amplo, organizado, unido e combativo movimento estudantil, verdadeiramente de massas. Todos os colegas que quiserem levar a diante o movimento estudantil, como parte integrante e gloriosa do movimento popular e democrático do povo Brasileiro, se estiverem imbuídos nessas idéias, deve, honesta e valorosamente, romper com elas. Se assim não o fizerem, colocar-se-ão contra o movimento estudantil, ficarão inevitavelmente á sua margem. O movimento estudantil continuará seu caminho de luta intransigente contra a ditadura militar e o imperialismo yanque, radicalizando-se e ampliando-se, contando cada vez mais com a simpatia e o apoio do povo; e as bases estudantis irão forjando-se revolucionariamente nas ações das massas nas escolas e nas ruas, nos combates com as forças de repressão da ditadura.

Por que combater a conciliação e a capitulação

O XXX Congresso na UNE, nas suas diversas fases, refletiu os entrecosques entre duas tendências principais do movimento estudantil no atual momento: a luta entre uma

concepção revolucionaria e uma ação reformista; a luta entre uma política de combate intransigente á ditadura e uma política conciliadora; a luta entre os partidários da plena independência do movimento estudantil e da sua vinculação indissolúvel as forças populares e patrióticas e os partidários do caminho do dialogo e da capitulação. Travar a luta revolucionaria sem quartel contra a ditadura e o imperialismo ou conciliar com estes inimigos mortais dos estudantes e do povo Brasileiro é o grande problema que está na ordem- do- dia do movimento estudantil, que supera a todos os nossos demais problemas e não deixar de suscitar graves controvérsias. Não adianta fugir ao debate dessa questão por meio de sofismas ou de pichações. Com firmeza e serenidade, mostremos claramente a todos os estudantes que não se trata de disputas entre lideranças por questões pessoais, mas de uma luta de tendências político-ideológicas opostas, irreconciliáveis, na qual está sendo decidida a opção do movimento estudantil pelo caminho revolucionário das lutas de massas ou pelo caminho reformista conciliador da contenção da combatividade das bases estudantis, se o movimento estudantil deve ou não estar engajado nas lutas libertadoras do nosso povo e nelas cumprir a missão revolucionaria que lhe compete como movimento democrático- popular e anti-popular. Estas divergências de princípios no movimento estudantil vem-se aguçando principalmente ao se iniciar o novo auge das lutas revolucionarias do nosso povo. E isso é inevitável.

A decisão final dessas controvérsias entre os partidários da luta revolucionaria anti-ditatorial e anti-imperialista e os partidários da conciliação com os opressores dos estudantes e do povo será conseguida na luta, através das experiências dos próprios estudantes.

Na preparação de cada luta de massas, tem sido visíveis às posições dos partidários da conciliação, da contenção do império revolucionário das bases estudantis.

Eles utilizam todas as manobras para impedir as ações vigorosas e propagam que nas grandes manifestações de rua são uma forma de luta não adequada para formularmos nossas “denuncias políticas”, para desenvolvermos nossa luta. Tempestades das lutas do nosso povo logo passará. As selvagerias das repressões fascistas apenas servirão para intensificar, ampliar e radicalizar ainda mais as lutas estudantis e populares, para acelerar a derrocada da ditadura reacionário-militarista.

Os reformistas-conciliadores, que ainda estão a frente da UNE e da UNE de São Paulo, tem manobrado de todas as formas, para evitar a radicalização e a ampliação do movimento estudantil, o desencadeamento de greves, o boicote as aulas, a ocupação de escolas, os

movimentos de solidariedade aos nossos colegas presos, pela sua libertação, as grandes manifestações de ruas, o chamamento aos trabalhadores e demais forças populares para as ações vigorosas contra a repressão ditatorial e pelas liberdades. Na sua capitulação chegam ao cúmulo quando afirmam que fazer mobilização geral dos estudantes em todas as escolas, realizar grandes manifestações populares, como as do cem mil do rio, é estimular o que chamam de golpe de direita como se a direita não estivesse no poder. Não é de estarrecer a posição do atual primeiro vice-presidente da UNE – um dos principais líderes da corrente conciliadora – ao declarar pela imprensa que “a repressão ao congresso não estava nos planos dos governantes populistas tipo Sodré”? “O mesmo colega afirmou que” até “a repressão do congresso” foi ocasionada pelo “Ascenso da direita”, “pelo golpe de direita que está em marcha”, pela “linha dura que pede a cabeça das lideranças do movimento estudantil e de massas” e “desfaz os governos populistas e civilistas”. Mas isto significa defender Abreu Sodré e o próprio Costa e Silva! Como se não estivéssemos num regime ditatorial-militar e como se o governo de São Paulo não fosse uma das peças deste mesmo regime! Dizer, agora, que a principal tarefa do movimento estudantil não é lutar contra a ditadura e o imperialismo, mas como os golpistas de direita é uma tentativa mais que pueril, porque verdadeiramente traidora, já que procura semear ilusões no povo e confundi-los, afim que ele sirva de joguete nas mãos de um contra outro grupo da ditadura. Na realidade, a linha dura o que deseja é salvar a ditadura em crise, justamente devido à tormenta das lutas estudantis e populares. É a velha e surrada política de abertura democrática e a liberalização da ditadura propagada pelos revisionistas-reformistas, agora aceita pelos conciliadores do movimento estudantil, numa saudosa volta a seu berço.

A ditadura, enquanto a ditadura, jamais modificará sua política básica de traição nacional, de militarização do país de terrorismo militar-policial contra os estudantes e o povo, porque foi justamente para tudo isso que foi implantada.

Os fatos vêm demonstrando, porém, que as tentativas de dialogo, de conciliação e de capitulação não podem ter êxito, porque a maioria dos estudantes as repudiam, tem potencialidade revolucionaria, espírito de luta e está nas fileiras dos lutadores pela liberdade, dos combates da revolução popular através de um caminho não-pacifico. Como um dialogar e conciliar com uma ditadura militarista pró-ianque, que realiza uma política de repressão selvagem e pratica crimes sobre crimes? Como aceitar viver sem liberdade e sem cultura, subjugados pelos imperialistas norte-americanos que tudo fazem para ianquizar o Brasil e o

povo Brasileiro? É muito esclarecedor o fato de que importantes setores estudantis que vinham sendo iludidos pelos reformistas-conciliadores, após a queda do Congresso e as grandes manifestações que se realizam em todo país, comecem a compreender o resultado inexpressível das pequenas ações promovidas por mini-grupos de segurança isolados das massas e que desprezam as massas, os sentidos diversionistas das lutas puramente reivindicatórias-universitárias no momento mesmo em que a ditadura faz descarregar sobre o movimento estudantil a mais bestial violência militar-policial.

Se não estiverem ligadas e subordinadas a luta libertadora do povo Brasileiro pela derrocada da ditadura militarista e pela expulsão dos imperialistas ianques, as nossas lutas, que já tem seus mártires e exigem audácia e bravura, não passarão de simples atitudes reformistas, porque não levarão às transformações revolucionárias historicamente necessárias da sociedade Brasileira. Não lutamos para remendar o atual regime reacionário-militaristas, mas para que sejam eliminadas as causas do atraso do país, da miséria do povo, das injustiças sociais, da opressão e da exploração estrangeira. Estas são as razões do nosso inconformismo e da nossa revolta. Por isso, estamos no índice da ditadura; declaramo-lhe então, guerra sem quartel. A violência reacionária e fascista foi deflagrada contra nós; responderemos com a justa violência revolucionária e popular.

Não podemos deixar de ser hostis á ditadura e de ser jovens rebeldes e porque somos brasileiros e amamos a liberdade e a cultura. Opor-nos aos conciliadores significa salvar o movimento estudantil, da capitulação a ditadura, significa continuar a luta, ampliá-la ainda mais e organizá-la ainda melhor, mobilizando os mais amplos setores estudantis e revolucionarizando-os. Fazemos uma advertência: quem recorre à conciliação está no plano inclinado da capitulação aos desígnios da ditadura reacionário-militarista, poderá tornar-se colaboracionista ou mesmo transforma-se num traidor.

Não esqueçamos de que atuam como fatores favoráveis a intensificação da resistência estudantil a simpatia e o apoio do povo, as nossas ações vigorosas, as lutas das massas trabalhadoras e a força crescente da oposição popular, burguesia-latifundiária e a deterioração da ditadura.

Há todas as condições, portanto, para derrotar os conciliadores e capitulacionistas do movimento estudantil, para mobilizar e organizar as mais amplas massas estudantis, para ampliar e radicalizar as nossas lutas, para levar adiante, com maior audácia e valentia, as ações vigorosas contra a ditadura militarista e o imperialismo ianque, pela liberdade e pela cultura. As tarefas de luta pela derrocada da ditadura e pela expulsão dos imperialistas devem ser explicadas de forma persuasiva, com paciência e coleguismo, a todos os estudantes, com argumentos convincentes e vinculando-as sempre com os acontecimentos políticos e com a vida dos estudantes e do povo. A mobilização política para as lutas vigorosas contra a ditadura e um movimento que deve ser compreendido de forma planejada e permanente, porque disto depende a intensificação de nossas lutas e a vitória da nossa justa causa.

Qual a justa resposta do M.E.

A única resposta correta á repressão do xxx Congresso a intensificação das ações de massas e a preparação de sua fase final de forma democrática e com a sustentação de massas. É necessário e urgente esclarecer as massas estudantis, em todas as suas bases, sobre a concepção, a política e o caminho do movimento estudantil que as forças estudantis revolucionárias defendem, mas apresentando sempre as nossas posições através de proposições concretas de luta.

Se seguimos uma concepção revolucionária conseqüente e uma orientação de luta intransigente pela derrocada da ditadura militarista e do imperialismo ianque, não podemos deixar de praticar uma linha de massas e de ter confiança na combatividade revolucionária dos estudantes como força popular, atuar sempre junto com as massas e colocando-nos sempre a serviço de suas lutas, adotar normas e métodos de organização e de segurança que facilitem a participação ativa das mais amplas massas nas ações políticas, até mesmo choques violentos com as forças militares e policiais da ditadura.

No momento, há uma grande efervescência política e revolucionária nos meios estudantis. Uns poucos deixam-se intimidar e vacilam, novos e intrépidos combatentes tomam posição de luta, novos contingentes se mobilizam e se dispõem a lutar, a maioria avança valentemente para as ações mais amplas e mais vigorosas. Já se começa a dizer nas manifestações de rua: O POVO ARMADO DERRUBA A DITADURA! Ousar ou não ousar lutar, persistir na luta até a vitória, quando se está em presença de inimigos ferozes de nosso

povo como o regime reacionário-militarista e o imperialismo ianque, esta é a linha de demarcação entre revolucionários conseqüentes e oportunistas-conciliadores, entre combatentes da ação popular e capitulacionistas que se ajoelham e pedem paz diante da ditadura sanguinária.

Nossa posição é a luta revolucionaria de massas. Desmascaremos as táticas da ditadura e declaremo-lhe guerra sem quartel, combatendo-a sem tréguas e em todos os terrenos, utilizando adequadamente todas as formas de luta, conforme a disposição dos estudantes. As condições locais e o momento. Façamos fracassar as esperanças dos corifeus da ditadura, já difundidas pela imprensa de que “lideranças moderadas” possam aproveitar a atual conjuntura política e empolgar as principais entidades estudantis, conter o ímpeto de luta e combatividade do movimento estudantil e domesticá-lo. Derrotemos os conciliadores e os capitulacionistas que existem em nosso meio e ainda ocupam postos de direção nas entidades estudantis, reforçemos as nossas entidades nas séries, nos cursos, nas escolas em todo o estado. Em cada sala de aula, em cada escola, formemos grupos de ação que mobilizem todos os estudantes para pichamentos, panfletagem, comícios-relâmpagos e outras ações. Nossa tarefa de honra é lutar, sem medir sacrifícios, pela defesa da UNE e pela liberdade de nossos colegas presos. Exijamos a punição dos carrascos. Conclamemos as mães e os pais de estudantes para lutarem junto conosco, pela imediata liberdade de seus filhos, de todos os nossos colegas que se acham emparedados nas masmorras da ditadura. Organizemos, nas escolas, na capital e no interior do estado, COMITÊS DE SOLIEDARIEDADE A UNE, que congreguem universitários, estudantes secundaristas, e técnicos profissionais, professores, jornalistas, artistas, intelectuais, religiosos patriotas, trabalhadores, pais e mães de estudantes para lutarem, junto conosco, pela liberdade. Rendamos homenagens aos colegas vítimas da reação fascista e façamos de sua bravura e dedicação à causa do povo o nosso exemplo. Juremos vingar os nossos mártires, mais cedo ou mais tarde.

Preparemos e decretemos greves nas escolas, mantendo-nos mobilizados no recinto em assembléia permanente. Conservemos em assembléia geral permanente todas as entidades estudantis. Expliquemos que organizar e mobilizar, ampliar e radicalizar são momentos do mesmo processo de fortalecimento do movimento estudantil e de suas ações de massas. Preparemo-nos mais cuidadosamente para as lutas, mas compreendamos que será através de sucessivas ações de massas que iremos combatendo melhor. Aprendamos a lutar e a utilizar todas as formas de lutas, inclusive às ações violentas no próprio processo

dos movimentos de massas. Sejam destemidos e hábeis em nossas lutas. Ganhemos as ruas com manifestações mais organizadas, mais amplas e mais vigorosas. Denunciemos perante a opinião pública Brasileira e mundial as bárbaras repressões da ditadura, os seus planos terrorista e de liquidação física dos líderes estudantis e populares. Proclamamos que os torturadores e assassinos pagarão pelos seus crimes. E advertamos aos corifeus da ditadura de que seus atos fascistas, como inflamáveis atirados ao fogo, servem apenas para aumentar o nosso ódio e transformá-lo em raios caindo-lhe sobre as cabeças.

Com o Ascenso das lutas populares, a ditadura entrou num processo de crescente isolamento, desagregação e deterioração. Crescem as dissensões entre a camarilha militarista, que se dispõe a desferir um novo golpe militar mais liberticida para tentar salvar a ditadura. Mais uma vez, os conciliadores tentam desmobilizar o movimento estudantil, levantando a surrada tese que é necessário evitar o pior. É falso. A ditadura pisoteia as justas aspirações e os direitos dos estudantes e do povo e desenvolve contra nós as mais bestiais repressões fascistas. Em face disto, a posição correta do movimento estudantil é só uma: a tentativa no novo golpe militar ou de novos golpes contra o movimento estudantil devemos responder com o aprofundamento das lutas de massas contra a ditadura e o imperialismo, a violência fascista devemos responder com a violência revolucionária do povo. Iremos aos combates contra a ditadura desfraldando a bandeira da liberdade e da independência da pátria. Em quaisquer circunstancias, mantenhamos as gloriosas tradições de lutas do movimento estudantil. E façamos com que os jovens oficiais e os soldados compreendam que lutamos pela liberdade e pela cultura para todos os brasileiros, conclamando-os a se oporem às monstruosas ordens de seus chefes belicistas, a resistirem a que os joguem contra os estudantes e o povo, a não atirarem contra nós e a se solidarizarem com a nossa luta patriótica.

Como concluir o XXX Congresso

A última fase do xxx Congresso deve significar mais uma vitória política sobre os inimigos internos e externos do movimento estudantil. Nada de congresso monopolizado e manipulado pela acessória técnica que tem grandes responsabilidades na prisão dos nossos 712 congressistas. Nada de congresso sob a tutela dos elementos da chamada comissão de

segurança, que podem causar maiores prejuízos ao movimento estudantil, devido a suas concepções políticas conciliadoras e aos seus métodos foquistas e anti-massa.

Não aceitemos as revoluções do conselho da UNE que substitui indevidamente o xxx Congresso por encontros regionais, estaduais ou municipais, numa autêntica manobra anti-democrática. Aceitá-las seria contribuir para golpear o movimento estudantil na sua espinha dorsal sua unidade nacional. Fracionado, o congresso não será um ato político, de repercussão nacional, não cumprirá seus mais importantes objetivos: a rica troca de nossas experiências de luta, o debate entre os delegados dos vários estados sobre a justa orientação do movimento estudantil e a elaboração de um programa de luta capaz de aglutinar e intensificar a ação dos estudantes em escala nacional. Discordando frontalmente da orientação desse conselho achamos, no entanto, que é só construtivo combatê-la ao nível da democracia da entidade. Participemos dos encontros com proposições de luta, exigindo a realização do congresso nacional no início de 1969, aberto aos estudantes e ao povo, apoiados nas bases estudantis e em setores populares. Desmascaremos igualmente as manobras do que querem eleições diretas para a diretoria da UNE, numa tentativa de cassação dos mandatos dos delegados ao xxx Congresso e porque se sentem derrotados nas suas artimanhas para impingir ao movimento estudantil uma ditadura conciliadora e capitalista, disposta ao dialogo com a ditadura que espanca, reprime, prende, condena e fuzila estudantes e populares.

Este tipo de eleições diretas, agora, para a diretoria da UNE não é nem iniciativa das massas estudantis nem contem espírito revolucionário, mas é fruto das maquinações de pseudo-revolucionários de gabinete, que só procuram formas e meios para solapar a unidade e o verdadeiro caminho democrático e revolucionário do movimento estudantil. Se a ultima fase do xxx Congresso já havia começado, só falta terminá-la, após a discussão e a aprovação da DECLARAÇÃO POLÍTICA E DE LUTA DA UNE e a eleição de sua diretoria.

Lutemos por diretoria da UNE que tenha identidade de idéias e demonstrando combatividade revolucionaria, seja legitima representantes das bases estudantis e forjemos sua união de combate através de debates sobre as diferenças radicais entre a concepção, política e caminho revolucionário e o reformista-conciliador que estão em aguda luta no momento estudantil, porque está é uma questão vital para as lutas libertadoras do nosso povo. Incutamos nos meios estudantis a firme determinação de COMBATE E VENCER.

Há todas as condições de passar ás ações ofensivas contra a ditadura, que está isolada, em deterioramento e desespero.

Precisamos ter mais iniciativas e mais audácia na preparação e no desencadeamento de lutas de massas mais vigorosas, porque as bases estudantis estão em efervescência e rebeladas, revelam espírito combativo, força crescente e entusiasmo revolucionário. Para nós, nada mais precioso do que a liberdade; Com todo o ardor da nossa juventude, lutemos junto com o povo, para libertar o Brasil da opressão ditatorial e imperialista. Como parte da mobilização nacional para o XXX Congresso, enviemos caravanas estudantis ás cidades onde houver faculdades, para promover ASSEMBLÉIAS POPULARES de esclarecimento dos objetivos do movimento estudantil a todos os setores da população. As nossas lutas estão conquistando crescente simpatia e apoio das massas populares. O que devemos fazer é procurar as formas mais convincentes de conclamar e de atrair o povo para lutar, ombro a ombro, conosco, pela liberdade. Para conquista de êxitos ainda maiores, preparemos e realizemos UM XXX CONGRESSO DE MASSAS ABERTO AO POVO. A vitória será nossa. O futuro nos pertence.

Sobre a queda do Congresso da UNE

A queda do xxxº Congresso da UNE não foi, como muitos queriam fazer pensar, resultante de falhas momentâneas. E conseqüência de uma série de tentativas de “reorganização do movimento estudantil” adaptadas aos esquemas políticos das lideranças e não a um só objetivo de luta, decorrente de uma análise do momento político atual.

Dentre as correntes que lideram atualmente o M.E., uma delas só sabe propor passeatas, enquanto a outra, a permanência dos estudantes nas escolas para se “organizarem”, encarando essa organização como um fim em si mesma. Assim, nenhuma delas propõe uma perspectiva revolucionaria ás formas de organização e condução do M.E.

As lideranças por falta de perspectivas, optaram, na prática, por métodos de organização legais ou semi-legais, o que é o oposto de uma organização capaz de participar da luta revolucionaria do povo. O que acontece em decorrência disso, é que no momento

em que a repressão, através do C.C. C, assina estudantes, não se usa métodos adequados de auto-defesas de massas.

Acomodadas nos vícios da semi-legalidade ou legalidade, as lideranças estudantis não conseguiram enxergar o acirramento de lutas de classes e o conseqüente aperfeiçoamento dos métodos da repressão.

O M.E. evidentemente, dentro do movimento de massas, o que devem ser clandestinas são suas formas de organização. Exemplificando, um congresso de uma entidade como a UNE, precisava ter legado em conta questões elementares e clandestinidade, como a não divulgação do congresso e não utilização da imprensa como instrumento de divulgação do local do congresso e não utilização da imprensa como instrumento de divulgação de nomes de candidatos (através de entrevistas a jornais, ficou patente que o congresso não seria realizado nos dias que foram marcados).

Não é, pois através das linhas propostas que o M.E. vai se integrar na luta revolucionaria para derrubar a ditadura, mas sim através de uma análise séria do “que fazer” dentro de uma estratégia revolucionaria de fato.

O que nos cabe fazer agora é reexaminarmos que concepção política e formas de organizações devem ter as entidades estudantis, aí que vemos que estas são alvos fáceis da repressão.’

Anexo E - Carta de Jean Marc enviada ao grupo de e-mail “40 anos de 68”, em 2008.

“IBIÚNA

“Pode sentar e aguarde um momento que já vou atendê-lo.” O doutor saiu da sala sem me dar chance de falar. Obedeci, ainda embasbacado com a coincidência. Meu ponto de contato com a Ação Popular em S. Paulo era um dentista e eu viajara toda a noite desde o Rio de Janeiro gemendo de dor de dentes, tomando aspirinas e bochechando com malvatricim. Só vim a saber a quem seria entregue ao desembarcar em frente do consultório. Luiz Cláudio, membro do Comando Regional da AP na Guanabara era o meu transportador, mostra da minha importância para o partido ou, mais provavelmente, da falta de estrutura do partido. Luiz Cláudio deixou-me um papel com uma frase código que eu devia dizer ao dentista para identificar-me como militante.

“Vim colocar uma prótese”, disparei assim que o doutor aproximou-se de mim com seus ferrinhos infernais. Ficou com cara de espanto.

“Prótese? Abra a boca. Hum, hum, hum. Nada disso, você tem o siso com uma cárie de colo e está bem inflamado, sua face direita está enorme, não reparou? Que história é essa de prótese?”

“Vim colocar uma prótese”, insisti como um débil mental e mostrei o papel com a mensagem para enfatizar. Uma luz brilhou de repente nos olhos do doutor, que parecia recém formado de tão jovem.

“Você é da AP? Com essa cara toda inchada de cliente não me lembrei do código. Aliás, você é o primeiro a usar este ponto; a direção me avisou que seriam casos raros e de maior risco. Vou levá-lo para um aparelho e avisar os companheiros”.

“Não dá para me tirar este dente? Não posso deixar de aproveitar esta coincidência. Mal posso falar e em 10 dias vou estar no congresso da UNE e, como candidato, tenho que poder discursar.”

“Não tenho raio X e, com a inflamação, a anestesia não vai pegar. Se as raízes forem tortas e quebrarem vai levar muito tempo e doer muito.”

“Tire assim mesmo. Temos que estar preparados para agüentar a dor, não é mesmo?” Na verdade, eu estava em pânico. Sempre tive medo de dentista e, como com os meus outros medos, fazia um baita esforço para dominá-lo. Respirei fundo e abri a boca.

Nos quinze minutos seguintes o doutor aplicou-me várias injeções de anestesia sem muito efeito e, finalmente, meteu um boticão sinistro na minha boca e forcejou como um condenado até arrancar o dentão.

“Você tem muita sorte, saiu de prima e sem quebrar. Ficou uma cratera e vai doer um bocado mas ainda foi uma boa solução”. Eu estava de todas as cores de tanto que doía mas agüentei impassível. Só o suadouro denunciava tanto o medo como a dor que sentia. Como dizia a velha expressão comum na família da minha mãe, “vi o china seco” (nunca soube o que isto quer dizer, a origem perdeu-se no tempo e na história familiar).

Fiquei bochechando um anestésico pouco eficiente enquanto o doutor da AP saía para telefonar para os contatos do partido, fechando o consultório. Eram dez da manhã e ninguém tinha aparecido; o doutor não tinha ainda uma clientela numerosa. A sala tinha um pé direito altíssimo já que a casa era um sobradão antigo, para não dizer velho e caindo aos pedaços. Ficava em um subúrbio de S. Paulo que eu não consigo recordar onde era, acho que fiz questão de não saber. A dor não parava e comecei a me sentir febril. O doutor voltou e levou-me para um outro contato em um bairro também de subúrbio e não muito longe. Circulamos de ônibus e eu me sentia altamente vulnerável embora soubesse que não havia chance de ser reconhecido naquele lugar. Fui entregue a outro militante, esse médico generalista. Só soube seu nome verdadeiro quando cheguei ao Chile, banido, mais de dois anos depois. Celerino Carriconde estava exilado em Santiago e foi me visitar. Hoje ambos atuamos em ONGs com agricultura (eu) e medicina (ele) alternativas. Celerino levou-me para sua casa e disse que o partido viria buscar-me antes do fim do dia. Por razões de segurança eu devia ficar trancado na casa até a sua volta, sem dar na pinta aos vizinhos que havia alguém lá.

A febre subiu e as dores não aliviavam. Mas eu quase esquecia estas mazelas na ânsia de ligar para o Rio de Janeiro e saber como tinha sido o meu julgamento na Ia Auditoria de Guerra. Na verdade eu “sabia” que não tinha chance de sair inocentado. “Logicamente” não poderia haver outro desfecho. Tinha sido preso ao final de uma manifestação em Junho, no Rio e acusado de queimar uma caminhonete do Exército. Nem eu nem nenhum dos 3 co-réus no processo participamos da queima mas isso não importava. O Exército tinha achado seus bodes expiatórios mas teve que nos soltar quando o Brasil estudantil explodiu em protestos e pudemos responder ao processo em liberdade.

A minha prisão e o processo pelo Exército projetaram-me nacionalmente. Até então eu era uma liderança que crescia na Guanabara (cidade do Rio de Janeiro, para os mais novos) por ter iniciado uma greve na Escola de Química da então Universidade do Brasil (hoje UFRJ) que durou 40 dias com mobilização permanente dos alunos. A greve da Química foi o estopim da greve geral e da seqüência de manifestações que culminaram naquela em que fui preso, a primeira em que enfrentamos a polícia em vez de correr dela. Após a minha prisão os eventos se precipitaram, com o Massacre do Campo do Botafogo no dia seguinte, a Sexta Feira Sangrenta no dia posterior e a passeata dos Cem Mil na Quarta Feira seguinte. Tanto nas manifestações da Guanabara como nas centenas que se sucederam em todo o país o meu nome e a minha libertação estavam no centro das palavras de ordem quando a AP dominava a mobilização e, pelo menos, em bom destaque quando eram outras as correntes políticas mais importantes. Dado o peso da AP no movimento estudantil nacional eu acabei super-conhecido, ao menos no nome, aliás difícil de pronunciar mas também difícil de esquecer, dada a sua estranheza.

Por eu ter sido o centro de tantas manifestações ficou ainda mais difícil para o Exército fazer um julgamento isento, se é que jamais fizeram algum. Na escalada do enfrentamento dos milicos da linha dura com o movimento estudantil eu não podia ser inocentado nem que o arcanjo Gabriel viesse em pessoa testemunhar por mim. Pior, a AP lançou-me candidato para a diretoria da UNE a ser eleita no Congresso que estava abertamente anunciado para poucos dias depois do julgamento.

Tudo isto eu disse na reunião do dia anterior à minha fuga para a clandestinidade em S. Paulo, na casa do Coronel -----, pai do Carlinhos, um dos 4 acusados a serem julgados no dia seguinte. As famílias de 3 dos acusados e os próprios lá estavam. O quarto, o Baianinho do

Calabouço, não tinha família no Rio e não foi à reunião. O terceiro era o Pedro Lins, filho do Embaixador Álvaro Lins e meu contemporâneo de Colégio S. Fernando. Evaristo de Moraes, Paulo Goldracht, Jorge Mendonça e Heleno Fragoso, todos advogados de renome, defenderam o nosso comparecimento à seção final do julgamento confiando que seríamos todos absolvidos. Éramos uma curiosa frente única de esquerda em julgamento porque representávamos várias tendências do ME, embora nossos pais não soubessem disso. Carlinhos e eu éramos da AP, Pedro era próximo da Dissidência Universitária do Partidão (PCB), vulgarmente conhecida como DI-Gb e o Baianinho era do PCBR. O Coronel era do Partidão e meus pais eram o que se poderia chamar de democratas e liberais, contrários à ditadura mas não eram militantes (minha mãe veio a sê-lo e das mais combativas e corajosas mas nunca foi de partidos). A pressão para assistirmos ao julgamento era enorme e todos diziam que se não fôssemos, aí sim, seríamos condenados.

Eu já tinha tomado outras providências por prudência. Luiz Cláudio já estava me esperando embaixo do prédio do Coronel para levar-me para S. Paulo e eu tinha conseguido tirar um passaporte suíço em tempo recorde com a cooperação do meu pai e do embaixador Enrico Bucher, futuro seqüestrado por quem eu e outros 69 presos seríamos trocados em Janeiro de 1971. Porque tirei o passaporte? Foi sugestão do meu pai, suíço, a qual eu acedi embora não pensasse em sair do país. Achei que era um bom salvo conduto em caso de blitz pois passaria por estrangeiro para um guarda menos atento. Já tinha usado minha carteira de reservista do Corpo de Fuzileiros Navais para sair livre de uma fria em que um carro do DOPS do Rio me parou junto com outros dois pichando muros no Méier. Após olhar a minha carteira o cana falou: “os garotos estão com o senhor?”. Assenti e ele nos liberou, talvez acreditando que tinha prendido agentes do Cenimar disfarçados.

Desisti de argumentar com o grupo dos aflitos parentes e advogados e chamei papai de lado. Informei-o da decisão final de não comparecer ao julgamento, de “cair na clandestinidade” e de me dedicar à revolução até a derrubada da ditadura. Acho que fui meio grandiloqüente e meu velho me olhou sem discutir, sem dúvida perplexo com as revelações. Pedi que acalmasse a mamãe e me despedi dos dois já meio envergonhado do tom melodramático. Não tentaram me convencer, talvez porque acreditassem que eu seria inocentado no dia seguinte e que tudo voltaria a ser como dantes. No fundo eu também queria acreditar nisso.

Assim que Celerino voltou para casa saímos para ir para outro aparelho e eu agarrei o primeiro telefone que encontrei na rua. Evitei chamar para o telefone de minha casa, notoriamente grampeado, disquei para a casa de meu amigo Luiz Carlos e falei com sua mãe, dona Laila.

“Como foi a festa, dona Laila?” falei em um código meio óbvio.

“Não foi bem” disse ela, ignorando os códigos. “Todos foram condenados a dois anos de prisão”.

“Já imaginava” disse eu, embora a garganta me secasse imediatamente. “Abrace todos lá em casa”. Desliguei.

“Como foi?” perguntou-me Celerino. Tentei parecer indiferente. “Peguei dois anos. Agora estou na clandestinidade. Vamos?”. Minha aparente indiferença a uma radical mudança de vida impressionou o Celerino mas ele não disse nada. Na verdade eu estava em estado de choque, a ficha caindo devagar e o sentimento de ter entrado num caminho sem volta foi se

formando na minha cabeça. Fora tudo muito rápido. Em Janeiro eu era um presidente de Diretório Acadêmico, caso raro de militante independente de partidos, estudante quase formado em Engenharia Química. Oito meses depois eu era candidato à diretoria da UNE, condenado e procurado pelo Exército e quadro em ascensão em um dos partidos mais radicais na luta contra a ditadura. Não foram opções fúteis mas me preocupava o quanto eu tinha de dúvidas sobre as políticas da AP, para não falar dos outros partidos. Não fosse a repressão ter precipitado as minhas opções eu certamente teria seguido na militância mas os caminhos poderiam ter sido outros. Teria sido melhor ou pior? Quem sabe?

Dormi em na casa de um militante da AP da engenharia da Universidade Mackenzie, perto do Pacaembu. Fui apresentado como João Carlos, estudante de passagem por S. Paulo, mas não enganamos ninguém. Os pais dele fingiram não me reconhecer mas minha fotografia logo apareceu nos jornais do dia seguinte anunciando minha condenação. Foram de uma solidariedade sem falhas e de um carinho sem limites. A inflamação no siso piorou, a febre me queimou por uns dias e o buraco na gengiva não fechava, doendo muito.

Luis Travassos, presidente da UNE e meu amigão, veio me ver na manhã seguinte. Pediu-me que ficasse quieto até me recuperar e que escrevesse uma proposta de tese da chapa que a AP ia apresentar no Congresso. As teses teriam que ser aprovadas pela direção nacional estudantil da AP que ainda tinha que compor a chapa de forma definitiva. Até então circulavam os nomes do Netovich Maia, de Pernambuco, do Valdo Silva, ex-presidente da UEE de Minas Gerais e favorito da direção da AP para o cargo de presidente, Honestino Guimarães, ex-presidente da FEUB, de Brasília e um quinto que não me recordo, além do meu.

“Luis, meu velho, não vai dar certo. Não sei o que a AP pensa sobre as polêmicas do ME. Nunca li nada do partido sobre tática e estratégia, conjuntura, papel do ME na revolução, etc.” Eu era um militante atípico, pois tinha sido recrutado havia pouco tempo, pelo próprio Luis e com base em um argumento interessante. Eu já era uma liderança forte na Química e me mantinha solidamente independente das várias correntes do ME pois os discursos teóricos que estas me apresentavam me pareciam abstrações muito distantes da realidade. A AP era fraca na Guanabara depois de três grandes “rachas” que levaram militantes para a DI-Gb (e depois para a VAR Palmares), para o PCBR (depois para o PCdoB) e, diretamente, para o PCdoB. A AP tinha apenas dois diretórios acadêmicos no Rio, além da Química; o da minúscula Escola de Desenho Industrial e o da super militante Ciências Sociais (em aliança com o PCdoB) além de alguns militantes esparsos na Arquitetura, Engenharia e Direito da UFRJ e de alguns militantes da PUC. A política que tracei na Química não foi por orientação da AP mas saiu da minha cabeça. Luis atraiu-me para a AP com uma frase tentadora: “não temos ainda uma linha política amarrada, estamos em processo de construí-la. Por que você não vem ajudar neste processo?”

Luis afastou minhas objeções. “Escreva as teses a partir da sua experiência na Química. Ela é das mais ricas que eu conheço e acho que dará uma boa base para a nossa plataforma.”

Meio febril e com dores que se acalmaram pouco a pouco eu escrevi as teses da AP para a nossa chapa, que eu batizei de “Unidade e Luta”. Para minha surpresa elas foram aprovadas na reunião que fizemos na casa em que estava abrigado com a participação da Comissão Nacional Estudantil (CNE) da AP; José Luis Guedes, ex- presidente da UNE em 1966/67, Luis Raul Machado, vice-presidente do Luis e meu colega de infância no colégio S. Fernando, João “Bigode”, ex-aluno da sociologia da PUC do Rio e ideólogo da Comissão, José Jarbas Saraiva Cerqueira, mineiro e representante da UNE na Organização Continental Latino

Americana de Estudantes (OCLAE), recém chegado de Cuba onde ficava a sede desta entidade e o próprio Luis Travassos que não fazia parte da CNE, embora eu nunca tenha entendido porque. Luis dizia que era porque ele não era suficientemente “ortodoxo”, seja lá o que isto significava.

A CNE não discutiu as teses, o tempo era curtíssimo e ninguém tinha tempo para propor outras. Discutiram-se muito mais a composição da chapa, quem seria o nosso candidato à presidência da UNE e a tática para ganhar o Congresso. Luis tinha dado um golpe na CNE e lançado o meu nome para a presidência em uma entrevista coletiva à imprensa dois dias depois da minha condenação, sem submeter a decisão à CNE (ou a mim). Fiquei grilado com a responsabilidade. Protestei que não tinha experiência em direção de entidades para além do diretório da Química. Na verdade a proposta era inusitada. Até então todos os presidentes da UNE tinham feito um “cursus honorum” (carreira política nos tempos do Império Romano) começando como presidentes de diretórios acadêmicos de uma faculdade, passando para presidentes de Diretórios Centrais de uma universidade até chegar a presidentes de alguma União Estadual de Estudantes, trampolim para a presidência da UNE. Estas foram as carreiras do Guedes, do Travassos, do Serra e do Vinicius. Esta tinha sido a carreira do meu adversário, José Dirceu. Minhas objeções foram consideradas irrelevantes e, além disso, Luis tinha criado o fato consumado pois os jornais de todo o país divulgaram a minha candidatura e as bases da AP em todo o país tomaram isto como decisão partidária.

Bigode e Zé Luis defenderam uma aliança com o PCdoB. “São companheiros maoístas, do único partido reconhecido como revolucionário no Brasil pelos camaradas chineses.” A AP estava em franco processo de conversão ao maoísmo embora eu mesmo tivesse muitas dúvidas sobre esta opção. “Vamos propor uma chapa de partidos irmãos, sem hegemonismos. Os melhores quadros dos dois partidos comporão a chapa, independentemente de sermos muito mais fortes do que eles no ME. Não importa se ficarmos em minoria.”

Finquei o pé contra a proposta. “Vocês enlouqueceram. O PCdoB pode ser o partido do proletariado mas no ME temos tido muitas contradições. Não aceito participar da chapa sem uma maioria da AP e acho que devíamos atrair o PCBR para a frente. Podemos ficar com 6 vagas, inclusive a presidência, dando duas para cada um dos outros partidos.”

Luis Travassos, Luis Raul e Jarbas me apoiaram e acabamos convencendo os mais velhos. A tarefa de negociar com o PCBR ficou comigo, já que tinha excelentes relações com este partido na Guanabara. Era uma baita concessão aos outros partidos pois a AP era muito mais forte que eles no ME mas precisávamos de alianças se quiséssemos ganhar o congresso.

O segundo problema era garantir que os nossos delegados chegassem ao congresso. Isto não ia ser fácil. “O Dirceu tem o controle da infra-estrutura do congresso e dependemos do pessoal dele para chegar no aparelho. Eles vão boicotar os nossos delegados” disse o Zé Luis. Infelizmente isto era prática corrente no ME. Eu mesmo tinha tido a minha participação boicotada no congresso do ano anterior porque a DI-Gb suspeitava que eu fosse da AP, o que não era ainda verdade. “Precisamos entregar pontos alternativos para os nossos delegados caso os que eles receberem da turma do Dirceu não forem cobertos”, disse Bigode. “Isto já foi providenciado”, disse Zé Luis. “Todo o nosso pessoal tem instruções de rumar para o conjunto residencial da USP caso fiquem abandonados pela infra do congresso e procurar o quarto do Adura e da Lia (dirigentes do setor estudantil da AP de S.Paulo). Lá pelegaremos com os organizadores para que sejam incluídos.”

Havia muita ansiedade entre os “capos” da AP. O partido tinha perdido algumas eleições importantes para os DCEs das federais de Minas e Pernambuco, além do bastião do Honestino em Brasília. A UEE de S. Paulo estava rachada desde o ano anterior entre a diretoria da Catarina Meloni da AP e a do Dirceu, da DI de S. Paulo (não era a mesma organização da DI da Guanabara já que os rachas universitários do Partidão não se unificaram embora tivessem políticas bastante próximas). A própria UNE esteve perto de rachar meses antes ameaçando gerar duas diretorias, uma da AP com 3 diretores e o presidente e outra das DIs e do POC (Partido Operário Comunista) com 6 diretores. A AP chegou a realizar uma reunião do conselho da UNE sem a participação das outras correntes mas recuou de um racha. O sectarismo grassava entre a AP e os outros partidos e frações e as chances de ocorrer um racha no próprio congresso eram grandes.

“Temos que impedir um racha, mesmo a custa de perdermos a eleição”, disse eu para revolta de todos os outros menos o Travassos. “Precisamos traçar uma tática de conciliação para desarmar a agressividade que vem crescendo contra nós e que nós mesmos temos alimentado. Nosso discurso tem que ser firme na defesa das nossas posições mas sem provocar nem aceitar provocações”. Após muita discussão esta proposta foi aceita até porque o desgaste desta direção estudantil da AP era enorme. Eu estava em boa posição para fazer este tipo de política pois tinha bom diálogo com todos os partidos no Rio de Janeiro e ninguém podia me acusar nem de sectário nem de porralouca. O desprezo de muitas das nossas lideranças em relação às lutas reivindicativas tampouco podia ser-me atribuído pois a greve da Química tinha sido um espetacular sucesso de combinação de temas reivindicativos e políticos.

Desta reunião saí com o Luis para fazer campanha nas faculdades em que os delegados ainda não tinham sido escolhidos. Passei a dormir nos aparelhos que o Luis usava, entre eles o dos Abramo. Cláudio Abramo, jornalista famoso da Folha de S. Paulo e Radha, sua companheira, não só me receberam em seu apartamento em Pinheiros como tornaram-se grandes amigos meus.

Já no segundo dia de campanha Luis levou-me até a Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia. Ao entrarmos no hall ouvi alguém gritando de longe: “Travassos, quem é este apedeuta que você trouxe?”. O hall estava cheio de gente e aquilo me pareceu um escândalo. No Rio ninguém jamais mencionava em público o partido do outro e o epíteto, para mim novo e certamente depreciativo, era uma clara alusão à minha militância na AP. “Quem é este cana?” rosnei enfurecido. “Venha conhecer o teu adversário” disse o Luis rindo. Era o Dirceu.

As apresentações foram mais do que frias. Não gostei do jeito arrogante e pretensioso do Dirceu e ele, claramente, também não foi com a minha cara. Luis era colega dele na Faculdade de Direito da PUC e eram amigos apesar das contradições políticas. Dirceu tinha fama de ganhão e tivera um caso até com uma policial infiltrada pelo DOPS no ME paulista e que usava o nome código de “maçã dourada” mas isto não chegava a ser problema para mim, a não ser pela falta de critério na escolha das parceiras. Mais inaceitável do que isso foi a disputa das eleições para a UEE de S.Paulo usando métodos agressivos, inclusive o seqüestro da Drosila, coordenadora da campanha da Catarina Meloni, da AP e que ficou em cárcere privado por quatro dias. No Rio de Janeiro eu tinha ouvido esta história pelo Daniel, liderança da DI-Gb, insuspeito por ser aliado do Dirceu mas escandalizado com os métodos que grassavam no ME de S.Paulo. Catarina ganhou as eleições diretas para a UEE mas Dirceu não aceitou os votos da Faculdade de Engenharia Industrial, conhecido reduto da AP, dizendo-os fraudados por terem dado maioria esmagadora para a nossa chapa. Como ele teve

a maioria dos votos na capital acabou ganhando maior reconhecimento em 1968 pois foi aí, nas ruas do centro de S. Paulo que as grandes manifestações ocorreram.

Pouco antes do início do deslocamento dos participantes do congresso para Ibiúna (não sabíamos onde era o congresso, este nome só ficou conhecido mais tarde) mudei-me para o CRUSP, juntando-me aos cada vez mais numerosos militantes e simpatizantes da AP que tiveram seus pontos furados pela organização controlada pelo Dirceu. Passava os dias discutindo as teses com os companheiros de partido e ganhando-os para a tática da “não agressão”. Não foi fácil. O sectarismo de parte a parte era enorme. Para a AP de Pernambuco era inaceitável ter o PCBR, seus inimigos mais importantes naquele estado, participando da nossa chapa.

Em uma das muitas reuniões da direção estudantil da AP no quarto do Adura eu levantei um problema que me perturbava. “Porque não está havendo repressão a este congresso? Ano passado a rodoviária estava sob controle do DOPS e qualquer um com pinta de estudante ia em cana preventivamente. As faculdades eram vigiadas 24 horas por dia. Agora estamos elegendo delegados abertamente nas faculdades e circula-se por S. Paulo sem qualquer restrição. Todo mundo sabe que o quartel general da organização do congresso está aqui no CRUSP, no quarto do Lauri, da DI-SP mas estamos como se fosse em território libertado”.

“Das duas uma”, disse o Adura, “ou a repressão está cedendo à nossa militância muito superior este ano ou estão esperando para nos prender todos quando estivermos no congresso”.

“Aonde a DI vai nos levar? Ano passado éramos meros 300 congressistas e agora calculamos mais de 700. Já não foi fácil fazer um congresso clandestino ano passado (naquele a AP tinha o controle da montagem) mas onde vão conseguir esconder tanta gente?” disse Zé Luiz.

“Os riscos são enormes”, disse eu. “E maiores ainda para mim”.

“Como assim”?

“Se o congresso cair todos acabarão soltos com um hábeas corpus mas eu já estou condenado e vou ficar dois anos na cadeia”, disse eu. “Acho que deveríamos propor à DI a realização do congresso aqui no CRUSP onde já estão alojados mais de 300 congressistas esperando o transporte para o local do congresso. Mobilizaremos as massas estudantis para ocupar o CRUSP durante o congresso e isto obrigaria a repressão a prender milhares de estudantes caso optasse por impedir o congresso.”

O debate esquentou com várias intervenções opondo-se a esta linha de argumentação que punha muita confiança em um comportamento tímido da repressão. Acabamos por decidir lançar um manifesto assinado por mim e pelo Luiz descomprometendo-nos com a montagem do congresso e lançando a culpa de um eventual desastre na UEE-SP. Mas também decidimos que eu teria que ir ao congresso mesmo ao risco de ficar preso por dois anos.

Depois da queda do congresso de Ibiúna circulou o boato que Dirceu fizera um acordo com o governador de S.Paulo, Abreu Sodré, de sobrenome igual ao da família da minha mãe e que era um longínquo parente nosso. O acordo seria de trazer o ME para uma atitude menos belicosa, sem manifestações de rua, em troca de um “fechar de olhos” à realização do congresso. Isto explicaria a falta de ação da polícia paulista e do DOPS na fase preparatória.

Não sei quem lançou o boato mas o Dirceu, justiça seja feita, não se comportou de acordo. No dia seguinte à nossa reunião estourou o conflito na Rua Maria Antônia, opondo estudantes da Filosofia da USP e um grupelho de provocadores de extrema direita da Universidade Mackenzie (que ficava em frente à Filô-USP) auxiliados por oficiais da aeronáutica à paisana. Secundaristas de várias partes do Brasil que estavam em S.Paulo para o congresso da UBES (realizado às claras!) e que se encontravam na Filô também participaram e um deles foi morto no confronto que provocou também um incêndio nesta faculdade. Dirceu e Travassos participaram do confronto e da manifestação que se seguiu. Eu fui impedido de participar pelo Adura, que era responsável pela minha segurança frente à AP. Discurssei no restaurante do CRUSP mobilizando os estudantes para a passeata mas tive que ficar de fora.

Fui dos primeiros congressistas a seguir para Ibiúna. Compareci ao QG congresso e apresentei-me ao Lauri, que mais tarde seria morto pela ditadura militando em um racha da ALN. No começo ele exigiu provas de que eu era delegado mas depois mandou que me levassem de carro e não no caminhão que era o transporte de quase todos. Meu número de entrada no congresso foi o 99, e cheguei ao local na tarde da segunda feira daquela semana fatídica.

Caía uma garoa fina, bem paulista, na hora em que desembarquei do carro que me levou. Estava em uma fazenda com uma casa pequena, que tinha uma sala não maior de 50 metros quadrados e dois quartos bem menores. Tomei um susto. Como abrigar mais de 700 estudantes naquele lugar? Havia apenas um banheiro e, ao ar livre, uma cozinha improvisada. Na encosta de uma colina próxima da casa construíram umas arquibancadas cavadas no solo e cobertas com lona no chão e no teto. Era ali a plenária do congresso. Fazia um frio do cão e eu agradei a lembrança do Adura que tinha me dado um cobertor do CRUSP para eu me abrigar. A área já estava toda elameada com o pisoteio de menos de 1/7 dos congressistas previstos. Ia ser um período duro.

O jantar foi um horror, com um macarrão grudento e um arroz ainda mais compacto, misturado com pedaços de charque. Os cozinheiros não estavam preparados para lidar com a escala destas refeições e a comida saiu com horas de atraso, já fria quando chegou a minha vez. O congresso estava previsto para começar na sexta feira e durar 3 dias ou seja, eu tinha pela frente 7 dias de inferno.

A segurança do congresso estava composta de estudantes, vários deles secundaristas, armados de pistolas e espingardas de caça. Fiquei preocupado. Garotada de armas na mão seria um desastre se a repressão chegasse e eles reagissem a tiro. Discuti com um deles qual a orientação se a polícia irrompesse mas eles disseram que haviam postos de guarda no caminho que avisariam com boa antecedência qualquer invasão e que a missão deles era conter a repressão enquanto os congressistas fugiriam pelo mato. “Para onde?” perguntei, pois estávamos cercados de matas e eu não sabia como sair dali. “Teremos guias para levar a todos até a rodagem” foi a resposta e eu olhei cético para o garoto que parecia brincar de guerrilheiro.

Na primeira noite consegui dormir no salão da casa. Tiramos os sapatos para deitar em um tatame que servia de cama comum e foi um inferno para achá-los no dia seguinte, em uma pilha que foi se formando ao longo da noite, a medida em que novos congressistas esgotados iam chegando. Na manhã gelada do dia seguinte achei um laguinho afastado da casa e tomei um banho tiritante. Tinha apenas 3 mudas de roupa e passei a lavar as que tirava mas era difícil secá-las. Comecei meu trabalho de candidato procurando reunir as bancadas dos vários

estados a medida em que iam chegando. Como ninguém tinha nada para fazer enquanto esperávamos que todos chegassem e o congresso pudesse começar estas discussões tiveram boa acolhida.

Distribuí o texto das teses e passei 3 dias defendendo-as. Armei-me de paciência para engolir não poucas provocações mas tinha muito boa base para me defender pois a luta da Escola de Química era uma referência no ME. Busquei em particular discutir com o pessoal do PCBR do nordeste pois sabia que seria deles a maior reação à minha proposta de aliança. Acho que fui bastante bem sucedido. Em um dos grupos de debate que se formavam à minha volta ocorreu uma reação que me encheu de esperanças. Estava escuro pois, fora de casa tínhamos apenas uns lampiões de querosene iluminando o canto da plenária onde estávamos. Um estudante com forte sotaque nordestino, membro de um grupo de recém chegados que se juntou a nós sem saber quem éramos acabou por me dizer, após muita argumentação. “Se esse tal de Jean Marc tivesse as suas posições teríamos menos conflitos com vocês”. “Jean Marc sou eu mesmo, disse eu, e você, quem é?”. “Sou Cândido Pinto, presidente da UEE de Pernambuco”. Esse era o homem que eu precisava ganhar e, logo notei, precisava ainda ganhar a dirigente do PCBR no estado, conhecida por Maria, uma bela mulher e grande quadro político (não necessariamente nesta ordem). Foi o início de um longo abortado pela queda do congresso dias depois.

A tática de chegar cedo no congresso foi um sucesso pois os “capos” dos outros partidos deixaram para chegar na última hora e fiquei com espaço livre para discutir sem descanso com centenas de estudantes, sempre em pequenos (e, às vezes, nem tão pequenos) grupos. Por outro lado, o fato de que eu estava lá padecendo das precaríssimas condições do aparelho sem qualquer privilégio também somou a meu favor. Mas o que mais me ajudou foi a revolta geral com as condições do congresso e a soberba da garotada da segurança que queria impor uma disciplina militar aos congressistas. Os conflitos se sucediam e a irritação crescia a cada hora, gerando uma forte reação contra o Dirceu, visto como responsável por aquela situação.

Dormir passou a ser uma necessidade quase desesperada. A casa, após a primeira noite, ficou inacessível, tal a montoeira de gente que a ocupava desde cedo, para guardar o lugar. Dormíamos sentados pois não havia espaço para se esticar. No escuro total qualquer um que se mexesse naquele bolo provocava ondas de movimento que sacudiam a todos. As pessoas dormiam ali por pura exaustão e o sono não descansava. Mas nem este privilégio de dormir sob um teto eu tive na terça e quarta feiras. Uma noite eu simplesmente não dormi, passando-a em reuniões com o pessoal da AP que vinha chegando ou discutindo com o pessoal do PCBR e do PCB, em separado, é claro. Com o partidão o que queríamos era garantir que não apoiassem o Dirceu já que não queríamos e não teríamos o apoio deles. Conversei muito com o Davi Capistrano, da Medicina da UFRJ e com o Miltão, da Matemática e fiquei certo de que só apoiariam uma chapa encabeçada pelo Wladimir. Desconfiavam das ligações da DI-SP com a ALN e não queriam ver a UNE metida em estratégias guerrilheiras. As condições do congresso e os seguranças armados puseram o partidão de orelha em pé e vetaram o apoio ao Dirceu. Isto não quer dizer que o PCB fosse uma força significativa no ME mas esperava-se uma decisão no fotochart entre eu e o Dirceu e mesmo os 40 votos do partidão podiam ser decisivos.

Em outra noite acendemos uma fogueira e passamos um bom tempo em um concurso de piadas e esquentando-nos com umas cachaças que não sei como foram obtidas, já que a segurança repelia qualquer demanda não ortodoxa (pedir bebida alcoólica era considerado manifestação de baixo nível ideológico, mesmo para ajudar a agüentar o frio e a umidade).

Nos divertimos a grande sem qualquer distinção de tendência e, se me lembro bem, o Ronald Rocha (PCdoB e Presidente do DA da Filô UFRJ, um dos que veio a ser vice presidente na minha chapa) foi dos mais aclamados. Isto me surpreendeu pois sempre vira o Ronald como um quadro excessivamente sério, quase um monge, um templário marxista, sem se dar e dar aos outros um momento de relax e brincadeira. Dormimos sob a lona da plenária com a umidade da lama da colina em que ela foi armada passando através do piso também de lona. Chovia fino todo o tempo e amanhecia com forte nevoeiro. Era um ambiente de filme de terror mas a gente se habitua a muita coisa e não me lembro que estes desconfortos tenham me afetado muito. A adrenalina corria aos jorros nas minhas veias e não havia tempo para queixas. Mas com outros a coisa não era igual pois eu era candidato e vencer me mobilizava todos os sentidos durante todo o tempo.

Em uma longa espera para comer a inacreditável gororoba produzida pela “organização” do congresso (adotamos a tática de chamar seguranças e pessoal da infraestrutura, inclusive da cozinha, de “pessoal do Dirceu” e isto ajudou muito a queimá-lo entre os congressistas) eu ia conversando com o Davizinho do Partidão quando chegou um jipe descoberto e dele desceu um homem de meia idade, amulatado, careca e com uma cara forte que impunha uma autoridade natural. Os seguranças correram para recebê-lo com certa reverência e ele foi rapidamente até a casa, conferenciou com os “capos” da infra do congresso e partiu. Davi quase teve uma apoplexia e chamou o Miltão para perto. “É o Mariguela. Que quer dizer isso? Isto é um congresso da UNE ou um foco guerrilheiro?”. Miltão ficou quase sem fala. “Bem que eu desconfiei deste local no meio do mato, desta garotada armada, este ar de acampamento guerrilheiro. Isto deve ser uma tática para lançar o primeiro foco da luta armada”. Os dois estavam mesmo bem preocupados mas eu achei as conclusões demasiado apressadas. Não podia imaginar que qualquer grupo de resistência armada fosse lançar um foco de guerrilhas em pleno congresso da UNE. Seria provocar um massacre inútil.

Travassos chegou na manhã de quinta feira assim como uma boa parte dos “capos”. Dirceu ainda se fazia esperar e isto era bom para nós. A bronca contra ele crescia a olhos vistos, até entre seus partidários menos fanáticos. Reunimos imediatamente um grupo da AP que assumiu o comando da militância durante o congresso. Dele faziam parte o Travassos, o Zé Luiz Guedes, o João Bigode, o Luiz Raul e eu. De cara eu propus que o Zé Luiz e o Bigode deixassem o congresso. “Isto aqui tem tudo para cair. É muita gente passando em condições estranhas nestes fundões perdidos. Já deve ter chamado a atenção da polícia. É uma questão de tempo até ela chegar até aqui. Também não é difícil alguma infiltração entre os delegados ter localizado esta fazenda e se mandado pois não há como controlar entradas e saídas apesar da garotada armada fazendo segurança. Vocês dois são dirigentes nacionais da AP e não podem cair aqui. Eu, Luiz Raul e Travassos temos que ficar e estou certo de que acabaremos presos.”

Zé Luiz não arredou pé de ficar mesmo depois de votarmos pela sua saída de modo que o Bigode foi o único quem partiu. A idéia da aliança com o PCBR e o PCdoB estava consolidada e ambos, em princípio, aceitavam dois cargos na diretoria. O PCBR estava ainda por finalizar um acordo interno para contornar as últimas resistências da região nordeste de modo que eu fiquei de colar neles durante o congresso. Muito ia depender de como os debates iam rolar e como o desgaste provocado pelas condições do local ia afetar a candidatura do Dirceu. Para nossa sorte o Wladimir não seria candidato por decisão da DI-Gb, que tinha outras prioridades para ele. Wladimir era uma liderança carismática mas também um grande quadro político que não tinha as arestas do Dirceu além de garantir o voto do Partidão a favor de uma chapa com ele na cabeça. Como se constatou muito depois, eu teria muito mais

dificuldades de vencê-lo no lugar do Dirceu. Mesmo se garantíssemos o voto do PCBR o resultado seria pau a pau.

As primeiras provas de fogo aconteceriam naquela tarde com as discussões sobre credenciamento, sempre desgastantes. Frequentemente, nos congressos, os votos não apenas decidiam sobre a representatividade de um ou outro congressista contestado mas mostravam qual a força da corrente que o apoiava. Em Ibiúna, no entanto, este partidarismo exacerbado acabou enfraquecido pelo mero fato de que se tratava de um congresso quase que de massa. A maior parte dos congressistas não era de militantes submetidos à disciplina partidária mas de simpatizantes de uma ou outra corrente do ME além de um número expressivo de militantes independentes. Estes vínculos mais frouxos com os partidos tornaram os debates sobre credenciamento menos um teste de força e mais uma decisão sobre a justiça de uma representação. Foi bom para nós da AP, que ganhamos quase todos os casos de credenciamento em disputa mas, por outro lado, isto não significava que estes votos eram “nossos”. Apenas significava que a maioria achou nossos companheiros mais representativos e decidiram credenciá-los.

A plenária começou às 3 da tarde e foi até 11 da noite, só debatendo credenciamentos. Foi um desgaste e tanto e os delegados ao congresso estavam impacientes para questionar as condições de infra e de segurança mas o regimento do encontro impunha resolver as questões de credenciais em primeiro lugar. Mas acabamos conseguindo o teste de forças que queríamos.

Não me lembro quem teve a idéia, penso que foi o próprio Travassos, mas foi genial. Recebemos uma mensagem do Adura, que organizava a nossa retaguarda fora de Ibiúna e que só veio na ultimíssima hora, informando que não só os nossos delegados frequentemente estavam tendo seus pontos abortados e ficando para traz no CRUSP como os delegados que nos eram contrários estavam sendo buscados em casa quando porventura faltavam aos pontos. Como nós não tínhamos força para impor a entrada dos nossos boicotados decidimos propor que ninguém mais entrasse no congresso.

Foi uma pauleira. A segurança e a infra estrutura vieram se explicar e justificar manter abertas as portas do congresso mas foram vaiados estrepitosamente e corridos da plenária. Travassos presidia a mesa mas tinha dois co-presidentes sentados atrás dele vigiando-o, o Arantes da DI-SP e o Soares do POC de Minas Gerais. Colocou-se em votação a proposta um, de “fechar” o congresso e a dois, de mantê-lo “aberto”. Claramente era um enfrentamento entre “eles” e “nós”.

“Levantem as mãos os que apóiam a proposta um”, disse Travassos e eu, que estava no fundo mais alto da plenária pude constatar que ganhamos por boa margem apesar da dificuldade de se checar os votos na obscuridade dos lampiões pendurados. As mãos levantadas na proposta dois confirmaram a minha impressão de vitória mas vi que a mesa do congresso gastava tempo discutindo em vez de proclamar o resultado. Travassos voltou-se para a plenária e disse em tom bem forte: “A mesa avaliou os votos das duas propostas mas não chegou a um acordo sobre o resultado. O Arantes e o Soares acham que foi a proposta dois e eu acho que foi a proposta um”. Foi um tumulto infernal. Esquecemos as regras de segurança que proibiam vaias ou aplausos e a plenária explodiu em protestos contra a mesa. Era evidente que a avaliação geral era que tínhamos ganho e que estávamos sendo lesados no tapetão.

Travassos esperou o tumulto serenar e levantou a mão pedindo silêncio. Era impressionante a força moral do Luiz naquele congresso. Era o único que a plenária respeitava e exigiu que ele retomasse a presidência da mesa a cada vez que o Arantes ou o Soares tentaram assumi-la em rodízio. “Vamos votar por estado. O coordenador de cada bancada chamará a votação e contará os votos. Para não haver confusão os estados vão votar em sucessão e não simultaneamente. Começaremos pelo Rio Grande do Sul”.

Foi interminável mas de cara, o coordenador da bancada gaúcha, José Loguércio, da AP, cantou o resultado para a mesa anotar: “27 a 13, Arantes”. Era o recado dirigido à tentativa de reverter o voto da plenária. Daí para frente vários coordenadores fizeram o mesmo. Se bem me lembro nós só perdemos em S.Paulo e por pouco. Quando a bancada do Rio votou, coordenada pelo Carlos Wainer, o resultado arrepiou o congresso. “45 a 45”, disse o Carlitos meio desapontado pois eles e nós acreditávamos que tinham ampla maioria no estado. Ocorreu que só os militantes mais duros votaram com a orientação da DI-Gb. Chegou-se a pensar que era uma cutucada na candidatura do Dirceu mas o fato é que o Wladimir encarou o desgaste de defender de público a proposta dois e o resultado foi empate. No cômputo final ficamos com mais de 2/3 dos votos e houve quem comemorasse como se eu já estivesse eleito.

Arantes pediu a palavra quando Travassos proclamou o resultado e após vários minutos de apupos ele conseguiu falar: “Na votação eu notei que alguns observadores estavam votando e dei um desconto o que me levou a achar que a proposta dois tinha ganho e ...” não conseguiu terminar com o coro de vaias. A desculpa era pífia e a emenda pior do que o soneto mas ele insistiu elevando a voz: “Um desses observadores que votou irregularmente foi o Guedes”. Zé Luiz quase teve uma apoplexia: “Eu votei? Seu filho da puta, vou te partir a cara”. Zé Luiz ficou inteiramente descontrolado e tentou descer para atracar-se com o Arantes que ria descontraído do efeito da sua provocação. Corri para segurar o Guedes pois a sua reação estava fazendo o que o Arantes queria, distrair todos da tentativa de golpe na votação da plenária. Não foi fácil agarrar o possesso mas Travassos deu a reunião por encerrada e todos se dispersaram. Começamos o congresso com boa situação muito embora isto não garantisse que nos debates sobre temas substantivos do ME teríamos a mesma votação. Mas havíamos quebrado o clima de sectarismo contra nós e revertido contra eles a má vontade dos congressistas. Não era pouco.

Eu não tinha falado na plenária por achar desgastante o debate sobre credenciamento mas me inscrevi para a primeira fala da manhã seguinte e pretendia abrir com a discussão sobre as concepções militaristas que levaram a montar um congresso que parecia um acampamento guerrilheiro de mentirinha. Ia contrapor com a nossa proposta de um congresso aberto no CRUSP e alertar a todos sobre o imenso risco de sermos todos presos e até pior, mortos no mato sem qualquer defesa.

Fui tentar achar algo para comer na escuridão da noite chuvosa e fui abordado por um cara que eu não conhecia e que tinha uma voz rouquíssima inesquecível. Era um jornalista (o único a entrar no congresso) do Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, Eduardo Pinto, o Dudu, de quem fiquei muito amigo ao voltar do exílio 11 anos depois. “Jean Marc? Preciso falar com você, urgente”. Saímos para um lado menos movimentado e ele me mostrou um recorte de jornal. Era do Estado de S.Paulo ou da Folha da Tarde e dizia apenas em uma micro nota: “II Exército iniciará nos próximos dias exercícios de contraguerrilha na região de Ibiúna”. A data era do próprio dia. Olhei para ele perplexo: “Passou isto para a segurança?”. “Eles estão muito seguros de que não haverá repressão”, disse ele. “Não levaram a sério”. Agradei a

informação e procurei o Travassos. Ele conseguira um sanduíche de mortadela não sei como e dividiu comigo. Comi quase em êxtase embora detestasse mortadela, cardápio obrigatório de reuniões clandestinas junto com ovo cozido. Em aparelhos fechados o efeito dos gases decorrentes era mais catastrófico que o estufa para o clima. “Há algo de estranho nesta confiança deles nas condições de segurança mas não há nada que possamos fazer. É melhor tentar dormir pois amanhã será um dia decisivo”. Ele não podia imaginar quão decisivo seria para ele.

Entramos no salão que fervilhava de gente e ouvi uma voz que me chamava no lusco fusco. “Jean, vem para cá que abrimos um espaço para você”. Em um canto do tatame, perto da janela, estavam sentadas de costas contra a parede (uma ótima situação nas circunstâncias) a Guta e a Soninha da Direito da UFRJ e a Suzana da Psicologia, todas três militantes da DI-Gb. A solidariedade carioca foi mais forte que as divergências partidárias e, justiça seja feita, no Rio o clima sempre foi mais companheiro que em S. Paulo ou Pernambuco. Eu e Travassos deitamos esticados, algo impensável nos últimos dias e as 3 puseram as pernas sobre nós protegendo-nos da pressão dos vizinhos. Não deu para ficar excitado com aquelas três companheiras quase deitadas sobre mim, o esgotamento falou mais alto e eu dormi como uma pedra.

Acordei com alguém gritando no escuro. “Travassos, Travassos, onde está você?”

Luiz tinha um sono ainda mais pesado que o meu e nem se mexeu. Sacudi-o com força e ele acordou saindo em seguida acompanhando um dos garotos da segurança. Voltei a dormir até que ele voltou e deu-me o troco arrancando-me dos braços (ou pernas) das meninas da DI.

Eram quase 6 horas da manhã e o comando da AP já esperava completo sob a chuva miúda e interminável. Fomos conversar em um canto da plenária. “A segurança avisou que o congresso vai cair”, disse Luiz, “mas calculam que só chegarão aqui ao meio dia”.

“Como podem saber a hora?”, disse Zé Luiz, intrigado.

“Parece que tem alguém dando informações de dentro da polícia. A questão não é esta mas o que devemos fazer. Eles estão propondo abrir a plenária às 8 horas, avisar que há problemas de segurança mas não dizer que o congresso vai cair para não criar pânico. Para acelerar os procedimentos darão a palavra aos candidatos à presidência para exporem seus programas e passaremos logo à eleição da nova diretoria. Depois disso a segurança retiraria os quadros mais queimados e importantes de cada corrente, num máximo de 100 pessoas. Os outros ficariam e seriam presos. A nova diretoria começaria sua gestão com a luta pela libertação dos presos de Ibiúna.”

“É um golpe para ganharem o congresso”, disse Zé Luiz. “Eles sentiram que perderam o controle depois da plenária de ontem e agora querem precipitar a eleição antes do desgaste aumentar”.

“A única coisa em que eu acredito é que este congresso vai cair, aliás, eu venho dizendo isto há muito tempo. Mas a proposta é inaceitável. Teríamos que enganar os companheiros e fugir deixando-os para serem presos. A desmoralização seria completa. Não podemos aceitar. Proponho que abramos a plenária anunciando a verdade, que o congresso vai cair e que só temos tempo de tirar uns cem. Se a plenária concordar em eleger a nova diretoria e ficar em

massa para ser presa passaremos ao debate e à eleição”, disse eu. “Temos que discutir isto com os nossos aliados, o PCdoB e o PCBR”.

Ficamos de acordo com esta proposta e Luiz foi encaminhá-la para a direção do congresso.

Encontrei a turma do PCBR inteira fazendo uma reunião perto do lago onde eu me banhei todos os gelados dias do congresso. Eram uns 50 e eu chamei o Cândido de lado e informei-o da situação, da proposta deles e da nossa alternativa.

“Isso parece um golpe do Dirceu”, disse o Cândido.

“Pode ser, mas as condições de segurança são mesmo precárias e a queda do congresso é uma forte probabilidade”, disse eu.

Neste momento ecoou um tiro, repercutindo nas colinas ainda envolvidas em névoa.

“E isto, Cândido, é o que?”

“Pode ser um caçador”, disse ele, empalidecendo.

Seguiu-se uma rajada de metralhadora e vimos um bando de soldados fardados com capacetes azuis correndo na direção da cancela da fazenda.

“Vão matar passarinhos assim na puta que os pariu”, disse eu.

Estávamos razoavelmente longe da plenária e da casa, ambas próximas da cancela. Os soldados chegaram atirando por cima das duas mas as balas passavam perto de nós, fazendo barulho nas pedras e no mato.

“Vamos fugir”, gritou Cândido, mas o grupo estava paralisado, abaixando-se para escapar dos tiros. Calculei as minhas chances. Com a notícia trazida pelo Dudu das operações anti-guerrilha do II Exército eu imaginei que estes soldados eram paraquedistas (não sei porque esta hipótese, acho que os capacetes azuis a inspiraram). Pensei que uma operação militar não deixaria de cercar a área e que se entrássemos na mata nos arriscávamos de sermos presos isoladamente e eu temia ser morto se fosse reconhecido. Preferi ser preso junto com os outros e me dirigi devagar para a casa, que ficava no alto de uma colina. O pessoal do PCBR me acompanhou. Encontramos no caminho um dos garotos da segurança com uma pistola na mão perguntando em desespero: “que é que eu faço com isso?”. “Não atire de jeito nenhum. Esconda a arma para vir buscá-la mais tarde”, disse eu. Ele lançou-a no lago e seguiu para a casa da fazenda.

Quando chegamos no sopé da colina um agente a paisana surgiu no alto e ordenou: “levantem as mãos” e escorregou no lameiro deslizando até quase os nossos pés. Deu vontade de rir mas a cara de ódio do homenzinho de arma na mão não dava margem para gracinhas. Ficou coberto de lama e ainda mais bravo, distribuindo coronhadas a torto e a direito.

Na porta da casa os que lá dormiam vinham saindo em pânico, espancados pelos soldados. Foi nesta hora que vi o meu erro. Eram soldados da Força Pública de S.Paulo, não do exército. Havia perdido a chance de correr para o mato pois era claro que não havia cerco ao local. Fomos tangidos para a plenária onde ficamos todos sob a mira das metralhadoras dos

guardinhas e proibidos de falar ou levantar. Travassos e Wladimir chegaram escoltados por outros guardas e ele sentou-se a meu lado dizendo que foram presos tentando correr para o mato. Pouco depois o Dirceu apareceu escoltado por agentes do DOPS que o reconheceram imediatamente. Travassos colocou um cobertor sobre a cabeça como se fosse para se proteger do frio e com isto escapou de ser identificado logo.

Não ouviríamos o Travassos dizer as palavras rituais que iniciavam todos os congressos do ME. “Declaro aberto o Trigésimo Congresso da União Nacional dos Estudantes”. Dirceu e sua turma tinham nos levado ao maior desastre da história da UNE e a vanguarda do ME sairia daí fichada pela polícia, o que facilitou muito a repressão nos anos que se seguiram. O fichário de Ibiúna foi sempre usado para reconhecimento de ativistas e muita gente teve que olhar as fotos sob porrada para reconhecer algum companheiro que seguiu em outras militâncias.

Nunca se soube o que ocorreu nos bastidores da repressão, o porque da inércia da polícia paulista até o ataque à Ibiúna, o significado da nota do exército anunciando manobras anti-guerrilha exatamente naquele local. O mistério ainda não foi desvendado.

Travassos, Dirceu e Wladimir só seriam soltos quase um ano depois, com o seqüestro do embaixador americano. Eu consegui uma fuga quase miraculosa disfarçando-me e misturando-me com os estudantes do Paraná que foram mandados para Curitiba escoltados pelo DOPS de lá. As circunstâncias rocambolescas desta fuga dariam outro longo artigo e não cabem aqui. Zé Luis conseguiu fugir do ônibus que o levava junto com os estudantes de Minas Gerais. Quase todos foram libertados por força dos hábeas corpus e pela imensa mobilização do ME em todo o país, provando que mesmo sem as principais lideranças aquilo era um movimento de massas e capaz de reagir aos golpes recebidos. A consigna inventada naquelas manifestações por um militante anônimo é, até hoje, uma marca da história do ME: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”.

Jean Marc Von der Weid, mais tarde eleito o trigésimo presidente da UNE”

Anexo F – Lista Geral dos Estudantes Presos no XXX Congresso da UNE

Lista Estudantes Presos no XXX Congresso da UNE		
Estado	Nº de delegados	Nomes
Alagoas (AL)	1	1. Selma Bandeira Mendes (AL)
Bahia (BA)	54 1 Morto pela ditadura Militar	1. Aécio Pomponet Sampaio (BA) 2. Aldemar Aguiar (BA) 3. Aldo Carvalho Andrade (BA) 4. Amalio Couto de Araújo Filho (BA) 5. Ana Maria Andrade Miranda (BA) 6. Ana Maria Teresa Fróis Batalha (BA) 7. Ângelo José Leite de Oliva (BA) 8. Antonio de Pádua Angelim (BA) 9. Antonio Sergio Amado Simões (BA) 10. Armando Barreto Rosa (BA) 11. Aurélio Miguel Pinto Doria (BA) 12. Aurivanda Almeida da Silva (BA) 13. Caio César Penna (BA) 14. Carlos Jose Sarno (BA) 15. Carlos Martins Cabral (BA) 16. Carlos Roberto Tibúrcio de Oliveira (BA) 17. Carmem Célia Carneiro de Carvalho (BA) 18. Celso Cotrim Coelho (BA) 19. Cesar José Franco Nobre Martins (BA) 20. Cleilza Pimentel Ferreira (BA) 21. Edegar Alves dos Reis (BA) 22. Eduardo Collier Filho (BA) 23. Eduardo Henrique Saphira Andrade (BA) 24. Eduardo José de Santana (BA) 25. Fernando Antonio Gonzáles Passos (BA) 26. Fernando de Oliveira (BA) 27. Filenon Neto Matos (BA) 28. Isadora Browne Porciúncula de Moraes Ribeiro (BA) 29. Iracema Luiza de Souza (BA) 30. Jacema Elvira de Oliveira Falcon (BA) 31. João Martins da Silva (BA) 32. João Santos Neto (BA) 33. Jurema Augusta Ribeiro Valença (BA) 34. Luiz Arnaldo Souza Magnavita (BA) 35. Luiz Cayres Tunes (BA) 36. Manoel Rocha Mattos (BA) 37. Marcos Paraguaçu de Arruda Camara (BA) 38. Maria Carvalho Machado (BA) 39. Maria Guimarães Sampaio (BA) 40. Maria Liage Santos Rocha (BA) 41. Maria de Lourdes Ferreira (BA) 42. Marie Helena Russi (BA) 43. Mario Rodrigues de Almeida (BA) 44. Myrtes Maria Veja de Mattos (BA) 45. Nilton Gomes Oliveira (BA) 46. Rafael Tavares Correia (BA)

		<p>47. Raimundo Helvécio Almeida Aguiar (BA) 48. Reynaldo Boaventura de Moura (BA) 49. Rogério Cunha Campos (BA) 50. Sergio Soares Dias (BA) 51. Silvio Loureiro (BA) 52. Silvio Roberto Azevedo Ferreira Coelho (BA) 53. Terezinha Martins dos Anjos (BA) 54. Margarida Maria Ribeiro Santos (BA)</p>
Ceará (CE)	29 1 Morto pelo Regime Militar	<p>1. Ângela Sonia Barreto (CE) 2. Aristeo Holanda Filho (CE) 3. Bergson Gurjão de Farias (CE) 4. Charlene Frota Silveira (CE) 5. Cosme Otoni Mesquita Chagas (CE) 6. Deldy Bastos Fortes (CE) 7. Fausto Nilo Costa Junior (CE) 8. Francisco de Assis Costa Aderaldo (CE) 9. Francisco Inácio de Almeida (CE) 10. Francisco Wellington de Andrade (CE) 11. Ielnia Gurjão Farias (CE) 12. Inocência Rodrigues Uchoa (CE) 13. João de Paula Monteiro Ferreira (CE) 14. José Arlindo Soares (CE) 15. José Genoino Neto (CE) 16. José Lydio Araújo Holanda (CE) 17. Lauro Gomes de Oliveira (CE) 18. Marco Antonio de Holanda Penaforte (CE) 19. Marcus Costa Sampaio (CE) 20. Maria Francisca Sales Ribeiro (CE) 21. Maria Rute Barreto Cavalcante (CE) 22. Maria Tereza Cardoso (CE) 23. Mércia de Vasconcelos Pinto (CE) 24. Ozeas Duarte de Oliveira (CE) 25. Pedro de Albuquerque Neto (CE) 26. Raimunda de Oliveira Almeida (CE) 27. Raimundo Ferreira Filho (CE) 28. Rosendo Nelo Correa Lima (CE) 29. Sergio Miranda de Matos Brito (CE)</p>
Distrito federal (DF)	20	<p>1. Aldir Silva de Almeida Nunes (DF) 2. Célia Zanquetta (DF) 3. Fernando Casadei Salles (DF) 4. Fernando José Ferreira de Andrade (DF) 5. Francisco de Assis Chaves Bastos (DF) 6. Francisco Gomes de Sá Júnior (DF) 7. Henrique de Carvalho Matos (DF) 8. Ilacyr Augusto de Souza Oliveira (DF) 9. Jayme Hélio Dick (DF) 10. Joaquim Nobre de Lacerda Neto (DF) 11. Lenine Bueno Monteiro (DF) 12. Luciano Valdevino Benfica (DF) 13. Lucio Flávio Rodrigues de Almeida (DF) 14. Maria do Amparo de Souza Bento (DF) 15. Maria Elizabeth Barbosa de Almeida (DF) 16. Paulo Speller (DF) 17. Reginaldo Seixas Fonteles (DF)</p>

		<ul style="list-style-type: none"> 18. Sônia Hypólito (DF) 19. Yone Maria de Oliveira (DF) 20. Zozima Eunice Monteiro (DF)
Espírito Santo (ES)	11	<ul style="list-style-type: none"> 1. Agis Wilson Macedo (ES) 2. Areovaldo Costa Oliveira (ES) 3. Cesar Ronald Pereira Gomes (ES) 4. Domingos de Freitas Filho (ES) 5. Estela Maria Ouriques da Silva (ES) 6. Iran Caetano (ES) 7. José Antonio Gorza Pignaton (ES) 8. José Honório Machado (ES) 9. Jussara Lins Martins (ES) 10. Luiz Claudio Nogueira Muniz (ES) 11. Marcelo de Almeida Santos Neves (ES)
Guanabara	104 2 mortos pelo Regime Militar	<ul style="list-style-type: none"> 1. Abramo Hefez (GB) 2. Adauni Pessoa (GB) 3. Agostinho José Soares (GB) 4. Alcides Medeiros da Costa (GB) 5. Alexandre Lyra de Oliveira (GB) 6. Ana Bursztin (GB) 7. Ana Maria Raposo de Freitas (GB) 8. Ana Rita Pessoa Pederneiras (GB) 9. Antonio Carlos Nunes Carvalho (GB) 10. Antonio Pádua Costa (GB) 11. Arthur Carlos da Rocha Muller (GB) 12. Augusto César Sales Galvão (GB) 13. Augusto Jose Ariston (GB) 14. Beatriz Helena Verchioro (GB) 15. Bianor Scelza Cavalcante (GB) 16. Carlos Alberto Nascimento Santos (GB) 17. Carlos Bernardo Vainer (GB) 18. Carlos Eduardo Favale de Lyra (GB) 19. Carlos Kieffer Tavares (GB) 20. Celso Aparecido Serafini da Silva (GB) 21. Christina Pinto da Cunha (GB) 22. Cid de Queiroz Benjamin (GB) 23. Clenia Teixeira (GB) 24. Comba Marques Porto (GB) 25. Criméia Alice de Almeida (GB) 26. David Capistrano da Costa Filho (GB) 27. Diva Borges Noronha (GB) 28. Eduardo Alberto Pinto (GB) 29. Eduardo Tavares Homem (GB) 30. Eduardo Willian Cunha Rangel (GB) 31. Ekner David Martins (GB) 32. Elaine Maria Lopes Fontes (GB) 33. Elias Fajardo da Fonseca (GB) 34. Enaldo Pereira Terreão da Costa (GB) 35. Eneida Leal Cunha (GB) 36. Enio Dourado Rodrigues (GB) 37. Fernando de Almeida Sá (GB) 38. Franklin de Souza Martins (GB)

		<p>39. Gilberta Aarão Reis (GB) 40. Giovani Cerri (GB) 41. Humberto Medeiros dos Santos (GB) 42. Irene Loewenstein (GB) 43. Jean Marc Frederic Charles Von der Weid (GB) 44. João Randolfo Rocha (GB) 45. Jorge Raimundo Junior (GB) 46. José Augusto Silva Pereira (GB) 47. José Carlos Avelino da Silva (GB) 48. José Carlos Dias de Oliveira (GB) 49. José Carvalho de Noronha (GB) 50. José Domingos Teixeira Neto (GB) 51. José Eugenio Leal (GB) 52. José Lúcio de Arruda Gomes (GB) 53. José Maurício Gradel (GB) 54. José Maurílio Patrício (GB) 55. Jovanildo Gilberto Savastano (GB) 56. Júlio Celso Lima Seixas (GB) 57. Jussara Ribeiro de Oliveira (GB) 58. Leda Maria Marques Soares (GB) 59. Lucia Maria Murat Vasconcelos (GB) 60. Lucia Maria Peres da Costa (GB) 61. Luiz Maganine (GB) 62. Luiz Raul Dodsworth Machado (GB) 63. Luiz Rodolfo de Barros Correia Viveiros de Castro (GB) 64. Manoel Rodrigues Duarte Silva (GB) 65. Marco Antonio Machado Melo (GB) 66. Marco Aurélio Borba (GB) 67. Marco Aurélio da Silva Guimarães (GB) 68. Marcus Vinicius Toledo Ribeiro (GB) 69. Maria Augusta Carneiro Ribeiro (GB) 70. Maria Helena Malta Resende (GB) 71. Maria Lucia Ribeiro Ratto (GB) 72. Maria Lucia Wendel de Cerqueira Leite (GB) 73. Maria Valderez Coelho Sarmento da Paz (GB) 74. Maria Virginia Valiante Alves (GB) 75. Milton Nahon (GB) 76. Milton Reynaldo Flores de Freitas (GB) 77. Miramar da Costa Correia (GB) 78. Nina Maria Rangel Whinger (GB) 79. Norma Maria Josefina Pesce (GB) 80. Olympio Rodrigues Pimentel Netto (GB) 81. Oswaldo Cido Nunes da Cunha (GB) 82. Pedro Spindola Moreira Filho (GB) 83. Raimundo José Barros Teixeira Mendes (GB) 84. Reinaldo Felipe Nery Guimarães (GB) 85. Reinaldo Raimundo do Nascimento (GB) 86. Ricardo José Tollendal (GB) 87. Ricardo de Melo Cabral (GB) 88. Roberto Menkes (GB) 89. Ruben Campos Grillo (GB) 90. Rubem Ferreira da Silva Junior (GB) 91. Sergio de Faria Pinho (GB)</p>
--	--	---

		<p>92. Sergio Rubens de Araújo Torres (GB) 93. Silvio Frank Alen (GB) 94. Sônia Coelho de Magalhães Gomensoro (GB) 95. Sonia Regina Yessin Ramos (GB) 96. Sonia Rosada Theme (GB) 97. Teodoro Buarque de Holanda (GB) 98. Valdiney Cesário Ferreira (GB) 99. Valter Pires Pereira (GB) 100. Waldemar Tebaldi Filho (GB) 101. Waldir Eronildes de Souza (GB) 102. Walmir Andrade Oliveira (GB) 103. Wladimir Gracindo Soares Palmeira (GB) 104. Yanara Pinheiro da Silva (GB)</p>
Goiás (GO)	15	<p>1. Ademar Alvarenga Prado (GO) 2. Antonio de Oliveira Dutra (GO) 3. Artur Carvalho Neto (GO) 4. Carlos Alberto Guimarães (GO) 5. Gileno Cerqueira Soares Palmeira (GO) 6. Gilvan Neiva Fonseca (GO) 7. Helio Fausto Carrijo (GO) 8. Márcia Vera Vasconcelos (GO) 9. Maria Divina das Graças Cunha (GO) 10. Maria da Glória Araújo Ferreira (GO) 11. Milton Divino Muniz (GO) 12. Túlio Ostilio Vieira (GO) 13. Vadil Rodrigues (GO) 14. Vanderlan Antonio de Araújo (GO) 15. Wellington Cortes (GO)</p>
Maranhão	3	<p>1. José Augusto Mochel (MA) 2. Manuel Marco Ventura Campos dos Santos (MA) 3. Maria das Graças Ferno Baima Pereira (MA)</p>
Minas Gerais (MG)	82 3 mortos pelo Regime Militar	<p>1. Alceu Antonio da Costa (MG) 2. Aluisio Eustáquio de Freitas Marques (MG) 3. Ana Maria Mendes (MG) 4. Antonio Carlos de Castro (MG) 5. Antonio Divino Moura (MG) 6. Antonio Lázaro Rodrigues (MG) 7. Antonio de Paula Machado (MG) 8. Arleti Diniz Campo Lima (MG) 9. Arlinda Lima da Costa (MG) 10. Arquimedes Cartulides (MG) 11. Cantidio Bretãs Magamini (MG) 12. Carlos Alberto Arante Fernandes Távora (MG) 13. Carlos Augusto Junqueira Henrique (MG) 14. Carlos Wolney Soares (MG) 15. Carmem Maria da Conceição (MG) 16. Cássio Rogério Ramos (MG) 17. Cesar Epitácio Maia (MG) 18. Dalvo Cardoso de Oliveira (MG) 19. Danilo Carata (MG) 20. Cemerval da Silva (MG) 21. Edson Gonçalves Soares (MG)</p>

		22. Elias Antonio Jorge (MG) 23. Elizabeth Schmidt de Andrade (MG) 24. Elza Pereira (MG) 25. Enio Antonio Diniz Dutra (MG) 26. Eumar Prottis (MG) 27. Gilberto Martins Vasconcelos (MG) 28. Gildásio Westin Conzenza (MG) 29. Gildo Macedo Lacerda (MG) 30. Mailton Curi (MG) 31. Irani Martins Parreira (MG) 32. Jaime Petit da Silva (MG) 33. João Álvaro de Oliveira (MG) 34. João Batista dos Mares Guia (MG) 35. Jorge Batista Filho (MG) 36. José Antonio Gonçalves Duarte (MG) 37. José Carlos Novais da Mata Machado (MG) 38. José Diniz Moreira (MG) 39. José Gomes de Paula Filho (MG) 40. José Jader da Silva (MG) 41. José Norberto Ataíde Mota (MG) 42. Jurany Castro Rezende Andrade (MG) 43. Lais Soares Pereira (MG) 44. Lucimar Belo Parreira (MG) 45. Luiz Fernando Borges de Oliveira (MG) 46. Luiz José de Macedo (MG) 47. Luiz Sergio Fonseca Soares (MG) 48. Manoel Seito (M Marco G) (MG) 49. Manoel da Silva Costa Junior (MG) 50. Manuel Tolentino Filho (MG) 51. Marcos Silvio Pinheiro (MG) 52. Marcos Wilson (MG) 53. Maria Lucia Santos Resende (MG) 54. Maria Luiza Rodrigues (MG) 55. Marília Pires Fernandes (MG) 56. Marília da Silva Costa (Andrade) (MG) 57. Mauro Mendes Braga (MG) 58. Max Botelho Victor Rodrigues (MG) 59. Newton Miranda Sobrinho (MG) 60. Olavo Junqueira de Andrade (MG) 61. Paulo Roberto de Magalhães (MG) 62. Paulo Telles da Silva (MG) 63. Pedro Luiz Matos Giovannini (MG) 64. Rafael Arcuri Neto (MG) 65. Reinaldo Joaquim Ferreira (MG) 66. Reinaldo do Carmo Neves (MG) 67. Renato Alves do Valle (MG) 68. Ricardo Fontes Cintra (MG) 69. Ricardo LuizCarvalho Gottard (MG) 70. Ricardo Samuel Lana (MG) 71. Romualdo Francisco Damaso (MG) 72. Ronald de Oliveira Rocha (MG) 73. Rosa Maria Nassif de Mesquita (MG) 74. Sálvio Moreira Penna Franco (MG) 75. Sergio de Moraes Elias (MG)
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> 76. Sergio Roberto Costa (MG) 77. Silvio Rodrigues Moura (MG) 78. Terezinha de Jesus Peixoto (MG) 79. Verônica Aguiar dos Santos (MG) 80. Wagner Correia de Oliveira (MG) 81. Wagner Raggi (MG) 82. Waldo Silva (MG)
Pará (PA)	3	<ul style="list-style-type: none"> 1. Arnaldo Barreto Almeida (PA) 2. Nelson Mozachi (PA) 3. Vanilson Ferreira Hesket (PA)
Paraná (PR)	43 1 Morto pelo Regime Militar	<ul style="list-style-type: none"> 1. Alcides Vitor de Carvalho (PR) 2. Aldo Lopau (PR) 3. Alvin de Souza Melo (PR) 4. Ana Maria da Costa (PR) 5. Antonio Araújo Santos (PR) 6. Antonio João Manfio (PR) 7. Antonio de Oliveira Munhoz (PR) 8. Antonio Três Reis de Oliveira (PR) 9. Arlindo Jaga Fávero (PR) 10. Artur Lourenço Mourão Mittelbach (PR) 11. Berto Luiz Curvo (PR) 12. Carlos Cruz (PR) 13. Carlos Eduardo Lourenço Jorge (PR) 14. Cecília Sanches de Cristi – Garçonni (PR) 15. Célio Marzi Lanzi (PR) 16. Charles Champion Junior (PR) 17. Dácio Villar (PR) 18. Deslandir Torres (PR) 19. Divonisia Lopes Beloto (PR) 20. Elizabeth Franco Fortes (PR) 21. Eloi Alfredo Pieta (PR) 22. Gilberto Bueno Coelho (PR) 23. Hamilton Cezar Vieira de Camargo (PR) 24. Hélio Urnau (PR) 25. Inácio da Silva Mafra (PR) 26. João Bonifácio Cabral Junior (PR) 27. José Gaspar da Cruz (PR) 28. José Lourival Ditzel Gobbo (PR) 29. Licínio Lima (PR) 30. Lone Meyer (PR) 31. Luiz Jóia Delfino (PR) 32. Mario Oba (PR) 33. Nelson Pietrobom de Souza Gomes (PR) 34. Neri Gogo (PR) 35. Oriovisto Guimarães (PR) 36. Orlando Pilati (PR) 37. Palmira Amâncio da Silva (PR) 38. Paulo Sakai (PR) 39. Renato Good Camargo (PR) 40. Roberto Nascimento (PR) 41. Romeu Bertol (PR) 42. Stenio Sales Jacob (PR) 43. Vitorio Sorotik (PR)
Paraíba (PB)	23	<ul style="list-style-type: none"> 1. Aloísio Muniz de Aquino (PB)

	<p>1 morto pelo Regime Militar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 2. Cacilda de Castro (PB) 3. Carlos Alberto Nunes Marinho (PB) 4. Claudio Américo de Figueiredo Porto (PB) 5. Eraldo Fernandes dos Santos (PB) 6. Everardo Nóbrega de Queiroz (PB) 7. Getulio Bezerra Castro (PB) 8. Heloísa Jerônimo Leite (PB) 9. João Roberto Borges de Souza (PB) 10. José de Arimatéia Bezerra de Lima (PB) 11. José Ferreira da Silva (PB) 12. Jureni Machado Bittencourt Pereira (PB) 13. Leda Rejane Pereira do Amaral (PB) 14. Luiz Sergio Gomes de Matos Silveira (PB) 15. Maria de Fátima Mendes da Rocha (PB) 16. Maria Nazaré Coelho (PB) 17. Maria do Socorro Moraes (PB) 18. Maria do Socorro Pessoa (PB) 19. Maura Pires Ramos (PB) 20. Rubens Pinto Lira (PB) 21. Silvio Roberto Teixeira Barreira (PB) 22. Vicente Antonio da Silva (PB) 23. Willians Capim de Miranda (PB)
<p>Pernambuco (PE)</p>	<p>40 2 mortos pelo Regime Militar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ademir Alves de Melo (PE) 2. Airton José de Lima (PE) 3. Alberto Romeu Gouveia Leite (PE) 4. Antonio Batista da Silva (PE) 5. Antonio Fabio Mariz Maia (PE) 6. Arnou de Holanda Cavalcante (PE) 7. Candido Pinto de Melo (PE) 8. Carmem de Castro Chaves (PE) 9. Francisco Flávio Modesto do Andrade (PE) 10. Francisco Torres Martins (PE) 11. Gerusa Genner Rosas (PE) 12. Guilhermina de Souza Bezerra (PE) 13. Hugo Farias Ramos (PE) 14. Jader Nunes de Oliveira (PE) 15. José Gomes de Lima Filho (PE) 16. José Luiz de Oliveira (PE) 17. José Tomaz da Silva Nono Neto (PE) 18. Juares José Gomes (PE) 19. Luciano Correa de Araujo (PE) 20. Luiz Augusto Pontual (PE) 21. Manoel Fernando de Brito Figueiredo (PE) 22. Marcos Antonio Tavares Marinho (PE) 23. Marcos José Burle de Aguiar (PE) 24. Marcus Vinicius Oliveira de Ataíde (PE) 25. Maria Luzinette de Lima (PE) 26. Maria Tereza Costa Sales de Melo (PE) 27. Marta Maria Henrique da Silva (PE) 28. Miguel Ramos Rodrigues (PE) 29. Netovitc Maia Duarte (PE) 30. Paulo Henrique Muniz Maciel (PE) 31. Paulo Santos Carneiro (PE) 32. Ransia Alves Rodrigues (PE)

		<ul style="list-style-type: none"> 33. Ricardo José Delgado Noblat (PE) 34. Romildo Rangel do Rego Barros (PE) 35. Umberto de Albuquerque Câmara Neto (PE) 36. Valfrido Carneiro da Cunha Miranda (PE) 37. Valmir Costa (PE) 38. Vera Maria Martins de Albuquerque (PE) 39. Vera Maria da Rosa Borges (PE) 40. Vicente de Paulo Cunha Braga (PE)
Piauí (PI)	1	1. Antonio Jose Castelo Branco Medeiros (PI)
Rio Grande do Sul (RS)	39	<ul style="list-style-type: none"> 1. Alceu Flores (RS) 2. Ana Maria Gutierrez Silveira (RS) 3. Antenor Ribeiro (RS) 4. Antonia Mara Viera Loguércio (RS) 5. Antonio Augusto Lima de Souza (RS) 6. Arceu Rego Santarém (RS) 7. Atanásio Orth (RS) 8. Carlos Alceu Machado (RS) 9. Claudio Valentin Troian (RS) 10. Ernesto de Melo Levy (RS) 11. Francisco Carlos Vélez Gonzales (RS) 12. Gemma Zorzi (RS) 13. Gilberto de Oliveira Borges (RS) 14. Heloisa de Sá Leite Guimarães (RS) 15. Ivaldino Antonio Tasca (RS) 16. Jarbas Pires Machado (RS) 17. João Antonio Arnoud Herédia (RS) 18. João Glauveci Belhier Muricci (RS) 19. José Antonio Gomes Pinheiro Machado (RS) 20. José Declero Pedrotti (RS) 21. José Vieira Loguércio (RS) 22. Juvêncio Mazzarollo (RS) 23. Leo Afraneo Hartmann (RS) 24. Luiz Carlos Prado (RS) 25. Mara Pinheiro Caruccio (RS) 26. Marlene do Amaral Simonetti (RS) 27. Marlene Crespo Fusser (RS) 28. Mauro Ribeiro Anato (RS) 29. Nelson Piletti (RS) 30. Newton José Lopes Branchi (RS) 31. Nilton Banalis dos Santos (RS) 32. Paulo Renato de Aguiar Maia (RS) 33. Paulo de Tarso Carneiro (RS) 34. Paulo Walter Radtke (RS) 35. Raul Jorge Aglada Pont (RS) 36. Vera Zuma Arosti Guy Estrazulas (RS) 37. Victor Hugo Sperb (RS) 38. Willi Alberto Branks Dal Zot (RS) 39. Zeferino Pedro Sachet (RS)
Rio de Janeiro (RJ)	19 1 Morto pelo Regime Militar	<ul style="list-style-type: none"> 1. Carlos Jardel de Souza Leal (RJ) 2. Carlos Otavio Camacho de França (RJ) 3. Clarice Chonchol (RJ) 4. Eduardo Henrique de Castro Araújo (RJ) 5. Eliane Gonzaga Negreiros (RJ) 6. Fernando Tavares Pereira (RJ)

		<ol style="list-style-type: none"> 7. Ivan Mota Dias (RJ) 8. José da Silva Vaz Neto (RJ) 9. Katia Maria Lima Gonçalves Campos (RJ) 10. Lielson Veiga Borges (RJ) 11. Luiz Carlos Diniz de Freitas (RJ) 12. Luiz Fernando Seixas de Oliveira (RJ) 13. Mario Ferreira de Aguiar Filho (RJ) 14. Marlos Bessa Mendes da Rocha (RJ) 15. Nelson de Sá Malheiros Souto Maior Junior (RJ) 16. Ronaldo Dutra Machado (RJ) 17. Sebastião Carlos Velasco Cruz (RJ) 18. Sergio Dario Seibel (RJ) 19. Sergio Smolentzov (RJ)
Rio Grande do Norte (RN)	5	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dermi Azevedo (RN) 2. Gileno Guanabara de Souza (RN) 3. Jaime Ariston de Araújo Sobrinho (RN) 4. João Maria Ruivo (RN) 5. José Rocha Filho (RN)
Santa Catarina (SC)	15	<ol style="list-style-type: none"> 1. Celso Pereira de Souza (SC) 2. Derlei Catarina de Luca (SC) 3. Edson Adrião Andrino de Oliveira (SC) 4. Etny Amaro Lorenzi Filho (SC) 5. Francisco Canola Teixeira (SC) 6. Geronimo Wanderley Machado (SC) 7. Gilda Laus (SC) 8. Marian Getúlio Kalinoski (SC) 9. Munir Chamone (SC) 10. Paulo Joaquim Alves (SC) 11. Roberto João Motta (SC) 12. Rosemarie Cardoso (SC) 13. Sebastião Hulse (SC) 14. Valmir Martins (SC) 15. Vladimir Salomão do Amarante (SC)

<p>São Paulo (SP)</p>	<p>199 10 mortos pelo Regime Militar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abel Bella (SP) 2. Abelardo Blanco Figueiras (SP) 3. Abrão Bernardo Frajman (SP) 4. Adilson Monteiro Alves (SP) 5. Alberto Collier Andréa (SP) 6. Alcides Yokimitsu Namizuca (SP) 7. Álvaro Roberto Margarido Pires (SP) 8. Álvaro Villela de Moraes (SP) 9. Américo Antonio Flores Nicollati (SP) 10. Ângela Maria Mendes de Almeida (SP) 11. Antonio Cyro Junqueira de Azevedo (SP) 12. Antonio Fernando Vieira de Paiva (SP) 13. Antonio Ferreira de Melo Neto (SP) 14. Antonio Gabriel Barbosa (SP) 15. Antonio Garcia de Medeiros (SP) 16. Antonio de Gouveia Junior (SP) 17. Antonio Oscar Fabiano Campos (SP) 18. Antonio Ozzetti Neto (SP) 19. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas (SP) 20. Adezia Frant Lenti (SP) 21. Augusto César Petta (SP) 22. Aylton Adalberto Mortati (SP) 23. Azael Rangel Camargo (SP) 24. Beatriz Helena Morão (SP) 25. Benedito Fernandes Duarte (SP) 26. Brasil de Oliveira (SP) 27. Braz Elmo Junior (SP) 28. Caiuby Vieira Eugenio (SP) 29. Carlos Afonso de Negrais Brizolla (SP) 30. Carlos Alberto Afonso (SP) 31. Carlos Augusto de Lima Neto (SP) 32. Carlos Eduardo de Queiroz (SP) 33. Carlos Henrique Barbosa Nunes (SP) 34. Carlos Henrique Mesquita (SP) 35. Carlos Leopoldo Teixeira Paulino (SP) 36. Carlos Lichsztejn (SP) 37. Caterina Koltai (SP) 38. Celso Nespoli Antunes (SP) 39. Cesar Antunes de Freitas (SP) 40. Chake Ekizian (SP) 41. Cinclair Guimarães (SP) 42. Cirton Genaro (SP) 43. Devancyr Aparecido Romão (SP) 44. Divalti Garcia Figueira (SP) 45. Djalma Elias Rochel (SP) 46. Domingos Figueiredo Esteves Guimarães (SP) 47. Edson Correa da Silva (SP) 48. Equiria Elizabeth dos Santos (SP) 49. Etelvino José Henrique Bechara (SP) 50. Fernando Antonio Costa Carvalho (SP) 51. Fernando di Giorgi (SP) 52. Fernando Luiz Cordeiro (SP) 53. Fernando Marinho Falcão (SP) 54. Flavio Diniz Fontes (SP)
-----------------------	---	---

		55. Flavio Monteiro de Melo (SP) 56. Francisco José Prado Novaes (SP) 57. Francisco de Sales Gadelha de Oliveira (SP) 58. Fucio Murakami (SP) 59. Galib Jorge Tannuri (SP) 60. George Bordokan (SP) 61. Gonzalo Pastor Castro Barreda (SP) 62. Helena Costa Lopes (SP) 63. Helena Sumiko Hirata (SP) 64. Helenira Resende de Souza Nazareth (SP) 65. Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa (SP) 66. Igos Sergio Prujanski (SP) 67. Irai Barianti Camargo (SP) 68. Irene Cortina (SP) 69. Ivo Malerba (SP) 70. Ivone Castilho Benedetti (SP) 71. Izabel Perón Andrade (SP) 72. Jair Chion (SP) 73. Jihad Latif Bordokan (SP) 74. João Batista Guimarães Teixeira (SP) 75. João Batista de Souza Santos (SP) 76. João Evangelista Nogueira Neto (SP) 77. João Mauro Borschero (SP) 78. Jonas Nilson da Mata (SP) 79. Jorge Hamilton Haidar (SP) 80. José Antonio Adura Miranda (SP) 81. José Antonio de França (SP) 82. José Antonio Pizzori Trombe (SP) 83. José Benedito Pires TRindade (SP) 84. José Carlos Tartaglia (SP) 85. José Dirceu de Oliveira e Silva (SP) 86. José Eduardo de Passos Jorge (SP) 87. José Eli Savoia da Veiga (SP) 88. José Fernando Bressito Motta (SP) 89. José Lima Neto (SP) 90. José Luiz Novaes de Lima (SP) 91. José Maris (SP) 92. José Mentor Guilherme de Mello Netto (SP) 93. José Miguel Martins Veloso (SP) 94. José Hurari Bovo (SP) 95. José Orlando Portugal Dante (SP) 96. José Pereira de Abreu Júnior (SP) 97. José Roberto Arantes de Almeida (SP) 98. José Roberto Onofrillo Marti (SP) 99. José Roberto Pires (SP) 100. José Roberto Rogero (SP) 101. José da Silva Marreco Filho (SP) 102. José Wilson Lessa Sabag (SP) 103. Josefa Mendes Thepode (SP) 104. Júlio Penin Santos (SP) 105. Jon Nakabayashi (SP) 106. Jurandir Antônio (SP) 107. Kiyoshi Rachi (SP) 108. Ladislau Ruy Aungar Glauziuz (SP)
--	--	--

		109. Lairton Rofrigues de Oliveira (SP) 110. Lauriberto José Reys (SP) 111. Lauro Pacheco de Toledo Ferraz (SP) 112. Leda Maria Caira Gitane (SP) 113. Leonel Itaussu Almeida Mello (SP) 114. Leopoldo da Silva Castro (SP) 115. Letícia Benedita Nalesco Lemos (SP) 116. Lucia do Amaral Lopes (SP) 117. Lucia Regina Martins de Souza (SP) 118. Luiz Antonio Grandi da Silva Figueiredo (SP) 119. Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos (SP) 120. Luiz Carlos Alex Alves (SP) 121. Luiz Carlos de Freitas (SP) 122. Luiz Carlos Di Sessa Felippetti (SP) 123. Luiz Carlos de Toledo (SP) 124. Luiz Eduardo Almeida Curti (SP) 125. Luiz Eduardo da Rocha Merlini (SP) 126. Luiz Felipe Rattton Mascarenhas (SP) 127. Luiz Fernando Beraldo Pereira (SP) 128. Luiz Gonzaga de Almeida (SP) 129. Luiz Gonzaga Travassos da Rosa (SP) 130. Luiz Henrique Perez (SP) 131. Marcia Evanilde Protetti (SP) 132. Marcio Beck Machado (SP) 133. Marcos Aurélio Ribeiro (SP) 134. Marcos Zanaga Trape (SP) 135. Margarida Portella Soleno (SP) 136. Maria Augusta Thomaz (SP) 137. Maria Beatriz Costa Abramides (SP) 138. Maria Lia Tida (SP) 139. Maria Regina Sampaio Terra (SP) 140. Maria Rosaly Cardeal de Carvalho (SP) 141. Mario Luiz Thompson de Carvalho (SP) 142. Mauricio Candido de Souza Dias (SP) 143. Miguel Ângelo Brondi (SP) 144. Milton Dotta (SP) 145. Mirna Terezinha Rossi Rego (SP) 146. Neide Regina Cousin (SP) 147. Newton Virando Basile (SP) 148. Neyri Costa Primo (SP) 149. Nilo de Souza Martins (SP) 150. Oliver Simoni (SP) 151. Omar Laind (SP) 152. Orlando Hernandez Lopes (SP) 153. Oscar Augusto de Faria (SP) 154. Oscar Augusto Guelli Neto (SP) 155. Osmar Victorino Junior (SP) 156. Osmar de Paula Leite (SP) 157. Oswaldo Francisco Noce (SP) 158. Paulo Pacheco de Toledo Ferras (SP) 159. Paulo Roberto Campanário (SP) 160. Paulo Takeda (SP) 161. Pedro Rocha Filho (SP) 162. Percival Menon Maricato (SP)
--	--	---

		<p>163. Primo Alfredo Brandmiller (SP) 164. Ranon Varela (SP) 165. Regina Elza Solitrenick (SP) 166. Reinaldo Morano Filho (SP) 167. Renato Hermann Fragnkel (SP) 168. Ricardo José Pfister (SP) 169. Roberto Pinheiros Benevides (SP) 170. Roberto Ricardo Como (SP) 171. Rodolfo Dias Barzaghi (SP) 172. Romualdo Homobono Paes de Andrade (SP) 173. Rosa Maruzo Tane (SP) 174. Rosangela Maria Gonçalves (SP) 175. Rubens Pereira dos Santos (SP) 176. Rubens Schmidt Werner (SP) 177. Ruy Carlos Vieira Berbert (SP) 178. Sergio Cardoso (SP) 179. Sergio Cardoso (SP) 180. Sergio de Melo Scheider (SP) 181. Suely Bastos (SP) 182. Tito Alencar de Lima (SP) 183. Tomas Torgni Tarquínio (SP) 184. Ubiratan Vieira Eugênio (SP) 185. Valentim Baccarin (SP) 186. Vera Lúcia Morão (SP) 187. Victor Augusto Petrucchi (SP) 188. Victor Luiz Oliveira Mayer (SP) 189. Vilmar Amaro (SP) 190. Waldy Nogueira Lima (SP) 191. Walter Aparecido Cover (SP) 192. Walter Stevanato Vuolo (SP) 193. Walderlon Cayres Pinto (SP) 194. Willian Martani (SP) 195. Wilma Dias Barzaghi Tolo (SP) 196. Wilson Campos Vieira (SP) 197. Wlademir João Tadei (SP) 198. Yara Regina Gouveia (SP) 199. Yosef Kuchnir (SP)</p>
Sergipe	10	<p>1. Antonio Vieira da Costa (SE) 2. Benedito de Figueiredo (SE) 3. Elze Maria dos Santos (SE) 4. Janete Correa de Melo (SE) 5. João Augusto Gama da Silva (SE) 6. João Bosco Rolemberg Cortes (SE) 7. José Alves do Nascimento (SE) 8. José Jacob Dias Polito (SE) 9. Laura Maria Tourinho Ribeiro (SE) 10. Wellington Dantas Nogueira Marques (SE)</p>
Outra Nacionalidade - Argentina	1	<p>1. Juan Antonio Sander (ARG)</p>
Origem não identificada	2	<p>1. José Silvério Peixoto Guimarães 2. Luiz Lotfallani Miziara (MB)</p>

Fonte: SEDH – Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008

Anexo G – Folhetos de divulgação de eventos comemorativos sobre 1968.

As figuras a seguir mostram apenas alguns dos muitos eventos comemorativos dos 40 anos de 1968, bem como a diversidade desses eventos, que iam de festas a mostras de cinema, exposições, debates, simpósios, lançamentos de livros, mostras de artes cênicas, entre outros. Podemos perceber também que o interesse no signo de 1968, expresso em tais eventos, vai dos atores do Movimento Estudantil e/ou posteriormente da luta armada, universidades, centros de promoção cultural e empresas privadas.



Figura 1. Folder de evento fechado a convidados, em sua maioria os próprios participantes do ME – 1968.



Figura 2. Folder Exposição “A imaginação da liberdade”

* O evento também associa o signo de 68 ao signo recém criado, o dos “40 anos” que relembram, contam e revivem o Movimento Estudantil do período.



www.petrobras-sispq.com.br | Ruth Tenor

68

eles que amavam tanto a revolução

Petrobras, Fundação Roberto Marinho, União Nacional dos Estudantes e Museu da República convidam para a inauguração da exposição “68: eles que amavam tanto a revolução”

3 de julho de 2008, às 19h no Museu da República

Rua do Catete, 153 | 2º andar | Catete - Rio de Janeiro, RJ

Às 20h, sessão especial dos documentários “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” e “O afeto que se encerra em nosso peito juvenil”, de Silvio Tendler, no cinema Espaço Museu da República. Sujeito à lotação da sala.

Indispensável a confirmação de presença pelo telefone 21 2293-6522 ou pelo e-mail eventos@frm.org.br

PATROCÍNIO:



PARCERIA:



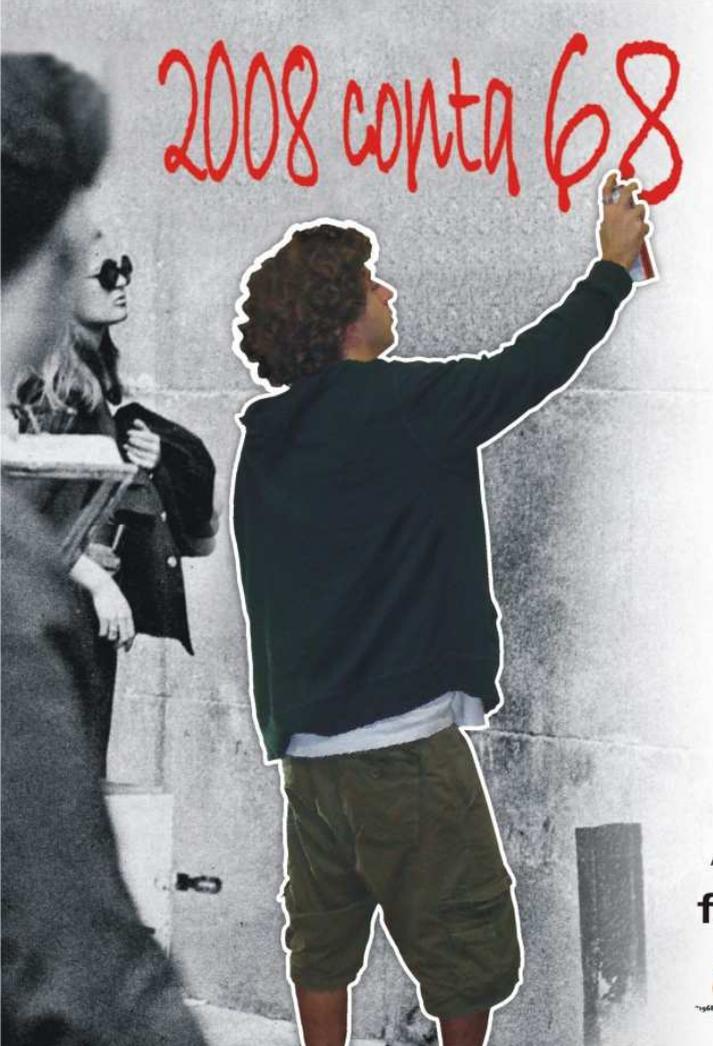
Figura 3. Folder Exposição “68: eles que amavam tanto a revolução”*

*Exposição de filmes e documentários sobre 1968.



Figura 4. Folder Seminário “Cidade e Insurgência”*

*Promovido pelos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, o evento se destinava a discutir como o novo contexto de “urbanidade” e de movimentos sociais urbanos, que surgia nos anos 60 se relacionava com as manifestações estudantis de 1968.



CAIXA CULTURAL

A Caixa Cultural têm o prazer de convidar para a inauguração da:
MOSTRA DE ARTES CÊNICAS
"2008 CONTA 68"

Quinta-feira, 18 de Dezembro de 2008, às 19 h,

CAIXA CULTURAL

Av. Almirante Barroso, 25 - Centro - Rio de Janeiro RJ

Patrocínio

CAIXA BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Apoio

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

JB
CPD/Doc

IBR

MUSEU DA IMAGEM
E DO SOM DO RIO DE JANEIRO

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

E-RESCOM UFRJ

UFRJ

Fundação Universitária
José Bonifácio

40
de
68
"1968 a Imaginação
da Liberdade"

UFRJ

68
L'ESPÉRANCE
& RÉVOLUTION

68
L'ESPÉRANCE
& RÉVOLUTION

o Grão-leão
Plan Especialista

MAGNIFICA

RUPO

ARCA MUSEUM NATURAL

Figura 5: Folder da Mostra de Artes Cênicas “2008 conta 68”*

* Um dos eventos que não foi promovido por universidades ou antigos atores de 1968, mas que sintetiza em seu nome o conceito-chave das comemorações ao longo do ano: a compreensão de 1968 *a partir* dos elementos, olhares e contextos presentes em 2008, ou seja, um trabalho que procurava a reinterpretação, e não apenas recontar os fatos.

“ Talvez o mundo não tenha mudado como sonhamos os milhões de jovens, e outros nem tanto, que colorimos as ruas e praças das cidades de todo o mundo. Mas as marcas destes sonhos e esperanças permanecem, indelévels, presentes entre nós. ”

COORDENAÇÃO GERAL
Carlos Vainer

COORDENAÇÃO DE EXPOSIÇÃO
José Gradel

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Gaby de Saboya

IDENTIDADE VISUAL
Rafael Fortini

Velso Ribas (in memoriam)

40 anos de 68
de 8 a 21 de Dezembro de 2008

Local: Palácio Gustavo Capanema
Rua da Imprensa, 16 - Centro, Rio de Janeiro

funarte Ministério da Cultura **BRASIL** GOVERNO FEDERAL

Fundação Universitária José Bonifácio **CAIXA CULTURAL**

UFRJ **CoordCOM UFRJ** **UFRJ**

www.40anosde68.ufrj.br
ENTRADA FRANCA

40 anos de 68
Relembrar, Celebrar e Entender
de 8 a 21 de Dezembro 2008

de 10 às 18 horas
Exibição das exposições:
"68/Utópicos e Rebeldes", (organizada pelo MinC)
"1968: a imaginação da liberdade" (organizada pela UFRJ)

Ciclo de Conferências
1968 faz 40 anos: memória e história
Coordenação: Prof. Daniel Aarão Reis
17h30 às 20h

08 de dezembro: Daniel Aarão Reis, visão panorâmica
11 de dezembro: Janaina Martins: 68 e a França
15 de dezembro: Angelo Segrillo: 68 e o mundo socialista
16 de dezembro: Rodrigo Farias: 68 e os EUA
17 de dezembro: Vladimir Palmeira, 68 e o Brasil

Será conferido Certificado NEC/UFRJ aos alunos com 80% ou mais de frequência nas aulas.

Mesa Redonda
1968: AS LUTAS NO CAMPO

Ligas camponesas, associações de lavradores e sindicatos de trabalhadores rurais foram objeto de pesada repressão quando do golpe militar de 1964. As ligas e associações foram fechadas, os sindicatos sofreram intervenções do Ministério do Trabalho. Perseguições a dirigentes, prisões, torturas e assassinatos também ocorreram. O alcance e a violência desse processo fizeram com que se firmasse, sobretudo nos grandes centros, a idéia de que as lutas camponesas desapareceram com a implantação da ditadura. Mas a realidade foi outra: mesmo reprimidas, as lutas continuaram a ter lugar. Em 1968, enquanto os estudantes protestavam nas ruas dos grandes centros, os trabalhadores do campo retomavam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), abrindo novas perspectivas de luta, que iriam desembocar nas grandes greves e nas mobilizações por terra do início dos anos 80.

ABERTURA: Apresentação do Coordenador do Evento, Prof. Moacir Palmeira (PPGAS – MN – UFRJ) – (12/12/2008, 14h30)

GUIA DE PROGRAMAÇÃO

As mesas-redondas se propõem a reconstituir, através do relato de lideranças da época, o que foram esses processos:

MESA 1: Como lutavam os trabalhadores rurais em 1968?
(12/12/2008, 14h45 às 17h)
Coordenação: Prof. Leonilde Medeiros (CPDA – UFRJ)

Participantes:
Euclides de Almeida Nascimento: fundador do STR de Nazaré da Mata e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE)
Sebastião Antonio Santiago: delegado sindical em Palmares, coordena as lutas dos trabalhadores da cana de açúcar na zona da mata sul de Pernambuco.
Bráulio Rodrigues da Silva: um dos principais líderes das lutas por terra dos camponeses do Rio de Janeiro nos anos 50 e 60.
Rosa Geralda da Silveira: filha de uma família de posseiros (municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro), lidera a luta contra os grileiros a partir dos anos 60.
Manuel da Conceição: líder dos posseiros de Pindaré-Mirim, Maranhão, funda o sindicato do município em 1962.

INTERVALO (17h às 17h30):
Lançamento do CD "Lutando e Cantando"
Lançamento do livro "Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense", de Bráulio Rodrigues da Silva.

MESA 2: 1968: A retomada da Contag pelos trabalhadores
(12/12/2008, 17h30 às 20h)
Coordenação: Prof. Beatriz Heredia (IFCS – UFRJ)

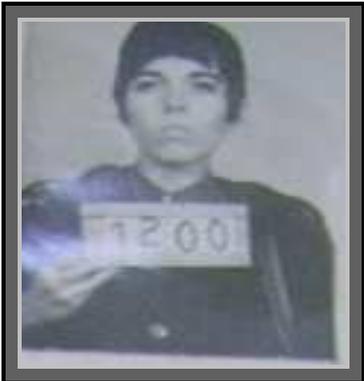
Participantes:
José Rodrigues Sobrinho: fundador dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte e da Fetarn (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte).
Francisco Urbano de Araújo Filho: associado do Sindicato de São Paulo do Potengi (Rio Grande do Norte) desde 1962, torna-se seu presidente em 1965.
Vicente Pompeu: fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguatu, e primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará.
Aurora Coentro: em 1968, funcionária da Contag e estudante universitária com ativa participação política.
Nos anos seguintes, atua como assessora jurídica da entidade e também da Fetag do Rio de Janeiro e de vários de sindicatos de trabalhadores rurais.
José Francisco da Silva: fundador do Sindicato de Orobó (Pernambuco), em 1966 torna-se secretário geral da Fetape.

Apoio: Projeto Memória Camponesa e Cultura Popular - NuAP / PPGAS / Museu Nacional

Figuras 6 e 7. Folder do Ciclo “40 anos de 68. Relembrar, Celebrar, Entender”.*

*O projeto “40 anos de 68. Relembrar, Celebrar, Entender” foi um dos mais extensos, começando ainda no primeiro trimestre de 2008, e desenvolveu uma série de palestras, mostras, encontros. O ciclo divulgado no folder acima “fecha” as comemorações nesse ano.

Anexo H - Quadro das Delegadas fichadas em pasta separada após a prisão em Ibiúna, por serem consideradas as mais perigosas pelo DOPS, depois dos integrantes da UNE e das UEEs.

<u>Estudantes consideradas “perigosas”</u>		
		
Acezia Frani Lentini Faculdade de Ciências e Letras- USP	Ângela Maria Mendes de Almeida Filosofia-USP	Beatriz Helena Morão Filosofia-USP
		
Caterina Koltai Filosofia – USP	Chacké Ekizian Desenho -Fundação Álvares Penteado.	Clenia Teixeira Administração Pública da Fundação Getulio Vargas
		
Helena Sumiko Hirata Filosofia, Ciência e Letras-USP.	Helenira Resende de Souza Nazareth Filosofia, Ciências e Letras da USP.	Leda Maria Caira Gitahy Artes Plásticas. Fundação Álvares Penteado



Irene Cortina
Escola de Enfermagem USP



Ivone Castilho Benedetti
Ciências e Letras USP



Josefa Mendes Trepode
Psicologia USP



Lucia do Amaral Lopes
Filosofia – Sedes Sapientae



Lucia Regina Martins de Souza
Medicina USP



Margarida Portella Sollero
Faculdade Ciências e Letras São Bento SP



Maria Augusta Thomaz-
Fac. de Filosofia Sedes Sapientes
- SP



Maria Beatriz Costa Abranides -
Universidade Católica - SP



Maria Lia Lida
Estudante de Psicologia da Fac.
Sedes Sapientes-SP.



Maria Rosaly Gardeal de
Carvalho
Serviços Sociais da PUC



Myrna Terezinha Rossi Rego
Filosofia USP



Neyde Regina Couzin
Filosofia USP



Regina Elza Solitrenik
Medicina da Escola Paulista de
Medicina - SP



Rosa Haruko Tane
Faculdade Paulista de Serviços
Sociais - SP



Rosangela Maria Gonçalves-
Filosofia USP



Suely Bastos
Comunicações Culturais USP



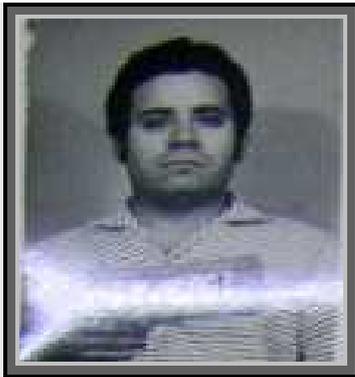
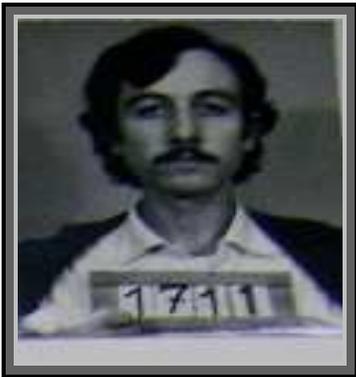
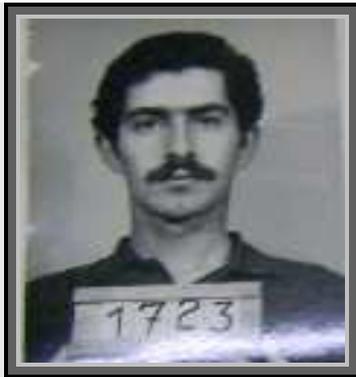
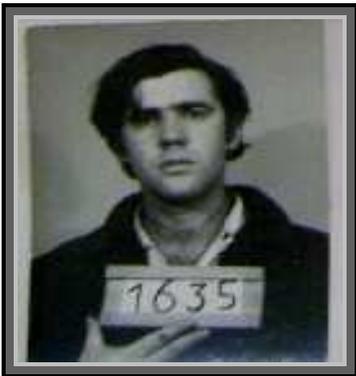
Vera Lucia Morão
Pedagogia

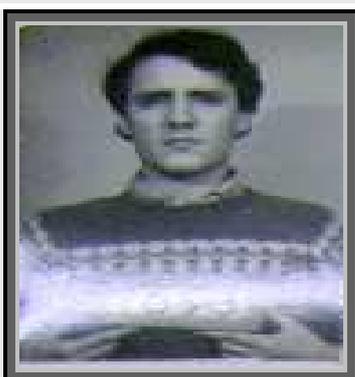


Wilma Dias Barzaghi
História USP

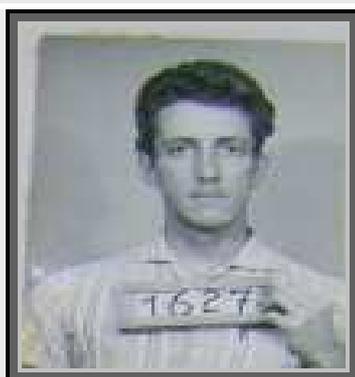
Fonte: Arquivo Dops – Arquivo Público do Estado, 2008.

Anexo I - Quadro dos Delegados fichados em pasta separada após a prisão em Ibiúna, por serem considerados os mais perigosos pelo DOPS, depois dos integrantes da UNE e das UEEs.

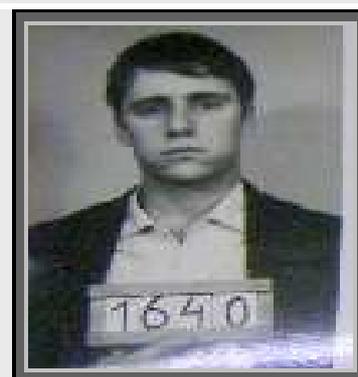
<u>Estudantes considerados "perigosos"</u>		
		
Abel Bella Ciências Econômicas e Administração USP	Abelardo Blanco Figueiras, Arquitetura e Urbanismo. USP.	Abrão Bernardo Frajura, Economia
		
Adilson Monteiro Alves, Engenharia Mackenzie.	Alberto Collier Andrea, Engenharia Mackenzie.	Alcides Yumikitsu Manizuka, Engenharia de Campinas.
		
Álvaro Roberto Margarido Pires, Filosofia da USP	Álvaro Vilela de Moraes, Engenharia Industrial, São Bernardo do Campo.	Américo Antonio Flores Nicolati, Direito -Mackenzie



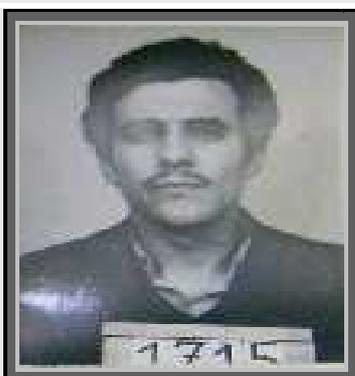
Antônio Gouvêa Junior
Direito USP.



Antonio Oscar Fabiano de
Campos
Escola Paulista de direito
(CAT.).



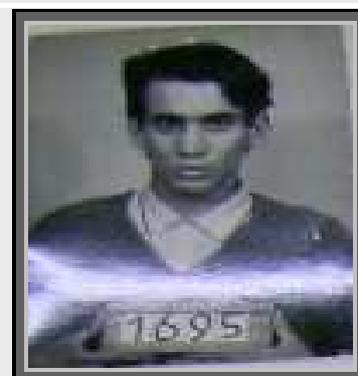
Aylton Adalberto Moetati,
Direito Mackenzie.



Benedito Fernandes
Duarte,
Administração de
Empresas da Fundação
Getúlio Vargas



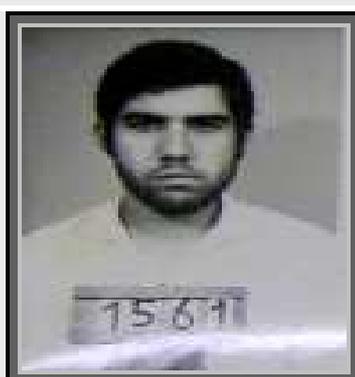
Braz Elmo Joanon, Osasco.
(Sem mais identificações)



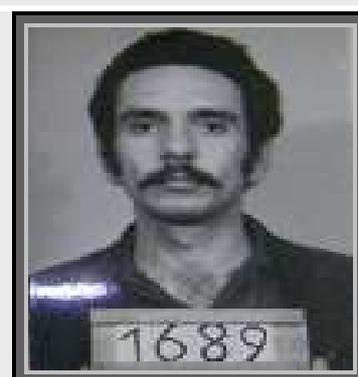
Carlos Afonso de Negraes
Brizolla
Escola de Engenharia
Mauá - SP



Carlos Alberto Afonso,
Estudante da Escola
Politécnica SP.



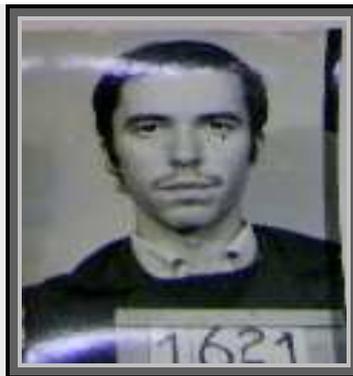
Carlos Augusto de Lima,
Direito - Mackenzie.



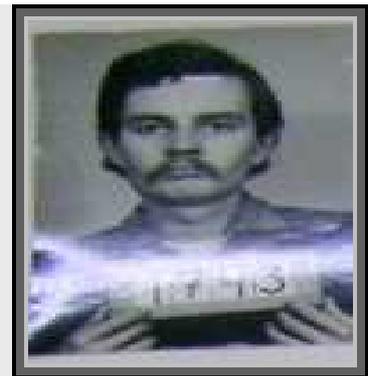
Carlos Eduardo de
Queiroz,
Arquitetura-Mackenzie.



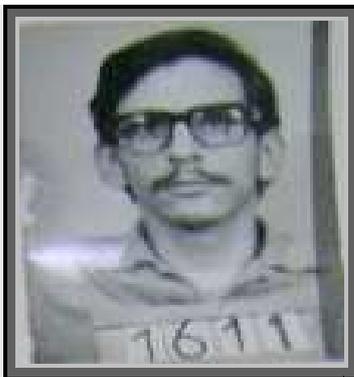
Carlos Henrique Barbosa
Nunes
Engenharia em São
Bernardo do Campo.



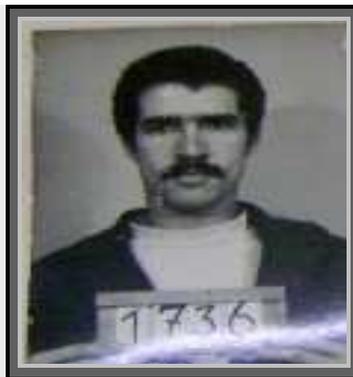
Carlos Henrique de
Mesquita,
Física na Faculdade
Ciências e Letras de
Campinas.



Carlos Lichstzejn,
Ciências Econômicas da
Universidade Católica-SP.



Celso Nespoli Antunes,
Veterinária da USP.



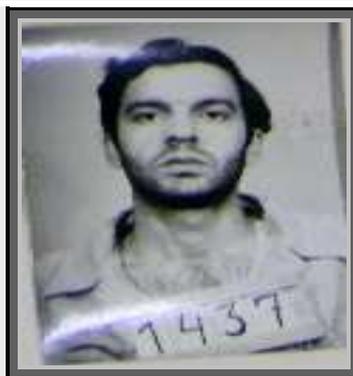
Devancyr Aparecido
Romão, Ciências Médicas
de Botucatu



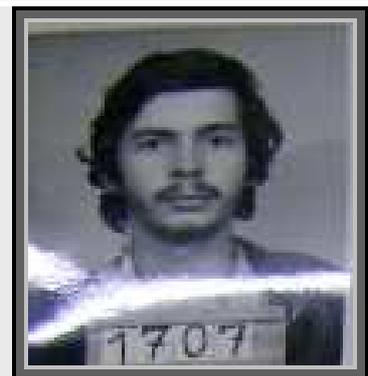
Divalte Garcia Figueira,
Ciências Econômicas.



Domingos Figueiredo
Esteves Guimarães,
Instituto de Formação
Tecnológica da USP.



Etelvino José Henrique
Bechara
Filosofia USP.



Fernando Antonio C.
Carvalho, Geologia de
Campinas.



Fernando Casadei Salles,
Ciências Jurídicas e Sociais
(Brasília).



Fernando di Giorgi,
Filosofia Ciências e Letras
da USP.



Fernando José Ferreira de
Andrade
Arquitetura na
Universidade de Brasília



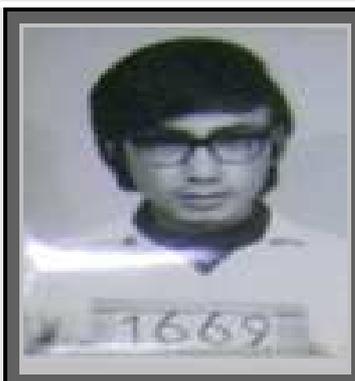
Fernando Luiz Cordeiro
Estudante de Sociologia
Política.



Fernando Marinho Falcão,
Direito - Mackenzie.



Flavio Monteiro de Melo,
Engenharia Industrial.



Fucio Murakimi,
Filosofia Ciências e
Letras.



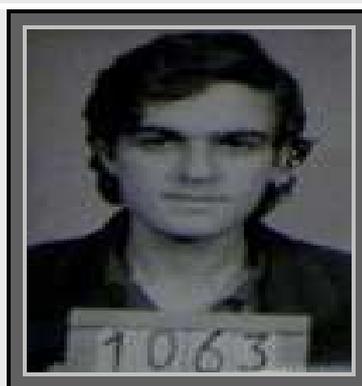
Gonzalo Pasto Castro
Barreda,
Escola Politécnica - USP



Hugo V. Scherer Marques
da Rosa,
Escola Politécnica USP



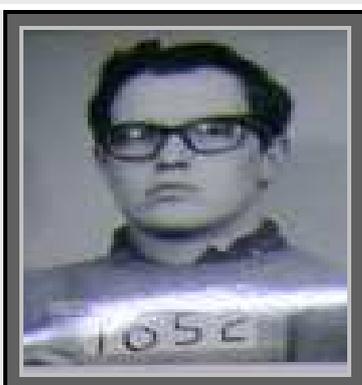
Igor Seruins Prujanski,
Medicina USP.



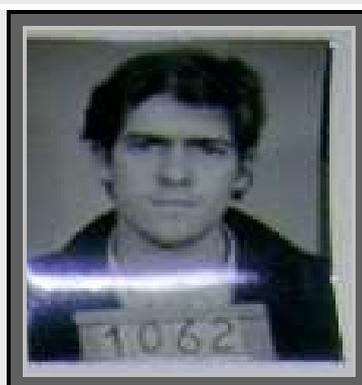
José Mentor Guilherme de
Melo Neto, Faculdade Paulista
Direito.



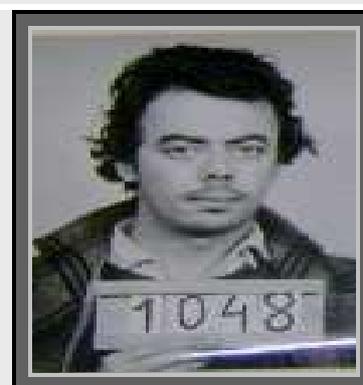
José Miguel Martins
Veloso, Filosofia da USP.



José Orlando Portugal Dante
Escola de Administração
Getúlio Vargas



José Pereira de Abreu Jr.
Direito - PUC



Jose Roberto Arantes,
Faculdade de Filosofia - USP



Jun Nakabayashi
Direito -Mackenzie.



Jurandir Antonio,
Filosofia USP.



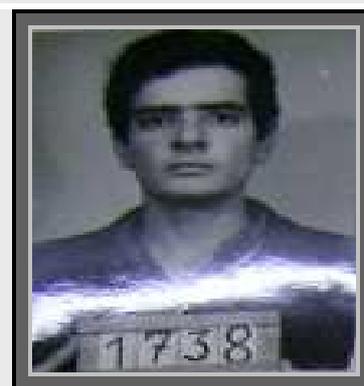
Ladislau Rui Ungas Glansiuz,
Faculdade Paulista Medicina.



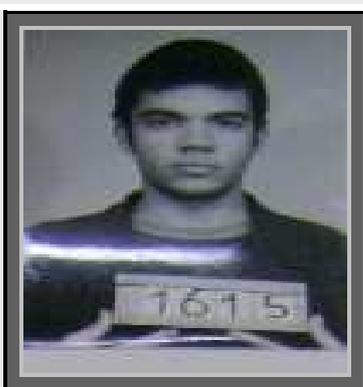
Lairton Rodrigues de Oliveira,
Filosofia USP.



Lauriberto T. Reyes
Escola Politécnica USP



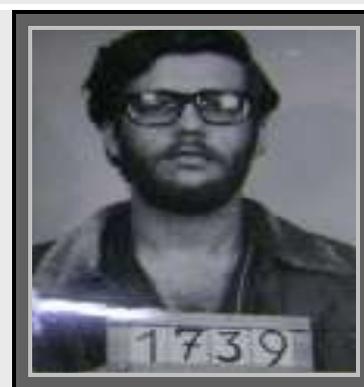
Luiz Carlos Alex Alves
Faculdade Paulista de
Medicina



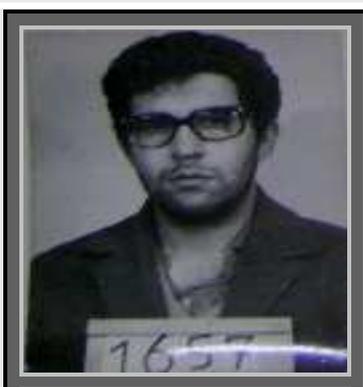
Luiz Carlos Barros Betarello
Santa Casa de Misericórdia.



Luiz Carlos di Sessa Felipetti
Faculdade de Engenharia de
Mauá. São Caetano do Sul.



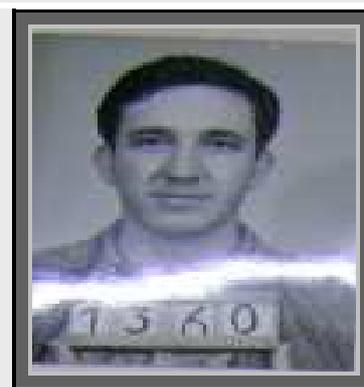
Luiz Eduardo Almeida Curti
Faculdade de Direito - São
Francisco.



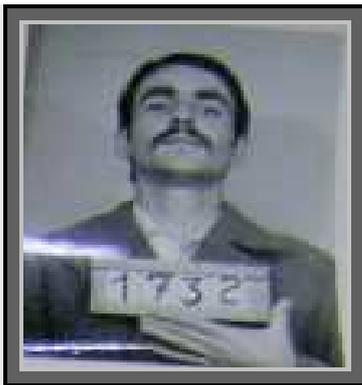
Luiz Felipe Ratton
Mascarenhas,
Inst. Formação Tecnológica de
São Paulo



Marco Zanaga Trape,
Escola Superior de Agronomia
“Luiz de Queiroz”.



Marcos Aurélio Ribeiro,
Direito USP.



Mario Beck Machado
Mackenzie.



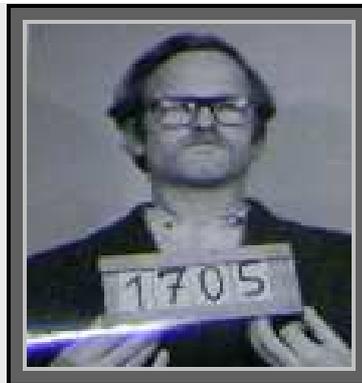
Mauricio Candido de S. Dias,
Escola Superior de Agricultura.



Miguel Ângelo Brondi,
Filosofia Ciências e Letras -
USP



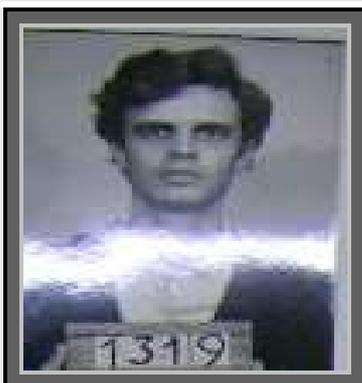
Newton Basile
Faculdade de Ciências e Letras



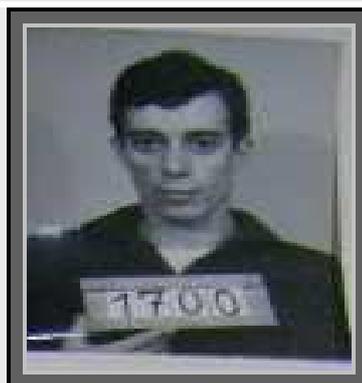
Oliver Limiore
(Sem mais identificações)



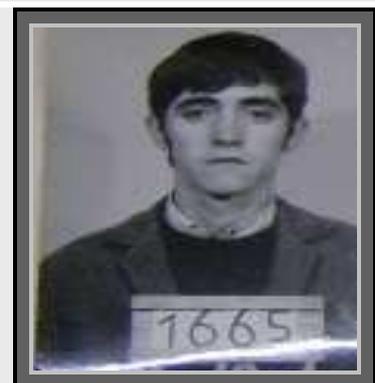
Rubens Pereira dos Santos
Filosofia da USP.



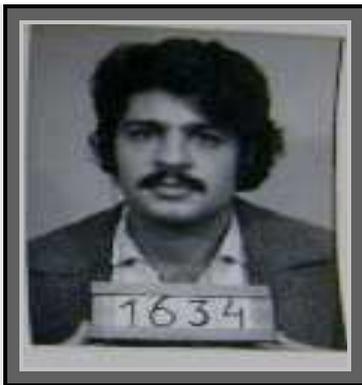
Omar Kaine,
Faculdade Paulista de Direito



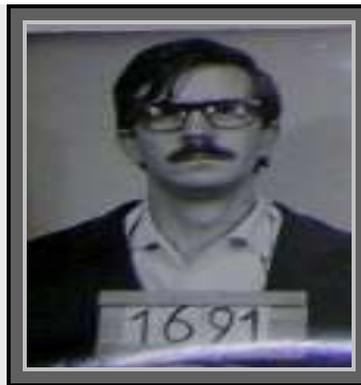
Oscar Augusto de Faria
Faculdade Paulista de Serviço
Social.



Osmar Victorino Jr.
Faculdade de Ciências
Médicas Santa Casa.



Osmar de Paula Leite,
Filosofia-Mackenzie.



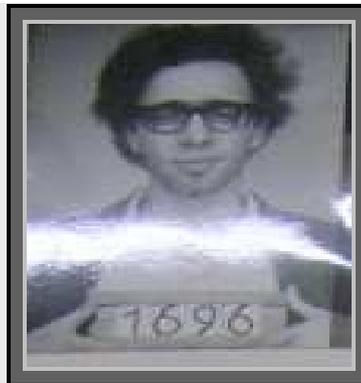
Oswaldo Francisco Noce
Farmácia e Bioquímica – USP.



Paulo Pacheco de T.Ferraz,
Direito - Mackenzie.



Paulo Takeda
Ciências Econômicas - Álvares
Penteado.



Paulo Roberto Campanário
(Sem mais identificações)



Pedro Rocha Filho
Filosofia - USP



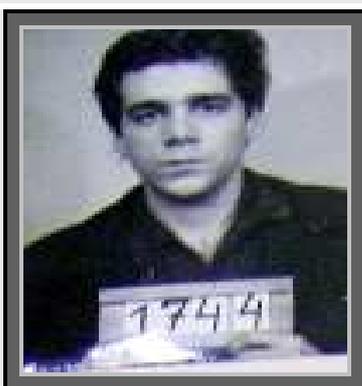
Percival Menon Maricato
Direito - USP



Primo Alfredo Brandmiller
Medicina USP.



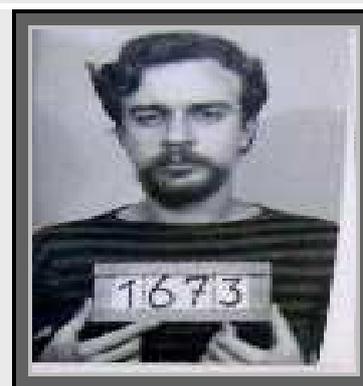
Ramon Varela
Residente no CRUSP, sem
identificação de curso.



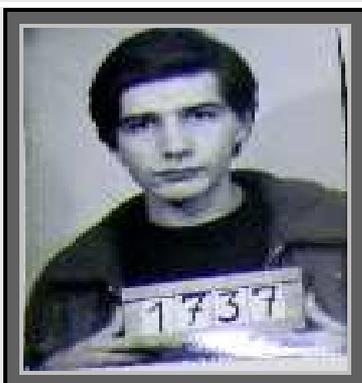
Roberto Ricardo Cômado
Geografia - USP.



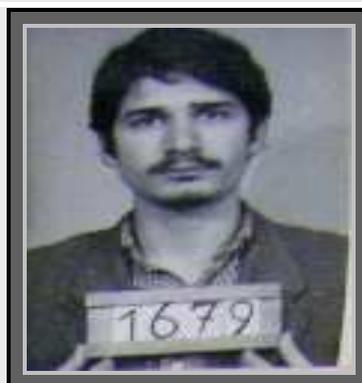
Rodolfo Dias Barzagli
Universidade Católica.



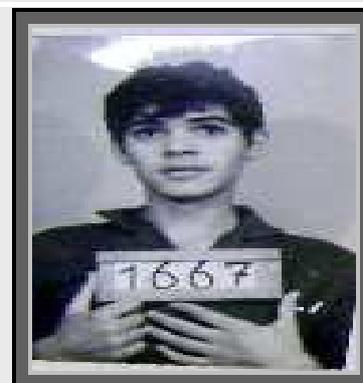
Reinaldo Morano Filho
Medicina da USP.



Rubens Schimidt Werner,
Escola Paulista Medicina



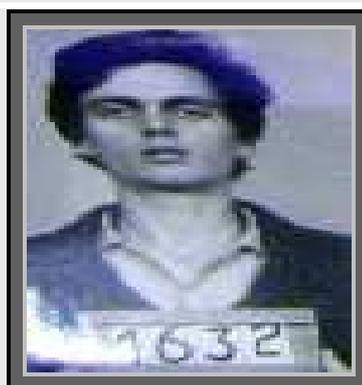
Ruy Carlos V. Berbet
Filosofia Ciências e Letras -
USP



Sinclair Guimarães Ceccini
Filosofia - USP.



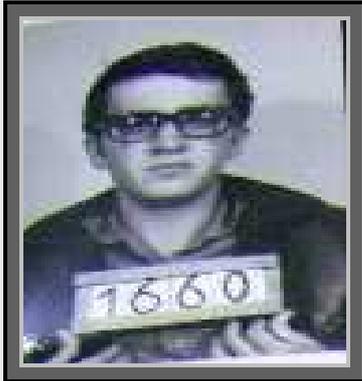
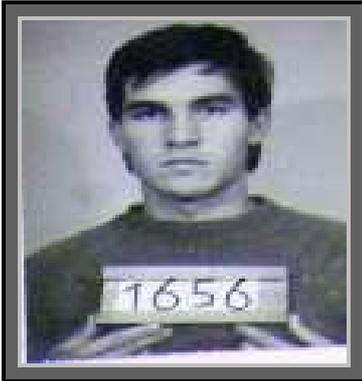
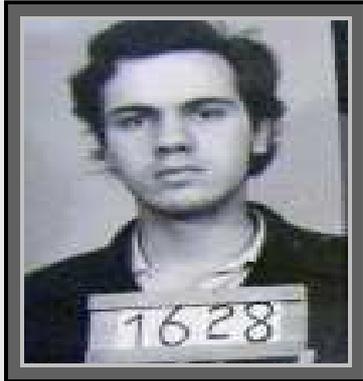
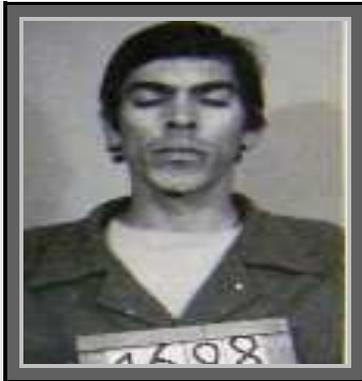
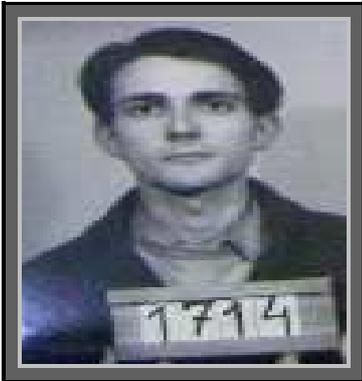
Tito de Alencar Lima
Instituto de Formação
Tecnológica.



Tomaz Tooni Tarquinto
Residente no CRUSP



Ubiratan Vieira Nucenio
Administração de Empresa
Getúlio Vargas.

		
Waldy Nogueira Lima, Tecnologia Univerividade Católica	Valentin Dagarin (Sem mais identificações)	Walter S. Vuolo Politécnica da USP.
		
Wanderlon Layres Pinto Escola de Administração da Uniersidade Católica.	Victor Augusto Petrucci Filosofia e Química USP	Wilian Martini Engenharia Industrial
		
Wilson de Campos Vieira. (Sem mais identificações)	Yosef Kudmir, Engenharia- Mauá.	

Fonte: Arquivo Dops – Arquivo Público do Estado, 2008.